

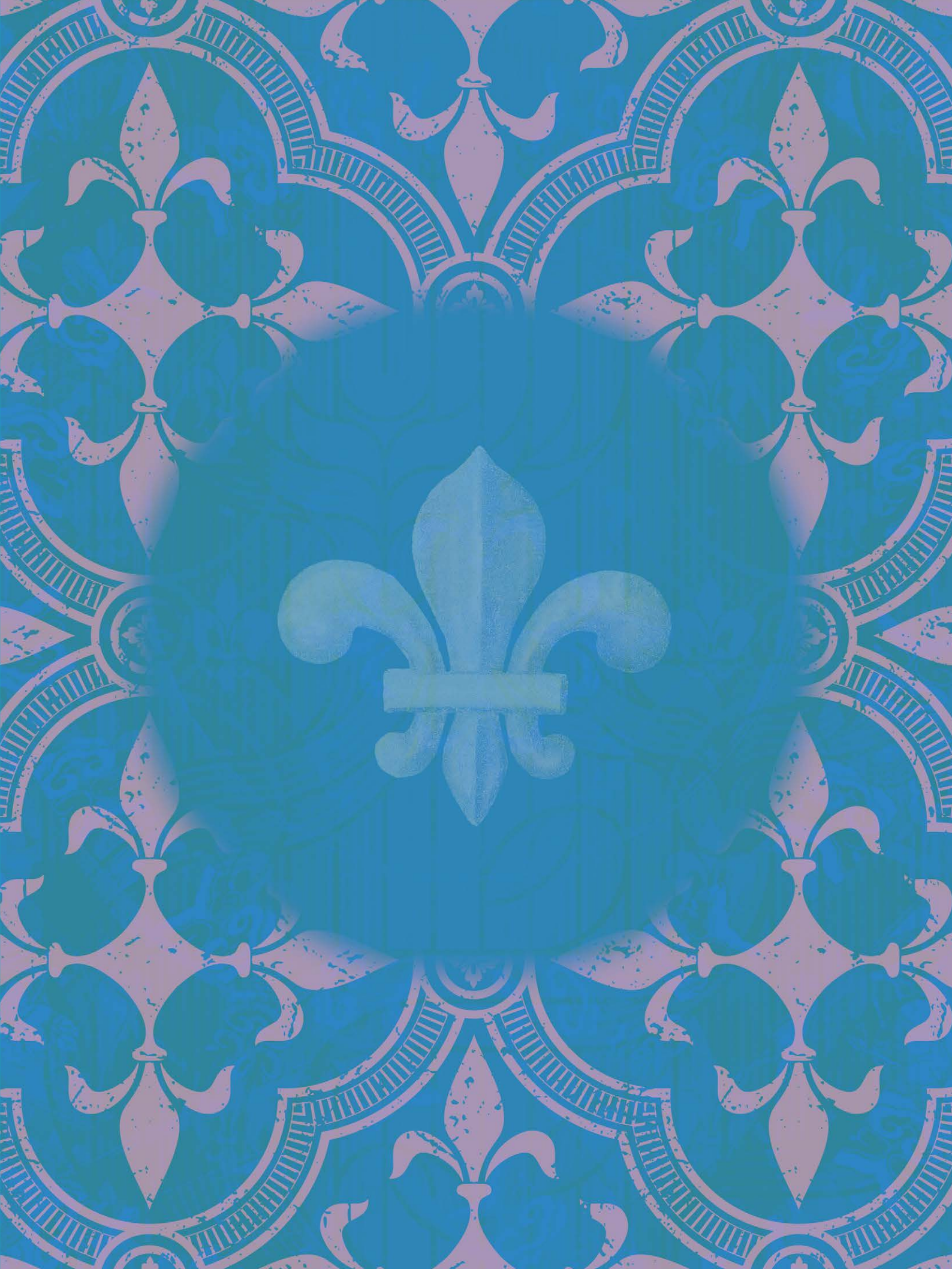


História, Missão e Futuro

EU









MONIQUE CITTADINO | RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA
Organizadores



UFPB
João Pessoa, 2025



Apresentação das Reitoras

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Reitora da Universidade Federal da Paraíba

Mônica Nóbrega
Vice-Reitora da Universidade Federal da Paraíba

Celebrar os 70 anos da Universidade Federal da Paraíba é, antes de tudo, reconhecer a força de uma ideia que atravessa gerações e, a cada tempo, reafirma que o conhecimento possui o poder de transformar vidas e de construir um país mais justo. Ao longo de sete décadas, a UFPB consolidou-se como um espaço democrático e autônomo de criação e partilha do saber, de promoção da ciência, da arte, do desenvolvimento e da esperança. Tornou-se casa e caminho de milhares de pessoas que encontraram aqui não apenas uma formação profissional, mas também um sentimento profundo de pertencimento, de escuta e de futuro.

O livro UFPB 70: História, Missão e Futuro nasce desse sentimento coletivo e é fruto do trabalho de muitas mãos, guiado pela sensibilidade dos professores Monique Cittadino e Rodrigo Freire, que organizaram esta obra em nome de toda uma comunidade. Cada capítulo funciona como uma janela aberta sobre o tempo, revelando nossas origens, acompanhando a expansão da Universidade pelo território paraibano e reafirmando, em cada página, o compromisso permanente da UFPB com a ciência, a cultura e a inclusão.

As sete partes que compõem o volume percorrem, como movi-

mentos de uma sinfonia, os caminhos de uma instituição que cresce em diálogo com a sociedade. Da interiorização à inovação, da pesquisa à extensão, da cultura ao cuidado com as pessoas, o leitor encontrará aqui o retrato vivo de uma universidade plural, democrática e comprometida com o bem comum.

É motivo de profundo orgulho perceber que a UFPB continua a reinventar a própria história, movida pela mesma energia que a fez nascer e resistir ao longo dos anos. Herdeira de lutas que moldaram sua autonomia e de vozes que nunca se calaram diante da defesa da democracia, a Universidade segue escrevendo, com coragem e sensibilidade, o futuro de uma instituição pública que enxerga na educação um direito inalienável e na ciência uma forma de servir à humanidade.

Que este livro, ao reunir memórias e conquistas, inspire também novas páginas, escritas por cada estudante, técnico, professora e professor que dão vida à nossa instituição, tecendo, com suas histórias, o fio contínuo da Universidade. Que seja lido como testemunho e promessa, expressão viva de que a Universidade Federal da Paraíba continuará sendo um espaço de encontro, liberdade, solidariedade, democracia e esperança.

João Pessoa, 2025.



Sumário

INTRODUÇÃO **12**

*Monique Cittadino
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Geysa Flávia Câmara de Lima*

PARTE I: RAÍZES E CONSOLIDAÇÃO REGIONAL DA UNIVERSIDADE

DO PATRONATO AGRÍCOLA AO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS NAS RAÍZES DA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA **18**

Sérgio Murilo Ribeiro Chaves

DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA À UFPB: TRAJETÓRIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS **40**

Daniel Duarte Pereira 38

O CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO: INTERIORIZAÇÃO E INCLUSÃO NO LITORAL NORTE **58**

Luana Francisleyde Pessoa de Farias

PARTE II: MISSÃO ACADÊMICA E INSTITUCIONAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A GRADUAÇÃO NA UFPB: EXPANSÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

70

*Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Uyguaciara Veloso Castelo Branco*

A PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPB: COMPROMISSO COM O CONHECIMENTO, A FORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

98

*Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa
Evandro Leite de Souza*

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TECIDO DE ESPERANÇA

106

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

PARTE III: CÊNCIA, INOVAÇÃO E DIFUSÃO

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA UFPB

114

*George Emmanuel Cavalcanti de Miranda
Eduardo Rodrigues Viana de Lima*

DA SEMENTE SOLAR AO CEAR CINCO DÉCADAS DE INOVAÇÃO NA UFPB

122

*José Mauricio Alves de Matos Gurgel
Euler Cássio Tavares de Macêdo*

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO PROPULSORA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA PARAÍBA

134

*Bagnólia Araújo Costa
Clevertton Rodrigues Fernandes
Hilton Vinícius Maia Lins Fialho
José Bezerra Honório*

PARTE IV: CULTURA, CIÊNCIA E SOCIEDADE: SABERES EM DIÁLOGO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS NATURAIS E SINTÉTICOS BIOATIVOS: CIÊNCIA E BIODIVERSIDADE

150

Ricardo Dias de Castro

Fabiana de Andrade Cavalcante Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA: LINGUAGEM, SOCIEDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

164

Jan Edson Rodrigues Leite

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante

MÚSICA NA UFPB: TRAJETÓRIA, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO CULTURAL

180

Luceni Caetano Silva

GASTRONOMIA: DESAFIOS E CONSOLIDAÇÃO DE UM CURSO DE EXCELÊNCIA

198

Ingrid Conceição Dantas Gonçalves

Estefânia Fernandes Garcia

Vanessa Pedro da Silva

Noádia Priscila Araújo Rodrigues

PARTE V: CUIDADO, DIREITO E INCLUSÃO

ANUNCIAÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS NA UFPB

208

Clarissa Lima de Sá

Lucimeiry Batista da Silva Rabay

Mirella Rocha Ribeiro Pinto

Tatiana Aguiar Porfírio de Lima

SOFRIMENTO PSÍQUICO NA VIDA UNIVERSITÁRIA: ACOLHIMENTO E POLÍTICAS DE CUIDADO

218

Éllen Dias Nicácio da Cruz

Polyana Luz de Lucena

Ubiratan Pereira de Oliveira

**DIREITOS HUMANOS NA UFPB: TRAJETÓRIA
DE LUTAS E COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS**

230

Adelaide Alves Dias

Giuseppe Tosi

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

**LICENCIATURA PARA OS MOVIMENTOS
SOCIAIS DO CAMPO: AS EXPERIÊNCIAS
DA HISTÓRIA E PEDAGOGIA**

244

Regina Behar

Regina Célia Gonçalves

Maria do Socorro Xavier Batista

PARTE VI: CRISES E RETOMADAS

**ENTRE IDAS E VINDAS: AUTORITARISMO E
RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NA UFPB**

258

Monique Cittadino

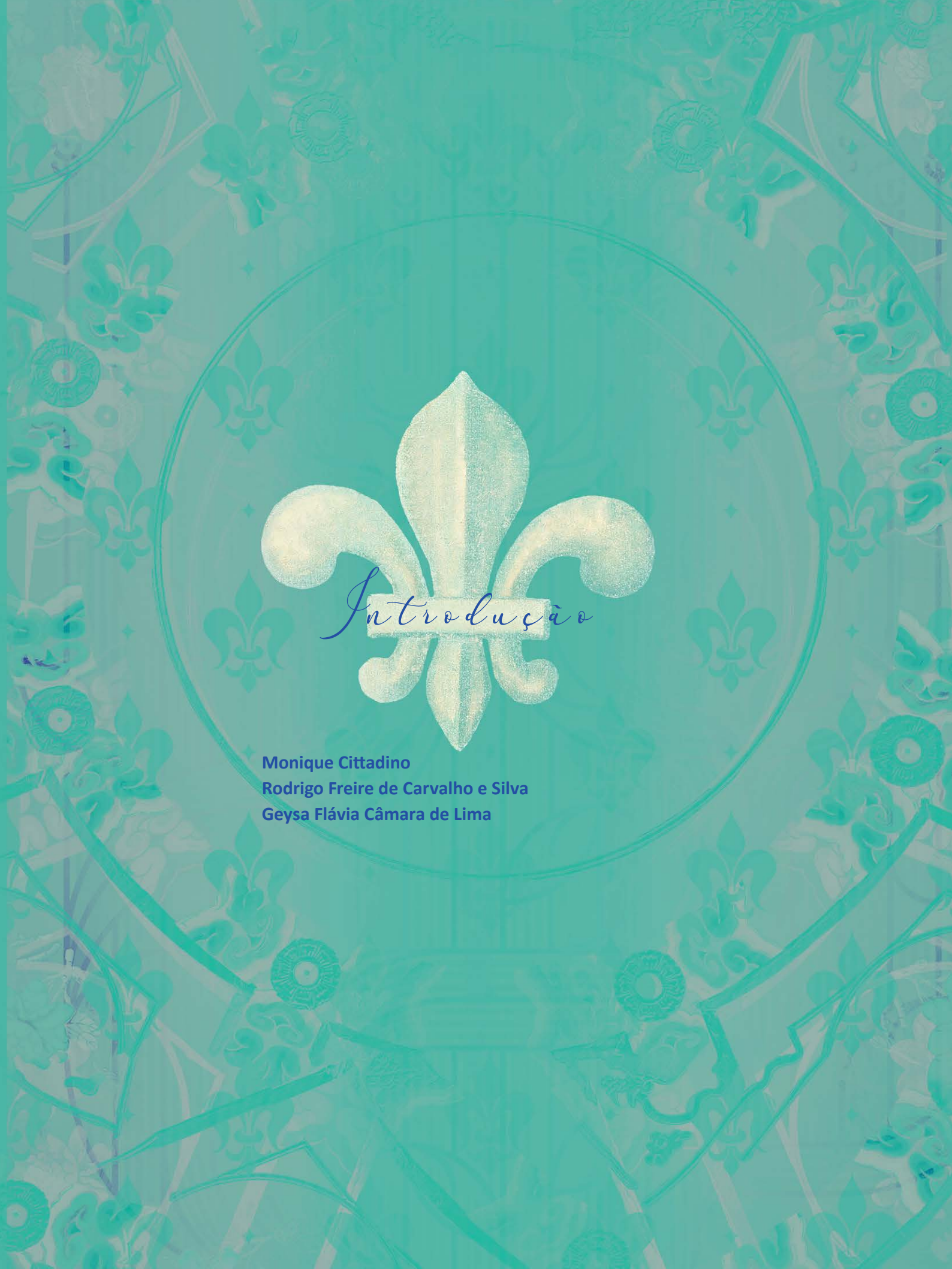
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

**“REITORA ELEITA, REITORA EMPOSSADA”:
MEMÓRIAS DE UMA INTERVENÇÃO E DE PERSISTÊNCIAS**

282

Terezinha Domiciano Dantas Martins

Mônica Nóbrega



Introdução

Monique Cittadino
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Geysa Flávia Câmara de Lima

O livro que agora se apresenta nasce como uma das iniciativas do reitorado das professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, em celebração ao jubileu de 70 anos da Universidade Federal da Paraíba. Não é a primeira vez que a instituição se lança nesse exercício de memória. Volumes semelhantes foram publicados nos 50 e 65 anos da UFPB e, à sua maneira, cada um cumpriu papel essencial na preservação da história universitária.

Nesta edição reunimos ensaios que revisitam momentos distintos da UFPB e dialogam com a diversidade que hoje a caracteriza, abrangendo não apenas ensino, pesquisa e extensão, mas também a presença da universidade na vida social, cultural e política. Assim, ao mesmo tempo em que registram sua trajetória institucional, os textos destacam temas centrais para o debate contemporâneo, como democratização, cidadania e avanço da ciência, compondo um mosaico de olhares provenientes de diferentes áreas e campi que, juntos, formam um retrato plural da instituição.

A obra se organiza em seis partes, como movimentos de uma sinfonia que vai das origens à esperança.

A primeira parte, dedicada às origens e ao processo de interiorização, conduz o leitor ao Co-

légio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras, onde Sérgio Chaves remonta sua trajetória desde o Patronato Agrícola de 1924, criado para formar mão de obra voltada à agricultura e, com o tempo, reinventado como espaço de cidadania após os impactos da ditadura militar. Na sequência, Daniel Pereira percorre a história da Escola de Agronomia, em Areia, origem do atual Centro de Ciências Agrárias, revelando sua vitalidade como ambiente de ensino e pesquisa em meio à diversidade biológica da região. Encerrando o bloco, Luana Farias apresenta o mais novo campus da universidade, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE), implantado em 2006 no Litoral Norte, símbolo do compromisso da UFPB com a inclusão social e com os povos Potiguaras.

A segunda parte reflete sobre a missão acadêmica e institucional da universidade e revela como o ensino, a pesquisa e a extensão se entrelaçam na construção de uma formação integral. Ana Cláudia Rodrigues e Uyguaciara Castelo Branco traçam um retrato sensível da graduação, que se expande em diversidade, acesso e compromisso social. Na sequência, Maria Luiza Feitosa e Evandro Souza mostram a pós-graduação como um território fértil de criação e transformação, onde ciência e humanidade cami-

nham lado a lado. Bernardina Freire conclui o movimento apresentando a extensão universitária como uma ponte viva entre saberes, lugar de encontro e de formação crítica voltada à transformação social. Nessa tríade que sustenta a vida acadêmica, a universidade reafirma sua essência pública, sua vocação para o diálogo e o compromisso de servir ao bem comum.

A terceira parte concentra-se na ciência, na inovação e na difusão do conhecimento, mostrando uma UFPB que pensa, inventa e compartilha. George Miranda e Eduardo de Lima revelam o amadurecimento das políticas ambientais e sua transformação em compromisso institucional. José Mauricio Gurgel e Euler Macêdo reconstituem a trajetória do pioneiro Laboratório de Energia Solar, criado em 1973, que deu origem ao CEAR e se tornou referência nacional em energias renováveis. Bagnólia Costa, Cleverton Fernandes, Hilton Fialho e José Bezerra Honório apresentam a Agência de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB), responsável por resultados expressivos como o primeiro lugar no ranking de patentes do INPI em 2018 e 2019.

A quarta parte aproxima cultura, ciência e sociedade em um mesmo horizonte de criação, mostrando como o conhecimento se desdobra em múltiplas lingua-

gens e formas de expressão. Ricardo Castro e Fabiana Oliveira apresentam o Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos, herdeiro da antiga Faculdade de Farmácia, onde a pesquisa floresce a partir da biodiversidade e se transforma em ciência da vida. Em seguida, Jan Edson Leite e Marianne Cavalcante conduzem o leitor pelo percurso do PROLING, que em duas décadas projetou a UFPB no cenário internacional dos estudos da linguagem e reafirmou a potência da palavra como instrumento de diálogo e transformação. Luceni Silva faz da música o fio que entrelaça tradição e invenção, numa narrativa que começa com Gazzzi de Sá e Ambrosina Soares e se desdobra em um curso reconhecido pela excelência artística e pela formação humanista. Encerrando o bloco, Ingrid Gonçalves, Estefânia Garcia, Vanessa Silva e Noádia Rodrigues narram a trajetória do curso de Gastronomia, que transforma o ato de cozinhar em experiência científica e cultural, um gesto de arte e de partilha que consagra a UFPB como espaço de criação em todas as suas dimensões.

A quinta parte volta-se a direitos, inclusão e cuidado, reafirmando que nenhuma universidade é plena se não cuidar de sua própria gente. Clarissa Sá, Lucimeiry Rabay, Miarella Pinto e Tatiana Lima narram

a transformação da gestão de pessoas, que deixa de ser apenas uma estrutura administrativa para se tornar espaço de escuta, valorização e pertencimento. Éllen Cruz, Polyana Lucena e Ubiratan Oliveira refletem sobre o sofrimento psíquico na vida universitária, mostrando como a UFPB tem construído redes de acolhimento e cuidado que reafirmam o valor da vida e o sentido de uma universidade que também educa para o afeto. Adelai-de Dias, Giuseppe Tosi e Maria de Nazaré Zenaide evocam a trajetória da instituição na defesa dos Direitos Humanos, revelando como a UFPB transformou as marcas deixadas pela ditadura em compromisso duradouro com a justiça, a memória e a reparação. Encerrando o bloco, Regina Behar, Regina Célia Gonçalves e Maria do Socorro Batista apresentam as Licenciaturas do Campo, nascidas do diálogo com os movimentos sociais rurais e expressão viva da democratização do saber e do acesso ao ensino superior. Assim, a universidade se reconhece não apenas como espaço de ensino e pesquisa, mas também como território de humanidade, onde aprender é, antes de tudo, um gesto de cuidado.

Na sexta parte, quando a UFPB retoma seu caminho de autonomia e democracia, Monique Cittadino e Rodrigo Freire analisam como

os períodos de regressão democrática em âmbito nacional repercutiram na universidade, ressaltando a luta constante pelo restabelecimento do estado de direito e pela preservação da vida acadêmica como espaço livre e plural. Essa reflexão se conecta ao relato das professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, atuais reitoras da UFPB, que revisitam a experiência da intervenção de 2020, quando, apesar de eleitas, não foram nomeadas, e expõem os desafios enfrentados até a eleição de 2024, quando finalmente puderam assumir o cargo. A posse marcou não apenas a vitória de um pleito, mas o reencontro da universidade com sua própria vocação democrática, reafirmando que a história da UFPB, feita de lutas e conquistas, continua a ser escrita com esperança, participação e coragem.

Este livro integra as comemorações do jubileu da UFPB, reunindo capítulos que evocam a memória institucional e ressaltam os avanços conquistados em diferentes áreas do saber. Mais que um registro histórico, é um testemunho da vitalidade de uma universidade que se reafirma pela pluralidade, pela democracia e pelo compromisso de servir à sociedade. Que este marco na história da UFPB seja, antes de tudo, uma promessa: a de permanecer como espaço de encontro, de liberdade, de ciência e de esperança.

PARTE I



*Raízes e Consolidação
Regional da Universidade*



Do Patronato agrícola ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias nas raízes da expansão universitária

Sérgio Murilo Ribeiro Chaves¹

1 - Professor EBTT no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros CCHSA/
UFPB, Mestre em Ensino de História/UFRN e Pesquisador do campo
de estudos Cinema e História.

Qualquer historiador minimamente antenado aos riscos inerentes a sua profissão recusaria a tarefa de escrever um ensaio que procurasse dar conta, mesmo que panoramicamente, da história de uma instituição escolar que, neste ano de 2025, completa os seus 101 anos de idade. Trata-se de uma responsabilidade hercúlea, sujeita a generalizações e pormenoreizações passíveis de críticas severas, notadamente quando se tem, numa universidade como a UFPB (Universidade Federal da Paraíba), um Programa de Pós-graduação em Educação e uma linha de Pesquisa em História da Educação que já são consagrados em âmbito nacional com a sua vasta produção acadêmica. Ao mesmo tempo, não poderia me furtar ao convite que me foi feito pelos organizadores deste livro, aos quais agradeço imensamente, pelos laços afetivos e profissionais que no presente me unem ao Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) e sua clientela, nossos discentes, a quem dedico este escrito.

Sem a pretensão de dar conta dos 101 anos de história do CAVN, procuramos escrever um ensaio que apresentasse de forma didática as principais características que nortearam a atuação da instituição escolar em tela desde o ano de 1924, data em que se situa o início das atividades do Patronato Agrícola

Vidal de Negreiros, mais especificamente a partir daquele sete de setembro. Trata-se de uma história que irá espelhar o CAVN diante das principais mudanças que ocorreram na vida política, econômica, socio-cultural e educacional do Brasil, no decorrer do século passado e nestas duas décadas e meia de século XXI. Por outro lado, a História do CAVN não tem sido um fluxo temporal linear recheado de transformações em direção à excelência educacional como se esta fosse passível de naturalizações. Pelo pouco que pesquisamos, essa instituição enfrentou e enfrenta inúmeros percalços para existir e atuar, desde os que são oriundos da falta de continuidade das políticas educacionais adotadas em nível de Brasil, àqueles que são historicamente contextualizáveis em aspectos presentes na história das políticas educacionais brasileiras.

Em qualquer dessas direções há muito o que narrar. Para construir essa breve narrativa, nos deparamos com uma presença surpreendentemente pequena de trabalhos acadêmicos sobre a escola², não obstante o vasto material primário de pesquisa disponível. O CAVN possui um arquivo preservado (embora as condições não sejam as ideais) e tem enorme potencial

2 - Fizemos uso de, somente, cinco trabalhos científicos que abordam diretamente o CAVN.

para usos no campo da História Oral, seja por profissionais ainda inseridos em seus quadros funcionais, seja por docentes, técnicos e discentes egressos que, mesmo não estando no serviço formalmente ativo da instituição, possuem interesse na preservação de sua memória e escrita de sua história³. Queremos,

3 - Uma dessas iniciativas merece uma menção especial por parte deste autor. Em “O Guardador de Memórias – ‘Seu Manoel’ e a História da Educação em Bananeiras”, Andrade e Souza (2017) Fizeram um apanhado dos escritos memorialísticos de autoria do Professor Manoel Luiz da Silva sobre o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, do qual foi egresso, e também acerca da educação no município de Bananeiras/PB. Seu Manoel, como é conhecido, é ex-aluno do CAVN e manteve-se com vínculo, embora informal, junto ao Colégio e ao Centro de Ciências Humanas, sociais e Agrárias (CCHSA)/UFPB, onde tem sido o principal responsável pela organização e preservação da documentação existente sobre a História do Colégio, tema a respeito do qual possui diversas publicações: *Reminiscências: Capítulos da história do Patronato Agrícola* (1994), *Reminiscências: De Patronato a Colégio Agrícola. 80 anos de História* (2004), *Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”. Sua História “em Poemas”* (2009), *CAVN - Uma história para a posteridade. Fatos em Fotos* (2012), *História do Patronato ao Colégio Agrícola nos seus 90 anos* (2014) e *90 anos CAVN: em comemoração aos 90 anos de história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros* (2024). Além disso, seu Manoel continua curador do Memorial do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, função que ocupa em caráter voluntário. No dizer de Andrade e Souza (2017, p.2) “Devido ao seu compromisso com a história, aos

portanto, com esta breve história que oferecemos, atingir a pretensão de apontar para profissionais ligados ao campo de estudos da História da Educação, das instituições escolares e da cultura escolar, o potencial objeto de pesquisa (aqui considerado no âmbito geral) que se oferece nessa escola centenária e de memórias afetivas muito comumente expostas por aqueles que dela são oriundos.

ORIGENS: DIRETRIZES PARA A “REGENERAÇÃO HUMANA!”. MILITARISMO REPUBLICANO, HIGIENISMO E PATRIARCALISMO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA INSTITUIÇÃO

A Trajetória Histórica do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros inicia-se ainda durante a infância

livros de memória publicados em vasta produção e aos cargos que assumiu em defesa do que é cultural na cidade de Bananeiras, ousamos conceber seu Manoel como um intelectual, não aquele costumeiramente concebido, relacionado à elite e à erudição, mas aquele que nasce do povo, pensador independente, crítico, comprometido e em sintonia com seu tempo”.

Corroboramos essa visão e ousamos afirmar que a instituição escolar objeto deste ensaio possui enorme dívida para com as iniciativas desenvolvidas por seu Manoel, uma contribuição inestimável à História do CAVN.

das instituições republicanas brasileiras, mais especificamente nos anos da chamada República Velha (1889-1930), período histórico em que a quase totalidade do Estado brasileiro estava voltado ao atendimento dos interesses das elites agrárias. Nesse contexto, Bananeiras/PB, cidade situada na mesorregião do brejo paraibano, inseria-se em espaço marcado predominantemente pela presença de atividades produtivas ligadas ao setor primário (mais especificamente as culturas da cana de açúcar, do algodão e do café), domínio político de famílias ligadas a grande propriedade territorial, profundas desigualdades sociais e acesso à cultura formalmente letrada restrito aos setores sociais dominantes e a setores médios que com aqueles mantinham relação de dependência. Essa é uma época em que se encontra uma sociedade estruturada em bases profundamente conservadoras e de mentalidade aristocrática e patriarcal, características que, em parte, ainda fazem parte de certo imaginário social presente na cidade.

O Patronato Agrícola de Bananeiras/PB nasceu do Decreto Federal de nº 14.118, datado de 27 de março de 1920 (ordenado pelo então Presidente da República Epitácio Pessoa), e foi inaugurado em 7 de setembro de 1924, como um Aprendizado agrícola voltado ao

ensino primário (AQUINO, 2013). De acordo com o Decreto Federal 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, que instituiu a fundação de Patronatos Agrícolas em território nacional, tais instituições destinavam-se ao favorecimento da modernização da produção agropecuária nacional, à melhora no equilíbrio da relação populacional entre campo e cidade e à contribuição ao “futuro do país”, tendo em vista o aproveitamento e “regeneração” da mão de obra de menores abandonados que povoavam cidades grandes e pequenas. Tratava-se, portanto, de uma iniciativa que, além de buscar a formação de mão de obra barata e especializada para atuar na modernização do setor agrícola nacional, configurava-se como medida de profilaxia (bem aos padrões higienistas daquela época) para ajudar a conter o problema crescente da marginalização social. O governo federal, sob o discurso filantrópico, contribuía para aliviar tensões sociais resultantes da exclusão que politicamente abalizava e, institucionalmente, punha à disposição das oligarquias locais mais um instrumento de contenção de insatisfações e de melhoramentos para o setor primário⁴.

4 - Nesse contexto, cabe frisar, a Paraíba era presidida por Sólton Barbosa de Lucena. Natural do então Município de Bananeiras, o então Presidente do estado era um quadro político formado no setor primário

Embora Bananeiras/PB fosse um município que oferecia as condições técnicas para o estabelecimento de um patronato agrícola subordinado ao MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) e sua Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), na época do decreto que institui o patronato agrícola Vidal de Negreiros a cidade assistia aos estertores de seus momentos de pujança, pois a expansão cafeeira que o município assistira na segunda metade do século XIX havia chegado ao fim, fato atribuído à incidência de pragas agrícolas. Obrigados a reconverter seus investimentos para as produções algodoeira e canavieira, ambas em crise desde o século XIX (e no caso da produção açucareira desde o século XVII), as elites agrárias da região pediam ajuda ao Estado republicano, clamando pela modernização das práticas agrícolas e responsabilizando o atraso da agricultura e do homem do campo por suas agruras.

da região onde seria construído o Patronato, possui vínculos sólidos no âmbito do poder local e havia se tornado político de destaque no interior da Oligarquia chefiada pelo Presidente da República Epitácio Pessoa. Tal posição foi de grande valia para o ordenamento da construção do Patronato Vidal de Negreiros, arranjo político típico da política dos governadores em vigência e suas tendências de beneficiamento da parentela ocupante do poder (LEWIN, 1993).

Essa modernização conservadora⁵ veio com melhoramentos nas vias de transporte (construção de ramal ferroviário pela Great Western Railway entre 1910 e 1925), obras de drenagem e a construção do Patronato, dentro da lógica de combater a “degeneração” do homem do campo e “promover a aprendizagem de técnicas agrícolas e combater às pragas, bem como suprir as lacunas de uma mão de obra não habilitada.” (SANTOS, 2015, p. 36-37). O discurso, portanto, era o de que o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros contribuiria para o enfrentamento do atraso e aprimoramento da civilização, por meio do resgate de parcelas populacionais que necessitavam trilhar os caminhos do progresso.

A visão “redentora” do atraso do homem do campo, contudo, era evidentemente correcional, como atestam o encaminhamento de menores para internação na instituição por autoridades judiciais e até a concessão de atestado de boa ou má conduta ao trabalhador egresso do patronato, por ocasião de seu desligamento. Na visão de importante historiador e memoriaalista da cidade de Bananeiras/PB “O Patronato era mais uma casa de

5 Que promovia alterações técnicas e de infraestrutura, mas que não mudava a dinâmica das relações sociais (MENDONÇA, 2007).

reajustamento, senão de correção, era fechado, por sua finalidade, ao convívio da pequena e orgulhosa cidade.” (LUCENA, 2003, p.67). O modelo de educação adotado no patronato em seus primeiros anos corrobora o aspecto correicional destacado pelo autor. Elementos como a arquitetura, a rotina dos internos e as concepções pedagógicas vigentes são os indicadores que apontamos.

Em suas primeiras décadas de existência, mesmo diante de diversas alterações de caráter institucional resultantes das mudanças políticas pelas quais o país passou⁶, houve uma tríade educacional que se manteve com poucas alterações,

6 O Movimento de 1930, que alçou a figura de Getúlio Vargas à Presidência da República, repercutiu no Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, institucionalmente, pelo decreto 20.185/1931 que transferiu a sua administração para esfera estadual, ocasionando a mudança no nome da Instituição escolar para Instituto Agrônomo Vidal de Negreiros. Contudo, sob a alegação de falta de verbas, em 1933 ocorre o retorno à alçada do governo Federal. A nova denominação da Instituição passa a ser Aprendizado Agrícola da Paraíba, estado de coisas que se manterá até 1945 (SANTOS, 2015). A mudança aludida por SANTOS (2015) foi, na verdade, o reconhecimento da falência do modelo educacional dos Patronatos. Para esta autora “A preocupação disciplinar, correicional e moralizante passou a ser alvo de críticas, (...) o que os levou a serem substituídos pelos aprendizados agrícolas nos primeiros anos da década de 1930.” (Santos, 2015, p.67)

fazendo-se presente em todos esses momentos e atuando como pilares da visão educacional do então Patronato Agrícola Vidal de Negreiros: a realização de um ensino que tinha como base o militarismo presente na sociedade brasileira nos anos iniciais da República, a noção do papel profilático da educação ao promover a modernização conservadora como obra de higienização social, criando as condições para a aurora de um progresso social tido como inevitável. A viabilização dessas diretrizes era considerada tarefa fundamental a ser executada sem grandes alterações na estrutura social e política da nação – manter os de baixo embaixo, com algumas melhorias pontuais em suas condições de vida, mas sempre a serviço da elite pensante da República: latifundiários brancos e de sexo masculino.

Um breve exame dessas práticas pedagógicas nos coloca diante de um eixo educacional que fora forjado para calçar a modernização conservadora. Entre os anos de 1924 e 1947 (SANTOS, 2015), os objetivos disciplinadores e docilizadores para um trabalhador “regenerado”, consubstanciados no militarismo nacionalista e higienismo civilizador ficam em quase todas as suas características. A organização e disposição espacial das construções permitia vigilância em tempo quase integral sobre os inter-

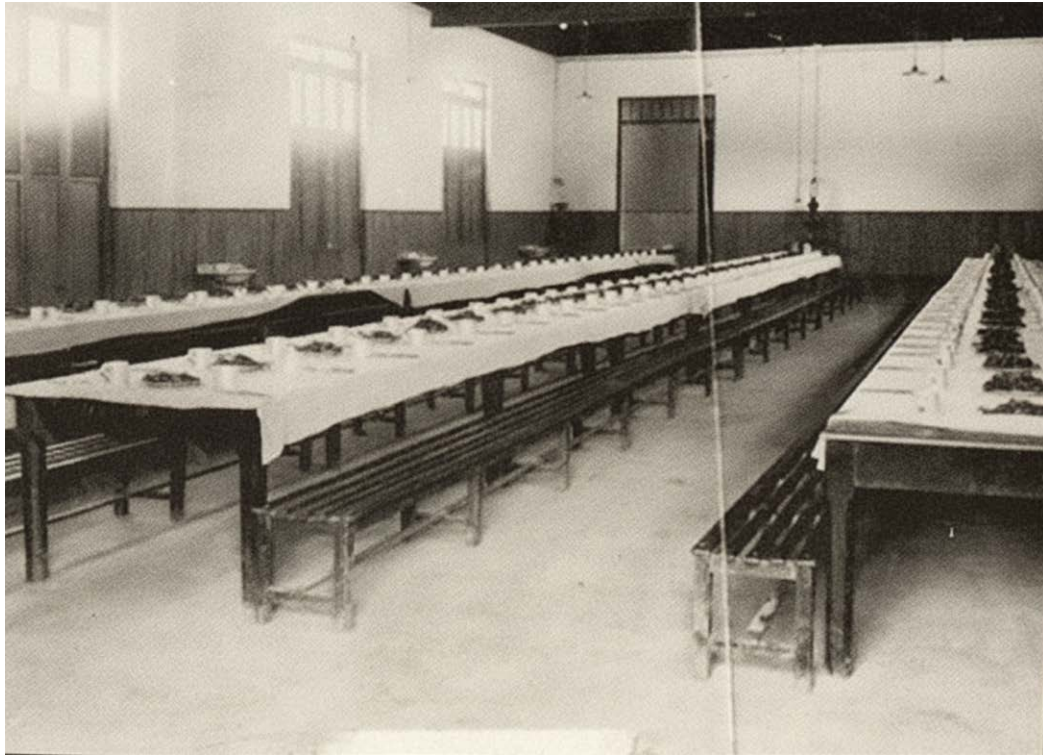
nos; todo funcionamento da escola estava organizado em pavilhões e atividades coletivas eram fiscalizadas; a configuração do alojamento e do local das refeições estava distribuída em fileiras e com disponibilidade dos objetos necessários

para diminuir os gastos de tempo; a imponente residência do Diretor (maior autoridade da Escola) ficava em local próximo, fazendo sentir a presença imediata do poder normalizador (SANTOS, 2015).

FIGURA 01 - O Patronato agrícola Vidal de Negreiros em 1930 – a fotografia mostra o primeiro pavilhão dos discentes e a residência do Diretor.



FIGURA 02 - Refeitório dos internos em 1927 organizado para facilitar a disciplinarização mesmo no momento das refeições. Os internos faziam as refeições sob vigilância e, para isso, dispunham de pouco tempo (SANTOS, 2015).



Uma análise rápida das figuras 01 e 02 nos remete ao uso da arquitetura como instrumento de poder. A residência do Diretor, além da proximidade em relação aos internos, tem como característica o fato de ser uma construção mais imponente e destinada a dar destaque à família que em seu interior residia. A arquitetura interna do refeitório é a reprodução da concepção de pavilhão sem espaços de privacidade, elemento que facilita o monitoramento de seus frequentadores.



FIGURA 03 - Detalhe do dormitório (1930). Disposição das camas em fileiras e concepção de alojamento coletivo – disciplina e permanente ausência de privacidade nas atividades mais básicas.



FIGURA 04 - Alunos fardados para o desenvolvimento do trabalho com máquinas e motores agrícolas em 1930. O uso das indumentárias evidencia limpeza e, ao mesmo tempo, uniformização de comportamento disciplinado para atividades realizadas na escola.

Fonte: Fotografias extraídas de SANTOS (2019, p. 49, 53, 54 e 56, respectivamente).

Além dos aspectos citados, a presença de uma formação que nos remete ao militarismo característico dos primeiros anos da República brasileira⁷ pode ser encontrada na pedagogia oferecida aos internos no patronato em seus primeiros anos, da gestão das atividades burocráticas às práticas pedagógicas. Santos (2015, p. 101-106) nos lembra de que:

Desde a sua fundação, o Patronato agrícola de Bananeiras contava com iniciativas que visavam à instalação de batalhões de escoteiros e aulas de educação física com viés militarista, com objetivo de incutir nos educandos a disciplina e energia corporal necessárias para realizar a regeneração social pretendida pelos métodos de ensino e

trabalho enfatizados na instituição. O método educativo, além de contar com a alfabetização, o trabalho agrícola e o trabalho nas oficinas, se baseava na educação física, cívica e moral. (...)

Além do escotismo desenvolveu-se na instituição, como suporte aos outros métodos de disciplina corporal, a ginástica sueca. Nas aulas de educação física praticava-se a ginástica sueca, método que compreendia movimentos simples, simétricos e de fácil compreensão, sem a ajuda de aparelhos. A origem desse método de exercícios remonta a um momento de profundas transformações políticas, econômicas e sociais na Europa, fase em que o sentimento de nacionalismo e militarismo se espalhava e os pensadores naturalistas e filantrópicos influenciavam todo o chamado velho continente.

7 - Importante lembrar que o processo de transição da Monarquia para a República no Brasil culminou no golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. Mais que isso, a consolidação do novo regime deu lugar a adoção de políticas que indicavam ser o Exército brasileiro o grande núcleo refundador do Brasil e elite da inteligência nacional que tiraria a nação de seu habitual atraso. O ideal militar de salvação nacional, gestado nos anos da Guerra contra o Paraguai (1864-1870), apontava para a educação militar a tarefa de formar os futuros quadros que guariam o Brasil em sua trajetória de progresso. Assim, a influência da formação militarista estará presente nas atividades teóricas e práticas do que existia em termos de educação oferecida pelo Estado na época.

Se a ginástica sueca, prática de exercícios corporais também ensinada nas academias militares, ensinava o corpo a se comportar adequadamente aos ditames da civilização moderna, o escotismo introduzia um processo de disciplinarização e respeito à hierarquia que se encaixava perfeitamente nos objetivos disciplinadores dessa educação profissional e técnica⁸. Nesse

8 A esse respeito, notadamente relacionado à disciplina militar, o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros desenvolveu ao longo da década de 1920 e já como

caso, temperava-se a formação profissional com uma educação pré-militar onde se estimulavam “atividades em equipes ao ar livre, como acampamentos, fogueiras, jogos, rastreamento, dedução e observação, técnicas de primeiros socorros, boas ações e civismo”. A formação alusiva à vida militar promovia uma mente disciplinada e dócil, mais propensa a obedecer, atendendo as expectativas da modernização conservadora. Importante lembrar que o civismo, patriotismo e nacionalismo possuíam amplo espaço na estrutura curricular operacionalizada nesses tempos, em consonância com o nacionalismo que cresce no país após a tomada do poder pelos revoltosos de 1930. Em resumo, “pouco se aprendia acerca de disciplinas que promovessem a formação do pensamento filosófico, apenas algumas noções básicas de ler, escrever e contar. O que eles deveriam aprender mesmo eram as

profissões que os fizessem ingressar no mercado de trabalho.” (SANTOS, 2019, p.55) Acrescentamos: entrar no mercado de trabalho de maneira a ser disciplinado e dócil diante das dificuldades enfrentadas.

Em perfeita sintonia com os aspectos militarista e nacionalista de sua educação, se encontrava uma concepção higienista que norteou o Patronato em suas primeiras décadas: em primeiro plano, o projeto de retirar menores da rua, interná-los em instituições de ensino técnico e regenerá-los para trilhar o caminho de uma civilização moderna (ordeira e disciplinada) também significava uma forma de assepsia social, limpando a sociedade de pessoas em “degeneração”. Mais ainda, em primeiríssimo plano, os regulamentos da instituição pugnavam de recomendações cuidadosas para o aspecto da higiene pessoal, desenvolvimento corporal e disciplina como indicadores de bom comportamento e futuro laboral. Aparentar limpeza e ordenamento eram essenciais ao êxito acadêmico dos internos.

Não poderíamos ainda deixar de mencionar que as mudanças impulsionadas pela modernização conservadora se fizeram sentir em uma sociedade de forte tradição patriarcal. A despeito, o discurso modernizador que chegou a Bananeiras apoiou com entusiasmo, e dentro de uma recepção própria do

Aprendizado Agrícola da Paraíba nos anos 30 e 40, tentativas de implantação de uma escola de tiro de guerra vinculada ao Exército brasileiro. A ideia de uma educação militar tinha respaldo na ascensão nacionalista que tomou parte da conjuntura mundial na década de 1930 e que, com nuances políticas variadas, será implantada no Brasil durante o período da Era Vargas (1930-1945). Entre inúmeras discussões que podem ser levantadas a esse respeito, indica-se o uso de uma educação “pré-militar” como forma de seleção prévia (informal) para o recrutamento.

patriarcalismo, a abertura de espaços educacionais para as mulheres. Na cidade, a década de 1940 e os anos de 1950 assistiram a formação e desenvolvimento, no espaço onde já funcionava o ensino agrícola para rapazes, de um curso de economia rural doméstica para mulheres. Concebido na Europa e nos EUA do século XIX para atender a mulheres de elite, proporcionando uma visão escolarizada ao que elas desempenhavam em seus lares, os cursos de economia doméstica atendiam a demandas criadas pelo processo de industrialização, racionalizando a noção de cuidar da casa e, ao mesmo tempo, cuidando da transmissão de uma cultura do lar que perpetuasse o papel feminino em uma sociedade patriarcal.

Contudo, no Brasil e em Bananeiras, o modelo escolarizado de educação para o lar passou por um processo de adaptação, pois se tratava de transmitir esses conhecimentos para mulheres oriundas, na sua maioria, das camadas mais baixas da sociedade. Para Santos (2019, p.62), a demanda por essa escolarização foi inserida em um tempo/espaço que atendeu ao

modelo econômico do país, (...) e ao lado do medo de —perder a mulher (da categoria alta) para a vida pública, trata-se logo de inseri-las nesse modelo de educação doméstica escolarizada.

Para uma parte das mulheres da camada média, o curso será como uma formação de magistério, a fim de que elas ensinem mulheres da cidade e do campo a se inserir nesse processo de educação. Para as mulheres pobres, restariam as proporções de um ensino profissionalizante, para ajudar nas despesas de casa, continuar exercendo trabalho nas fábricas, servir melhor como empregada aos grupos mais abastados, e, também continuar reproduzindo o papel que lhe cabe na sociedade: o de filha, esposa e mãe.

A época histórica a qual estamos nos referindo, sobretudo no decorrer dos anos de 1950, foi um período em que não coube mais o discurso no qual a mulher pobre teria de estar resguardada ao lar. No universo das grandes cidades houve uma participação crescente de mulheres no mercado de trabalho, principalmente no setor fabril, e a própria mulher de elite passou a adentrar mais ao espaço público por outros meios, a exemplo do magistério onde lecionava para outras mulheres. A criação dos cursos de economia rural doméstica, dentre eles o da Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros (Lei Orgânica do Ensino de 22.01.1947 e Decreto nº 22.526/1947), contemporizou com estas ampliações que, todavia, não se desenvolveram sem os limites de uma sociedade patriarcal. As representações femininas projetadas pela experiência do curso de economia

rural doméstica oferecido em Bananeiras desnudam certas características que nos impulsionam a analisá-la mais como um meio de continuidade do controle social patriarcal do que como um instrumento de emancipação feminina para o mundo do trabalho.

Assim, não é possível encontrar, por exemplo, nenhum elemento pedagógico que evidencie uma ruptura com o modelo patriarcal tradicional. Muito pelo contrário, apesar das aparências de projeção da mulher no espaço público, a forma como o processo se desenvolve e, notadamente, os próprios conteúdos ensinados na sala de aula apontam para reforço do papel da mulher como *Rainha do Lar*. No dizer de Santos (2019, p.67-68), era

uma educação conservadora, mas que tinha aparência de moderna, ao abrigar o discurso de que a mulher estava acessando mais o espaço público, por meio do trabalho e da educação escolar, mas restringindo esse trabalho e essa educação a habilidades domésticas. (...) as literaturas traziam essas características. Esses escritos eram um preparo para o casamento, por isso deveriam saber exatamente como se comportar em um lar, a fim de manter uma família harmoniosa e feliz, responsabilidade totalmente da mulher.

Tal representação feminina nos é revelada por documentos constantes no próprio arquivo do atual Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. Em pesquisa intitulada “Primeiro Curso de Economia Rural Doméstica na Paraíba: Bananeiras (1950-1959)”, Santos (2019) nos ensina que o conteúdo programático do curso exaltava o papel doméstico da mulher e enfatizava os cuidados que esta deveria ter com a limpeza, com os modos praticados na esfera do lar e com o domínio das técnicas que concorreriam imaginariamente para um lar harmonioso e feliz. O índice do **Manual adotado no curso de economia rural doméstica de Bananeira** nos coloca diante de um conteúdo completamente voltado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos trabalhos da esfera doméstica, tendo como foco central as responsabilidades femininas para a construção e manutenção de um lar feliz. Por outro lado, a edificação onde eram realizadas as aulas nos aponta para uma residência dentro da qual eram desenvolvidos programas de ensino, corroborando a ideia de que o papel da mulher, mesmo a escolarizada, deveria estar voltado para a esfera do lar. Se a arquitetura e a escrita são, também, formas de representação, aqui temos o discurso patriarcal edificado, inscrito e autolegitimado.

As duas primeiras décadas de existência do ensino agrícola em Bananeiras foram acompanhadas por diversas mudanças institucionais e políticas que remodelaram o Brasil. Iniciado no período oligárquico da primeira república, o patronato atravessou os anos da chamada Era Vargas (1930-1945) e adentrou a República Liberal Populista ainda vinculado às atividades do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ao final do terceiro período republicano, após o Golpe Civil-Militar de 1964, a instituição escolar passaria por sensíveis transformações que procuraremos sintetizar na parte final desse constructo.

GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, ANOS DE DITADURA E A VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL À UFPB: NA PEDAGOGIA DO CAPITAL HUMANO E METODOLOGIA DE ESCOLA-FAZENDA

O advento do golpe civil-militar de 1964 e a implantação de uma ditadura que duraria 21 anos impulsionaram diversas mudanças nas políticas institucionais de Ensino Agrícola, proporcionando uma nova configuração para a Escola Agrotécnica de Bananeiras. Inicialmente, a reforma administrativa dos

ministérios ocorrida em 1967 e o Decreto Lei nº200/67 transferiram o Ensino Agrícola para o âmbito do Ministério da Educação e Cultura, levando a SEAV (superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário) a ser transformada em DEA (Diretoria de Ensino Agrícola), subordinada ao Departamento de Ensino Médio (DEM). Tais alterações não se consubstanciaram, apenas, como mudanças burocráticas, mas como um novo projeto de Ensino Agrícola.

Inseridas na intensificação das transformações tecnológicas direcionadas à produção, nos setores primário e secundário da economia e, no caso específico do setor primário, à chamada de “revolução verde”, as mudanças impostas trouxeram à tona uma nova filosofia de Ensino Agrícola por meio da metodologia de Escola-Fazenda sintetizada na consigna *aprender a fazer e fazer para aprender* (SOBRAL, 2009). Mais profundamente, considerando aspectos da conjuntura internacional daquele período e o auge da modernização conservadora no Brasil, a nova dinâmica tinha como bases a implantação do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso - CONTAP II (Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, MA/USAID), para suporte do ensino agrícola de grau médio e, posteriormente, os famosos acordos MEC-USAID, que

impuseram profundas mudanças autoritárias em toda a educação brasileira. No aspecto específico do Ensino Agrícola, a implantação do sistema de escola-fazenda vinha na perspectiva de promover mudanças na vida da população rural sem a realização de uma reforma agrária, fato que desvela a sua vinculação aos interesses das velhas oligarquias e do Estado ditatorial pró Estados Unidos. Importante informar que no universo situado ao largo das escolas agrícolas impunha-se o total desmonte das ligas camponesas (principal movimento defensor de uma reforma agrária no pré-64) e a transformação dos nascentes sindicatos rurais em entidades meramente assistencialistas.

No prisma da História do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, o caudatário das transformações foi a sua vinculação à Universidade Federal da Paraíba em 1968. Por meio do Decreto nº 62.173 de 25 de janeiro daquele ano, o espaço físico da Escola foi transformado em campus universitário, onde, a partir de 1974, passou a funcionar seu primeiro curso superior – Tecnólogos em Cooperativismo –, além do ensino agrícola de nível médio, constituindo-se nesse momento o Centro de Formação de Tecnólogos da UFPB.

A adoção do modelo de escola-fazenda, por sua vez, era um

dos desdobramentos da *teoria do capital humano*⁹. A implantação de ideias presentes na teoria importada acarretou diversos desdobramentos no processo de capitalização das atividades agrárias. Dispensando a realização de uma reforma agrária, a teoria do capital humano inspirou a realização de maciços investimentos na mecanização da agricultura (tratores em larga escala, colheitadeiras, fertilizantes, defensivos químicos, dentre outros) que aumentaram o capital gerado pela produção sem, contudo, significar maior distribuição de riquezas. Ao contrário, o que se constatou foi uma redução na oferta de empregos permanentes, aumentando a precariedade da vida camponesa.

No campo puramente educacional, o corolário dessas imposições foi a Lei 5.692/71, que criou

9 Produzida pelo professor norte-americano na Universidade de Chicago Theodore Schultz, a teoria rendeu ao docente o prêmio Nobel de economia em 1979 e, antes deste evento, teve ampla repercussão mundial sendo adotada em países “em desenvolvimento” alinhados aos Estados Unidos nos marcos da guerra fria. A referida teoria tinha como postulado central a ideia de que “a única maneira de aumentar a eficiência produtiva na agricultura seria através do aporte de fatores externos, substituindo os “insumos tradicionais” por “insumos modernos”, oferecidos a custos baixos ao agricultor através de créditos subsidiados, acompanhados de assistência técnica” (Sobral, 2009, p.86).

um novo modelo de Ensino Agrícola que, também, seria adotado no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. Tal lei, inclusive, foi acompanhada de outras medidas. Segundo SOBRAL (2009, p.88-89),

Pelo Decreto nº 72434, de 09 de julho de 1973, é criada a COAGRI - Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola, com a finalidade de “proporcionar, nos termos desse decreto, assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola” do MEC. O referido Decreto, em seu artigo 2º, assegura autonomia administrativa e financeira à COAGRI, criando um fundo de natureza contábil, fato que permitiu um avanço considerável nas escolas, uma vez que os recursos advindos da comercialização de produtos agropecuários produzidos pelas escolas, passaram a ser reaplicados e não mais recolhidos ao Tesouro Nacional.

Embora esta política tenha contribuído no sentido da realização de maiores investimentos no “capital humano” representado por docentes, técnicos e discentes e, ainda, ter concorrido para o surgimento de uma identidade comum às escolas agrotécnicas vinculadas às Universidades Federais e MEC, não se pode deixar de ressaltar que a modernização conservadora irá impor a formação de um profissional agora direcionado para as novas

concepções de negócio do setor primário, sendo ele próprio uma peça da engrenagem capitalista consubstanciada na “revolução verde” antes e depois de sua formação (o técnico em agropecuária formado nesse contexto é mão de obra barata antes e depois de sua formação e o modelo de negócio só será amplamente favorável aos seus empregadores)¹⁰.

No mesmo contexto, o modelo de escola-fazenda adotado no CAVN e outras instituições de ensino agrícola trazia consigo alguns dos aspectos ideológicos presentes nas políticas educacionais anteriores e, em certo sentido, radicalizados com a implantação de uma ditadura civil-militar a partir de 1964. Assim, percebe-se, já a partir de 1969, a adoção dos princípios de moral e civismo como base da relação entre educação e trabalho que inspirava a escola-fazenda. A obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e

10 Segundo Savani (2006), a concepção teórico-pedagógica tecnicista aplicada à educação pela Ditadura civil-militar no Brasil ocorreu sob influência de teoria onde a educação é um capital a ser investido e que busca retorno. Trata-se de uma visão produtivista do ensino, em que a educação não era entendida como um instrumento de formação e desenvolvimento das potencialidades humanas para a cidadania e sim como construtora do educando para sua atuação no campo da produção de riquezas, como mão de obra.

Política do Brasil (OSPB) vinha para formar doutrinariamente um técnico agrícola que, além de desempenhar as suas funções laborais, cultuasse as leis vigentes, o regime, a pátria e seus símbolos, atitude enfatizada como condição essencial ao desenvolvimento nacional.

A adoção dos princípios destacados configurou uma radicalização do processo educacional formador de uma mão de obra não questionadora. Essa radicalização pode ser observada nas normatizações internas ao CAVN que determinavam todas as regras a serem seguidas no estabelecimento, assim como os direitos e deveres dos discentes e docentes. No tocante aos deveres dos alunos, por exemplo, eles eram aproveitados como mão-de-obra em trabalhos específicos e de acordo com sua aptidão profissional. Assim, o discente tornava-se um indivíduo importante e produtivo na vida funcional da instituição, elemento que o enquadraria dentro dos preceitos da Teoria do Capital Humano. Outra determinação era a existência de uma ficha disciplinar em seus históricos, que continha seus dados pessoais e onde eram relatados todos os acontecimentos considerados inadequados perante as normas da instituição (atrasos, uniforme incompleto, faltas à aula ou aos ensaios da banda marcial) que recebiam tratamento punitivo

(CHAVES, 2018). O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros é, historicamente, uma escola onde se observa ênfase na formação cívica, desde seus tempos de patronato. A radicalização efetuada pela Política educacional da Ditadura Civil-Militar encontrou eco em seu passado presente militarista, higienista e patriarcal.

REDEMOCRATIZAÇÃO: DESAFIOS PARA UM CAVN INCLUSIVO E MAIS DEMOCRÁTICO

O processo de redemocratização que o Brasil atravessou na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade dos anos de 1980 acarretou novas transformações no âmbito do ensino agrícola brasileiro, repercutindo nas instituições escolares que os ofereciam, a exemplo do CAVN.

No aspecto Institucional,

Em 4 de setembro de 1979, pelo Decreto nº 83.935, as escolas agrícolas passaram a ter a denominação de escolas agrotécnicas federais, acompanhadas do nome do município onde se encontram localizadas. O Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, extingue a COA-GRI, ficando o ensino agrotécnico de 2º grau diretamente subordinado a SESG (Secretaria de Ensino de 2º grau). (SOBRAL, 2009, p.91)

Nesse período, a Escola Agro-técnica Federal de Bananeiras passa a realizar consultas a sua comunidade para a escolha dos cargos de Diretor e Vice-Diretor, acompanhando a tendência nacional de liberalização dos espaços políticos, muito embora elementos característicos da política educacional da ditadura, como as normatizações mais direcionadas para a disciplinarização do que para os processos de ensino e aprendizagem, permanecessem em ação. As disciplinas de EMC e OSPB, por norma, só seriam extintas após a aprovação da Lei 9394/96 (Lei de diretrizes e bases da Educação), mesmo que os espaços de sala de aula já comportassem processos formativos que punham na ordem do dia conteúdos relacionados à cidadania. Sobretudo na Década de 1980, subsistirá um corpo docente e técnico nomeado durante o período da Ditadura Civil-Militar, fato que começa a sofrer alterações mais profundas depois da promulgação da Constituição de 1988 e da Lei 8112/90 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais).

Por outro lado, a segunda metade dos anos de 1980 e a década de 1990 seriam marcadas pela rediscussão do ensino agrícola e por transformações nesse modelo educacional. Do ponto de vista dos

referenciais teóricos balizadores dessa modalidade de ensino, assistiu-se à derrocada da teoria do capital humano. A crítica a essa concepção posta em prática durante a Ditadura Civil-Militar partia de debates travados na academia e no interior do próprio MEC. A crítica se concentrava no fato de que a visão voltada para a preparação de recursos humanos era uma diretriz de negócios que beneficiava muito mais aos empregadores do que aos educandos e futuros trabalhadores (SOBRAL, 2009). A despeito dessa crítica, importante ressaltar que atualmente identifica-se na teoria do capital humano e “revolução verde” gêneses do atual modelo de agronegócio.

A década de 1990 e os primeiros decênios do século XXI assistiram ao reordenamento do ensino agrícola ministrado pelo Colégio Agrícola Vidal de Negreiros e das estruturas políticas de sua gestão. A comunidade passa a partilhar mais dos processos decisórios e em 1990 inicia-se a diversificação dos cursos oferecidos, com a criação do Curso Técnico em Agroindústria. Ainda nos anos 90 constata-se um aprofundamento das políticas de formação de mão de obra direcionada aos interesses das elites agrárias a partir da concepção de Estado mínimo. Essa configuração, própria do neoliberalismo então no auge,

promoveu a separação entre formação técnica e formação acadêmica num movimento contrário ao próprio processo de democratização. Somente a partir de 2003, com a expansão das formações educacionais técnicas, é que essa situação será reformada, adotando-se a criação de cursos técnicos integrados mais abertos a conteúdos relacionados à formação da cidadania e, portanto, mais próximos de uma concepção politécnica.

No âmbito das concepções políticas de escola, o século XXI traz consigo a necessidade de construção de escolas agrotécnicas mais democráticas, impulsionando, inclusive, a reformulação dos estatutos dessas instituições. No colégio Agrícola Vidal de Negreiros foi realizada a reformulação de seu regimento no ano de 2007, com participação da comunidade acadêmica e, atualmente, encontra-se em curso nova reformulação. Pedagogicamente, além de uma diversificação maior

nas ofertas de cursos (Aquicultura, Nutrição e Dietética, Paisagismo, Laboratório de Ciências da Natureza, Auxiliar em Veterinária e Guia de Turismo (PROEJA)), adotou-se mais diálogo com os segmentos acadêmicos, abandonando-se gradativamente o caráter autoritário e disciplinador característico da Instituição em seu passado, num movimento rumo a uma escola inclusiva e diversa. Teorias pedagógicas como as de Paulo Freire, por exemplo, são bem recebidas no CAVN, apesar de ainda haver muito o que fazer.

Esse talvez seja o grande desafio do momento atual – aprofundar a democracia já existente no CAVN, consolidar a oferta de cursos que formem cidadãos ativos, além de manter a qualidade da formação técnica ministrada. Considerando a Educação como via de mão dupla (FREIRE, 1998), trata-se de a instituição aprender a reinventar os seus rumos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luciene Chaves de. Ensino agrícola e formação disciplinar para meninos: aspectos da prática pedagógica do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros” em Bananeiras/PB (1924-1934). **Revista Lugares de Educação**,

Bananeiras, v. 3, n. 7, p. 164-178, dez. 2013. Edição especial. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>. Acesso em: 25 jul. 2025.

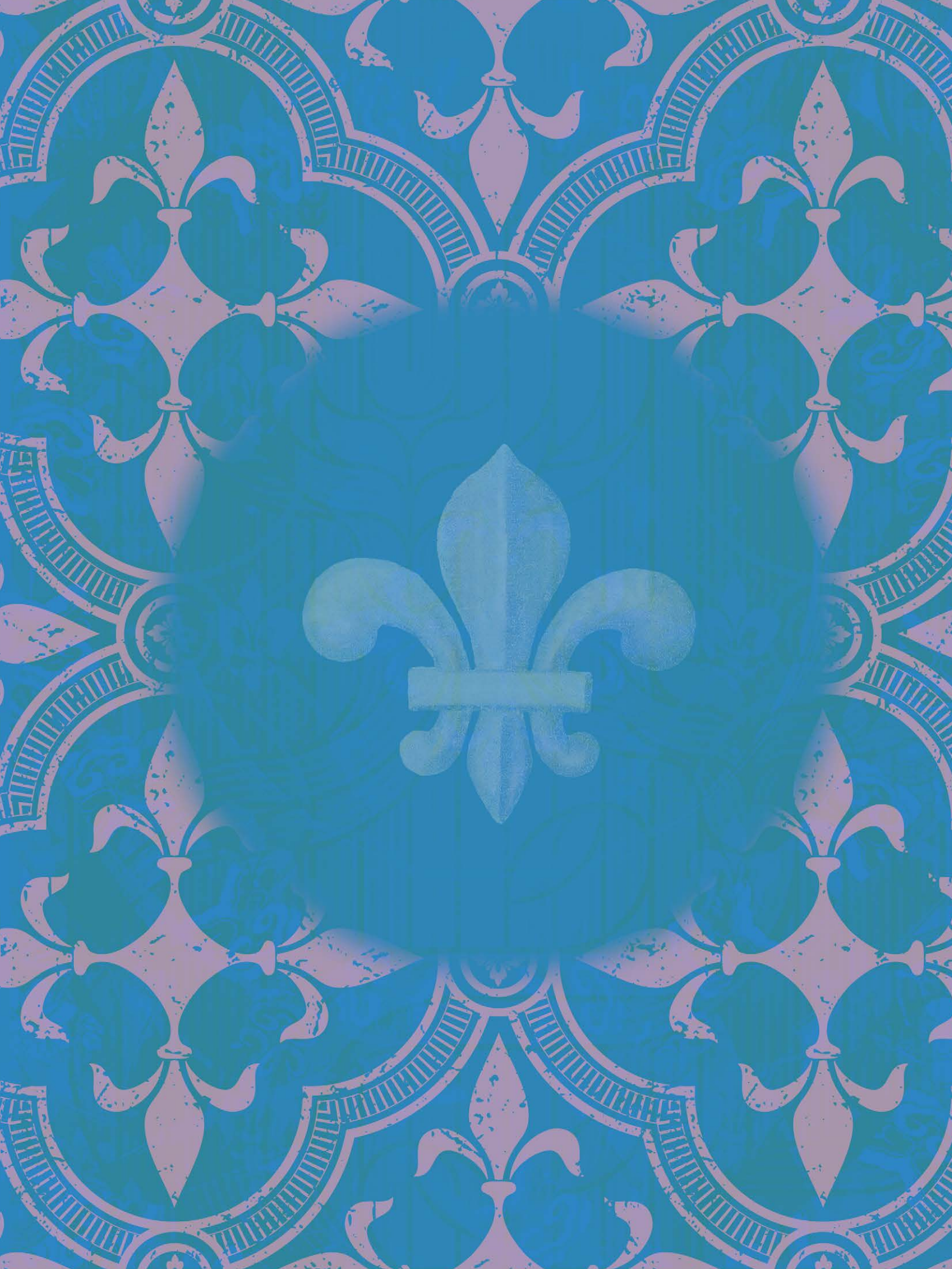
CHAVES, Sérgio Murilo Ribeiro; et al. Ocorrências disciplinares no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros durante os anos de chumbo (1970-1974). In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 19., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: [s.n], 2018.

LUCENA, Iveraldo. **Nas veredas de um andarilho**: Bananeiras, educação e cultura. João Pessoa: Editora da Unipê, 2003.

SOBRAL, Francisco José M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v.2, n.2, p. 78-95, nov. 2009.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos**: um estudo sobre o patronado agrícola de Bananeiras (1924-1947). 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SANTOS, Wanderléia Farias. **O primeiro curso de Economia Rural Doméstica na Paraíba**: Bananeiras (1950-1959). 2019. 167f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.





Da Escola de Agronomia do Estado da Parahyba à UFPB: trajetória do Centro de Ciências Agrárias

Daniel Duarte Pereira¹¹

11

Professor UFPB/CCA. Memorial do CCA/UFPB - Professor
Luiz Carvalho Araújo. Doutor em Recursos Naturais (UFCG)

A palavra Universidade tem a sua origem do latim “**universitas**”, significando **universalidade, totalidade**. Um conceito oficial de Universidade seria instituição que se caracteriza pela **indissociabilidade** das atividades de **ensino, pesquisa e extensão**, pluridisciplinar na formação dos quadros profissionais de nível superior e de domínio e cultivo do saber humano. Temos a plena certeza que a nossa Universidade Federal da Paraíba mais do que abrange todos esses significados ao longo da sua gloriosa trajetória.

Longe já vai o tempo em que a **Biblioteca e o Museu de Alexandria**, ao serem criados em volta de 300 anos a.C., podem ser considerados as instituições basilares do que hoje denominamos de Universidade. Neles contribuíram Euclides, Eratóstenes, Hiparco, Arquimedes e Ptolomeu. Embora muitos considerem que a mais antiga Universidade teria sido criada por Fatima al-Fihri, que constituiu a **Universidade al-Qarawiyyin**, em 859 d. C., Fez, Marrocos.

No Brasil, em 1808, foram criadas as primeiras instituições de Ensino Superior representadas pela **Escola de Cirurgia da Bahia**, em 18 de fevereiro, e a **Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina no Rio de Janeiro**, em 05 de novembro.

Já como precursoras do título de primeira Universidade no Brasil, existe uma disputa entre a atual **Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**, Manaus, de 17 de janeiro de 1909, e a **Universidade do Paraná**, Curitiba, de 19 de dezembro de 1912. Reivindicam os títulos ainda a UFRJ, Rio de Janeiro, de 07 de setembro de 1920; a UFMG, Belo Horizonte, de 07 de setembro de 1927 e a Universidade de São Paulo, São Paulo, de 25 de janeiro de 1934.

Falemos, agora, sobre a importância e contribuição da **Escola de Agronomia do Estado da Parahyba** nesse momento de comemoração dos **70 anos da Universidade Federal da Paraíba ou Jubileu de Platina**.

Estima-se que as primeiras discussões sobre o **Ensino Superior na Paraíba** datariam de 1823, quando na **Assembleia Geral Constituinte** o Deputado Provincial Joaquim Manoel Carneiro da Cunha defendia a implantação de uma Universidade, na verdade um Curso Jurídico, devido às maiores vantagens da Paraíba em relação a outras Províncias.

Enquanto se procura a elucidação histórica dessas reivindicações, nos voltamos para a nossa pequenina Parahyba do Norte, e, mais especificamente, para um recorte rural/agrícola, entre os anos

de 1857 e 1859, quando o então Presidente da Província Henrique de Beaurepaire-Rohan criava um **Jardim Botânico**, delimitado pelo que hoje são representadas as Ruas General Osório, Silva Jardim, Beaurepaire Rohan e da República, mais especificamente por trás do atual Palácio da Redenção. No Jardim deveria funcionar uma **Escola de Agricultura Teórico-Prática**. No dizer de Beaurepaire-Rohan, em Relatório de 1859

“...concluídos os trabalhos mais pesados da lavoura, era minha intenção crear uma esquadra de meninos pobres, sob a direcção de um agricultor pratico, para o serviço do jardim. Seria esse o primeiro passo para o estabelecimento da escola de agricultura. Dar-se-lhes hia aquartelamento, vestuário, alimentos e uma pequena paga para os animar.” Não logrou êxito, entretanto, a criação da referida Escola.

Andemos um pouco no tempo, e cheguemos ao ano de 1884. Por essa época, o Engenheiro de Minas Francisco Soares da Silva Retumba, comissionado pelo Governo da Província da Parahyba do Norte, esteve em Areia para solucionar uma doença da cana-de açúcar denominada Gomose. Retumba verificou que o tema não era da sua área, mas sugeriu a criação de uma **Escola de Agricultura**.

Saindo um pouco da temática rural/agrícola, vamos encontrar o então Deputado Provincial Pedro Américo de Figueiredo e Mello, em 18 de julho de 1892, que propunha a criação de **três Universidades**, a serem localizadas na Capital Federal, São Paulo e no Norte, podendo ser na Bahia, Pernambuco ou Pará. Defendia, ainda, a concessão de bolsas de estudos. Na defesa da proposição informava que haveria uma elevação da educação e dos pensamentos e profissões intelectuais.

Deve-se enfatizar que, mesmo não propondo a Parahyba do Norte como sede de Universidade, ainda em 1892 conseguiu uma creditação de um milhão de contos de réis para a Província. E que, na sua defesa por bolsas de estudos, talvez estivesse lembrando o menino que foi bolsista do Império.

Em 09 de outubro de 1909, através da Lei Estadual N° 315, foi criada pelo Presidente João Lopes Machado a **Escola Agrícola e Zootécnica do Estado**, na Várzea da Paraíba.

Andemos mais um pouco no tempo, voltemos ao rural/agrícola e cheguemos ao governo de João Pereira de Castro Pinto, de 1912 a 1915, que em 1913 criou o **Centro Agrícola do Município de Mamanguape** e, de forma inovadora, a **Universidade Popular**,

cujo jornal A União, de 17 de janeiro de 1913, se referindo a 16 de janeiro, em sessão no Theatro Santa Rosa, além de citar vários políticos, escritores, pensadores, enumerava as conferências, e não cursos, a serem realizadas com os temas Jornal Moderno; **A Cultura da Borracha**; Vidal de Negreiros; Cidade Moderna; Três Poderes Políticos na União e no Estado; Phisica e Chimica; Chorographia do Brazil; **Syndicatos Agrícolas**; **Agronomia**; Hygiene Publica; O Norte do Brazil; Hygiene Domestica; Hygiene Escolar; Instrução Publica; Direitos Politicos da Mulher; Poetas do Norte; Sertão Parahybano; O Commercio da Parahyba; O Mutualismo; Habitações Populares; Exército Brasileiro; Literatura Commercial; Organização Municipal; Teatro e Arte Dramática; Instrução de Credito; A Vida de Imprensa; Sciencias Naturaes; Direito Eleitoral; Ensino Secundário; Habeas-corpus; A Democracia Ingleza; Prophylaxia das Molestias Endêmicas; Instrução Primaria; Assistencia Publica; Identificação Criminal; As Artes Liberaes na Parahyba e Literatura Italiana. Foi inaugurada em 25 de janeiro de 1913 e era voltada, a princípio, para operários e suas famílias e, depois, para estudantes da instrução pública. Mas, provavelmente, não perdurou após junho de 1913.

Ainda no governo do Presidente Castro Pinto se criou pela Lei Estadual N° 406, de 23 de outubro de 1914, o **Curso de Agrimensura**, no qual alguns admitem ter sido este **o primeiro curso superior civil** do estado, funcionando no antigo Liceu Paraibano. Em 1917, na gestão do Presidente Francisco Camillo de Holanda, mudou para Escola de Agrimensura e foi extinta em 1929 no governo do Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque por falta de alunos. Era, entretanto, um curso de nível médio.

Ainda no recorte rural/agrícola, em 1920 é criado pelo Decreto Federal N° 14.118, de 29 de março, o **Patronato Agrícola Vidal de Negreiros**, em Bananeiras. Embrião do que viria a ser o atual Campus III da UFPB e somente em 1924 se daria a sua inauguração. Em 1929, no governo do Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, pelo Decreto Estadual N° 1606, de 14 de novembro, é criado o **Centro Agrícola Pindobal, Escola Correccional de Pindobal** ou **Centro Agrícola Presidente João Pessoa**, voltado para o ensino e o trabalho agrícola e correção de menores.

Embora tivesse havido iniciativas, sugestões, criações e implantações de instituições voltadas para o ensino rural/agrícola e, mesmo, universidade populares, a Parahyba do Norte ainda não tinha nenhu-

ma instituição de ensino superior civil. No âmbito religioso, foi criada a Arquidiocese da Parahyba em 1892 e instalada em 1894. Nesse mesmo ano, em 04 de março, foi instalado o **Seminário Episcopal** onde funcionaram os **Cursos Inferior (Humanidades)** e o **Superior (Filosofia e Teologia)**. Portanto, são passados 131 anos da criação do **Curso Superior Religioso** no estado da Paraíba.

Na Reforma de Ensino de 1931 houve um estímulo para a oferta de vagas no ensino superior. Mas foi preciso, então, que houvesse uma Revolução, uma Amizade e um Parentesco, para que, apenas em 1934, fosse criada uma instituição civil de Ensino Superior no estado da Paraíba. Sabe-se que de 1907 a 1933 houve um aumento de 25 para 338 instituições de ensino superior e criação de 17 Universidades no Brasil. No hoje equivalente ao ensino médio, havia sido criado, em 1934, o Curso Profissional de Prática em Agricultura.

Em 1930, no dia 26 de julho, é assassinado, no Recife, o Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. No rastro desse assassinato, inicia-se, em 03 de outubro, a Revolução de 30, em que toma posse como Presidente do Governo Provisório, em 01 de novembro, Getúlio Dornelles Vargas. José Américo de Almeida, paraibano, areense, assu-

me provisoriamente o cargo de Governador e depois de Interventoria Federal no estado da Paraíba, sendo também denominado de Governador Geral do Norte, e em conjunto com Juarez do Nascimento Fernandes Távora, cearense, jaguaribense, Delegado Militar, vêm a dar posse a diversos Interventores no Norte/Nordeste.

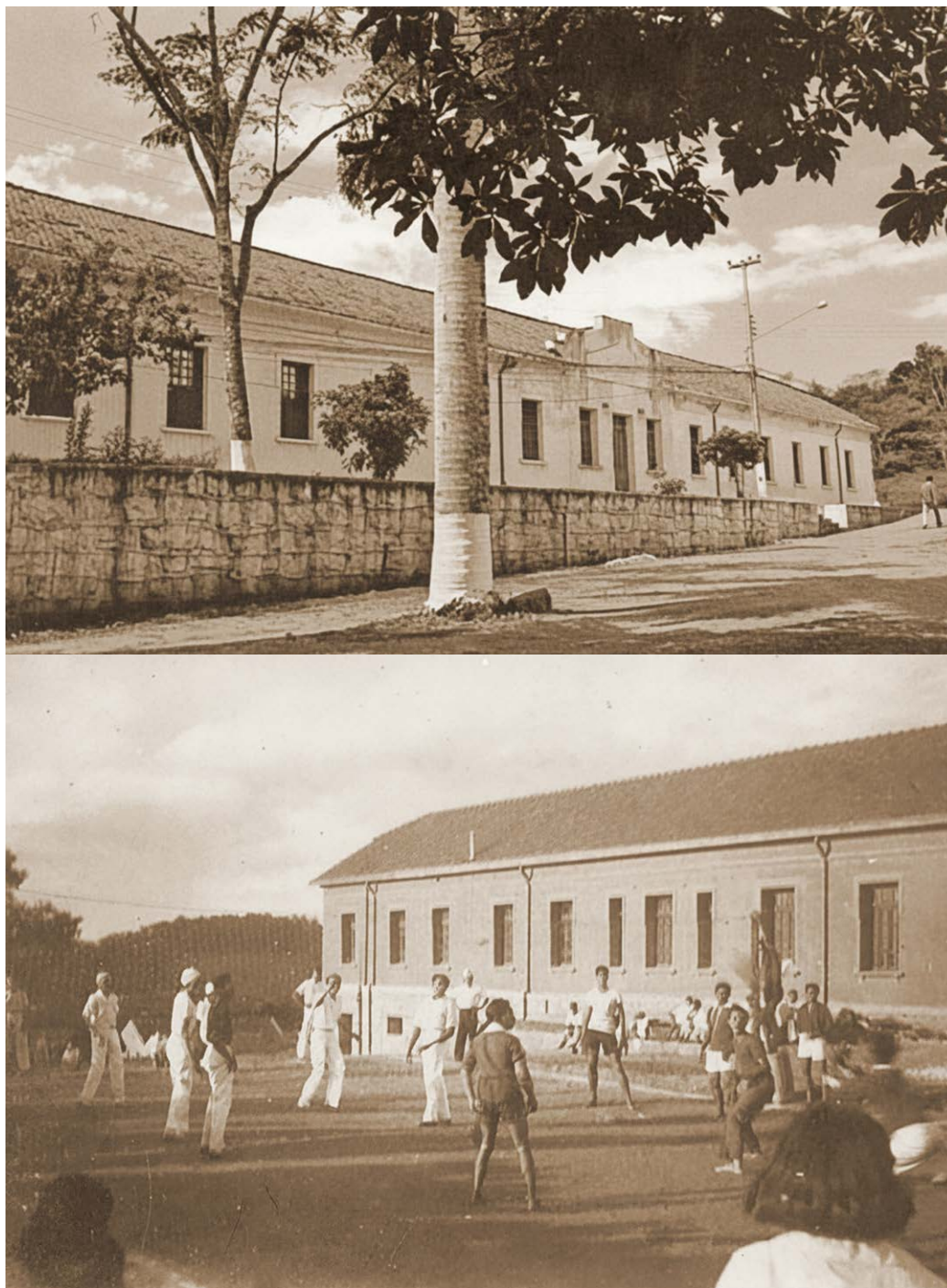
Logo depois, ocupam os cargos de Ministro da Viação e Obras Públicas - MVOP (1930 a 1934), José Américo, e Agricultura (MA 1932 - 1934), Juarez Távora, que tinham sido eleitos deputados federais, porém não assumiram por conta da dissolução do Parlamento. A participação da articulação da Revolução em terras paraibanas e a conterraneidade nordestina iriam facilitar para que fosse criada uma Escola de nível superior na Paraíba. Comenta-se que Juarez Távora teria retribuído um favor de José Américo, por ele ter ajudado a conduzi-lo ao Ministro da Agricultura, ajudando a criar a futura Escola Superior. Entretanto, Juarez Távora já tinha o seu prestígio junto ao Governo Revolucionário, chegando a ser denominado de Vice-Rei do Norte. Por outro lado, José Américo reconhecia que um curso de Agronomia era o que estava mais plausível em razão de compromisso junto ao Ministério da Agricultura. A busca pelo conhecimento agrícola

já existia no estado, devendo-se ressaltar que entre 1930 a 1934 havia 11 clubes agrícolas, e que, em 1931, o Patronato Agrícola de Bananeiras passou a ser denominado de Instituto Agrônômico Vidal de Negreiros, em 1934 foi denominado Aprendizado Agrícola da Paraíba e Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros, de 1947 até 1964, quando recebeu a denominação de Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

No curso do governo militar foi nomeado interinamente em abril de 1932, e definitivamente em junho, Gratuliano da Costa Britto, caririzeiro de São João do Cariri, como Interventor Federal na Parahyba do Norte. Era sobrinho e afilhado do Monsenhor Valfredo Leal e primo de José Américo de Almeida e governou até 26 de dezembro de 1934, quando foi eleito Deputado Estadual. É possível que o parentesco entre Valfredo Leal, José Américo e Gratuliano, que inclusive tinha residido em Areia, tenha contribuído para a indicação do Interventor que mostrou ser um hábil administrador, criando, na esfera rural/agrícola, a Secretaria Estadual da Fazenda, Viação e Obras Públicas; a Repartição de Agricultura e Obras Públicas; a Seção de Agricultura; os Campos Experimentais; os Serviços de Cooperação, Ensino e Propaganda; a Defesa da Lavoura e da Pecuária; a Escola de Sericicultura

em Bananeiras; a Melhoria e Ampliação das instalações do Centro Agrícola “Presidente João Pessoa”; a construção do Açude Namorado em São João do Cariri e, por fim, da criação da Escola de Agronomia do Estado da Parahyba em Areia.





Campus II da UFPB, na cidade de Areia

Fonte: <https://www.cca.ufpb.br/cca/contents/noticias/parabens-ao-centro-de-ciencias-agrarias-pelo-seu-jubileu-de-girassol-85-anos>. Acesso em 20 jul. 2025.

José Américo de Almeida, portanto, semeara em terra fértil para a criação de uma instituição de Ensino Superior na sua terra natal. Embora formado na área jurídica, tinha amplos conhecimentos históricos, sociológicos, geográficos, e por que não dizer agrícolas, quando da publicação de obras como a **Parahyba e os Seus Problemas**, em 1924.

Mas ainda faltava o aval dos seus conterrâneos. Para tanto, fez com que o Presidente Getúlio Vargas visitasse Areia em 10 de setembro de 1933, como parte da **“Excursão ao Norte do País”**, acompanhado do Ministro Juarez Távora. Ocorreu uma Exposição de Produtos Agrícolas que muito impressionou a comitiva, formada, inclusive, por técnicos do Ministério da Agricultura como Edmundo Navarro de Andrade e Alfeu Domingues, que, entre outras funções, vieram avaliar a implantação de uma instituição de ensino superior. Lá, pelo que viram, ou pela conjuntura política, deram parecer positivo. Conta-se que, questionado pelo fato de não ser uma instituição na área jurídica, ou mesmo pela inadequação agrônômica em termos de clima, solo etc., e que poderia não dar certo, o Ministro José Américo teria dito: *“Se não servir para formar profissionais, servirá pelo menos para casar as moças de Areia!”*.

Em 12 de janeiro de 1934, pelo Decreto Estadual nº 478, ocorre a dotação para a construção de uma **Escola de Agricultura** que viria a ser a 4ª Escola de Agronomia no Nordeste e 11ª do Brasil. Foi estabelecido um crédito de 700 contos de réis, ou R\$ 86.100.000,00, oriundo da Secretaria Estadual da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Embora estadual, a Escola viria a ser subvencionada pelo Ministério da Agricultura por Termo de Acordo entre o estado e o Governo Federal Provisório, no Diário Oficial da União de 22 de janeiro de 1936.

Foi realizada a aquisição de propriedade Engenho Várzea, berço da ancestralidade de José Américo de Almeida (avós Augusto Clemente de Almeida e Archanja Quitéria de Almeida) por 70 contos de réis (atualmente R\$ 8.610.000,00) e a definição das edificações e obras complementares. No Decreto, as assinaturas de Gratuliano de Britto e do Tenente Ernesto Geisel, Secretário da Fazenda, que tinha sido voz discordante. O porquê da discordância se perdeu no tempo...

Supervisionando as construções iniciadas em 1934, o Departamento Estadual de Obras Públicas e o Engenheiro Ítalo Joffilly, obedecendo à planta da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. Muitos já denominavam **Escola de Agro-**

nomia do/da Várzea – EAV. A 22 de janeiro de 1934, a cota da União anual seria de 250 contos, ou R\$ 30.750.000,00. No ano de 1935, essa cota não seria repassada. Com o agravante que José Américo já não era mais Ministro, por renúncia para se candidatar a Senador.

Em 1936, pelo Decreto Estadual N° 696, de 02 de abril, se cria efetivamente a **Escola de Agronomia do Estado da Parahyba (EAEP/EAP)**, dando-lhe Funcionamento e Regimento em Regime de acordo Estado e União. Em 05 de maio, o Decreto Estadual N° 704 estabelece um crédito de 400 contos de réis (R\$ 49.200.000,00) em que participa o Governo Federal com 300 contos (R\$ 36.900.000,00). A primeira data de inauguração foi em 12 de abril de 1936. Entretanto, só foi inaugurada em 15 de abril, com Subordinação Estadual e Subvenção Federal e ligada à Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba.

Era interventor, desde 1935, Argemiro de Figueiredo e, antes dele, de 1934 a 1935, por um período curto, José Marques da Silva Mariz. A criação e implantação da Escola passou, então, por três Interventores. Entretanto, quem realizou a inauguração foi o Interventor Interino e Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado José de Souza Maciel.

Na ocasião, houve a entrega dos Edifícios pela Diretoria de Viação e Obras. A benção pelo Cônego João Coutinho com a participação do Monsenhor Educador Pedro Anízio. Após a Abertura da Sessão Solene pelo Interventor, houve a Leitura do Termo de Inauguração e o Discurso do Primeiro Diretor Luiz Carvalho de Araújo, com o trecho: “*A escola que vou dirigir não se limitará a conferir certificados e diplomas aos alunos. Não se preocupará somente com a instrução técnica. Aqui cuidará da formação profissional do homem, integrando-se, além de tudo, no meio para o qual se destina*”. Duas ausências foram sentidas! A do Interventor Argemiro de Figueiredo, por ocasião de viagem, e a do Ministro José Américo, sem justificativa conhecida. Mas emitiu em 18 de abril mensagem para o Diretor com o teor:

Rio 18 de abril de 1936. Dr. Carvalho Araújo: Agradeço muito penhorado o convite que me fez para assistir a inauguração da Escola de Agronomia de Areia. Infelizmente já me não foi dado estar presente a esse acto que corresponde a uma das minhas melhores aspirações de parahybano. Estou certo que, sob a sua profícua administração essa obra atingirá aos grandes objetivos da transformação da vida rural da minha terra. Ass. Cord. José Américo.

Funcionou na **EAEP/EAP**, de 1936 a 1938, o **Curso Fundamental de Administradores Rurais** (Capatazes), resultando em mais de 200 profissionais. A partir de 1936 funcionou o **Curso Médio de Agricultura**, reformulado em 1949 e extinto na década de 1970. Em 1937 é realizado o primeiro vestibular e ingressa a primeira turma do Curso de Agronomia.

Em 13 de maio de 1938 foi criado o **Diretório Acadêmico**. Estavam criadas as **bases da representatividade estudantil**. Nesse mesmo ano, é publicado o **primeiro livro** da Escola, e **quicá da futura UFPB**, intitulado **Serviço de Melhoramento do Algodão na Paraíba**, do Professor Carlos Victor de Oliveira Faria. Por essa época, já era denominada de **Escola de Agronomia do Nordeste - EAN**. As publicações se seguem e no ano de **1939** é publicado o livro **“Como Agricutlar as Terras Nordestinas”** do Professor, e terceiro Diretor, Raymundo Pimentel Gomes. Notabilizava-se assim a EAN como **pioneira no estudo das terras secas e das lavouras xerófitas**.

Ainda no ano de 1939, foram realizadas as primeiras atividades **do que viria ser denominado de extensão**, quando da realização dos **Cursos de Férias para a Educação Rural**, no mês de novembro. Era Diretor o Professor Raymundo Pi-

mentel Gomes. Os temas explorados foram Agricultura Geral, Agricultura Especial, Horticultura, Pomicultura e Silvicultura, Avicultura, Bovinocultura, Zootécnica Especial: Cunicultura, Higiene veterinária, Apicultura e Sericultura, Moléstias e pragas, Tecnologia, Higiene, com 42 horas de duração e aulas práticas e teóricas. Em 1952, haveria mais um curso de férias com duração de dois meses abordando Administração Escolar, Economia Rural, Sociologia Rural, Psicologia Educacional e Orientação Escolar.

No mesmo ano de 1939, a Escola de Agronomia tinha uma extensão de propriedade representada pelo Horto Simões Lopes, em João Pessoa. **Estava assim sacramentada a atividade de pesquisa** principalmente com frutíferas. A extensão territorial prosseguiria através da anexação das **Fazendas Olho D'Água, Chã de Jardim e Sudene**, em Areia, e a **Fazenda Experimental de São João do Cariri**. Por pouco tempo administrou propriedade em **Camaratuba**, do espólio do Instituto do Açúcar e do Alcool.

A instituição por vezes sofria com a pouca procura, muitas vezes sendo assegurada pelas matrículas no curso médio. Por outro lado, o fantasma do não repasse de verbas era sempre presente. Em 1940, foi preciso o Interventor Federal Ruy

Carneiro interceder para que, de uma não dotação de 250 contos de reis, fossem repassados pelo menos 200 contos de réis. Isso quando as despesas correntes eram estimadas em 600 a 700 contos de réis, e as receitas de matrícula e produção não chegavam a 100 contos. Nesse mesmo ano, houve o **reconhecimento do Curso de Agronomia** pelo Decreto Federal Nº 5.347, de 06 de março.

Em 1941, devido à escassez de estudantes, em razão da Segunda Guerra Mundial que grassava, houve a publicação de anúncio intitulado: **A Escola de Agronomia do Nordeste é um estabelecimento de ensino, equiparado que vale como uma garantia de eficiência dos que a frequentam**. Estavam lançadas as bases do que hoje se denomina **marketing e propaganda**.

Em 1942 é fundado o **Orquiário** pelo Professor Jayme Coelho de Moraes e realizada a **Primeira Festa dos Calouros** com coroação de Rainhas e Princesas dos Estudantes, que se estendem até o ano de 1961, incluindo bailes repletos de beleza e fulgor. O tempo transformou as calouradas em **meditação de quadra de esportes com palito de fósforos, futebol com pés descalços usando uma jaca como bola** e os **temíveis banhos noturnos dos feras**. Hoje, já se realizam eventos que não levam a nenhum trauma-

tismo. São mais de ordem cultural e informativa.

Nem bem havia enfrentado a Seca de 1942, em 1943, a Escola, na ação extensionista, se insere na **Batalha da Produção e nos Esforços de Guerra**, estimulando a **Semana do Fazendeiro** e consolidando uma **horta com fins de abastecimento da Base Aérea de Natal/Parnamirim**, através da Comissão Brasileiro Americana.

Em 1946, a **Vila Acadêmica** passa a funcionar, em um **prenúncio do que viriam a ser os alojamentos estudantis**. É ainda nesse ano que se constrói o **primeiro restaurante**, no que se pode afirmar ser o **embrião dos futuros restaurantes universitários**. Em 1968, ocorre a inauguração do novo restaurante, com construção de novo prédio na década de 2000.

As primeiras **contribuições históricas e culturais** se deram em **1948**, quando a EAN salva o **Theatro Minerva** de se transformar em escombros, ao debelar perigoso formigueiro que ameaçava a sua estrutura.

Em 16 de janeiro de 1950, a **Escola de Agronomia do Nordeste foi federalizada** pela Lei Federal Nº 1.055, com a transferência dos bens para o Patrimônio Nacional pelo Decreto Estadual Nº 461, de 21 de março de 1950. Entretanto, só foi reconhecida em 08 de no-

vembro de 1951, graças, mais uma vez, a intervenção de José Américo junto ao Presidente Getúlio Vargas. Ficou subordinada ao Ministério da Agricultura, através da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), até 1966, ao Instituto de Pesquisa Agronômica do Nordeste (IPEANE) e ao Ministério da Educação, Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto Federal Nº 60.731, de 1º de maio de 1967.

Ainda com a **proposta extensionista** promoveu, de 14 a 18 de abril de 1952, a **I Semana Ruralista de Areia**, em parceria com o Serviço de Informação Agrícola, Paróquia de Areia, SEAV do Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura, Governo do Estado da Paraíba e Ação Católica Brasileira. De 19 a 23 de abril de 1954, promoveu a **II Semana Ruralista**, em parceria com Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Antecedeu-nos em Semanas Ruralistas de 1936 a 1953 o Aprendizado Agrícola da Parahyba/Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros de Bananeiras.

Em 1955, de 05 a 09 de setembro é realizada a **III e última Semana Ruralista** e publicado o primeiro número da **Revista Gleba** do Diretório Acadêmico, que pode ser considerado o **primeiro periódico**

da UFPA. O segundo, e último número, foi publicado em 1956.

Ainda no ano de 1955, foi realizado como **ação de extensão** um **Curso Intensivo de Férias** ocorrendo a criação, em julho, do **Curso de Economia Doméstica Rural** que se desdobraram em **Centros de Economia Doméstica** em parceria com prefeituras, paróquias e associações rurais. Os temas abordados eram: Administração do Lar; Arte Culinária e Indústrias Rurais Caseiras; Corte e Costura; Trabalhos Manuais; Tecelagem; Noções de Agricultura (Jardinagem e Horticultura); Higiene e Puericultura; Português e Aritmética; Enfermagem e primeiros Socorros. Os **Centros de Treinamentos**, instalados entre 1955 e 1962, foram sediados em Areia, Remígio, Esperança, Alagoa Nova, Serraria, Pilões, Caiçara, Pocinhos, Fagundes, Serra Redonda, Massaranduba, Alagoa Grande, Picuí, Lagoa de Roça, Barra de Santa Rosa, Lagoa Seca, Boa Vista, Nova Floresta, Gurjão. Resultaram em cerca de 4.400 concluintes. Em Bananeiras, o Curso de Economia Doméstica já existia desde 1947, se atendo no início a corte, costura e bordados.

No ano de 1955 desce em procissão da cidade até a Escola de Agronomia a imagem de **Nossa Senhora do Carmo**, que, apesar de fundamentada a capela, ainda

reclama, 70 anos depois, pela sua construção. Por outro lado, no brasão da UFPB constam círculos em prata em alusão a **Nossa Senhora das Neves**.

Deve-se ressaltar que, no mesmo ano de 1955, ocorreu a criação da **Universidade da Paraíba**, no governo de José Américo de Almeida, e que houve a tentativa, principalmente dos Deputados João Agripino Maia, Abelardo Jurema e Plínio Lemos, de incorporar a EAN a essa Universidade, o que não se conseguiu dada a uma pretensa pressa na criação da mesma, podendo haver demora em razão de se tratar a EAN de instituição já federalizada. Ficou imortalizada a frase de José Américo de Almeida: *“Eu vos dei as raízes, outros vos darão as asas e o selo da perpetuidade”*.

Mas as relações com a Universidade da Paraíba, e futura Universidade Federal da Paraíba, não param por aí. Em 1968, através do Decreto Federal Nº 62.715, de 16 de maio, passa finalmente a integrá-la, embora perdendo a sua autonomia, em 04 de agosto, incluindo a inauguração do novo **Restaurante Universitário**. Pela Lei Federal Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, se passou a exigir das Universidades os **Centros Universitários**, Campi, e a departamentalização.

Já como UFPB, pela reforma acadêmica outorgada pela Resolução

CONSUNI Nº. 12, de 02 de agosto de 1973, que incluía a formação de Centros e Departamentos, foi criado o **Centro de Ciências e Tecnologia** abrangendo Campina Grande/Areia e a Escola Politécnica, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Agronomia. Por esse ano, passa a ser denominada de **Escola de Agronomia da Universidade Federal da Paraíba – EAUFPB**.

A reforma cêntrica da UFPB de 1974, Decreto Federal Nº 73.701 de 28 de fevereiro de 1974, dividiu a então EAUFPB nos Departamentos Agro-Biológico e o Agro-Zootécnico. No ano de 1976, pela Resolução CONSUNI Nº 79 é criado e instalado o **Curso de Zootecnia**, com reconhecimento pela Portaria MEC Nº 63/80 de 15 de janeiro de 1980.

A partir de 1977 se consolidou na **Pós-Graduação** com a criação dos Mestrados em **Manejo e Conservação de Solos** (Resolução CONSUNI Nº 157/1977), **Produção Animal** (Resolução CONSUNI Nº. 180/1977) e **Produção Vegetal** (Resolução CONSUNI Nº 181/1977). **Isso apenas dois anos após ter sido criado o primeiro Mestrado da UFPB em Psicologia pela Resolução CONSUNI Nº 42/75.**

No ano de 1978 a EAUFPB passa a ser denominada de **Centro de Ciências Agrárias - CCA**, o terceiro Campus da UFPB, incluindo a departamentalização em Fitotec-

nia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural e Ciências Fundamentais e Sociais, com primeira diretoria em 18 de dezembro de 1978.

Nesse mesmo ano, dá a sua contribuição ambiental e durante o **Seminário Técnico** cria a **Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN**, ocorrendo o evento sob a frondosa copa de um exemplar de embiridiba, pertencente ao CCA e adquirido, e doado, pelo notável professor e ambientalista areiense Professor Lauro Pires Xavier.

Por ocasião do **Festival de Artes de Areia** de 1982, além da produção de filmes se dá, nas suas dependências, a criação da **Associação Brasileira de Documentaristas/Seção Paraíba**.

Em 1992, o CCA/UFPB dá nova contribuição ambiental por participar e proteger a recém-criada **Unidade de Conservação Reserva Ecológica da Mata do Pau Ferro**, atual Parque Estadual da Mata do Pau-Ferro e, no ano de 1996, participa da criação e construção do **Monumento Natural Vale dos Dinossauros**.

No ano de 1997 contribui para a **preservação da história** ao sediar o **Museu do Brejo Paraibano** (Museu da Rapadura) no antigo Engenho da Várzea com regulamentação pela Resolução CONSEPE N°. 70/1999.

Em 1999 são criados o **Doutorado em Zootecnia** e o **Programa de Pós-Graduação em Zootecnia**. No ano seguinte, 2000, ocorreram as criações do **Doutorado em Agronomia** e do **Programa de Pós-Graduação em Agronomia**. Em 2010, ocorreu a criação do **Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo**.

No final da década de 1990 e início da década de 2000, o então Centro de Ciências Agrárias dá **nova contribuição ambiental** participando da criação do **Jardim Botânico de João Pessoa**.

No ano de 2002, com a criação da **Universidade Federal de Campina Grande** pela Lei Federal N° 10.419, de 09 de abril, o CCA permanece como UFPB, passando a ser o Campus II.

No ano de 2005 foi criado o curso de Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) pela Resolução CONSEPE N° 25/2005 na UFPB. A primeira turma formou-se em 5 de fevereiro de 2010. Em 2007, por meio das Resoluções CONSEPE N° 64/2007 e N° 65/2007 e Resolução CONSUNI N° 30/2007, foi criado o curso de Medicina Veterinária, com 30 vagas semestrais em turno integral no campus de Areia, como parte do programa REUNI para interiorização universitária. Em 2018 o curso já completou dez anos de funcionamento. Já o cur-

so de Química teve início em 2012, instituído pela Resolução CONSEPE Nº 65/2011, integrando o esforço de expansão acadêmica no Campus II.

Entretanto, ousou arriscar que a **década de 50 foi profícua na criação de várias faculdades no estado da Paraíba**. Todas, ou a sua grande maioria, de cunho estadual. Profícuo também foi o Governador José Américo de Almeida (1951-1956) que na área de educação criou Escola de Música Antenor Navarro, reciclou professores, equiparou o ensino pedagógico ao 2º grau, implantou cursos pedagógicos para atender ao primeiro grau, instalou o Museu do Estado, criou colégios para o terceiro grau, além de efetivar a **Comissão de Planejamento de Ensino Superior**, criada desde 1948 e formada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Presidentes da Ordem dos Advogados da Paraíba, Presidente do Instituto dos Advogados da Paraíba, Presidente da Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas, Presidente da Academia Paraibana de Letras, Presidente da Associação Comercial, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Representante do Governo Estadual. A então Escola de Agronomia do Nordeste, primeira instituição superior da Paraíba, em nada foi lembrada para constituir essa Co-

missão, o que merece um estudo à parte.

Como resultado, a Lei Estadual Nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, criou a **Universidade da Paraíba** e, no seu Artigo 7º, situou nove estabelecimentos, sendo quatro como constituintes incorporadas (públicas): a **Faculdade de Filosofia da Paraíba** (Decreto Estadual nº 146, de 5.3.1949; Lei Estadual nº 241, de 1.9.1949); a **Faculdade de Medicina da Paraíba** (Lei Estadual nº 646, de 5.12.1951); a **Escola Politécnica da Paraíba** (Lei Estadual nº 792, de 6.10.1952); a **Escola de Enfermagem da Paraíba** (Lei Estadual nº 1.064, de 10.7.1954). Além disso, cinco como constituintes agregadas (particulares): a **Faculdade de Direito da Paraíba** (Decreto Federal nº 33.404, de 28.07.1953); a **Faculdade de Medicina da Paraíba** (Decreto Federal nº 38.011, de 5.10.1955); a **Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba** (Decreto Federal nº 30.236, de 4.12.1951); a **Escola de Engenharia da Paraíba** e a **Escola de Serviço Social**. A Escola de Agronomia do Nordeste, por razões já explicitadas anteriormente, não foi incorporada.

Posteriormente, em 1960, ocorreu, pela Lei Federal Nº 3835, de 13 de dezembro, a **federalização da Universidade da Paraíba**, que passou a ser denominada de Universidade Federal da Paraíba.

Federalizar significava melhores estruturas, aparatos e salários dentro de uma política forte do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. No Artigo 2º da referida Lei, observou-se a composição por onze instituições identificadas pela **Faculdade de Filosofia da Paraíba** (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras); **Faculdade de Odontologia da Paraíba** (Faculdade de Odontologia); **Escola Politécnica da Paraíba** (Escola Politécnica); **Faculdade de Direito da Paraíba** (Faculdade de Direito); **Faculdade de Medicina da Paraíba** e **Escola Anexa de Enfermagem da Paraíba** (Faculdade de Medicina e Escola Anexa de Enfermagem); **Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba** (Faculdade de Ciências Econômicas); **Escola de Engenharia da Paraíba** (Escola de Engenharia); **Escola de Serviço Social da Paraíba** (Escola de Serviço Social da Universidade da Paraíba); **Faculdade de Farmácia da Universidade da Paraíba** (Faculdade de Farmácia da Paraíba); **Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande**. Como novas composições, a **Faculdade de Odontologia da Paraíba** e **Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande**. Mais uma vez, o berço nascedouro da então UFPB, a Escola de Agronomia do Estado da Parahyba, havia sido descartado. A celeridade de 1955 parecia conti-

nuar em 1960. O Deputado Federal Abelardo Jurema, autor do Projeto de Lei de federalização, que tanto havia defendido a inclusão da EAN em 1955, mesmo com excelentes relações com o Presidente Juscelino Kubitschek, pareceu não ter o poder do convencimento, ou mais uma vez foi contestado.

O planejamento e as criações da Universidade da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba encontraram forte resistência do Centro-Sul, Sudeste, estados vizinhos, governo federal e mesmo no estado da Paraíba. Houve quem até a intitulasse como **Universidade da Caixa Prego**, termo jocoso para designar locais inexistentes, longínquos, ou de pouca expressividade.

O tempo mostrou que a UFPB, juntamente com a outrora **Escola de Agronomia do Estado da Parahyba, da Escola de Agronomia de Areia, da Escola de Agronomia do Várzea, da Escola de Agronomia do Nordeste, da Escola de Agronomia da UFPB, do Centro de Ciências Agrárias** e dos seus vários Campi, Centros e Departamentos, têm se mostrado um portento nos níveis estadual, regional, nacional e internacional com destaques impressionantes em contribuições de ensino, pesquisa e extensão.

De um **Prédio Central**, de **Pavilhões da Química** e da **Agri-**

cultura, além de gabinetes e laboratórios e outras pequenas instalações inauguradas em 1936 como **Escola de Agronomia do Estado da Parahyba**, surgiu, no futuro, mesmo que de forma indireta, um colosso denominado de Universidade Federal da Paraíba, que, do alto dos seus Campi, Centros de Ensino, Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Cursos Técnicos, Grupos de Estudos, Laboratórios, Bibliotecas, Residências Estudantis, Estudantes de Graduação e Pós-Graduação, Estudantes de Nível Técnico, Acordos de Cooperação, atuação em cinco continentes e 28 países parceiros, se destaca cada vez mais nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

Da semente lançada em Areia ao organismo vibrante que hoje pulsa em múltiplos campi, a UFPB fez da ciência, da cultura e do compromisso público um caminho de permanências e reinvenções. O que começou como aposta de futuro tornou-se presença transformadora na vida das pessoas e dos territórios, afirmando uma universidade que aprende com a própria história para criar novas possibilidades de mundo. Que este legado nos convoque a seguir plantando conhecimento, cuidando de gente e abrindo horizontes, com a mesma coragem que nos trouxe até aqui.

O Centro de Ciências Aplicadas e Educação: interiorização e inclusão no Litoral Norte

Luana Francisleyde Pessoa de Farias¹²

12 Professora Adjunta do Departamento de Letras/CCAUE/UFPA
e credenciada junto ao Programa de Mestrado Profissional em
Letras (Profletras/UFPA). Mestre e Doutora em Linguística (PROLING)
pela UFPA.

Criado a partir das ações estratégicas do Programa Expandir, promovido pelo Ministério da Educação, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação, doravante CCAE ou Campus IV, iniciou suas atividades acadêmicas em 24 de outubro de 2006. Todavia, é importante destacar os marcos históricos desafiadores que compreendem desde a elaboração do seu projeto de criação em 2005, seguindo para sua aprovação pelo MEC e autorização mediante a Resolução do Conselho Superior Universitário (Consuni) nº 05/2006 e, por fim, a criação por meio da Resolução Consuni nº 06/2006¹³.

Nosso Campus IV se ergue na mesorregião da Mata Paraibana, mais especificamente, na microrregião do Litoral Norte, a fim de atender as cidades que integram o Vale do Mamanguape e demais mu-

nicípios circunvizinhos. Na época, consta, em seu projeto de criação, a justificativa quanto à vulnerabilidade socioeconômica da população por apresentar um dos menores índices de desenvolvimento humano da Paraíba. Cenário que vem se modificado desde a implantação do Campus IV, conforme atesta Heleno et al. (2017), ao apontar o crescimento no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), no PIB (Produto Interno Bruto) e no PIB per capita no período de 2000 a 2015¹⁴.

Constituído por duas unidades situadas nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, o CCAE é um símbolo do processo histórico de lutas pela democratização da educação superior. Com o início de suas atividades em instalações provisórias no Instituto Moderno, em Mamanguape, e no prédio da antiga Fábrica Ludgren, em Rio Tinto (Heleno et al., 2017), foram ofertados os bacharelados (Ciências Contábeis, Ecologia, Hotelaria, Secretariado Executivo) e as licenciaturas (Ciência da Computação e Matemática) por meio do vestibular especial no ano de 2006. No ano seguinte, acrescentam-se o bacharelado em Design, Antropologia, Sistemas de Informação e a licenciatura em Pedagogia. Uma ampliação de cursos

13 Agradeço imensamente ao Prof. Doutorando Jocélio Coutinho de Oliveira, Técnico em Assuntos Educacionais do CCAE/UFPB, pela bibliografia disponibilizada sobre o Campus IV, material fundamental para a elaboração deste ensaio. Entre os textos, estão publicações preciosas dos/as servidores e estudantes que atuaram (e atuam) cotidianamente nas lutas pela democratização da educação pública de qualidade. Agradeço também ao Diretor do Centro do CCAE, Prof. Dr. Joseilme Fernandes Gouveia, pelo Relatório de gestão do CCAE e demais materiais disponibilizados; e ao Prof. Dr. Fábio Pessoa da Silva, pela leitura cuidadosa e sugestões.

14 Em consulta ao IBGE Cidades, o último IDHM refere-se ao ano de 2010.

e números de vagas que impactou significativamente a dinâmica educacional da região, uma vez que, pioneiramente, os estudantes do Litoral Norte Paraibano e circunvizinhanças passam a ter a possibilidade de estudar em um campus da Universidade Federal da Paraíba, um sonho distante, uma vez que pressupunha o deslocamento para o Campus I, considerado mais próximo por estar situado na capital paraibana, João Pessoa (50 Km).

Para a microrregião do Litoral Norte, constituída por 22 municípios, em função da vulnerabilidade socioeconômica mencionada no projeto de criação e implantação do Campus IV, a abertura de uma instituição de ensino superior correspondia diretamente à inclusão social de inúmeros estudantes que não conseguiriam de outro modo custear transporte e permanência em outra localidade para, finalmente, adentrar na esfera acadêmica e conquistar o sonhado título de graduado em uma universidade federal.

Nesses quase 20 anos de (re)existência do CCAE, indiscutivelmente foram/são enfrentados inúmeros desafios relacionados à infraestrutura, às questões orçamentárias e aos recursos humanos, com destaque para o processo de terceirização dos serviços. Contudo, os avanços e as conquistas no âmbito da qualidade da educação su-

perior ofertada e os impactos educacionais e socioeconômicos atestam, conforme ratificado no Relatório de Gestão do CCAE (2024, p. 6), “um compromisso contínuo com a qualidade acadêmica e o impacto regional, consolidando sua relevância no cenário educacional brasileiro”.

O CCAE, assim, conta atualmente com seus 13 cursos em pleno funcionamento, a saber: na unidade de Mamanguape, os bacharelados em Administração, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilíngue; e as licenciaturas em Letras Língua Portuguesa, Letras Língua Espanhola-Ead, Letras Língua Inglesa-Ead e Pedagogia; na unidade de Rio Tinto, os bacharelados em Design, Antropologia, Ecologia, Sistemas de Informação e as licenciaturas em Matemática e Ciência da Computação. Além das pós-graduações *lato sensu* (Pedagogia) e *stricto sensu* (Administração, Antropologia, Ecologia e Letras).

Figura 1 – Pátio central do CCAE - Mamanguape



Figura 2 – Entrada do CCAE – Rio Tinto



Figura 3 – Bloco administrativo do CCAE – Rio Tinto



Após esse breve histórico, a seguir discorreremos sobre a especificidade e as contribuições do CCAE enquanto campus do interior localizado estrategicamente junto ao Território Indígena Potiguar.

RESISTÊNCIA: O ENTRELAÇAMENTO DOS SABERES DA SOBREVIVÊNCIA E DOS SABERES FORMAIS NO TERRITÓRIO POTIGUARA¹⁵

Das singularidades constitutivas do CCAE, certamente, a que mais se destaca é o campus estar situado em um território sagrado atravessado pelas lutas e resistência indígena desde a invasão portuguesa. Sua existência, enquanto uma instituição de ensino superior, desde o planejamento e a implantação, é convocada a entrelaçar os saberes formais aos saberes do Povo Potiguar, atualmente presente nas 32 aldeias distribuídas em três Terras Indígenas que estão localizadas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição (Nascimento e Barcellos, 2017; Palitot, 2018).

Seja no bacharelado ou na pós-graduação em Antropologia¹⁶, com seu olhar mais específico para a etnologia indígena, seja nos demais cursos, a exemplo das licenciaturas, os potiguaras integram o corpo discente trazendo a afirmação da etnicidade como uma atitude responsiva a uma história secular de perseguição, extermínio e invisibilidade. Nesses 19 anos de atividades do CCAE, a participação e as interlocuções dos estudantes indígenas com os demais atores sociais, também pertencentes à comunidade acadêmica, fomentaram a construção de saberes, a resignificação de conceitos e, por que não, a quebra de paradigmas colonialistas ao dialogar com as tradições, assim como “os espaços e tempos educativos próprios dos povos indígenas” (Bonin, 2008, p. 98).

Do ingresso dos estudantes indígenas à permanência nos bancos universitários, foram/são necessários inúmeros movimentos políticos do Governo Federal, desde as políticas de interiorização das universidades às políticas educacionais afirmativas. Elencamos,

15 Agradeço à Raquel Soares de Farias, professora e doutoranda em Geografia, pelos materiais acerca das escolas indígenas situadas nas aldeias do Litoral Norte Paraibano e pela leitura e sugestões.

16 O Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), sediado no CCAE e no CCHLA, oferta vagas para os níveis de mestrado e doutorado. Para mais informações: Home — Universidade Federal da Paraíba - UFPB Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA

entre essas ações, as cotas para a entrada nas universidades públicas e o programa PET Indígena, que incide diretamente na permanência desses universitários. Implantado desde 2010 no CCAE (Silva et al., 2017), este programa configura-se como uma construção coletiva, colaborativa, de caráter interdisciplinar, tendo em vista ações intramuros e atividades nas aldeias, como ocorreu com a realização de Cursinho Pré-Vestibular, a fim de aumentar a aprovação dos estudantes secundaristas indígenas (Silva et al., 2017).

A UFPB, nesse contexto intercultural, exerce sua missão de formar cidadãos e cidadãs para o mercado de trabalho, mas também instaura espaços em que a sabedoria ancestral adentra o meio acadêmico como manifestação legítima da re-existência dos povos originários, historicamente excluídos, subalternizados, discriminados. A dinâmica que se impõe, a partir desse entrelaçamento dos saberes da sobrevivência do povo Potiguar e dos saberes formais acadêmicos, promove o surgimento de outros objetos do conhecimento que, por sua vez, exigem outras lentes epistemológicas, contra-hegemônicas, mestiças, fronteiriças (Moita Lopes, 2006), que consideram “a lógica da existência de si, do outro e do cosmo” enquanto fundamento (Nas-

cimento; Silva, 2017, p. 75), posicionando-se para além da tradição positivista eurocêntrica.

Ao celebrar a etnicidade do povo potiguar em suas várias manifestações (tradições, língua tupi, artesanato, culinária, educação escolar, demarcação das terras indígenas), o CCAE fortalece o seu compromisso social com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Os ecos formativos se espalham por todo mercado de trabalho, com destaque para a área educacional por meio dos professores indígenas e não indígenas, habilitados pelas licenciaturas em Pedagogia, Letras (Língua Portuguesa, Língua Espanhola-EaD e Língua Inglesa-EaD) Matemática e Ciência da Computação, para atuarem nas redes municipais e estaduais da educação básica.

Considerando o universo constituído por 21 escolas municipais e 11 escolas estaduais situadas nas aldeias, sendo estas últimas regularizadas como escolas indígenas, a educação escolar indígena ou educação diferenciada passa paulatinamente a ser uma realidade. Barbosa (2024, p. 88), pesquisadora potiguar, declara: “As escolas indígenas conquistadas pelos potiguaras são, hoje, uma das representações mais importantes na formação do seu povo, visto serem lugar onde os anciões, os pajés e

outras lideranças participam para repassar seus conhecimentos para as futuras gerações”. Nessa esteira, surge um currículo em que os aspectos interculturais, o bilinguismo e toda a riqueza étnica potiguara passam a ser reconhecidos como objetos do conhecimento (Nascimento, 2017).

O CCAE, assim, assume um importante papel no processo de “emergência étnica” (Nascimento; Barcellos, 2017, p. 12) ao fomentar o aperfeiçoamento, a capacitação, a profissionalização por meio da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Cumprindo, de forma admirável, seu compromisso com a democratização da educação superior e a transformação social. Sobre esses impactos na atual conjuntura, discutimos a seguir.

DEMOCRATIZAÇÃO: O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O século XXI desponta com a expansão e a interiorização do ensino superior público no Brasil por meio dos investimentos do governo federal, mais especificamente dos governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2015), aumentando significativamente “o número de municípios atendidos pelas universida-

des de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, e resultou em um aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede federal” (Bizerril, 2020). É nesse cenário auspicioso para a educação superior que o CCAE/Campus IV emerge, tornando-se um potencial espaço formativo na região do Litoral Norte Paraibano, tendo em vista a sua localização estratégica e “o protagonismo dos professores, estudantes e servidores, responsáveis pelo fortalecimento do compromisso do CCAE com a excelência acadêmica e a integração com a sociedade” (Relatório de Gestão, 2024).

Trata-se, portanto, de um campus reconhecido por suas ações acadêmico-científicas em consonância com as realidades e as demandas locais e regionais, ao mesmo tempo em que se implica na aldeia global por meio da divulgação científica e da formação profissional de excelência. Esse caráter situado, por sua vez, confronta as categorias estanques e dicotômicas que não dialogam com a complexidade da produção do conhecimento na contemporaneidade. Diante de avanços tecnológicos que desafiam as práticas de ensino e aprendizagem, a exemplo da Inteligência Artificial, o CCAE assume, cada vez mais, a responsabilidade de ampliar as concepções de mundo e discutir o posicionamento ético dos sujeitos.

E, desse modo, fortalece a relação entre a universidade e a sociedade, pois “Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (Freire, 1996, p. 69).

Perante as problemáticas educacionais, é inquestionável o impacto no que tange à profissionalização docente, tendo em vista as seis (06) licenciaturas ofertadas, sendo quatro (04) na modalidade presencial e duas (02) na modalidade da educação a distância, as quais promovem, mediante o tripé ensino-pesquisa-extensão, inúmeras ações que incidem diretamente na qualidade da educação básica paraibana e dos estados fronteiriços, com destaque para Pernambuco e Rio Grande do Norte. No âmbito local, para além das salas de aula no Campus IV, evidenciamos as contribuições na formação inicial e continuada proporcionadas nos estágios supervisionados, nos projetos de iniciação à docência (PROLICEN, PIBID, RP)¹⁷, nas extensões e nas

pesquisas, todos estes desenvolvidos em parcerias interinstitucionais (universidade-escola) nos mais de 22 municípios que se avizinham; e no âmbito regional, destaca-se a oferta das pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*, repercutindo na construção de diferentes saberes e no aperfeiçoamento das práticas didático-pedagógicas que constituem o ofício docente e, concomitantemente, nas progressões de carreira dos docentes, com o aumento da remuneração de acordo com a titulação concedida, especialista ou mestre/a, a exemplo do Metrado Profissional em Letras (Profletras UFPB).

Quanto aos bacharelados, assim como as licenciaturas, são inúmeros os profissionais de excelência que adentram no mercado de trabalho, na cena local, regional, nacional e internacional. Criatividade, inovação, sustentabilidade, comunicação, culturas, patrimônio, planejamento, gestão de informações, empreendedorismo, entre outras palavras-chave que integram

17 “O Programa de Licenciatura - PROLICEN é um programa de apoio para Cursos de Licenciatura da UFPB”. Disponível em: <https://prg.ufpb.br/prg/programas/prolicen>. “O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação”. Disponível em: <https://>

www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid “O Programa de Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES”. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-encerrados/programa-residencia-pedagogica>

os campos semânticos dos cursos de graduação e pós-graduação que atendem às demandas socioprofissionais paraibanas e dos estados vizinhos, considerando as suas especificidades territoriais, políticas, econômicas e culturais.

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados desde a sua criação e implantação, principalmente

quanto à infraestrutura, o CCAE se consolida há quase duas décadas de história como um centro que avança, conquista e se fortalece a partir do empenho e da responsabilidade dos seus servidores, fazendo jus à missão de interiorização do ensino superior e compromisso com a educação pública e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Liliane Monteiro. **O direito à educação escolar indígena e a perspectiva ambiental: desafios decoloniais do bem-viver a partir das comunidades potiguaras da Paraíba**. 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, 2024.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7641401>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BONIN, Iara Tatiana. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.). **Povos indígenas e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-107.

BRASIL. **Relatório de Gestão 2024 do Centro de Ciências Aplicadas e Educação** – CCAE/Campus IV - Universidade Federal da Paraíba. Rio Tinto, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

HELENO, Edilene et al. Um olhar para os municípios de Rio Tinto e Mamanguape após a implantação do Campus IV-UFPB. In: BATISTA, Aline Cleide et al. (Orgs.). **Uma década de expansão universitária: estudos sobre o Vale do Mamanguape: volume I**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 15-44.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NASCIMENTO, José Mateus do. Escola e currículo diferenciados. In: NASCIMENTO, José Mateus do (Org.). **Etnoeducação Potiguara: pedagogia da existência e das tradições**. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2017. p. 87-97.

NASCIMENTO, José Mateus do; SILVA, Paulo Roberto Palhano. Educação escolar indígena potiguara. In: NASCIMENTO, José Mateus do (Org.). **Etnoeducação Potiguara**: pedagogia da existência e das tradições. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2017. p. 75-86.

SILVA, Paulo Roberto Palhano; ZAMPIER, Maika Bueque; “CABOQUINHO”, Antônio Pessoa Gomes; GOMES, Leonardo Cinésio; GOMES, Iracilda Cinésio; SILVA, Vagner Santos da. Apropriação da cultura universitária nos 10 anos do CCAE: contribuições do PET Indígena e Cursinho Pré-vestibular junto ao povo potiguara. In: BATISTA, Aline Cleide et al. (Orgs.). **Uma década de expansão universitária**: estudos sobre o Vale do Mamanguape: volume III. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 11-32.

PALITOT, Estevão Martins. Os Potiguara de Monte-Mór e a cidade de Rio Tinto: a mobilização indígena como reescrita da história. **Revista de estudos e investigação antropológica**, Recife, Volume especial II, p.191-215, maio 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/230057> . Acesso em 28 abr. 2025.

PARTE II



*Missão Acadêmica e
Institucional: ensino,
pesquisa e extensão*

A Graduação Na Ufpb: expansão, inclusão e diversidade

Ana Cláudia da Silva Rodrigues¹⁸
Uyguaciara Veloso Castelo Branco¹⁹

18 Licenciada em Pedagogia, Mestra e Doutora em Educação (PPGE/CE) pela UFPB. Atualmente, é Pró-Reitora de Graduação da UFPB.

19 Graduada em Psicologia e Mestra em Educação (PPGE/CE) pela UFPB. Doutora em História (UFPE) e Pós-Doutora em Sociologia (Universitat de València - Espanha). Atualmente, é Coordenadora Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) completa em 2025 seus 70 anos de existência. Ela foi criada como Universidade da Paraíba, integrando diversas faculdades, através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955 (Paraíba, 1955). A federalização ocorreu cinco anos após, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960 (Brasil, 1960), tendo ambas as criações o peso da influência preponderante do intelectual e político paraibano José Américo de Almeida, que também foi governador do Estado no período entre 1951 e 1956, sendo seu governo conhecido como *científico-cultural*, dado a ampla gama de cursos incentivados e criados, sob o aval do político eminente (Castelo Branco, 2005).

Inicialmente, com apenas 09 cursos de graduação, a então Universidade da Paraíba, após a federalização, passa a contar com 11 cursos, em precárias condições de funcionamento. Hoje, a nossa “senhora” UFPB possui mais de 140 cursos de graduação, então distribuídos em diferentes centros de ensino, abrangendo as áreas de Ciências Exatas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Saúde, Engenharia e Tecnologia, Educação e Artes, contando com quatro campi, a saber: Campus I, na cidade de João Pessoa;

Campus II, na cidade de Areia; Campus III, na cidade de Bananeiras; e o Campus IV – Litoral Norte, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape.

Entre os cursos mais procurados estão Administração, Direito, Engenharia Civil, Medicina e Psicologia, espelhando um autêntico projeto de Universidade e abrangendo todas as áreas do conhecimento e se tornando referência na região Nordeste e no país. Cada um desses cursos conta com um corpo docente qualificado, composto por professores com experiência acadêmica e profissional, que se dedicam a proporcionar uma educação de excelência para nossos discentes, sob o apoio irrestrito de excelente corpo técnico-administrativo. Além do currículo com ênfase teórica, a UFPB oferece oportunidades práticas, como estágios, laboratórios e projetos de pesquisa e de extensão, projetos acadêmicos, incentivando os estudantes a aplicarem o conhecimento adquirido em situações reais, além de garantir sua referência social na região. A universidade também promove atividades extracurriculares, como eventos culturais, científicos e esportivos, que enriquecem a formação dos estudantes e estimulam a convivência e o trabalho em equipe, além de possibilitar a formação crítica para o exercício da cidadania plena e comprometida.



Figura 1 - José Américo de Almeida

Fontes: auniao.pb.gov.br. Fotografia de capa de Castelo Branco (2005). Acesso em 20 jul. 2025.

A UFPB se destaca, ainda, pelo seu compromisso com a inclusão e a diversidade, com importantes políticas e ações que propiciam programas de apoio aos estudantes mais vulneráveis em seus contextos socioeconômicos. Assim, a universidade se posiciona como um ambiente acolhedor e adequado ao desenvolvimento de todos os(as) estudantes, ampliando as condições de acesso, pelos seus diversos mecanismos de seleção de ingressantes, e de permanência qualificada, envidando esforços para a implantação de importantes ações para acompanhamento das trajetórias discentes, garantindo a conclusão dos cursos de graduação, dentro do prazo esperado.

Em suma, a UFPB é uma instituição de ensino superior que se empenha em formar cidadãos críticos, éticos e preparados para os desafios do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea, contribuindo para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento regional, apesar dos desafios impostos pelo contexto local e nacional em termos de contingenciamento de verbas e redução dos investimentos. Mas a jovem “senhora” não se curva aos obstáculos: ela segue firme, porque firme sempre foram seus passos para as conquistas que o futuro lhe reservou. Sua história é combativa e aguerrida, como passamos a descobrir...

UM POUCO DE NOSSA HISTÓRIA

A criação da Universidade da Paraíba, em 1955, foi recebida com grande entusiasmo pela imprensa local, que destacou o evento como um marco de elevação do Estado ao patamar dos principais centros de ensino superior do país, conforme evidenciado na manchete “Instalada Solenemente a Universidade da Paraíba” (em 13 de dezembro de 1955), que ressaltava a importância excepcional do acontecimento para os paraibanos (Jornais, 1955).

Em contrapartida, a imprensa nacional demonstrou certa indiferença e até desdém diante da criação de uma universidade em um estado pobre, em uma região de grande carência econômica, fora dos grandes centros urbanos. Um exemplo dessa postura crítica foi a publicação na revista *O Cruzeiro*, na qual Austregésilo de Ataíde referiu-se pejorativamente à nova instituição como a “Universidade da Caixa Prego” (Athayde, 1984).

Porém a Universidade da Paraíba resistiu, cresceu e enfrentou os desafios, como bem condiz com sua nordestinidade, afinal, como diz Euclides da Cunha (2013, p. 115), “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.”!

O processo de estadualização da Universidade da Paraíba organizou-se com base em três categorias de instituições, conforme descrito

em seu estatuto de 1956. A primeira categoria reunia as instituições incorporadas, ou seja, aquelas mantidas diretamente pelo Governo do Estado, como as faculdades de Filosofia, Odontologia, a Escola Politécnica e a Escola Auxiliar de Enfermagem. A segunda englobava instituições agregadas, oriundas de entidades diversas, inclusive privadas, como as faculdades de Direi-

to, Medicina, Ciências Econômicas, Engenharia e Serviço Social. Por fim, havia as instituições complementares, de natureza cultural ou técnica, vinculadas à Universidade (Castelo Branco, 2005). A seguir, são apresentadas algumas imagens históricas das instituições, que passaram a integrar a Universidade da Paraíba.







Figura 6 - Imagens dos prédios em que funcionavam a antiga escola de Serviço Social (1960)²⁰, de Engenharia (1963)²¹ e de Enfermagem (1960)²²

Fonte: Imagens disponíveis em: <http://plone.ufpb.br/memorialufpb/contents/menu/linha-do-tempo>. Acesso em 20 jul. 2025.

20 Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTPhXyoWgLARWV-VPCSly-Moat6y3pSZBnuNOg&s>. Acesso em 20 jul. 2025.

21 Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSNE1rmwpmo4Z2QZaUQ4Dx-25tKW6BDRPXI2KPIAR0M8VWxsTYip40PXZplZI3io8X-DTQ&usqp=CAU>. Acesso em 20 jul. 2025.

22 Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQKCUSyy5INyghMcidKg-UFRguHN-WdyicDh3tMtdr8fwblI4rz9FYnKfR9P9xZ6lAsxD2Q&usqp=CAU>. Acesso em 20 jul. 2025.

O Estatuto da Universidade da Paraíba foi oficializado em 20 de outubro de 1956, conforme decreto assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek e pelo ministro da Educação, Nereu Ramos, que reconhecia a equiparação da instituição ao status universitário (Brasil, 1961). Apesar disso, a Universidade enfrentava grandes dificuldades financeiras, sobrevivendo por meio de subvenções federais, contribuições

dos estudantes e do apoio político de representantes ligados às faculdades (Castelo Branco, 2005).

Diante desse cenário, crescia a necessidade da federalização, vista como uma alternativa para aliviar os custos estaduais, valorizar o corpo docente e ampliar o acesso da população, especialmente da classe média, com a expectativa de ensino gratuito e acessível. Ao mesmo tempo, havia forte pressão dos estudan-

tes e da sociedade por maior oferta de mais vagas no ensino superior, mas a escassez de recursos impedia qualquer tentativa de expansão.

A manutenção das atividades acadêmicas dependia muitas vezes do próprio esforço financeiro dos professores, que acumulavam funções para complementar a renda, como trabalhos administrativos ou exercício de profissões liberais, inclusive em instituições de outros estados, principalmente no vizinho Pernambuco. Ainda assim, a docência era considerada um caminho legítimo de prestígio e ascensão social.

Durante o período em que a Universidade da Paraíba operava sob condições financeiras limitadas, seu funcionamento dependia de subvenções federais, das mensalidades pagas pelos estudantes e da atuação política de representantes de algumas faculdades junto ao governo federal.

Diante desse cenário, a federalização da instituição era vista como urgente, representando a esperança de alívio para o orçamento estadual, de qualificação do corpo docente e de ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente para as classes médias, que ansiavam por ensino gratuito e acessível, sem a necessidade de deslocamento para outros centros.

A federalização da Universidade da Paraíba, oficializada pela Lei Federal nº 3.835/1960, teve um papel catalisador no cenário nacional, impulsionando processos semelhantes em outros estados, como Rio Grande do Norte e Alagoas, e contribuindo para a consolidação do ensino superior público no país (Brasil, 1960).

O Estatuto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aprovado pelo Conselho Federal de Educação, por meio dos pareceres nº 680 e 737, ambos de 1969, foi publicado oficialmente em 15 de outubro do mesmo ano (Brasil, 1969). Conforme estabelecido nesse documento, a universidade passou a reconhecer como unidades de ensino profissional e pesquisa aplicada diversas faculdades e escolas, entre elas as de Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Educação e Ciências Econômicas (em João Pessoa e Campina Grande), além das Escolas Politécnica, de Engenharia e de Agronomia, com sede em Campina Grande. Também foram integrados ao sistema universitário os Institutos Centrais de áreas como Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Filosofia e Ciências Humanas, Geociências, Letras e Artes, responsáveis pela oferta de disciplinas comuns e pela formação básica dos estudantes (Castelo Branco, 2005).

Importante mencionar, ainda, a incorporação do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) à UFPB, no ano de 1968, através do Decreto nº 62.173, de 25 de janeiro de 1968 (Brasil, 1968). O Colégio foi criado através do Decreto nº 14.118, de 27 de março de 1920, sob a denominação de Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, tendo recebido a denominação de Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, por meio do Decreto nº 53.358, de 13 de fevereiro de 1964 (Brasil, 1920; 1964). Atualmente está sediado no Campus III da UFPB, na cidade de Bananeiras²³.

Para o acesso aos cursos de graduação da UFPB, o Edital do Primeiro Concurso Vestibular, datado de 29 de setembro de 1970, regulamentou as inscrições exclusivamente para as áreas de conhecimento nas unidades da UFPB localizadas em João Pessoa, Campina Grande e Areia, com vistas à realização do 1º Ciclo dos cursos oferecidos. De acordo com o inciso IV do seu edital de inscrição, as vagas foram distribuídas entre três áreas: Tecnológica (300 vagas), Biomédica (500 vagas) e Humanística (367 vagas) (Castelo Branco, 2005).

23 Informações disponíveis em: <https://www.cavn.ufpb.br/cavn/contents/documentos/regimento-do-cavn-02-out-2007.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Também foram previstas deduções específicas de vagas para cursos ministrados na Escola Politécnica de Campina Grande (100 vagas), na Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande (55 vagas) e na Escola de Agronomia do Nordeste (50 vagas), conforme os documentos institucionais relacionados ao processo seletivo da época, totalizando **1.372** vagas ofertadas (Castelo Branco, 2005).

A essa época, a seleção era regida pela Comissão Permanente do Concurso Vestibular (COPERVE), responsável pela feitura e aplicação das provas, assim como pelo processamento dos resultados, em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PRG).

A UFPB seguiu com os concursos vestibulares até o ano 2000, quando implementa a era dos Processos Seletivos Seriados (PSS), cujo objetivo era avaliar os(as) estudantes em cada uma das séries do ensino médio, investindo em um processo avaliativo mais robusto e ao longo do ciclo formativo. Esse PSS perdurou de maneira exclusiva como seleção para ingresso na UFPB até o ano de 2011, quando passou a adotar um sistema misto, com parte da nota composta pelos resultados da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), até o ano 2013, quando se extingue a COPERVE e a UFPB adere 100% ao Sistema de

Seleção Unificada (SiSU), adotando o ENEM como o único critério de ingresso para seus cursos de graduação, em substituição ao vestibular que era previamente utilizado, de acordo com a Resolução nº 47, de 20 de maio de 2013 (UFPB, 2013).

Desde então, a UFPB participou de duas edições do SiSU anualmente, disponibilizando oportunidades de ingresso para os dois semestres letivos. Contudo, em 2025, o SiSU passou a contar com uma única edição, oferecendo vagas para ambos os períodos letivos.

Importante mencionar três acontecimentos relevantes na história da UFPB: primeiro, o desmembramento, em 2002, dos campi de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, com a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela Lei nº 10.419/2002 (Brasil, 2002).

Segundo, a criação, em 2006, do Campus Litoral Norte (Campus IV), através do Programa de Expansão com Interiorização, abrangendo as cidades de Rio Tinto e Mamanguape, com a aprovação das Resoluções nº 05 e 06/2006, pelo Conselho Universitário (UFPB, 2006a e 2006b).

Por fim, a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, de acor-

do com a Resolução nº 27/2007²⁴, com a duplicação de vagas ofertadas fruto de uma expansão robusta, com aumento de vagas, sobretudo em cursos noturnos, criação de novos cursos, novas habilitações, criação de cursos de Tecnólogos, ampliação da infraestrutura, melhoria de laboratórios etc.

COMO ESTAMOS E QUANTO SOMOS: CONTEXTO ATUAL

Como consequência desses acontecimentos histórico-administrativos, a UFPB passou a ofertar, após a finalização do REUNI, um total de **145 cursos de graduação**²⁵, dos quais **134 presenciais** e **11 na modalidade de Educação a Distância (EAD)** (Dados E-MEC, 29 jul. 2025). O número de estudantes ativos na Graduação Presencial, em 2025, é de **32.989 mil estudantes**, além de **1.748** estudantes ativos na Modalidade a Distância, totalizando

24 O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007).

25 Consideramos cursos diferentes aqueles que, mesmo tendo a mesma nomenclatura e o mesmo código E-MEC, ofertam vagas em turnos, campus ou grau (Licenciatura e Bacharelado) diferente. Para ilustrar, a UFPB oferta cinco (05) Cursos de Administração, sendo 01 no turno matutino e 01 no noturno no Campus I, 01 em turno integral e 01 noturno no Campus III, e 01 integral no Campus IV.

34.737 estudantes ativos (Dados UFPB/SIGAA, 29 jul. 2025).

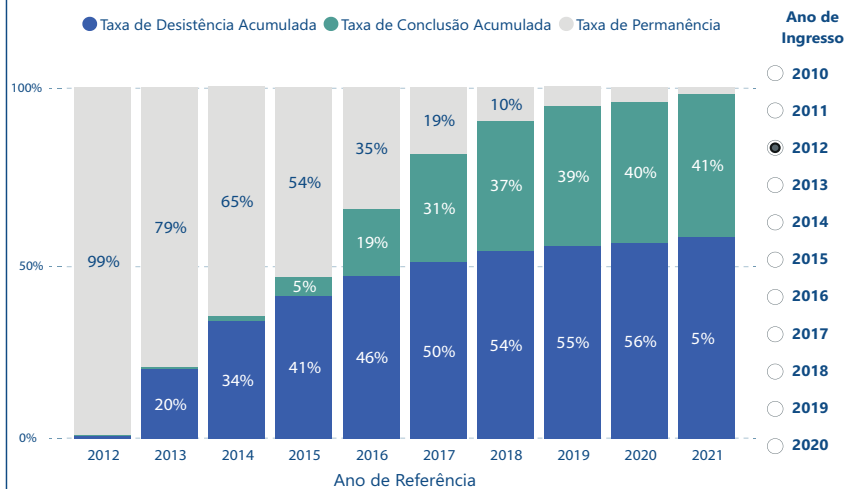
Nesse sentido, em consulta aos dados do Censo da Educação Superior, analisando uma série histórica disponível para consulta aberta no Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP²⁶), referente aos anos de 2010 a 2021, há outros indicadores importantes e que merecem uma reflexão, apontando para a dimensão da UFPB, sua representatividade local e seus caminhos para o futuro, apresentados sob a forma de painéis de estatísticas gerais da UFPB.

Na Figura 8, a seguir, destacam-se alguns indicadores importantes de trajetória, para melhor compreensão:

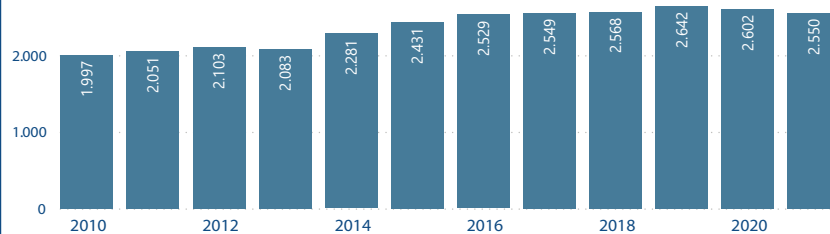
26 Dados disponíveis em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjU2YzltY2VlZC00M-zcwLTk4OWYtODMzNWYyZjU2YzltY2VlZC00M-zODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNz-c0MzRiZiJ9>. Acesso em: 28 jul. 2025

Figura 8 - Distribuição gráfica de dados gerais, indicadores de trajetória, estatísticas de estudantes(as) e número de docentes vinculados a cursos de graduação (2010-2021).
Fonte: INEP, 2010-2021.

Indicador de Trajetória - Curso



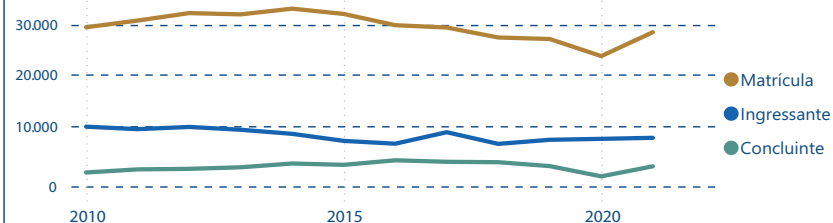
Número de Docentes vinculados a Cursos



Dados Gerais

Ano	Instituições	Cursos	Vagas	Ingressantes	Matrículas	Concluintes
2010	1	124	9.465	10.378	29.590	2.189
2011	1	125	9.276	9.888	30.911	2.799
2012	1	131	10.049	10.327	32.384	2.906
2013	1	137	11.999	9.766	32.130	3.213
2014	1	137	11.232	8.961	33.262	3.960
2015	1	136	13.681	7.571	32.213	3.693
2016	1	126	13.852	7.013	29.993	4.594
2017	1	125	11.505	9.284	29.535	4.297
2018	1	126	9.943	6.979	27.566	4.215
2019	1	125	11.789	7.788	27.266	3.444
2020	1	124	10.084	7.972	23.886	1.420
2021	1	125	8.382	8.177	28.607	3.403

Estatísticas de Alunos

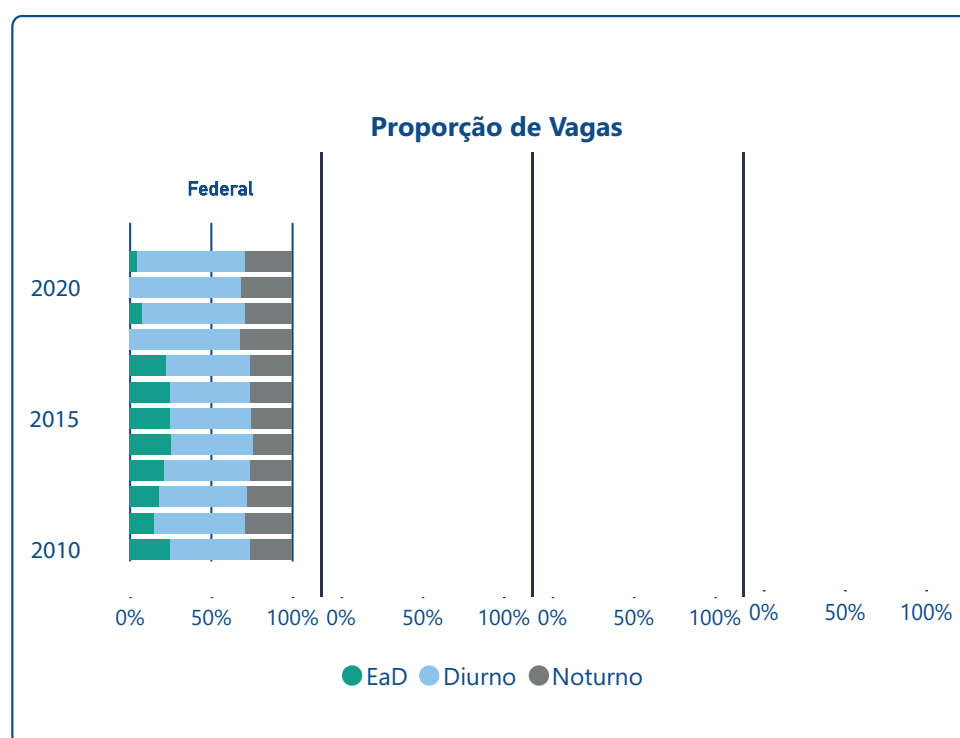
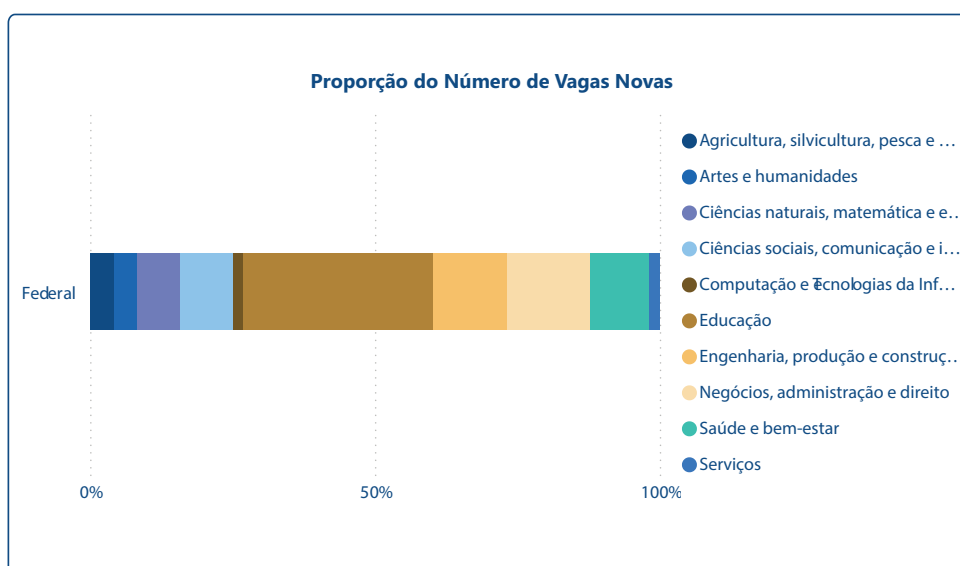


De acordo com os gráficos apresentados, a UFPB chegou a ofertar 137 cursos, em 2013, logo após o término do REUNI; o quantitativo de vagas ofertadas oscilou entre 13.852, em 2016, com uma queda significativa em 2021, quando atingiu apenas 8.382, possivelmente como reflexo da Pandemia de Covid-19; nos indicadores de trajetória, percebe-se um aumento significativo da taxa de desistência acumulada que atinge 58%, em 2021, porém com um aumento da Taxa de Conclusão Acumulada, que chega a 41% no mesmo ano; em re-

lação às estatísticas de estudantes, o gráfico aponta tendência de recuperação no número de matrículas, a partir de 2021, apesar de um longo período de queda, com estabilidade no número de ingressantes e concluintes; apesar disso, o gráfico seguinte mostra uma tendência de crescimento, a partir de 2014, com estabilidade do número de docentes a partir de 2016.

A seguir, a Figura 9 traz alguns importantes elementos de destaque, em relação à proporção de novas vagas por área do conhecimento, por turno e modalidade.

Figura 9 - Distribuição gráfica de dados gerais, com Proporção do Número de Vagas Novas, por área geral do Curso e Proporção de Vagas da UFPB (2010-2021).



Fonte: INEP, 2010-2021.

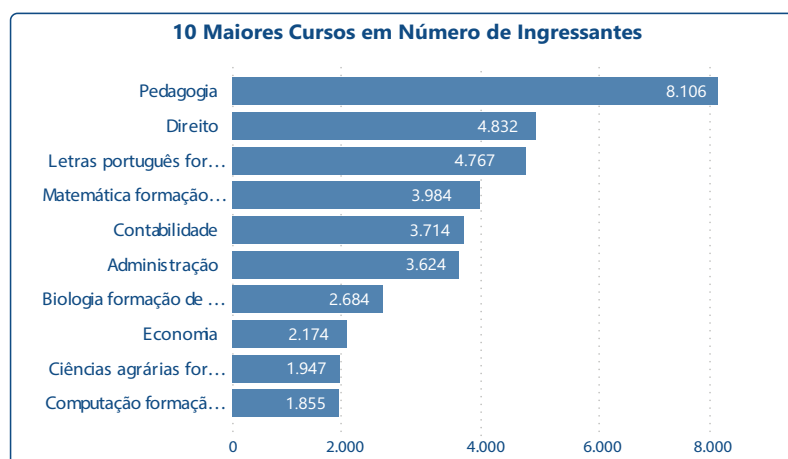
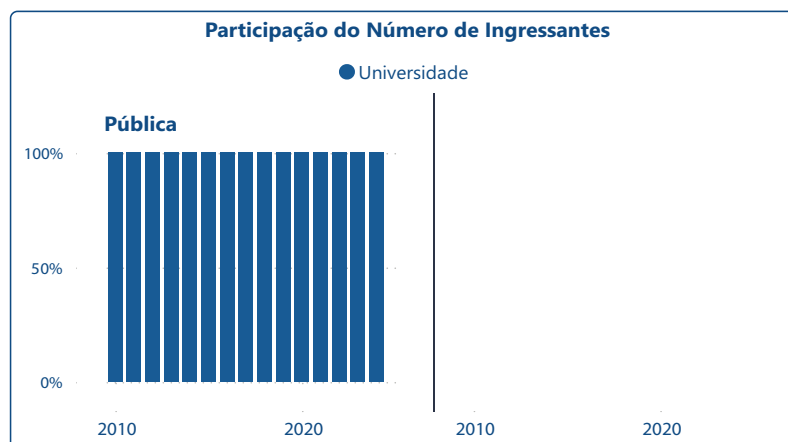
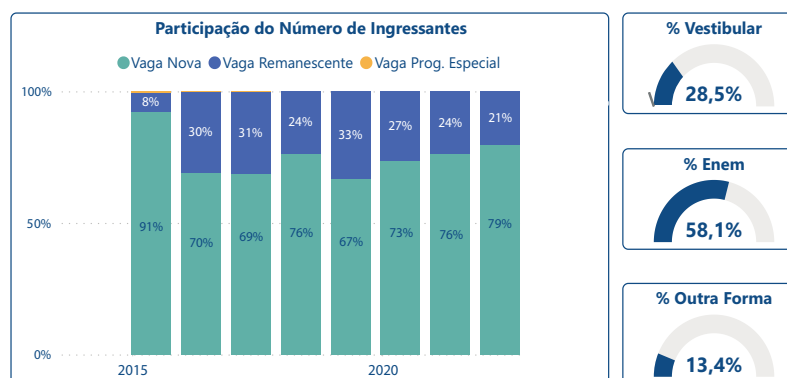
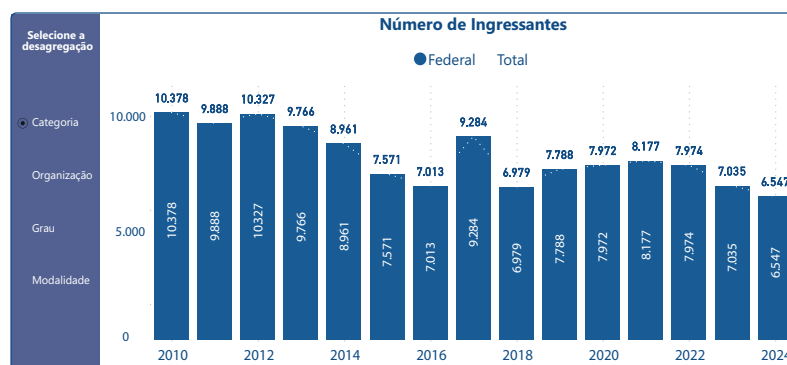
Como se pode observar, há uma clara proporção de novas vagas nas áreas de Educação (33,24%); Negócios, Administração e Direito (14,51%); Engenharia, Produção e Construção (13,03%) e Saúde e Bem-Estar (10,39%), com baixíssimo percentual na área de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com apenas 1,86%, demonstrando um grande desafio para o tempo presente em ampliar áreas com reconhecido campo de atuação no mundo do trabalho, além das já contempladas na Instituição, ampliando o debate acerca de quais áreas estão sendo priorizadas ou têm maior demanda e quais seriam desejáveis para o desenvolvimento local e regional.

Por fim, percebe-se, na proporção de vagas ofertadas, o crescimento da modalidade de educação a distância (EAD) e a estabilidade na oferta de vagas diurnas e noturnas, que se mantém praticamente inalterado ao longo do tempo, trazendo a discussão sobre ampliação de vagas noturnas para atendimento a demandas da população trabalhadora frente às exigências de formação e qualificação, assim como de novos públicos que demandam um especial olhar e reflexão das políticas acadêmicas.

Na Figura 10, a seguir, é apresentada a distribuição do número de ingressantes por forma de ingresso e os dez cursos com maior quantitativo de ingressantes, no período estudado.

Figura 10 - Distribuição gráfica de dados gerais, por número de ingressantes, forma de ingresso e cursos com maior número de ingressantes na UFPB (2010-2021).

Fonte: INEP, 2010-2021.



Há, de acordo com os gráficos anteriores, uma oscilação na oferta de vagas com destaque para a tendência de queda após os anos do REUNI (2007-2012), com recuperação em 2017, com expressiva queda em 2018, para retornar à tendência de crescimento discreto, nos anos seguintes; esmagadora maioria dos ingressantes oriundos de vaga nova, através da adesão ao SiSU, em 2014, com discreta ocupação de vagas por processos seletivos para reocupação de vagas remanescentes.

Importa destacar que a UFPB, de acordo com o Regulamento Geral de Graduação (Resolução nº 29/2020), conta com os seguintes processos seletivos: SiSU, para todos os cursos de graduação, exceto os cursos de Música (Licenciatura e Bacharelado) que se utilizam do Processo Seletivo de Conhecimento Específico (PSCE), ambos os processos seletivos atendem à ocupação de novas vagas, através do uso das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Processo Seletivo para Reopção de Curso (PSRC), Processo Seletivo de Transferência Voluntária (PSTV) e Processo Seletivo de Ingresso de Graduados (PSIG), para reocupação de vagas remanescentes, com utilização de outras formas de seleção (UFPB, 2020).

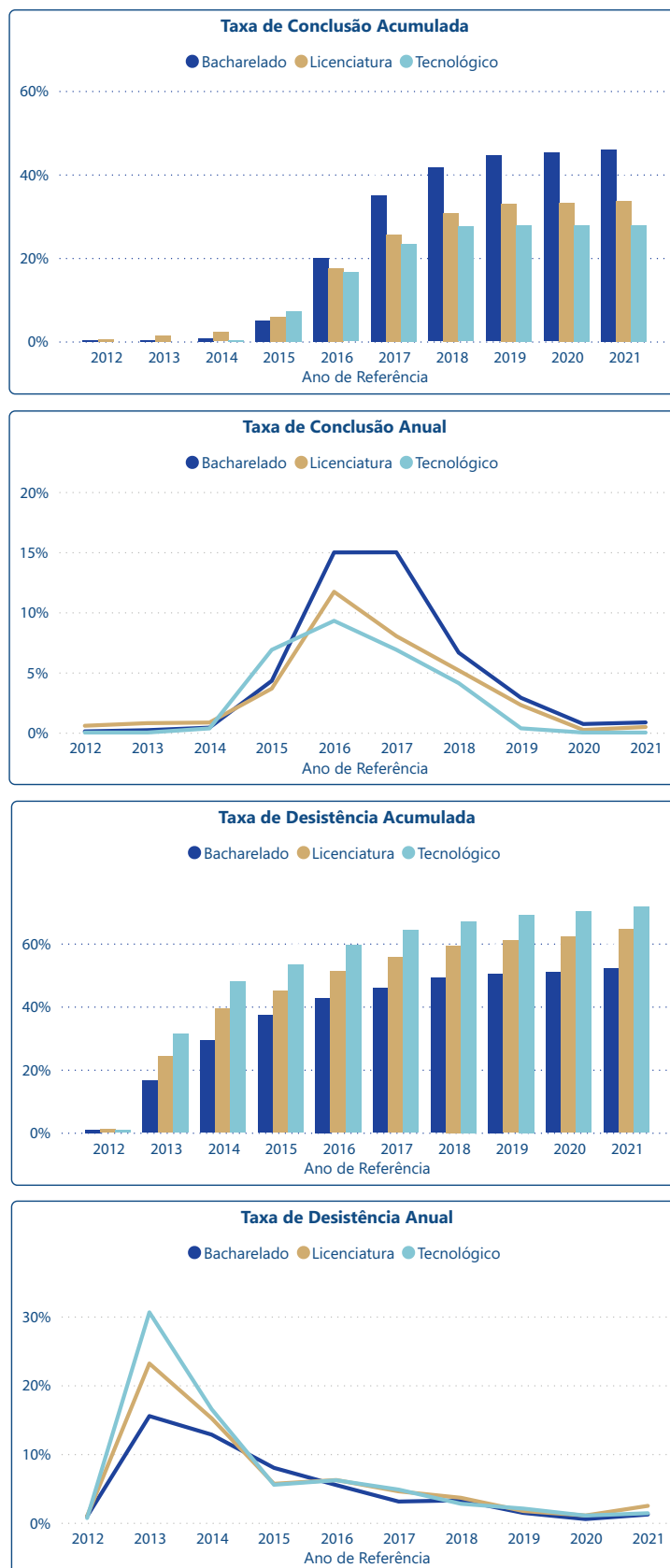
Por fim, os cursos com maior número de ingressantes, no período analisado, foram: Pedagogia (Lic.),

Direito, Letras Português (Lic.), Matemática (Lic.), Contabilidade, Administração, Biologia (Lic.), Economia, Ciências Agrárias (Lic.) e Computação (Lic.), o que ratifica a maior oferta de vagas já mencionada para essas áreas do conhecimento, uma vez que, dos 10 cursos com maior demanda, seis (06) são da área de Educação (Licenciaturas).

A Figura 11, a seguir, apresenta as taxas de conclusão e desistência acumulada, assim como a taxa de conclusão e de desistência anual, subdividida por grau acadêmico: Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo.

Figura 11 - Distribuição gráfica de dados gerais, por Taxa de Conclusão Acumulada, Taxa de Desistência Acumulada, Taxa de Conclusão Anual e Taxa de Desistência Anual, por grau acadêmico, na UFPB (2010-2021).

Fonte: INEP, 2010-2021.



Os gráficos apontam uma expressiva taxa de conclusão acumulada dos cursos de Bacharelado (atingindo mais de 40%, a partir de 2018), com baixos percentuais para os cursos de Licenciatura e Tecnólogos, com taxas pouco superiores a 20%, a partir de 2017; maior taxa de desistência acumulada nos cursos de Tecnólogos (superior a 60%, a partir de 2016), seguidos das Licenciaturas (superiores a 50%, a partir de 2016, superando os 60% a partir de 2018), com menores percentuais para os cursos de Bacharelado, que tem índices mais preocupantes (acima de 50%), somente a partir de 2018.

Esses dados são complementares para a análise apresentada, ou seja, os cursos de Bacharelado têm maior taxa acumulada de conclusão e baixa taxa de desistência, ocorrendo o inverso para os cursos de tecnólogos; as licenciaturas se comportam de modo mais estável, com taxa de conclusão da ordem de 30% e taxa de desistência acima de 50%.

Quando são analisadas as taxas de conclusão e de desistência anual, os gráficos mostram alguns resultados que merecem reflexão: os anos de 2016 e 2017 mostram as maiores taxas de conclusão anual para os cursos de Bacharelado, que apresentam queda significativa nos anos seguintes; os cursos de Licen-

ciatura e de Tecnólogos somente apresentam crescimento em 2016, com queda significativa nos anos posteriores.

A taxa de desistência anual mostra tendência de queda a partir do pico atingido em 2013, nos três graus acadêmicos, sendo as Licenciaturas e os Cursos de Tecnólogos os que apresentam maior taxa de desistência anual.

Estes indicadores são fundamentais para o planejamento institucional e podem guiar a UFPB em ações futuras que visem não apenas aumentar a taxa de conclusão, mas também melhorar a experiência geral dos estudantes durante sua trajetória acadêmica, diminuindo as taxas de desistência, com atenção para a retenção e a permanência qualificada, para ampliar conclusão a termo dos cursos universitários.

Por fim, a tabela 1, a seguir, apresenta percentuais de docentes com Pós-Graduação e sua qualificação acadêmica, apontando para a maior qualificação do corpo docente e, conseqüente, melhoria dos cursos de graduação da UFPB.

Tabela 1 - Distribuição de frequência (absoluta e percentual) dos docentes, com pós-graduação e a qualificação acadêmica, na UFPB (2010-2021).

#	Ano	# N° Docentes	%	% Pós-Graduação	%	% Doutores	%	% Mestres
	2010	1.997		88%		57%		31%
	2011	2.051		91%		61%		31%
	2012	2.103		91%		62%		28%
	2013	2.083		93%		68%		25%
	2014	2.281		92%		69%		23%
	2015	2.431		93%		71%		22%
	2016	2.529		95%		73%		22%
	2017	2.549		96%		75%		21%
	2018	2.568		96%		78%		18%
	2019	2.642		96%		80%		16%
	2020	2.602		98%		84%		13%
	2021	2.550		97%		85%		12%

Fonte: INEP, 2010-2021.

Como se observa, houve um pequeno crescimento do corpo docente, sendo que 97% dos docentes possuem pós-graduação, sendo 85% com doutorado e apenas 12% com mestrado, o que mostra uma consequência positiva dos investimentos do REUNI, que objetivava, em suas metas, a contratação de mestres e doutores para o ensino de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), contribuindo para sua melhoria. A UFPB chega, ao final do recorte temporal analisado (2010-2021), a partir dos dados do Censo da Educação Superior, disponível no site do Inep, a resultados bastante promissores que apontam importantes ganhos que, mesmo após o período pandê-

mico, parecem sinalizar para seu fortalecimento e ampliação.

No ano de 2025, esse quadro docente encontra-se com a seguinte titulação, apresentada na Figura 12, a seguir.

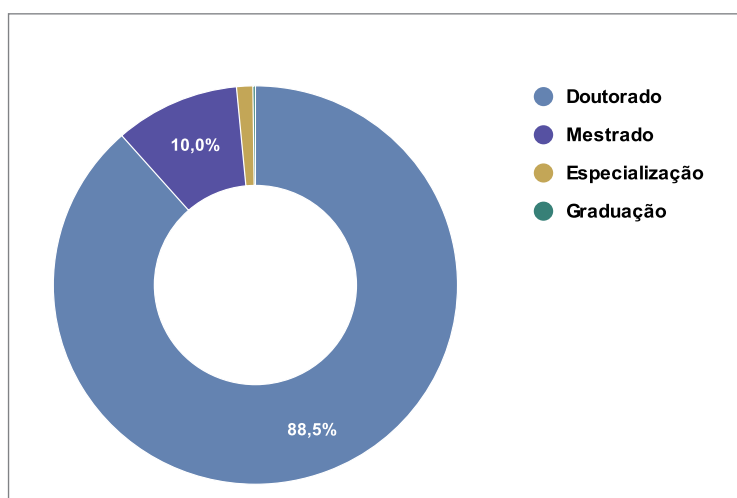
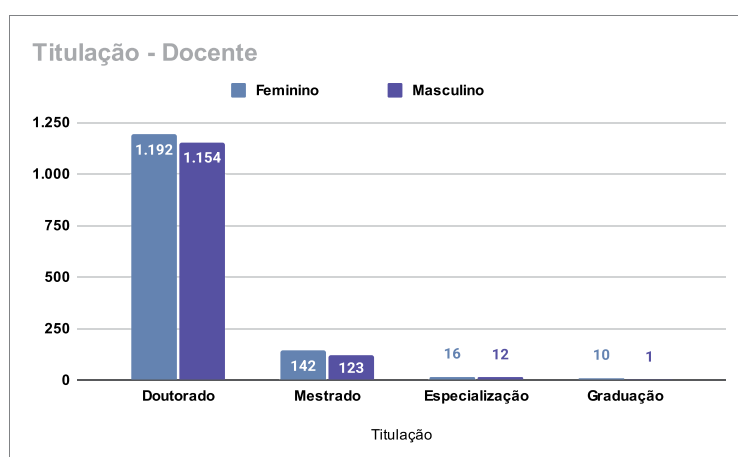


Figura 12 - Distribuição gráfica da titulação do corpo docente, na UFPB, em 2025.

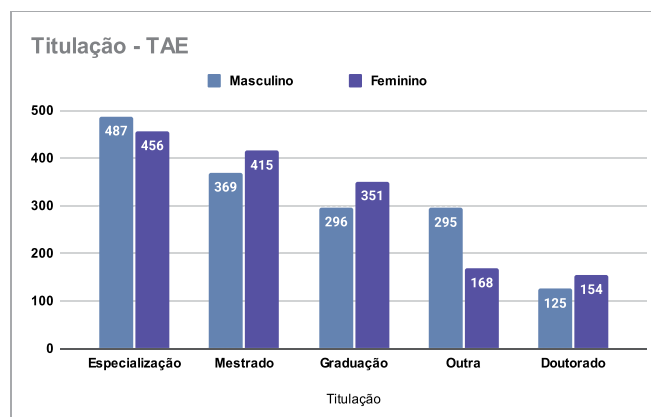
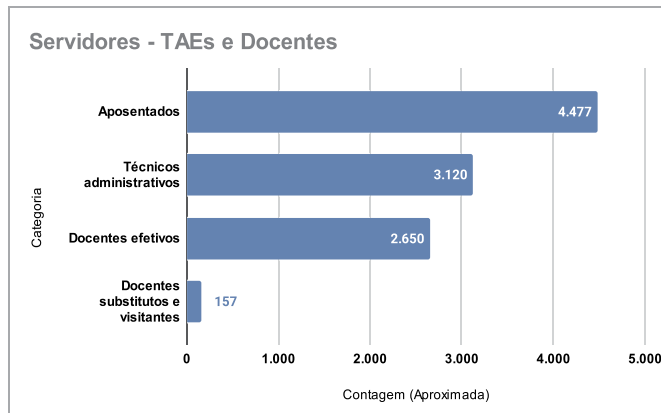
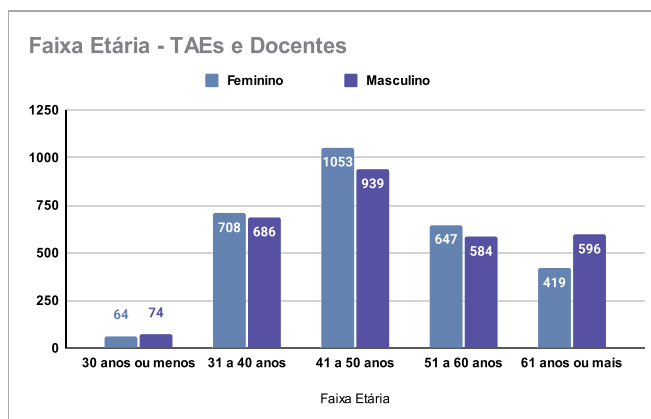
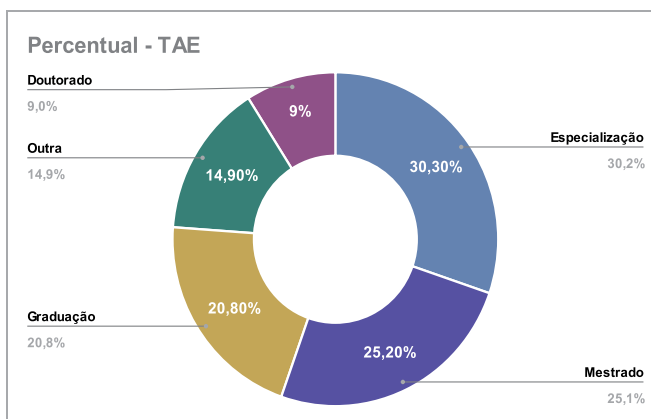
Fonte: STI/SIAPE, 2025. Disponível em: https://lookerstudio.google.com/reporting/8c6ae054-de00-4a47-a-494-204a492a596c/page/p_e4rdfnvbad. Acesso em: 30 jun. 2025.

No primeiro gráfico, observa-se um número ligeiramente superior de docentes do gênero feminino com doutorado e com mestrado, dentro dos 88,5% de docentes com doutorado e apenas 10% com mestrado, ampliando ainda mais o percentual observado no período anterior.

Em relação aos servidores técnico-administrativos, embora não existindo dados disponíveis na mesma série histórica, os dados referentes ao ano de 2025 foram compilados apresentados na Figura 13, a seguir.

Figura 13 - Gráficos apresentando número de servidores Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE's) e docentes, em relação a faixa etária e titulação, na UFPB, em 2025.

Fonte: PROGEP (STI/ SIAPE). Disponível em: https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/8c6ae054-de00-4a47-a494-204a492a596c/page/p_e4rdfnvbad. Acesso em: 30 jun. 2025

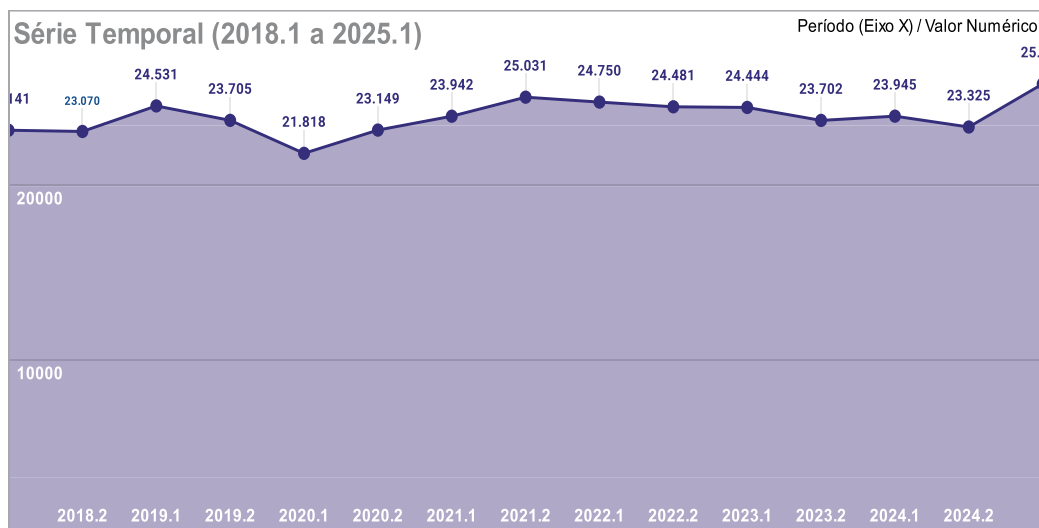


Como é possível observar, a UFPB conta, atualmente, com **3.120** Servidores Técnico-Administrativos em efetivo exercício, ao lado dos **2.650** docentes efetivos e **157** docentes substitutos ou visitantes. A faixa etária predominante tanto para Servidores Técnicos quanto para docentes é entre 41 e 50 anos de idade. É destaque também a qualificação dos TAE's, com significativo percentual com 9% com doutorado, 20,8% com graduação, 25,2% com mestrado e 30,3% com especialização, somando-se 64,5% com TAE's que possuem pós-graduação, o que reforça a excepcional qualidade do corpo docente e técnico-administrativo da UFPB, para atender aos(às) estudantes.

Assim, a UFPB chega, em 2025, ofertando um total de **7.845** vagas no SiSU, sendo **3.885** vagas destinadas a estudantes da ampla concorrência e **3.960** destinadas a estudantes atendidos pelos critérios estabelecidos pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012 e suas alterações) (BRASIL, 2012).

Foram disponibilizados, para o SiSU – Edição 2025, utilizando as notas do ENEM, um total de **123** cursos de graduação. Acresce-se a esse número as vagas destinadas ao Processo Seletivo de Conhecimento Específico (PSCE), para os cursos de graduação em Música, que também utilizam das notas do ENEM e totalizam **80** vagas, sendo 40 para a Licenciatura e 40 para o Bacharelado; e as vagas para os cursos na modalidade educação a distância (EAD), que totalizaram **1.100** vagas, em 2025.1, e **1.250**, em 2025.2, dentre os dez cursos que compõem a oferta na modalidade EAD na UFPB, no mesmo ano. Portanto, a UFPB ofertou, no ano de 2025, nas modalidades presencial e a distância, um total de **10.275** vagas, que contribuíram para a melhoria dos indicadores acadêmicos, apresentados na Figura 13, a seguir:

Figura 14 - Gráfico apresentando número de estudantes matriculados por período letivo (2018.1-2025.1)



Fonte: Observatório da Graduação (ODG), 2025.

Os dados apresentados demonstram uma evidente tendência de crescimento do número total de matriculados na UFPB, com aumento de **10,6%** (2.465 novas matrículas) no período letivo de 2025.1 em relação a 2024.2, o que aponta para as ações e políticas adotadas pela atual gestão da UFPB, iniciada em novembro de 2024, que rompe com a tendência de queda demonstrada no gráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se, conjuntamente, as figuras e tabela apresentadas anteriormente, pode ser visualizada uma UFPB madura, com enormes potencialidades em seus cursos de graduação, mas com grandes desafios a serem enfrentados.

Mapeando suas potencialidades, identificam-se o significativo crescimento na oferta de vagas, de cursos e, consequente, crescimento das matrículas, nos três turnos e nos quatro campi existentes, com a presença de um corpo docente e técnico-administrativo altamente qualificado, sendo a quase totalidade dos docentes composta por doutores (mais de 80%) e os TAE's com 64,5% possuindo pós-graduação, com cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento, destacando-se a formação de professores dada em seus cursos de Licenciatura, além dos cursos de Tecnólogo e Bacharelado, estes últimos os que apresentam maior taxa de conclusão e menor taxa de desistência acumuladas. Como consequência, UFPB apresenta maior concentração de cursos na área de

Educação, de Negócios, Administração e Direito, de Engenharia, Produção e Construção e de Saúde e Bem-Estar.

Dentre os desafios identificados, aponta-se o baixo percentual de cursos na área de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Serviços; Artes e Humanidades; Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; Ciências Naturais, Matemática e Estatística e Ciências Sociais, Comunicação e Informação, o que demanda estudos de mercado, identificando vocações e potencialidades econômicas do Estado e da região, para canalizar incentivos para a criação de novos cursos, reconfiguração de cursos com baixa demanda, atendimento a públicos diferentes, em diferentes modalidades de acesso, para ampliar ainda mais a efetividade e abrangência da UFPB no Estado da Paraíba e na região Nordeste, ao lado de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

O aumento no número de matrículas deve levar a UFPB a considerar a ampliação de infraestrutura e a necessidade de buscar mais recursos para atender a essa demanda crescente. Como implicações pedagógicas, faz-se necessário, também, ajustes nos currículos dos cursos de graduação, uma vez que a distribuição das matrículas pode orientar decisões sobre a ma-

nutenção ou expansão de cursos, em áreas com maior interesse, além de permitir a revisão de currículos para alinhamento com as necessidades do mundo do trabalho.

Porém, todos esses desafios devem considerar a convivência em uma universidade plural, em que a **acessibilidade e a inclusão** sejam seus maiores pilares, buscando sempre implementar políticas de apoio e financiamento, com ampliação de programas de bolsas, aumentando a inclusão estudantil.

Esses dados são essenciais para a gestão e planejamento estratégico da UFPB, permitindo tomadas de decisão para melhorar a qualidade do ensino e a experiência dos estudantes, cujo êxito em suas trajetórias passe a ser um objetivo perseguido com tenacidade por todos que fazem a UFPB.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Austregésilo de. Decadência do ensino brasileiro. **O Norte**, João Pessoa, 14 jan. 1984. Recortes de Jornais diversos. Pastas A-Z, O que a imprensa diz sobre vestibular nos diversos anos de sua realização. Datas-limite: 19 de jan. 1968 a 24 mar. 2000. João Pessoa: COPERVE/UFPB. Matérias jornalísticas.

BRASIL, **Decreto nº 14.118**, de 27 de março de 1920. Crêa um Patronato Agrícola no município de Bananeiras, Estado da Parahyba do Norte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14118-27-marco-1920-510469-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Decreto nº 50.148**, de 27 de janeiro de 1961. Aprova o Estatuto da Universidade da Paraíba. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50148-27-janeiro-1961-389944-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Decreto nº 53.358**, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Decreto nº 62.173**, de 25 de janeiro de 1968. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Decreto nº 65.464**, de 21 de outubro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65464-21-outubro-1969-407037-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Lei nº 10.419**, 09 de abril de 2002. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.419-2002&OpenDocument. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Lei nº 3.835**, de 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13835.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL, **Lei nº 12.711**, 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2012/lei12711.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.

CASTELO BRANCO, U. V. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 24). Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/os-sertoes.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

JORNAIS, Catálogo da Seção de Obras Raras do IHGP (I – Jornais Antigos): Manchetes e Matérias. Instalada Solenemente a Universidade da Paraíba. Discurso de José Américo. **A União**, João Pessoa, 13 dez. 1955.

PARAÍBA, **Lei Estadual nº 1.366**, de 02 de dezembro de 1955. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prg/cra/atos-de-autorizacao/lei-autorizacao-enfermagem.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

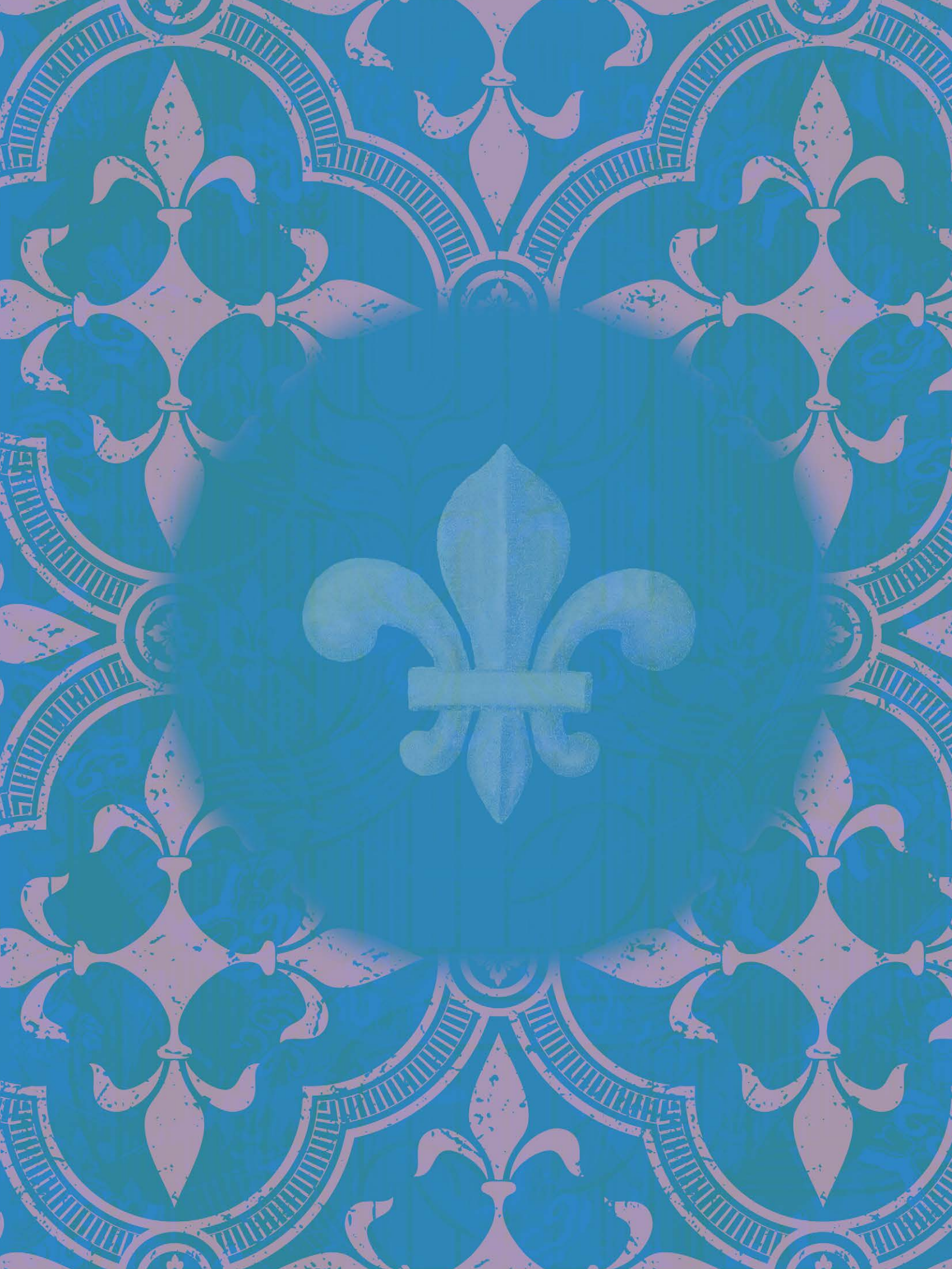
UFPB, **Resolução CONSEPE nº 29**, 06 de novembro de 2020. Aprova o Regulamento Geral de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, e revoga a resolução nº 16/2015. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=2611980&key=477eb-318bccb5d036c9d53691b88e6e>. Acesso em 18 jul. 2025.

UFPB, **Resolução CONSEPE nº 47**, de 20 de maio de 2013. Revoga a Resolução do CONSEPE nº 98/2011, que prevê a existência do Processo Seletivo Seriado (PSS) até o ano de 2014 e adere integralmente ao ENEM/SISU para o ingresso nos cursos de graduação presencial e ao ENEM para os cursos de Educação a Distância, 2013. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1274515&key=-92ce6f22447d1bd11ae363fc6e4e4d21>. Acesso em 18 jul. 2025.

UFPB, **Resolução CONSUNI nº 05**, 17 de março de 2006a. Autoriza a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte) e dá outras providências. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=118956&key=-c4d9a5c8d3108fd7832a05a5c01dc606>. Acesso em 18 jul. 2025.

UFPB, **Resolução CONSUNI nº 06**, 08 de maio de 2006b. Cria o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA), no Campus Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=118958&key=748e2976b-600c977e0ce97f39c8f9310>. Acesso em 18 jul. 2025.

UFPB, **Resolução CONSUNI nº 27**, 12 de novembro de 2007. Aprova o Projeto UFPB-REUNI. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=229257&key=aed8a60ef85d151081ba561c0f50734f>. Acesso em 18 jul. 2025.



A PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPB: compromisso com o conhecimento, a formação e a transformação social

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa²⁷
Evandro Leite de Souza²⁸

27 Professora Titular (aposentada) do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPB. Docente permanente voluntária do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas - UFPB. Foi Diretora do CCJ (2013-2016) e Pró-reitora de Pós-Graduação da UFPB (2017-2020). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

28 Professor Titular do Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, UFPB. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição – UFPB. Coordenador adjunto (2018 – 2022) e Coordenador (2022 – 2024) da Área de Nutrição – CAPES. Pró-reitor de Pós-graduação da UFPB (novembro de 2024 – período atual). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Em 2025, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) celebra sete décadas de existência, reafirmando-se como uma das mais relevantes instituições de ensino superior do Brasil e um farol de conhecimento e de transformação, especialmente para a região Nordeste. Ao longo dessa trajetória, marcada por desafios, conquistas e profundo compromisso com o desenvolvimento humano e regional, a pós-graduação desponta como pilar emblemático da missão universitária, espaço de produção de saberes, formação de excelência e compromisso social.

Iniciada com o propósito de atender às demandas de formação discente e de pesquisa de qualidade em áreas estratégicas, a pós-graduação na UFPB foi rapidamente se consolidando em um sistema dinâmico, plural e inovador, que se espalha por diferentes áreas do conhecimento e por distintos territórios de pesquisa. Mais do que formar mestres e doutores, tem contribuído para transformar vidas, consolidar vocações regionais e fortalecer uma ciência comprometida com a realidade brasileira.

Este ensaio convida à reflexão sobre o papel histórico e contemporâneo da pós-graduação ao longo desses 70 anos de existência da UFPB. São destacados seus marcos institucionais, os avanços aca-

dêmicos, os desafios enfrentados, mesmo aqueles em tempos de instabilidade política e orçamentária, mas, sobretudo, cabe mencionar os impactos positivos gerados para a Paraíba, para o Nordeste e para o país. Ao reconhecer a pós-graduação como expressão do compromisso da UFPB com aportes de formação qualificada, produção científica apta a enaltecer o valor da diversidade dos saberes produzidos, inserção no mundo do trabalho e inclusão social, este texto presta homenagem a todas as pessoas, docentes, discentes, técnicos administrativos e gestoras(es), que constroem cotidianamente esse legado coletivo.

ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFPB

A estrutura de pós-graduação da UFPB começou a se desenvolver de forma mais claramente sistemática a partir da década de 1970, acompanhando o movimento nacional de fortalecimento do ensino superior, da ciência e da tecnologia no país. Nesse período, foram criados os primeiros cursos de mestrado, inicialmente voltados para áreas como Educação, Saúde, Humanidades, Agrárias e Ciências Exatas e da Natureza.

Na década de 1990, o crescimento da demanda por formação

avançada e maior consolidação da infraestrutura de pesquisa possibilitaram a ampliação dos cursos de doutorado ofertados pela instituição. A partir daí, a UFPB tem vivenciado um processo contínuo de expansão e diversificação das atividades da pós-graduação em aspectos quantitativos e qualitativos, contando, atualmente, com 79 programas de pós-graduação *stricto sensu* (abrangendo 119 cursos de mestrado e doutorado, entre acadêmicos e profissionais) em funcionamento, distribuídos em 43 das atuais 50 Áreas de Avaliação da CAPES, e representando aproximadamente 50% dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) ofertados no estado da Paraíba.

Essa rede consolidada de pós-graduação é sustentada por uma base robusta de infraestrutura e de capital humano qualificado. Centenas de grupos de pesquisa, laboratórios multiusuários e equipados com tecnologias avançadas, núcleos de estudos interdisciplinares, bibliotecas especializadas, espaços de criação artística e cultural, além de centros de excelência acadêmica, compõem o ecossistema de conhecimento da UFPB.

Esses ambientes não apenas fomentam a produção científica e tecnológica, mas representam espaços de diálogo crítico, experimentação e inovação, que fortalecem a

indissociabilidade entre os eixos de ensino, pesquisa e extensão. A esse conjunto soma-se uma estrutura administrativa comprometida com a qualidade da gestão acadêmica e o suporte às atividades de formação, pesquisa, inovação, internacionalização e impacto social, o que consolida a UFPB como vetor estratégico para o desenvolvimento regional e nacional, reafirmando o seu papel como agente de transformação social, enraizada em valores democráticos e comprometida com a formação acadêmica técnica, crítica, ética e socialmente engajada.

EXCELÊNCIA ACADÊMICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL DA PÓS-GRADUAÇÃO

A produção intelectual gerada pelos Programas de Pós-Graduação da UFPB representa um dos principais indicadores do seu avanço em direção à consolidação e à excelência acadêmica. Nas avaliações quadrienais mais recentes da CAPES, observa-se progressivo aumento nas notas atribuídas aos programas, especialmente nos estratos 4, 5 e 6, o que revela desempenho comparável e equivalente aos centros de maior tradição na pesquisa e pós-graduação no país em diversas áreas do conhecimento.

Uma das marcas distintivas dessa produção é sua diversidade temática e metodológica. Os estudos abrangem desde questões regionais, como saúde coletiva, convivência com o semiárido, desigualdades sociais e cultura popular, até problemáticas de escala global, como mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional, tecnologias emergentes, bioética, direitos humanos, diplomacia, relações internacionais e inteligência artificial. Essa abrangência evidencia a capacidade dos programas de pós-graduação da UFPB de dialogar com os grandes desafios contemporâneos, sem perder suas raízes territoriais e sociais.

Importa destacar que essa produção não se limita aos círculos acadêmicos, visto que repercute em políticas públicas, inovações tecnológicas, soluções para comunidades e povos tradicionais, programas de formação para a educação básica, ferramentas para assistência em saúde, incubadoras de startups e outras estratégias de impacto e transformação social. O fortalecimento dos periódicos científicos vinculados à UFPB também contribui significativamente para a difusão do conhecimento gerado localmente, ampliando seu alcance e efeitos sociais.

INTERNACIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

A UFPB tem investido de forma crescente na internacionalização da pós-graduação, com destaque para a sua inserção no Programa Capes-Print, marco que impulsionou uma política institucional articulada e estratégica de internacionalização. Essa política foi formalmente estruturada com a substituição do antigo setor de internacionalização pela Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI/UFPB), instituída pela Resolução CONSUNI nº 44/2018, e regulamentada pela Resolução CONSUNI nº 06/2018, que disciplinou a política de internacionalização, ambas fundamentais para o alinhamento da universidade às diretrizes do Capes-Print, implantado em 2019. A partir desse marco, a UFPB fortaleceu e ampliou suas redes internacionais de colaboração, incorporando mudanças normativas e comportamentais que favoreceram uma cultura institucional voltada para a cooperação global.

Embora já possuísse histórico relevante em ações de internacionalização, a adesão ao Capes-Print catalisou novas oportunidades. Parcerias com instituições estrangeiras, acordos de cotutela, intercâmbios de discentes e docentes, missões acadêmicas e participação em redes re-

gionais e globais de pesquisa têm ampliado o horizonte científico e a visibilidade dos grupos de pesquisa atuantes na pós-graduação da UFPB. Essas ações têm fortalecido o diálogo acadêmico com instituições do norte e sul global, possibilitando o acesso a centros de excelência, a diversificação das práticas científicas e o intercâmbio de experiências multiculturais.

Os programas de pós-graduação da UFPB, nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Natureza, Tecnologias e Engenharias, mantêm colaborações internacionais estratégicas que resultam em produção científica qualificada, publicações conjuntas em periódicos de relevância, participação ativa em conferências internacionais, formação de redes interinstitucionais e cotutela com dupla titulação. Além disso, a presença de professores visitantes estrangeiros nos Programas de Pós-graduação da UFPB e a atuação de docentes da UFPB em programas internacionais de ensino e pesquisa têm enriquecido a formação acadêmica e fortalecido a inserção internacional da instituição.

Paralelamente, a UFPB tem intensificado sua interface com o setor produtivo, a inovação tecnológica e o empreendedorismo acadêmico. A criação do Núcleo de Inova-

ção Tecnológica (Agência UFPB de Inovação), bem como a atuação de incubadoras, startups universitárias e programas voltados à transformação do conhecimento científico em soluções tecnológicas, sociais e ambientais, além do mestrado e doutorado acadêmico para inovação (Programa MAI/DAI do CNPq), consolidam a vocação da universidade para contribuir com o desenvolvimento econômico e social sustentável. Tais iniciativas evidenciam a capacidade da pós-graduação da UFPB de integrar internacionalização, ciência de excelência e inovação com compromisso social.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO

Um dos avanços mais significativos da pós-graduação na UFPB é o fortalecimento do compromisso institucional com a inclusão e a diversidade. A adoção de políticas afirmativas para o ingresso de estudantes negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência representa marco importante na democratização do acesso ao ensino de pós-graduação de qualidade, especialmente no contexto do Nordeste e do Brasil. Essas medidas ampliam a equidade no ensino superior e reafirmam o papel social da universidade pública.

A presença de diferentes identidades, trajetórias e pertencimentos socioculturais nos programas de pós-graduação tem enriquecido o debate acadêmico, ampliando horizontes epistemológicos e promovendo a valorização de saberes plurais, perspectivas críticas e experiências historicamente marginalizadas. Essa diversidade é essencial para a construção de uma universidade mais representativa, plural e comprometida com a justiça social e com os direitos humanos.

Além do acesso, a permanência tem sido uma preocupação central. A UFPB tem fortalecido a assistência estudantil para os discentes da pós-graduação, por meio de ações como auxílio-moradia, apoio psicológico, programas de acolhimento e iniciativas de promoção da saúde. Tais estratégias visam reduzir a evasão, mitigar desigualdades estruturais e garantir condições efetivas para o sucesso acadêmico de todos os estudantes, através de ações que possibilitam o acesso a direitos sociais e contribuem diretamente para a permanência qualificada dos discentes, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade.

DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A despeito dos significativos avanços, a pós-graduação da UFPB enfrenta desafios estruturais persistentes, como de resto ocorre em outras universidades públicas brasileiras. A insuficiência de financiamento, a defasagem no valor e na distribuição das bolsas de estudo, os entraves burocráticos e a dificuldade de retenção de talentos ameaçam a sustentabilidade de um sistema de pós-graduação que desempenha papel crucial no desenvolvimento regional e nacional. Tais desafios tornam mais evidente e necessária a adoção de políticas públicas robustas e contínuas de valorização da ciência, da educação e da inovação.

Ainda assim, os 70 anos da UFPB representam um marco de esperança e renovação. A comunidade acadêmica tem respondido às adversidades com resiliência, criatividade e compromisso ético-político. O uso ampliado de tecnologias digitais, o fortalecimento da ciência aberta, a construção de redes de cooperação nacionais e internacionais e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a nova agenda nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação são caminhos estratégicos para reinventar o futuro da pós-graduação. Além

disso, o engajamento com pautas transversais, como a equidade, a sustentabilidade e os direitos humanos, tem ampliado o impacto da produção científica da UFPB para além dos muros institucionais.

A expectativa é que, nos próximos anos, a UFPB consolide os seus programas de pós-graduação, eleve a nota obtida na avaliação externa realizada pela Capes, e, diante disso, amplie seu protagonismo na formação de quadros altamente qualificados, no avanço da ciência brasileira e no enfrentamento das desigualdades e dos desafios socioambientais do século XXI. A história da pós-graduação na UFPB é, em muitos aspectos, a própria história da instituição, trajetória marcada por conquistas, desafios, reinvenções e compromisso inabalável com a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Mais do que formar mestres e doutores, a pós-graduação da UFPB forma sujeitos históricos e intelectuais comprometidos com a transformação do país. Ao construir pontes entre o saber e os territórios, entre a produção do conhecimento e as demandas sociais, a UFPB contribui decisivamente para o fortalecimento da cidadania, da democracia e do desenvolvimento justo e solidário. Que os próximos 70 anos sejam de ainda mais ciência, mais

inclusão, mais diálogo com o mundo e mais compromisso com o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar a trajetória da pós-graduação na UFPB, resta evidente que o seu papel transcende a formação acadêmica técnico-científica convencional, visto que é instrumento de afirmação regional, justiça social e produção de conhecimento comprometido com a transformação da realidade. Mais do que celebrar o legado, os 70 anos da UFPB convocam à responsabilidade de projetar um futuro ainda mais inclusivo e inovador.

A pós-graduação deve seguir atenta às mudanças sociais, científicas e tecnológicas do mundo contemporâneo e do país, sem perder de vista os desafios locais. O futuro da UFPB dependerá da capacidade de manter viva a indissociabilidade entre excelência acadêmica, responsabilidade social e defesa intransigente da universidade pública como bem comum. Isso exige o fortalecimento das políticas públicas de ciência e tecnologia, o incentivo à formação cidadã dos discentes e o compromisso ético com as pautas emergentes da sociedade.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025



Fonte: Arquivo pessoal, 2025



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

A Extensão Universitária: tecido de esperança

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira²⁹

O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar, a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro. (Mia Couto).

29

Professora do Departamento de Ciência da Informação (CCSA).
Doutora em Letras pela UFPB e Pró-reitora de Extensão desde
novembro de 2024.

A extensão universitária, compreendida como um dos pilares fundamentais da universidade pública brasileira – ao lado do ensino e da pesquisa –, representa muito mais do que uma dimensão administrativa ou funcional da vida acadêmica. Ela configura-se como um espaço de diálogo entre os saberes, um exercício de escuta e troca que desafia a universidade a sair de seus muros simbólicos e físicos para se inserir, com compromisso e sensibilidade, nas realidades diversas que compõem o tecido social.

Historicamente, a extensão tem sido concebida como ponte entre o conhecimento produzido na academia e as necessidades concretas da sociedade. No entanto, tal concepção corre o risco de reduzir a extensão a uma ação de “aplicação” do saber técnico-científico sobre contextos populares, incorrendo em práticas verticalizadas e pouco dialógicas. É preciso, portanto, retomar a proposta crítica e transformadora da extensão, como expressa na formulação de Paulo Freire (1983), para quem a verdadeira extensão se dá no encontro de saberes, onde o conhecimento acadêmico se reconhece incompleto fora da realidade concreta das comunidades, pelo viés da dialogicidade. Nessa esteira de compreensão Paulo Freire em Pedagogia do oprimido (2019), assinala

que o diálogo se constitui como o encontro entre sujeitos que, mediados pelo mundo, buscam compreendê-lo e transformá-lo por meio da palavra. Isso posto, não se limita, portanto, a uma simples relação interpessoal (eu-tu), pois se realiza na tensão entre aqueles que desejam anunciar o mundo e aqueles que o recusam; entre os que negam a outrem o direito de dizer a palavra e os que têm esse direito historicamente negado.

Trata-se, portanto, de se tornar um sujeito de transformação de si e de outrem por meio do diálogo e da comunicação. Isso implica em estar com o coração desarmado, acolher a voz alheia e enxergar o mundo por seus olhos, permitindo que novos horizontes ressignifiquem os próprios caminhos, principalmente se consideramos as fases pelas quais palmilhou a extensão em nível nacional desde os idos do século XX que surge como reflexo de um modelo influenciado internacionalmente. Por outro lado, nos anos 2000, ressurgiu com nova força autorreflexiva em razão das necessidades educacionais, políticas, culturais e sociais requerendo que as ações de extensão estejam voltadas para a inclusão e acesso social.

Nesse sentido, a extensão universitária deve ser entendida não como um apêndice da produção do saber, mas como um campo epis-

têmico autônomo, que interroga a própria estrutura do conhecimento acadêmico. Boaventura de Sousa Santos (2010) destaca a importância das “ecologias de saberes”, que rompem com a monocultura do saber universitário e reconhecem a legitimidade de outros modos de conhecer – especialmente aqueles provenientes das práticas populares, dos territórios periféricos, dos movimentos sociais e das culturas tradicionais. A extensão, nessa perspectiva, não apenas “leva” conhecimento às comunidades, mas também traz delas uma crítica viva à própria forma como a universidade se organiza e pensa.

Trata-se, portanto, de uma travessia ética. A universidade, ao se lançar no território da extensão, compromete-se com a superação das desigualdades sociais e com a promoção de direitos. Ela reconhece que seu papel não se limita à formação técnica e à produção de pesquisa de excelência, mas inclui também a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir na realidade a partir de um compromisso com a transformação social. Como lembra Chauí (2001), a universidade pública deve ser espaço de formação da cidadania e da democracia, o que implica uma presença ativa nos processos de desenvolvimento humano e social.

A prática extensionista desafia, ainda, os currículos e as metodologias tradicionais, ao demandar processos de ensino e aprendizagem mais conectados com o mundo real por meio do processo dialógico. As ações de extensão possibilitam a formação integral dos estudantes, que passam a vivenciar a complexidade dos problemas sociais e a desenvolver competências como empatia, trabalho em equipe, responsabilidade social e capacidade de mediação intercultural.

A inserção curricular da extensão, prevista na Resolução no 07/2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior (CNE/CES), e nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014–2024), busca integrar essas experiências aos projetos pedagógicos dos cursos, reconhecendo seu potencial formativo. Nesse sentido, prepara o corpo de extensionista com sensibilidade no olhar, tornando-se sujeitos empáticos às causas do outro que, por consequência, também são reflexos de cada pessoa e sua forma de agir e estar no mundo.

Por fim, pensar a extensão é pensar o papel social da universidade em um país marcado por desigualdades históricas. A universidade pública, ao realizar a extensão de forma crítica, engajada e participativa, reafirma seu compromisso

com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Ela se abre ao inacabamento, como diria Freire, e se reinventa no contato com a alteridade.

A extensão universitária, portanto, é mais do que um instrumento de intervenção social; é um campo privilegiado de reconstrução epistemológica e política. É nesse movimento que a universidade se torna verdadeiramente pública: quando, ao estender-se, também se transforma. Fundamentada no espírito de transformação, que se superou qualquer premissa assistencialista, promovendo a troca de saberes com base no que ficou denominado de solidariedade crítica, que se assenta teoricamente no denominado 5I's da Extensão universitária, a saber: **I**nteração dialógica, **I**nterdisciplinaridade e **I**nterprofissionalidade, **I**ndissociabilidade, **I**mpacto na formação do e da estudante e **I**mpacto e transformação social.

Historicamente, a rede de extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba tem raízes na década de 1960, com o Departamento Cultural criado em 1962, que teve a frente Otacílio Queiroz, seguido por José Rafael de Menezes. Setor que deu origem em 1974 ao Departamento Cultural, atualmente Coordenação de Extensão Cultural (COEX). Todavia, é importante ressaltar que a extensão já havia

fincado raízes ainda nos idos da formação da antiga Escola de Agronomia do Nordeste, atual Campus II da UFPB. Mas, foi em 1976, que surgiu a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), nome que se manteve até 2019, quando foi oficialmente alterado para Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

A Universidade Federal da Paraíba, ao completar seus setenta anos, tem sua trajetória trançada pelos fios da extensão universitária. Fios tecidos por múltiplas mãos, diversas vozes e sonhos partilhados. Nos anos iniciais, quando a UFPB se consolidava como instituição pública, as ações extensionistas surgiam como pontes tímidas, mas firmes, entre o conhecimento acadêmico e as demandas populares e sociais abarcando ainda as políticas voltadas ao bem estar da comunidade discente como assistência estudantil, saúde, esporte, cultura, residências universitárias, restaurantes universitários, apoio psicossocial, entre tantas formas de acolhimento, com a finalidade precípua da permanência do discente, sua integração social no âmbito da universidade, bem como da sociedade. Desenvolvia, por meio de ações de extensão, projetos voltados à alfabetização de jovens e adultos, cursos de capacitação técnica, extensões rurais, campanhas de saúde e iniciativas culturais abrindo

caminhos para um diálogo vivo com comunidades urbanas e rurais.

Percorrendo o tear da memória, nos anos 1970 e 1980, em meio a um Brasil marcado por transformações políticas e sociais, a extensão universitária na UFPB assumiu caráter mais crítico e engajado. Inspirada por educadores como Paulo Freire e por movimentos sociais emergentes, fortalecendo a compreensão de que a extensão não é mera “aplicação” do saber acadêmico, mas construção coletiva, em que o saber popular e o saber científico se encontram para criar respostas socialmente relevantes. A partir dos anos 1990, com a institucionalização de políticas de extensão no país, a UFPB incorporou de forma mais sistemática programas permanentes e interdisciplinares, integrando pesquisa, ensino e prática social. Nesse percurso, cada coordenador de projeto, cada bolsista, cada comunidade parceira ajudou a desenhar um mapa vivo de trocas, afetos e aprendizagens.

Hoje, ao olharmos para esses 70 anos, percebemos que somos herdeiros e herdeiras de uma história feita de ousadia e compromisso. Àqueles que nos antecederam, e aqui vale lembrar Iveraldo Lucena da Costa, Antônio de Souza Sobrinho, Maria Auxiliadora Bezerra Borba, Ruy Gomes Dantas, Josimar de Lima Viana, Berilo Ramos

Borba, Willian Pinheiro de Vasconcelos, Ivan Targino Moreira, Rosana Souto Maior Serrano, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Orlando de Cavalcanti Villar Filho, Lincoln Eloi de Araújo, Berla Moreira de Moraes, que ocuparam o cargo de pró-reitor e pró-reitoras além de seus coordenadores, cuja memória não conseguiu retomar todos os nomes, mas aqui registramos, Emmanuel Fernandes Falcão, Marçonilia Maria Dias Arnoud, Júlio César de Macêdo, Augusto Moraes, Bernardina Carvalho, Antônio Gualberto Filho, Thiago Antônio Cavalcante Silva, Alexandre Santos Arantes de Souza, além de todos aqueles e aquelas que foram e são Assessores de Extensão, bolsistas e voluntários de cada projeto ao longo de todos esses anos. As equipes técnicas que compõem a Pró-Reitoria de Extensão, que em esforço coletivo e conjugado, de muitas pessoas abriram e continuam a abrir as portas da universidade para pescadores e pescadoras, quilombolas, artesãos, agricultores e agricultoras familiares, artistas populares, jovens em formação e trabalhadores e trabalhadoras em luta e contribuíram e contribuem a seu tempo e modo para a formação cidadã das discentes e dos discentes.

O tempo nos mostrou que o presente se faz forte, porque antes do hoje vieram servidores e servidoras docentes e técnicos e técnicas

administrativas, gestoras e gestores e estudantes, que compreenderam que a universidade não poderia existir isolada, voltada apenas para si, mas deveria pulsar junto à sociedade que a sustenta. Todas as pessoas que nos antecederam, de alguma forma, nos ensinaram que a extensão é mais que um braço da universidade: é seu coração pulsante.

Celebrar esse legado é reconhecer que cada ação, pequena ou grandiosa, contribuiu para que a UFPB se tornasse referência na relação indissociável entre conhecimento e transformação social. Cabe a nós, agora, continuar essa travessia, reinventando a extensão com o mesmo espírito de quem acredita que o saber, para ser pleno, preci-

sa ser compartilhado. Que venham os próximos setenta anos de extensão universitária efetivamente indissociável nas palavras e nas ações, gigante, transformadora, ética e socialmente comprometida e, assim, nos tornarmos parentes do futuro como afirmou Mia Couto na epígrafe introdutória destes textos, mas isso só será possível, se formos capazes de mantermos os espaços abertos ao vento para o saber sair descalço, cruzar pontes invisíveis, aprender a língua da feira, ouvir o cântico das marés e ver o pulso das mãos que amassam o barro dos saberes. Cada gesto semeado germina na terra da comunidade, floresce em dignidade, faz frutificar em justiça, e volta transformado para reinventar o próprio saber.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Universidade crítica: para uma universidade nova**. São Paulo: Cortez, 2010.

PARTE III

Ciência, Inovação e Difusão



Meio Ambiente E Sustentabilidade: Políticas E Práticas Na UFPB

George Emmanuel Cavalcanti de Miranda³⁰
Eduardo Rodrigues Viana de Lima³¹

30

Professor do DSE/ CCEN. Doutor em Oceanografia (UFPE)

31

Professor do DGEO/CCEN. Doutor em Geografia (UNESP)

Quando a Universidade da Paraíba foi criada, em dezembro de 1955, e posteriormente federalizada, em dezembro de 1960, os cenários global, nacional e regional em relação à temática ambiental eram muito distintos daqueles que vivenciamos hoje. O *meio ambiente* era visto como um recurso ilimitado, o Brasil vivia o início da industrialização e modernização dos processos fabris, a economia brasileira tinha na agricultura, mineração e comércio seus principais motores. A Paraíba passava pela transição para receber a energia elétrica através da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

O arcabouço legal brasileiro referente ao meio ambiente era incipiente e pouco estruturado, a Amazônia bastante preservada, iniciava um processo contínuo de ocupação e desmatamento, a sociedade engatinhava na compreensão sobre os problemas ambientais e se mostrava bastante limitada, para este período e nas décadas de 60 e 70, a consciência ambiental ainda estava em formação, restrita principalmente a espaços acadêmicos, sem repercussão ampla na sociedade (LEFF, 2019).

A criação da Universidade respondeu aos grandes problemas e desafios postos naquele período, sintetizados na formação de pessoal

capacitado, papel que se esperava das instituições de ensino Superior, uma resposta ao momento que o Brasil se encontrava, com a principal missão de formar profissionais nas diversas áreas e contribuir com a modernização, crescimento e desenvolvimento do país, nos diversos setores.

Aos poucos, a UFPB se consolidou e cresceu no Estado. Criada inicialmente pela integração de cursos superiores, com a posterior federalização e ampliação, passou a constituir uma estrutura multicampi, distribuída em toda a Paraíba, com 7 (sete) *campi*, presente do litoral ao sertão, nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Cajazeiras Patos, Souza e Cajazeiras. Após o desmembramento, em abril de 2002, a UFPB passa a ser composta pelos *campi* João Pessoa, Areia, Bananeiras. Mais recentemente, em 2005, atingiu a sua estrutura atual com a criação do campus de Rio Tinto/Mamanguape.

Alguns destes *campi* possuem características paisagísticas privilegiadas e se encontram em fragmentos florestais de Mata Atlântica ou Brejos de Altitude como os campus de João Pessoa, Bananeiras e Areia, é importante destacar que Campus localizado em áreas de fragmentos florestais urbanos pode contribuir significativamente para a preservação da biodiversida-

de e para a promoção da educação ambiental. O Campus I, em João Pessoa, foi edificado sobre a antiga fazenda “Fazenda São Rafael”, pertencente ao Governo do Estado, e centralizou os diversos cursos, o processo de construção das suas estruturas, emerge no final dos anos 60, ocorreu de forma horizontal e sem preocupação com a preservação do corpo florestal, resultando na micro-fragmentação da mata atlântica em seu interior em dez pequenos fragmentos.

Destacam-se também os *campi* de Areia e Bananeiras com áreas significativas de fragmentos florestais de Brejo de Altitude bem preservados. O campus de Areia possui forte influência nas políticas públicas de gestão ambiental e desenvolvimento regional. O campus de Bananeiras com aproximadamente 35 hectares de Brejo de Altitude, abriga em seu interior uma importante área de preservação permanente (APP) em região de nascente. O *campus* de Rio Tinto/Mamanguape foi edificado sobre a área de uma antiga fábrica de tecidos, e pela natureza dos seus cursos de graduação e pós-graduação possui forte influência nas políticas de gestão ambiental, com repercussão nas unidades de conservação e territórios protegidos do Vale do Mamanguape.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E A UFPB NESTES 70 ANOS

Se considerarmos a Conferência de Estocolmo em 1972 como marco das discussões multilaterais sobre o meio ambiente, percebemos que a temática ambiental no Brasil foi incorporada muito recentemente. Na conferência realizada em Estocolmo, a posição Brasileira foi crítica em relação ao modelo “anti-desenvolvimento”, priorizando o crescimento industrial mesmo em detrimento do meio ambiente, ou seja na Conferência de Estocolmo, o Brasil atuou na liderança dos países em desenvolvimento contrários à limitação de crescimento supostamente pretendida pelas nações mais ricas” (SENADO, 2011), priorizando o desenvolvimento econômico em detrimento da preservação ambiental. Apesar desta postura, no Brasil o pensamento crítico em relação ao meio ambiente passa a reverberar na academia, com pensadores como Celso Furtado sugerindo na sua obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico* que o padrão de desenvolvimento poderia levar ao colapso ambiental (Furtado, 1980). Começava a florescer no país um vigoroso debate ambiental, influenciado pelos movimentos multilaterais, mas principalmente impulsionado pela sociedade brasi-

leira tendo nas Universidades um campo fértil de ideias e propostas (Haddad, 2020). As décadas de 80 e 90 são marcadas pelo surgimento e/ou amadurecimento das estruturas institucionais, órgãos colegiados, das normativas e políticas de meio ambiente, neste período a Constituição Federal consolida o tema a partir do artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, p. 10).

O arcabouço legal de proteção ao meio ambiente no país possui uma construção que remete ao período do império, tendo o código florestal estabelecido em 1967 como o primeiro conjunto de normas com atenção específica à questão ambiental. Com o amadurecimento dos debates e as pressões da sociedade, a legislação brasileira na área de meio ambiente foi se tornando uma das mais completas, definindo normas e diretrizes para a proteção da natureza. As universidades brasileiras e, em particular, a UFPB com alguns *campi* em fragmentos florestais, passaram a observar com responsabilidade pública as questões ambientais, um desafio que exigiu

adaptação e comprometimento, em um processo contínuo.

AS ESTRUTURAS DA UFPB E A GESTÃO AMBIENTAL

Durante esses 70 anos de existência a Universidade Federal da Paraíba evoluiu significativamente na forma como tratar a questão ambiental, em um processo contínuo de incorporação de boas práticas, normas e prioridades, e este amadurecimento se refletiu na estrutura organizacional, nas políticas e programas voltados à gestão ambiental. Tradicionalmente os *campi* universitários foram tratados como “cidades universitárias” o que é associado a autonomia, desta forma a UFPB até meados de 2018, contou com uma *Prefeitura Universitária* (PU) responsável pela manutenção, ampliação do *campus* assim como a gestão ambiental do *campus*. Em recente reforma administrativa, visando a modernização, a antiga PU foi desmembrada em quatro Superintendências, que passaram a executar a gestão nos setores de Transportes, licitações (obras/serviços), Serviços Gerais e Orçamento e Gestão.

No início de 2013, a UFPB criou, através da Portaria 427 R/GR, a Comissão de Gestão Ambiental (CGA/UFPB), com o objetivo de elaborar diagnósticos ambientais,

estratégias de ação e enfrentar o passivo ambiental da instituição. Subordinada à Reitoria, essa comissão possui quatro principais programas permanentes: coleta seletiva; composteiras, resíduos eletrônicos e articulação com a agenda ambiental, além de outros 12 programas (descontinuados) e mais de 20 ações específicas realizadas. Entre as publicações desta Comissão tem destaque os manuais de procedimentos dos projetos associados, disponíveis a comunidade universitária e a população em geral (https://www.ufpb.br/cga/contents/menu/manuais_dos_projetos) Santos (2018) destaca que a gestão ambiental universitária é essencial para integrar ensino, pesquisa e sustentabilidade.

Apesar de todo o processo de amadurecimento das estruturas e da gestão universitária para o *Meio Ambiente*, apenas em meados de 2018 a UFPB sistematizou sua Política Ambiental por meio da Resolução 17/2018 (CONSUNI), assumindo oficialmente o compromisso com o desenvolvimento sustentável e estabelecendo diretrizes, objetivos e 14 programas ambientais. A Prefeitura Universitária - atualmente desmembrada em 4 (quatro) superintendências - é definida como órgão executor da Política Ambiental e a CGA como coordenadora desta política. Cabendo destacar o compromisso da UFPB com a gestão sustentável

através do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028.

No âmbito internacional, a UFPB é signatária de dois memorandos junto ao PNUD, nos quais reafirma o compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ODS da Agenda 2030, participa da Rede de impacto acadêmico da ONU, denominada de *UN Academic Impact* (UNAI), integra a Rede *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN) e desde o ano de 2023 é avaliada pela *UI Green Metric World University Rankings* (UIGM-WUR) e atualmente ocupa a posição 974 no ranking. <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2024>.

FORMANDO PESSOAS PARA A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DA UFPB PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A missão da UFPB está relacionada ao processo de formação continuada de pessoas para atuação competente, ética e cidadã, ao desenvolvimento de conhecimento, à solução de desafios em escala local e global, ao diálogo permanente com a sociedade e ao compromisso com

a sustentabilidade. Nesse cenário, como ressalta Brundtland (1997, p. 33), “Universidades são fundamentais na formação de cidadãos conscientes para o desenvolvimento sustentável”, referência na disseminação de ideias e processos, em busca da sustentabilidade. referência na disseminação de ideias e processos, em busca da sustentabilidade.

A formação acadêmica, bem como as inúmeras pesquisas desenvolvidas na UFPB, para além da contribuição científica, subsidiam políticas públicas e contribuem para a construção da sustentabilidade, afirmando a função, missão e impacto social da ciência e a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. Sachs (2019) enfatiza a necessidade de integrar desenvolvimento econômico, social e ambiental, alinhando-se aos objetivos educacionais e de pesquisa da universidade. Além disso, alinhar o ensino universitário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promove a educação de cidadãos conscientes, capazes de atuar em prol do equilíbrio ambiental e do desenvolvimento social, reforçando o compromisso da UFPB com a sustentabilidade (UNESCO, 2021).

A UFPB conta atualmente com cerca de 130 cursos de graduação (119 presenciais e 11 a distância) e aproximadamente 33 mil estu-

dantes ativos. Na pós-graduação são ofertados 137 cursos abrangendo todos os campos do conhecimento científico. Essa diversidade de cursos e programas de pós-graduação, associada a ideia de que os desafios ambientais da sociedade moderna devem ser enfrentados com uma visão inter e transdisciplinar, torna as universidades campo fértil para o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, das ciências ambientais às sociais, da tecnologia à filosofia. Aliado às tendências de atualização das estruturas curriculares, tendo na sustentabilidade um dos eixos centrais da formação crítica e emancipadora, para além da qualificação profissional, não apenas no plano acadêmico, mas também social, cultural e ambiental. A implementação de políticas de sustentabilidade nas universidades, inclusive nas suas estruturas curriculares, como destaca Barth (2020), fortalece a formação de cidadãos críticos e conscientes.

DESAFIOS PARA O FUTURO

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao longo de seus 70 anos, consolidou-se como uma das instituições de formação crítica e produção de conhecimento mais importantes do país, entretanto, é preciso reconhecer que ainda há um

longo caminho para ser percorrido e integrar plenamente a sustentabilidade em todas as suas dimensões

Ampliar o engajamento institucional com a temática ambiental deve ser uma prioridade para as gestões atuais e futuras. As iniciativas, programas e normatização existentes são relevantes, porém, ainda não se constituem como um eixo estruturante das ações universitárias. Neste sentido, é importante que as estruturas setoriais incorporem a gestão ambiental como prioridade, e que estejam integradas em uma proposta abrangente e orgânica. Segundo Leff (2019) a incorporação da sustentabilidade nas instituições de ensino, depende de planejamento estratégico e do engajamento contínuo de todos os atores envolvidos. A incorporação de novas tecnologias e processos, tais como: ferramentas digitais, sistemas de

monitoramento, energias renováveis, mecanismos de redução de consumo e soluções de economia circular e ações contínuas de educação para o consumo de água e energia, poderá consolidar a UFPB como uma *universidade sustentável*, reduzindo e neutralizando, significativamente, seus impactos ambientais. A adoção de princípios de economia circular em campus universitários, como sugerem McDonough e Braungart (2019), contribui para a sustentabilidade institucional.

Neste momento de comemoração, além de buscarmos a nossa identidade e significado, precisamos reconhecer nossas limitações e reconhecer os desafios a serem enfrentados. Assumir esses compromissos será fundamental para garantir às futuras gerações uma universidade que contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M. **Cradle to cradle: remaking the way we make things**. New York: North Point Press, 2019.

SACHS, J. D. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2019.

SANTOS, F. **Gestão ambiental e políticas universitárias**. Porto Alegre: Bookman, 2018.

SENADO FEDERAL. **Estocolmo'72, Rio de Janeiro'92 e Joanesburgo'02:** as três grandes conferências ambientais internacionais. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-6-de-2011-estocolmo72-rio-de-janeiro92-e-joanesburgo02-as-tres-grandes-conferencias-ambientais-internacionais>. Acesso em: 15 ago. 2025.

UNESCO. **Education for sustainable development goals:** learning objectives. Paris: UNESCO, 2021.

Da Semente Solar Ao Cear Cinco Décadas De Inovação Na UFPB

José Mauricio Alves de Matos Gurgel³²
Euler Cássio Tavares de Macêdo³³

32 Professor do Departamento de Engenharia de Energias Renováveis (CEAR). Doutor em Ciências Térmicas pelo Université Pierre et Marie Curie (Paris VI), França.

33 Professor do Departamento de Engenharia Elétrica (CEAR). Doutorado em Engenharia Elétrica (UFCG)

A história da energia solar na Paraíba tem suas raízes na década de 1950, quando professores da Escola Politécnica de Campina Grande começaram a explorar o potencial dessa fonte energética. Em 1965, os Professores Cleantho da Câmara Torres e Julio Goldfarb Torres deram os primeiros passos em um campo que ainda era pouco conhecido. Esses pioneiros sonhavam em estabelecer um laboratório de energia solar em Campina Grande, mas a iniciativa inicial não prosperou.

Contudo, a dedicação de Cleantho da Câmara Torres continuou. Como Diretor do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ele formou um grupo de professores focados no estudo de tecnologias solares. Esse esforço coincidiu com a crise do petróleo nos anos 1970, que catalisou a busca por fontes alternativas de energia.

Em 1973, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi inaugurado o Laboratório de Energia Solar (LES) na UFPB, marcando um divisor de águas para a pesquisa em energia solar no Brasil. O LES foi pioneiro no Brasil e rapidamente se tornou um centro de excelência, atraindo pesquisadores internacionais e desenvolvendo tecnologias inovadoras.

ESTRUTURAÇÃO E PRIMEIROS IDEALIZADORES

O LES, sob a coordenação de Cleantho da Câmara Torres, contou com o planejamento estratégico de Antonio Maria Amazonas MacDowell e Júlio Goldfarb, formando um trio com entusiasmo, paixão pelo tema e contatos internacionais. Os principais idealizadores trabalharam a ideia definindo linhas de pesquisa e articulando apoio junto ao BNDE e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em 28 de fevereiro de 1973, a Portaria 16/73 oficializou a criação do LES/UFPB, sob a administração da UFPB, então liderada pelo Vice-Reitor Prof. José Rolderick da Rocha Leão e pelo Reitor Prof. Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega. O LES foi o primeiro laboratório direcionado ao estudo de energia solar no país.

CONTEXTO HISTÓRICO E AMBIENTAL

Nesse período destacavam-se internacionalmente a primeira crise do petróleo, desencadeada pelo cartel da OPEP, alertando para a necessidade de busca por fontes alternativas de energia. No Brasil, em 1975, foi criado o Proálcool e inicia-

dos os primeiros investimentos em pesquisa em energia solar, eólica e biomassa.

A UFPB acompanhou esse esforço nacional com três núcleos de destaque:

- Laboratório de Energia Solar, na Escola de Engenharia, João Pessoa;
- Laboratório de Eólica, na Escola Politécnica, Campina Grande;
- Equipe de Biogás, na Escola de Agronomia, Areia.

A equipe inicial do LES rapidamente se expandiu, incorporando novos pesquisadores: Zenonas Stasevskas, Antônio Souto Coutinho, Arnaldo Moura Bezerra, Paulo Martins de Abreu, Emerson Freitas Jaguaribe, Rogério Pinheiro Klüppel, Pio Caetano Lôbo, Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, Eurípedes Nóbrega, Francisco Antônio Belo, Carlos Antônio Cabral dos Santos, Severino Rodrigues de Araújo, Zaqueu Ernesto da Silva, Marco Antônio Wanderlei Cavalcanti, Romberg Rodrigues, José Mauricio Alves de Matos Gurgel, Antonio Pralon Ferreira Leite, entre outros.

A crise energética foi a grande motivação econômica para a criação do LES. Contudo, questões ambientais já estavam presentes desde o início, inspirando os trabalhos do laboratório e orientando a formação

de pesquisadores e alunos. Durante a abertura do 2º Congresso Latino-Americano de Energia Solar, em 13 de fevereiro de 1978, o Professor Cleantho demonstrou, com clareza, sua profunda preocupação ambiental, afirmando:

“Consumindo de maneira irresponsável recursos energéticos exauríveis e atacando o meio ambiente, o homem se transformou num espantoso animal predatório e só agora se dá conta que sua própria sobrevivência se acha ameaçada.”

PRIMEIRAS AÇÕES E LINHAS DE PESQUISA

Logo após sua criação, o LES implementou a Rede Solarimétrica do Estado da Paraíba, essencial para o levantamento do potencial energético local:

- Financiamento: Departamento de Recursos Naturais da SUDENE;
- Equipamentos: Heliógrafo de Campbell Stokes e actinógrafo de Robitzsch-Fuess;
- Abrangência: 16 cidades representando diferentes microrregiões geoclimáticas.

As principais linhas de pesquisa e projetos iniciais incluíram

ALTA CONCENTRAÇÃO SOLAR

- Forno solar de eixo horizontal, com componentes doados pela equipe do ITA (São José dos Campos);
- Experimentação: metalurgia solar de scheelita e molibdenita.

SECAGEM DE FRUTAS

- Inspiração: secadores solares do Cazaquistão;
- Produtos testados: bananas, abacaxis, cajus e mangas.

DESTILAÇÃO SOLAR

- Motivação: escassez hídrica no Nordeste;
- Objetivo: estudo e otimização de destiladores solares de efeito simples.

COLETORES PARA

AQUECIMENTO DE ÁGUA

- Importância: conversão térmica da energia solar;
- Resultados pioneiros: impacto na indústria nacional de aquecedores solares;
- Cooperação internacional: acordo bilateral com o KFA (Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, Alemanha), apoio CNPq e DAAD;

- Contribuição normativa: base para a NBR 10184 da ABNT (1988).

REFRIGERAÇÃO SOLAR

- Objetivo: uso do calor solar para produção de frio;
- Pesquisas pioneiras: refrigeração por absorção (amônia/água);
- Contribuição do Prof. Rudolf Sismann (Universidade Ludwig Maximilians de Munique, 1983) no desenvolvimento e testes da primeira geladeira do mundo utilizando o par sílica-gel/água.

FOGÕES SOLARES

- Motivação: substituição da lenha como combustível;
- Dificuldades: alta nebulosidade e necessidade de rastreamento solar.

INSTRUMENTAÇÃO

A equipe do LES também foi responsável pelo desenvolvimento de protótipos e equipamentos específicos para testes e experimentos na área de energia solar.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E IMPACTOS INSTITUCIONAIS

A intensa atividade de pesquisa revelou a necessidade de qualificação avançada. Assim, no segundo semestre de 1975, foi criado o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (CPGEM), nível mestrado, e posteriormente o Doutorado, em 1995. Esses cursos foram pioneiros no Brasil no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em energia solar, estruturados a partir dos docentes da área térmica do Departamento de Tecnologia Mecânica da UFPB, com forte ligação ao LES.

A CRIAÇÃO DA ABENS

Por iniciativa de pesquisadores do LES, foi fundada, em 1978, a Associação Brasileira de Energia Solar (ABENS), com os seguintes objetivos:

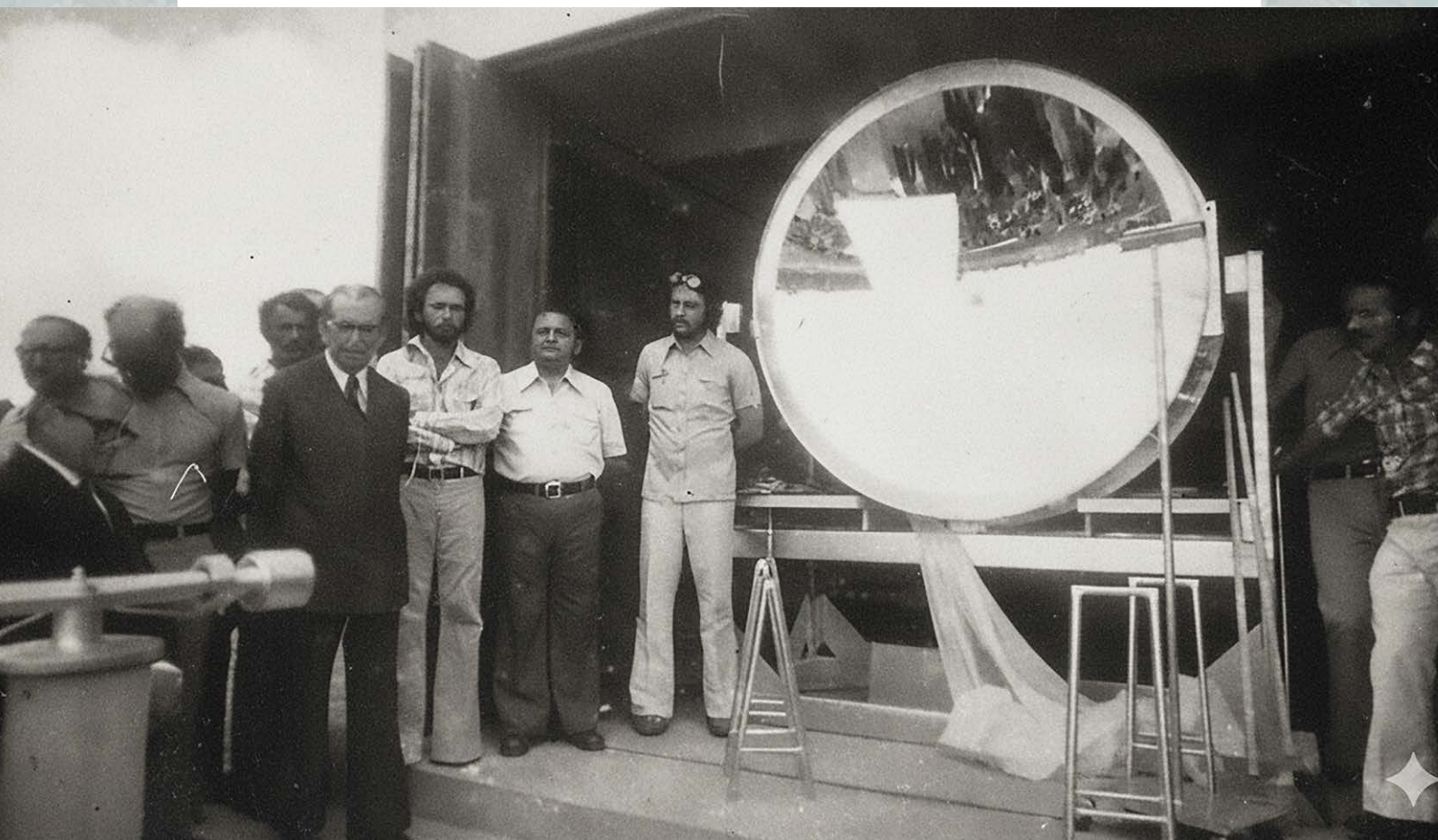
Promover a divulgação e o incentivo aos estudos em energia solar no Brasil;

Organizar eventos anuais e publicar artigos científicos no Boletim da ABENS.

A sede nacional da ABENS foi inicialmente estabelecida em João Pessoa-PB, no Laboratório de Energia Solar da UFPB, tendo como primeiro presidente o Professor Cleantho da Câmara Torres.

Visita do Presidente do Brasil Ernesto Geisel ao Laboratório de Energia Solar (LES), para inauguração de um Forno Solar, em 1978.





nauguração do Forno Solar do LES em outubro de 1974, vendo-se no primeiro plano, da esquerda para a direita os professores: Cleantho Torres, Antônio MacDowell, o Reitor Humberto Nóbrega, João Chrisóstomo Paiva, Eurípedes Nóbrega e Júlio Goldfarb.

Com a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), formalizada pela Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) passou a enfrentar a necessidade de fortalecer sua atuação na área de tecnologia. O desmembramento resultou na permanência, na UFCG, de cursos estratégicos da área tecnológica, como o de Engenharia Elétrica do campus de Campina Grande — um curso já consolidado e amplamente reconhecido nacional e internacionalmente.

Diante desse cenário e considerando que universidades de excelência devem contar com cursos relevantes em tecnologia, iniciaram-se, em abril de 2008, as tratativas para criação do curso de Engenharia Elétrica na UFPB. Esse processo foi viabilizado com apoio financeiro e estrutural do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Como parte da iniciativa, foi criado o Departamento de Engenharia Elétrica (DEE), reunindo docentes oriundos da área elétrica do Departamento de Enge-

nharia Mecânica. Finalmente, por meio da Resolução nº 22/2008 do CONSEPE, foi instituído o curso de graduação em Engenharia Elétrica na UFPB.

O amadurecimento do Laboratório de Energia Solar (LES) ao longo das décadas possibilitou a ampliação do seu escopo e a integração com outras áreas do conhecimento. Essa evolução culminou, em 2011, na criação do Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR), que incorporou o legado do próprio LES, do Departamento de Engenharia Elétrica (DEE/UFPB) e do recém-criado Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPGEE), ambos vinculados ao Centro de Tecnologia da UFPB. O CEAR também passou a contar com o Departamento de Engenharia de Energias Renováveis — um dos pioneiros no Brasil com foco exclusivo no estudo e desenvolvimento de soluções baseadas em fontes renováveis de energia.

O CEAR passou a reunir, em um mesmo espaço, competências em sistemas solares fotovoltaicos e térmicos, sistemas eólicos, novos materiais aplicados à energia, células de combustível e hidrogênio, termodinâmica, biomassa, eletrônica, sistemas inteligentes, eletrônica de potência, instrumentação eletrônica, automação, sistemas elétricos e vários outros temas relacionados com

a área de energia. A missão passou a ser não apenas desenvolver tecnologia de ponta, mas também promover a articulação com a indústria e fomentar políticas públicas, tudo isso de forma integrada à formação de recursos humanos qualificados.

O CEAR se consolidou como um centro estratégico da UFPB. Com uma equipe multidisciplinar de docentes e técnicos, o centro dispõe de laboratórios bem equipados para, ensino, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), e extensão tecnológica. Essa infraestrutura foi consideravelmente reforçada com a finalização do novo prédio-sede, entregue no final de 2024, após mais de uma década de espera.

A atuação do CEAR tem se destacado pela forte integração com programas de pós-graduação, especialmente com o PPGEE (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica) e o PPGER (Programa de Pós-Graduação em Energias Renováveis), além de outras iniciativas em nível de doutorado. Os projetos desenvolvidos no Centro frequentemente contam com a participação ativa de discentes de iniciação científica e pós-graduação, promovendo uma formação sólida, prática e alinhada a desafios reais do setor produtivo e da sociedade. Esse modelo de formação aplicada tem contribuído significativamente para a inserção profissional dos egressos, refletida

em uma elevada taxa de empregabilidade. Muitos ex-alunos atualmente ocupam posições de destaque em empresas do setor elétrico, centros de pesquisa e desenvolvimento, ou mesmo como empreendedores em suas próprias startups.

O novo espaço permitiu uma reconfiguração das atividades, ampliando a capacidade de desenvolvimento de projetos junto a empresas nacionais e internacionais. O credenciamento do CEAR como Unidade da Empresa Brasileira de Inovação Industrial -Embrapii em 2021 representou um marco nesse processo, abrindo portas para maior autonomia na contratação de projetos com a indústria e para a captação de recursos com mais agilidade.

Desde então, o CEAR desenvolveu importantes projetos com empresas como CEMIG, Energisa, Enel, CHESF/Eletrobras, Epasa, e principalmente a multinacional Huawei, com a qual foram firmadas iniciativas inovadoras na área de geração distribuída e armazenamento de energia.

Os resultados dos projetos conduzidos pelo CEAR não se restringem aos limites da universidade. Os sistemas desenvolvidos, como algoritmos de controle de geração de energia com inteligência artificial, têm aplicação direta no dia a dia da população e podem contribuir significativamente para a descarboniza-

ção da economia e a modernização do setor elétrico. Outro número interessante é que nos últimos 4 anos, o CEAR apresentou um número superior a 60 pedidos de patentes, algumas delas já concedidas, o que mostra a alta capacidade inventiva dos docentes e pesquisadores do centro. A perspectiva é ampliar o número de projetos com empresas industriais, aumentar a geração de propriedade intelectual e transferir tecnologia de maneira mais estruturada para o setor produtivo.

A contribuição do CEAR vai além da interação com empresas. É um forte parceiro de agências de fomento como o CNPq, CAPES e FAPESQ e estabeleceu diversas parcerias com órgãos como SEBRAE e o Governo do Estado da Paraíba com o objetivo de impulsionar políticas públicas energéticas sustentáveis. O centro tem desenvolvido soluções para o semiárido paraibano, como sistemas solares *off-grid* para comunidades isoladas, iniciativas de eficiência energética em escolas públicas e projetos educacionais voltados à formação técnica em energia renovável. Tais ações contribuem para a redução das desigualdades regionais e o fortalecimento de uma economia verde e inclusiva.

Mais que um centro de excelência técnico-científica, o CEAR tem atuado como uma ponte entre conhecimento e sociedade. As ações

de extensão tecnológica, como oficinas, feiras de ciência e eventos com escolas públicas, têm aproximado jovens e comunidades das temáticas da energia renovável.

Ainda que as conquistas sejam expressivas, os desafios permanecem. O cenário nacional de ciência e tecnologia sofre com instabilidades orçamentárias e descontinuidade de políticas. Contudo, o CEAR tem mostrado resiliência e adaptabilidade. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, foi possível captar recursos, manter projetos em execução e concluir entregas relevantes mesmo em regime remoto.

O CEAR representa a maturidade de uma trajetória iniciada há mais de 50 anos com o LES. Da ousadia de um pequeno grupo de professores da UFPB emergiu uma estrutura que hoje influencia o futuro da energia no Brasil e contribui de forma ativa para o desenvolvimento sustentável da Paraíba.

A finalização do prédio-sede e o credenciamento Embrapii simbolizam uma nova etapa, em que o CEAR se posiciona como ator estratégico na transição energética do país. O compromisso com a sociedade, a formação de talentos e o avanço da ciência se mantêm como valores centrais, reforçando o papel da universidade pública como

indutora de inovação, inclusão e desenvolvimento.

Para os próximos anos, o CEAR projeta a consolidação de um ecossistema de inovação em energias renováveis na Paraíba. Estão em planejamento novas instalações laboratoriais, incubadoras de base tecnológica, acordos de tutela internacional e expansão das parcerias industriais. Essa visão de futuro é sustentada por uma governança colegiada, baseada em transparência, planejamento estratégico e compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

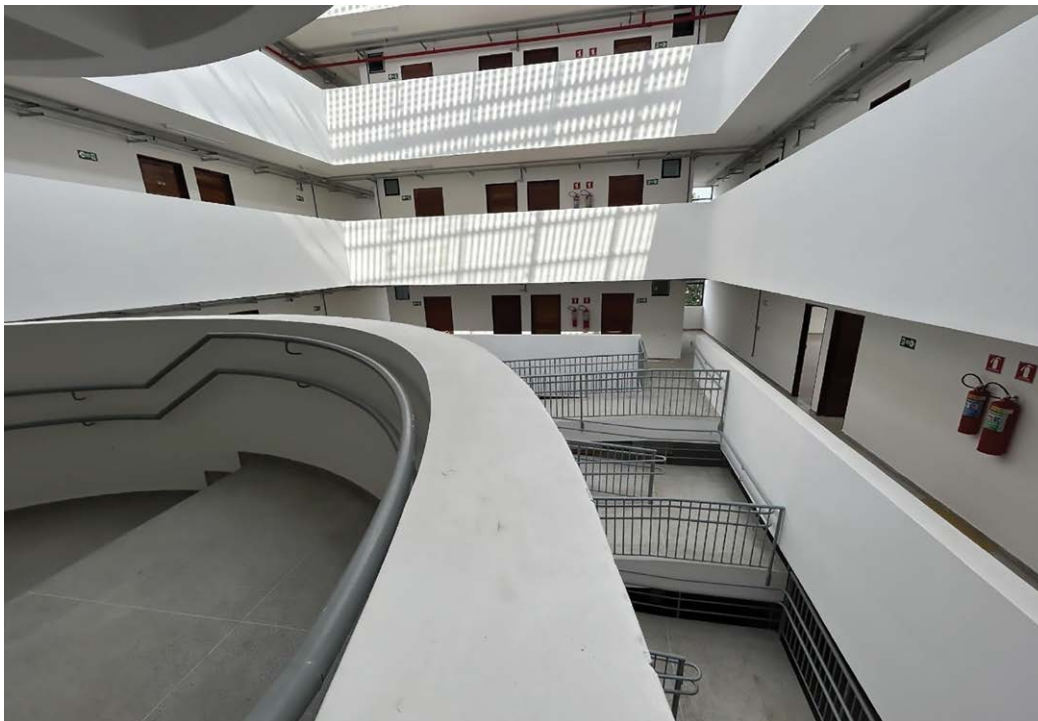
Novo prédio do CEAR – Inaugurado em novembro de 2024.



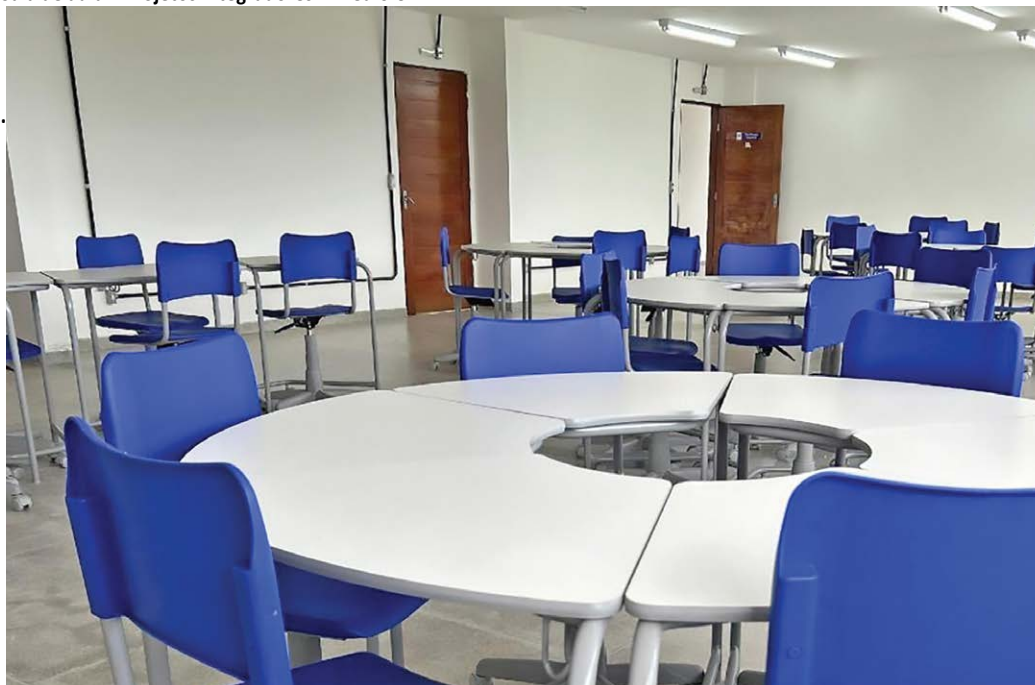
Novo prédio do CEAR.



Novo prédio do CEAR.



Sala de aula – Projetos Integradores – Prédio CEAR



Novo prédio do CEAR.



Agência De Inovação Tecnológica Como Propulsora Da Ciência, Inovação E Tecnologia Na Paraíba

Bagnólia Araújo Costa³⁴

Cleverton Rodrigues Fernandes³⁵

Hilton Vinícius Maia Lins Fialho³⁶

José Bezerra Honório³⁷

34 Professora do DCF – CCS. Doutora em Biologia Molecular (UNIFESP).
Diretora-Presidente da INOVA-UFPB

35 Administrador. Doutor em Administração (UFPB). Diretor de Incubação
Empresarial de Base Tecnológica da INOVA -UFPB

36 Contador e Tecnólogo em Gestão Pública. Mestre em Administração
Pública (UFRPE). Diretor de Propriedade Intelectual da INOVA -UFPB

37 Administrador. Mestre em Administração (UFPE). Diretor de Transfe-
rência e Licenciamento Tecnológico da INOVA -UFPB

No Brasil, o processo de inovação tecnológica, abrangendo as proteções das criações pelo Direito de Propriedade Intelectual e as transferências tecnológicas, foi iniciado de forma tardia e a partir da década de 1960 fruto da busca pela aceleração do desenvolvimento econômico e da obtenção da autonomia tecnológica nacional, agregada a adequada absorção das tecnologias estrangeiras. Apenas em 1970 o sistema de proteções da propriedade industrial passa a ser regulamentado, tendo sido criado o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Conforme Araújo et al. (2010, p 2):

Além de garantir o direito de propriedade e exclusividade ao titular da criação intelectual, proporcionando-o os meios de defesa contra apropriação indevida do seu conhecimento por parte de terceiros e o privilégio da exclusividade na exploração da criação, a proteção da propriedade intelectual permite que uma nação promova a inovação e a divulgação dos conhecimentos, equilibrando os interesses do inventor, autor e/ou titular e as necessidades gerais da sociedade.

Antes das universidades federais já produziam novidades em termos de ciência e tecnologia, contudo, as publicações em periódicos não garantiam a segurança jurídica das criações que

poderiam ser indevidamente apropriadas por terceiros, inclusive empresas estrangeiras, sem qualquer reconhecimento dos responsáveis pelos avanços alcançados. A fragilidade das publicações acadêmicas, que apenas reconhecem as fontes por meio de citações autorais, não alcançavam a indústria e nem a fonte da geração das novas tecnologias em solo nacional, uma situação de alerta para os pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPA) no início da década de 1980.

NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT)-UFPA: 1982-2012.

No ano de 1982 foi publicada a Resolução nº 103 que estabelecia as primeiras normas para fins de registro e contratos de participação relativos a inventos oriundos de pesquisas realizadas na UFPA. No aludido ano foram realizados dois depósitos de pedidos de patentes no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFPA que tratavam, respectivamente, de um “radiômetro autocompensado” e de um “processo de obtenção de biopolímeros por fungos gelatinosos”. Nessa época o setor era tratado como NIT e tinha sua sede no *Campus* de Campina Grande, no Centro de Ciência e Tecnologia. No final da década de 1980 o NIT passou a ser denominado Coordenação Geral de Ciência e Tecnologia (CGCT)

e vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa que na época era localizada em Campina Grande-PB. Esses primeiros movimentos em prol da cultura da inovação e da propriedade intelectual no âmbito da UFPB foram encerrados em 1996 e não foram encontrados registros dos motivos para esse fim precoce. Ao todo, entre 1982 e 1996 a UFPB tinha depositado 13 (treze) pedidos de patentes, sendo: 2 (dois) em 1982, 1 (um) em 1983, 1 (um) em 1985, 4 (quatro) em 1986 e 1 (um) em 1988; 1 (um) em 1992 e 3 (três) em 1993, entre 1994-1996 não foram realizados depósitos.

Ocorreu um intervalo de aproximadamente 09 anos (1996-2005) sem atuação do NIT da UFPB, ou CGCT, e entre 1994 e 2005 não foi efetivado qualquer depósito de proteção de propriedade intelectual com titularidade da UFPB. Essa atuação foi retomada no final de 2005 por meio da proposta de criação da Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT) pelos professores Severino Jackson Guedes e Carlos Antônio Cabral dos Santos, ambos do *Campus I* em João Pessoa-PB. No dia 26 de setembro de 2006 o Prof. Carlos Antônio Cabral dos Santos foi nomeado “Coordenador de Inovação Tecnológica”, conforme Portaria SRH nº 912; e sua atuação como coordenador permaneceu até meados de 2012. Com a iniciativa do então

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG), Prof. Isac Almeida de Medeiros, o Conselho Universitário (Consuni) da UFPB cria a Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT) através da resolução nº 15 de 12 de dezembro de 2006. Apesar dos avanços, a Resolução era muito limitada e pouco detalhava as funções da CGIT, bem como as atribuições e as responsabilidades tal qual um regimento interno.

Entre os anos de 2006 e 2010 a CGIT tinha, além do coordenador, uma técnica cedida do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e um técnico aposentado do Instituto Nacional da Propriedade Industrial que atuava como bolsista, respectivamente: Maria Gorete de Figueiredo e José Carlos de Urquiza e Silva. Esse técnico deu enorme contribuição para que, no futuro, a UFPB se tornasse referência em depósitos de patentes ao contribuir, de forma pioneira, com a disseminação da cultura da proteção da propriedade intelectual perante a comunidade acadêmica. No ano de 2011 ingressou o primeiro servidor técnico-administrativo dedicado plenamente à CGIT (Cleverton Rodrigues Fernandes) que, entre os anos de 2006 e 2013, também contou com suporte de bolsistas da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Sobre os pedidos de proteções de propriedade intelectual a

CGIT avançou ao realizar depósitos de patentes, marcas e programas de computador. Em 2006 5 (cinco) patentes de modelo de utilidade tiveram suas titularidades transferidas para a UFPB (antes da FINEP). Entre os anos de 2007 e 2009 foram depositadas 10 (dez) pedidos de patentes de invenção e registrados 8 (oito) programas de computador. No ano de 2010 foram 4 (quatro) pedidos de patentes, 5 (cinco) registros de marcas e 2 (dois) programas de computador. No ano de 2011 foram depositados 13 (treze) pedidos de patentes e 3 (três) *softwares* foram registrados. O ano de 2012 contou com 10 (dez) depósitos de patentes e 9 (nove) registros de *softwares*.

Ao todo, nesse período de 6 anos, foram 42 patentes depositadas, 5 marcas registradas e 22 programas de computador (*softwares*) registrados. No ano de 2012 também foi realizado o primeiro pedido de patente internacional, em cotitularidade, entre a UFPB e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), Instituto de Tecnologia de Massachusetts: o “sistema e método para fornecer substâncias em tecidos mineralizados nanoporosos”. O referido ano também propiciou a primeira negociação de parceria para desenvolvimento e transferência tecnológica entre a UFPB e o Laboratório Cristália e intermediado pela CGIT, além das parcerias

da UFPB com a Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), com o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), com a Axonal Consultoria Tecnológica, com a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE-PB), com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária na Paraíba (EMBRAPA-PB) e com o Laboratório Farmacêutico Aché.

AGÊNCIA UFPB DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (INOVA-UFPB): AÇÕES DE 2013-2025.

No final do ano de 2012, o Prof. Petrônio Filgueiras de Athayde Filho passa a ser o coordenador da CGIT e, a partir daí, foram intensificadas as ações para a criação da Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB), como NIT da UFPB, com características de órgão suplementar e com maior autonomia e melhor descrição de suas atribuições. Essa criação se efetivou em 12 de dezembro de 2013 por meio da Resolução Consuni nº 41/2013 tendo como missão “*planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubação de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual,*

transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela [UFPB]”. A INOVA-UFPB é composta pela Presidência e por três diretorias: de Propriedade Intelectual (DPI), de Transferência e Licenciamento Tecnológico (DTLT) e de Incubação Empresarial de Base Tecnológica (DIEBT). Em 2014 o Consuni aprova o Regimento Interno da INOVA-UFPB que estabeleceu sua estrutura organizacional, suas competências, suas atribuições e suas responsabilidades (Resolução Consuni nº 08/2014).

Nos anos seguintes o quantitativo de tecnologias protegidas

apresentou um crescimento exponencial. Esse fato ganhou destaque especialmente a partir de 2017, no momento em que a UFPB passa a figurar nas dez primeiras posições do Ranking dos Depositantes Residentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), alcançando a 7ª colocação entre os depositantes de patentes de invenção, resultado alcançado graças aos 32 pedidos depositados em 2016 (INPI, 2020). O Quadro 1 apresenta os sete primeiros colocados no ranking citado:

Quadro 1 – Ranking de depositantes de patentes de invenção residentes no Brasil no ano de 2016.

DEPOSITANTE		Nº DE DEPÓSITOS
1º	Universidade Federal de Minas Gerais	70
2º	Universidade Estadual de Campinas	62
3º	Universidade de São Paulo	60
4º	Universidade Federal do Ceará	58
5º	Universidade Federal do Paraná	53
6º	Universidade Federal de Pelotas	45
7º	Universidade Federal da Paraíba	32

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Para atingir esse feito, a Diretoria de Propriedade Intelectual (DPI) realizou intensas ações de promoção da cultura da inovação, promovendo minicursos, palestras

e oficinas “mão na massa” durante o quadriênio (2013-2016) e em todos os *Campi* da UFPB e em outras Instituições do Brasil (Universidade Federal de Pernambuco, Universidade

Estadual de Ponta Grossa e Instituto Federal de Alagoas) e da França (*Université Montpellier* e *Université Paul Valéry*), além da participação em diversas feiras e eventos por parte da INOVA-UFPB no Brasil. Tais ações incentivaram a maior participação dos pesquisadores da UFPB que passaram a comunicar suas soluções tecnológicas para a INOVA-UFPB e favorecendo a formalização de convênios de pesquisa e desenvolvimento entre a UFPB e empresas.

De acordo com Fernandes, Athayde-Filho e Cornélio (2018, pp. 69-70, grifos dos autores):

Cada processo [de pedido de proteção por patente] é analisado pela Diretoria de Propriedade Intelectual quanto à novidade, atividade inventiva, aplicação industrial e suficiência descritiva. A Diretoria de Transferência e Licenciamento Tecnológico aprecia o [Estudo de Viabilidade Técnico e Econômico], discute com os pesquisadores [...] para compor portfólios e apresentações em formatos virtuais para disseminação tecnológica. Após aprovação de ambas as Diretorias o depósito do pedido [de patente] é realizado [perante o INPI] e são iniciadas as ações de ofertas públicas e negociações tecnológicas ou atração de possíveis convênios universidade-empresa relacionados com as competências atreladas a determinada tecnologia. O intuito é a consecução de possíveis contratos de licenciamento, convênios de pesquisa

e desenvolvimento ou transferência de *know-how* de modo a permitir a oferta de produtos e serviços para a sociedade. Outra possibilidade seria a incubação empresarial das tecnologias protegidas a partir da INOVA-UFPB.

Assim, a INOVA-UFPB tem como vocação o fomento, a gestão, o acompanhamento, entre outras atividades, das ações do tipo quádrupla hélice, conforme Carayannis e Campbell (2017). Ou seja, atuações integrativas e sinérgicas entre governo, pesquisa acadêmica, setor empresarial e a sociedade em prol de inovações tecnológicas socioeconômicas superiores e ambientalmente benéficas e avançadas.

Nessa última década de existência da UFPB a então Diretoria Executiva da INOVA-UFPB apresenta ao Consuni a proposta de Criação do **Prêmio de Inovação Tecnológica Professor Delby Fernandes de Medeiros**, que o aprova através da Resolução Consuni nº 04/2015. O Farmacêutico e Professor, Delby F. de Medeiros, foi um homem a frente do seu tempo, pois na década de 1960 já tinha uma visão empreendedora e de inovação tecnológica, quando criou, em 1968, o então Laboratório de Tecnologia Farmacêutica, com a célebre frase “*É preciso ensinar fazendo*” (MEDEIROS, 2002). Este foi um marco em reconhecimento a sua contribuição para consolidar inovações tecnológicas

na UFPB, como fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social regional.

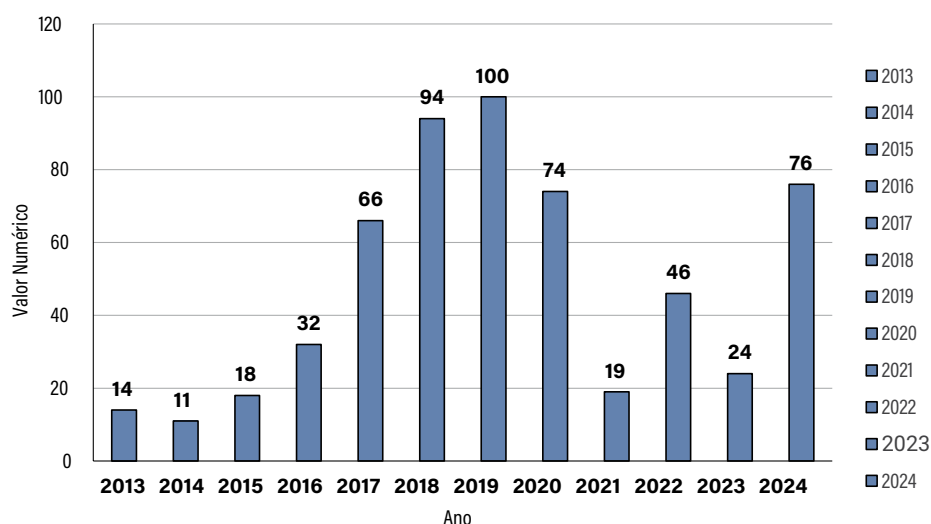
A partir de 2015 as soluções tecnológicas depositadas no INPI pela UFPB passaram a ser reconhecidas por meio do aludido Prêmio de Inovação Professor Delby Fernandes, tendo sido realizadas 7 (sete) edições: 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2022 e 2024.

No ano de 2017 foi aprovada a Política de Inovação e de Propriedade Intelectual da UFPB por meio da Resolução Consuni nº 18/2017 e em 2019 as atividades de incubação empresarial de base tecnológica foram regulamentadas pela Resolução Consuni nº 02/2019.

Em termos de depósito de patente, a UFPB atingiu dois feitos históricos ao alcançar a **primeira**

colocação no Ranking de Patentes do INPI nos anos de **2018**, com 94 patentes, e de **2019**, com 100 patentes depositadas estando a frente de diversas empresas e universidades (INPI, 2022) e tendo ainda ocupado a terceira colocação do aludido Ranking nos anos de 2020 e 2022 (FIALHO, 2024). Tais feitos foram reconhecidos em 2021 por meio do Certificado de Menção Honrosa da Clarivate Analytics na categoria Prêmio de Inovação Universidades, premiando a UFPB por ter sido a Instituição que mais cresceu em ações de inovação tecnológica e propriedade intelectual nos últimos 10 (Dez) anos (2010-2020) (UFPB, 2021). A Figura 1 apresenta os dados dos depósitos de patentes de invenção no período de 2013 a 2024, conforme o Ranking do INPI:

Figura 1. Pedidos de patente depositados no período de 2013 a 2024, conforme ranking do INPI.

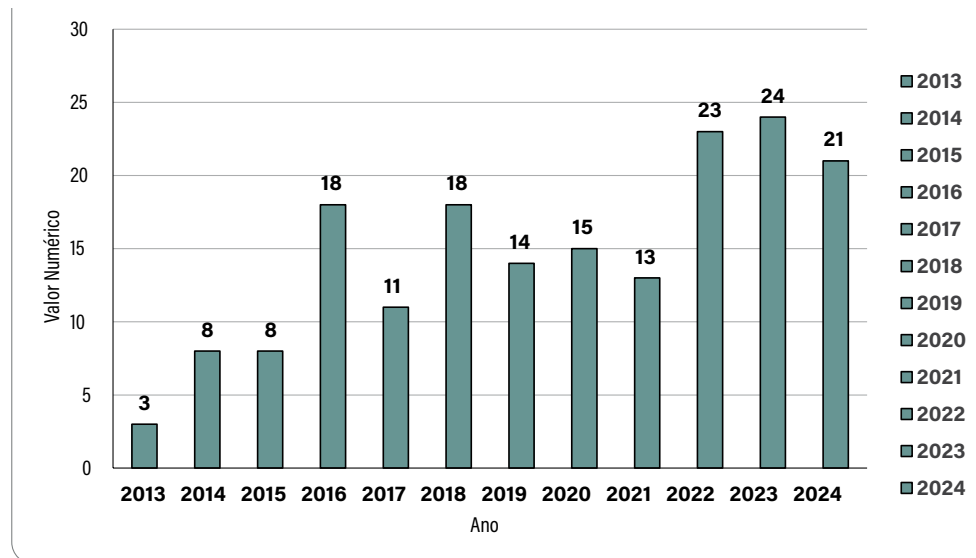


Fonte: Elaboração própria (2025)

Faz-se necessário destacar que o mundo passou por significativas mudanças a partir de 2020, em função da emergência da Pandemia da COVID-19. Mesmo assim, a UFPB continuou com um número considerável de depósitos de patentes, tendo depositado em 2024 um total de 76 pedidos de patente de invenção, ocupando a quarta posição do ranking no referido ano (INPI, 2025).

Outro reflexo dessa atuação pode ser identificado quando é realizada a busca de patentes concedidas pelo INPI: **a instituição atingiu a marca de 53 cartas-patente**, um reconhecimento de todo o esforço e dedicação de seus pesquisadores. Além disso, chama atenção o fato de que a Universidade também apresentou um grande crescimento no número de softwares registrados ao longo dos anos, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2. Registros de *Softwares* realizados no período de 2013 a 2024.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Por fim, também foram realizados outros registros de propriedade intelectual no período de 2013 a 2024, como modelos de utilidade (8), desenhos industriais (7) e marcas (2). Inclusive, esses dois registros de marcas têm caráter significativo,

pois se referem a primeira marca de café da UFPB. A marca “Grãos da Parahyba” que fora desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Cafeicultura (NECAF), localizado no Campus II, em Areia-PB e tem como finalidade apresentar o café produzido na

região, o que implicará no aumento do cultivo de grãos pelos produtores rurais locais, além do fato de que uma possível comercialização do produto poderá resultar no surgimento de uma cafeteria própria, beneficiando a população do município de Areia-PB (UFPB, 2024).

Dentre as competências da INOVA-UFPB também está a de incentivar a implantação de parques e incubadoras de empresas de base tecnológica, que passaram a ser chamadas de *startups*. As *startups* são empresas jovens e inovadoras, em geral focadas em tecnologias, com um modelo de negócios escalável e repetível, operando em um ambiente de alta incerteza. Elas buscam resolver problemas através de soluções inovadoras e têm grande potencial de crescimento.

Os primeiros contratos de incubação de empresas de base tecnológica foram assinados em 2021 e contemplaram as seguintes startups: **YBY - Inovações Biotecnológicas**, **DisAnti - Dispositivos Antivirais** e **Mindsun - Monitoramento Inteligente de Energia**. As startups foram aprovadas via processo seletivo regido pelo Edital 01/2021 - Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica e eram formadas por discentes da UFPB com suporte de um tutor docente. Posteriormente, as startups **Gracilis Defender**, **RigTech**

e **Germina Sertão** foram inseridas no Programa de Incubação de Empresas após assinatura de contrato em novembro de 2024. Neste mesmo ano, durante a cerimônia do Prêmio Delby Fernandes de Medeiros, a *startup* Mindsun recebeu seu certificado de graduação, sendo a primeira startup graduada pela UFPB.

Durante o ano de 2021, contando com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), a INOVA-UFPB lançou a chamada pública para concessão de quota de bolsa de pós-doutorado – PNDP em inovação tecnológica, tendo o discente Samuel Paulo Cibulski aprovado para o estágio pós-doutoral com vinculação junto ao Programa de Pós-Graduação em Energias Renováveis (PPGER).

Em 2022, a INOVA-UFPB aprovou, junto à FINEP, no âmbito do Edital de apoio financeiro a Centros de Inovação, o projeto para criação do Conglomerado de Empreendimentos Inovadores e Tecnologias Aplicadas (CEITec) em terreno da UFPB situado no Campus I. O projeto consiste na construção e operacionalização de um prédio, complementar à estrutura atual da INOVA-UFPB, que permita a mobilização e integração dos atores relevantes do ecossistema de inovação da área metropolitana de João Pessoa e do Estado da

Paraíba. Será um espaço catalisador e difusor de parcerias, acordos, pesquisa e prototipagem, junto aos setores públicos e privados. Neste mesmo ano, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), a INOVA-UFPB lançou o Programa de Extensão e Educação Tutorial à Inovação (PETI-INOVA). O Programa tinha como objetivo fortalecer a formação acadêmica de discentes dos cursos de graduação com ações voltadas para o desenvolvimento de projetos de inovação com demandas do setor produtivo do estado da Paraíba, bem como o empreendedorismo enquanto ação articuladora da integração educação, ciência, tecnologia e sociedade (ECT&S).

No que tange aos processos de transferência tecnológica, temos que os primeiros licenciamentos de propriedades intelectuais gerenciadas pela INOVAUFPB foram efetivados recentemente, o que demonstra o interesse da sociedade e do mercado em relação as tecnologias produzidas pela Universidade e o empenho da Agência na área de divulgação e prospecção tecnológica. O licenciamento é uma forma de transferência tecnológica prevista na Legislação Brasileira, que permite à Instituição realizar a outorga de direito ou de exploração de criação por ela desenvolvida, para que terceiros possam fazer uso, desenvolvimento, produ-

ção, exploração comercial, prestação de serviços ou obtenção de qualquer vantagem econômica relacionada à tecnologia. Em 2021 foi licenciada 01 (uma) patente; em 2022 foram licenciadas mais 04 (quatro) patentes; e em 2024 foi licenciada 01 (uma) patente.

Adicionalmente, a UFPB por meio da INOVA-UFPB acompanhou e autorizou o licenciamento de propriedades intelectuais gerenciadas por outras Instituições Nacionais e Internacionais, mas que a UFPB consta como cotitular: em 2017 a Universidade Federal de Brasília (UnB) efetivou o primeiro licenciamento de 02 (dois) *softwares* de gestão de custos; em 2022 a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) licenciou 01 (um) *software* de videoconferência; e em 2024 o Massachusetts Institute of Technology (MIT) efetivou um Contrato de Opção de Patente de 01 (uma) carta patente; em todos os casos a UFPB é cotitular.

Por fim, ressalta-se que em 2023 a FINEP aprovou, por meio do Edital de Apoio à Comercialização de Propriedade Intelectual, projeto de empresa privada em parceria com a UFPB para realização de prova de conceito e demais atividades objetivando testar a viabilidade e apoiar a comercialização de 02 (dois) pedidos de patente na área de soldagem. Adicionalmente, o ano de 2024 foi marcado pela realização da primeira

Oferta Tecnológica da Instituição sob a responsabilidade da INOVA-UFPB. Na oportunidade foram ofertadas 11

cartas-patente para licenciamento oneroso com cláusula de exclusividade em território nacional.

PANORAMA DOS DIRIGENTES QUE TIVERAM A FRENTE DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UFPB NOS ÚLTIMOS 19 ANOS

Quadro 2. Dirigentes da Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT/PRPG)

Coordenador	Período
Prof. Dr. Carlos Antônio Cabral dos Santos	2006 a 2012
Prof. Dr. Petrônio Filgueiras de Athayde Filho	2012 a 2013

Quadro 3. Dirigentes da Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB)

Diretor(a)-Presidente	Período
Prof. Dr. Petrônio Filgueiras de Athayde Filho	2013 a 2020
Prof. Dr. Fernando Guilherme Perazzo Costa	2020 a 2021
Profª. Draª Kelly Cristiane Gomes da Silva	2021 a 2024
Profª. Draª Bagnólia Araújo Costa	2024 até o presente

Quadro 4. Diretores de Propriedade Intelectual da INOVA-UFPB

Diretor(a)	Período
Dr. Cleverton Rodrigues Fernandes	2014 a 2024
Me. Hilton Vinícius Maia Lins Fialho	2024 até o presente.

Quadro 5. Diretores(as) de Transferência Tecnológica da INOVA UFPB

Diretor(a)	Período
Profª Dra Melânia Lopes Cornélio	2014 a 2020
Prof. Dr. Raphael Moreira Beirigo	2021 a 2025
Me. José Bezerra Honório	2025 até o presente.

Quadro 6. Diretores de Incubação da INOVA-UFPB

Diretor	Período
Prof. Dr. Rosilvado de Lima Lucena	2014 e 2015
Prof. Dr. Antônio Augusto Lisboa de Souza	2016 e 2017
Prof. Dr. Raimundo Aprígio de Menezes Júnior	2018 a 2023
Prof. Dr. Alisson Vasconcelos de Brito	2023 a 2024
Dr. Cleverton Rodrigues Fernandes	2025 até o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA DÉCADA

A INOVA-UFPB se consolidou na última década como polo catalisador das atividades institucionais envolvendo propriedade intelectual (PI), inovação e ativos intangíveis da Universidade. Sua atuação vai além da área de depósito de PI, passa pela prospecção e transferência tecnológica, pela aproximação universidade e demais setores e chega ao fomento

da incubação de empreendimentos inovadores de base tecnológica, as chamadas startups ou *deeptechs*.

Com a contratação e a construção de um Centro de Inovação no Campus I da UFPB, denominado Conglomerado de Empreendimentos Inovadores e Tecnologias Aplicadas (CEITec), a INOVA-UFPB ampliará sua atuação junto à comunidade acadêmica, com impactos municipais e regionais. Desde modo, a UFPB se prepara para os próximos 10 anos, nos quais a inovação e os

ativos intangíveis possuem papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Segundo o INPI (2025, p. 3):

Os ativos intangíveis são os principais responsáveis pela vantagem competitiva das empresas mais valiosas do mundo atual. Diferentemente do capital físico, eles incluem elementos como P&D, softwares, bases de dados, desenhos industriais, marcas, conhecimento organizacional e capital humano qualificado – fatores que impulsionam o valor econômico das organizações.

Vale ressaltar que a implementação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Bra-

sil traz segurança jurídica para a atuação da INOVA-UFPB e dos inventores e empreendedores da Instituição, abrindo novos caminhos para a inovação científica chegar ao mercado e à sociedade. Neste cenário, os Núcleos de Inovação das Instituições Científicas e Tecnológicas, dentre eles a INOVA-UFPB, serão unidades centrais para os processos de integração “Universidades-Empresas-Governos-Sociedades-Naturezas” transformando invenções em inovações efetivas e gerando conhecimentos científicos e aplicados de modo a favorecer uma sociedade justa e um meio ambiente preservado e equilibrado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. F.; BARBOS, C. M.; QUEIROGA, E. D. S.; ALVES, F. F. Propriedade Intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, p. 1-10, 2010.

CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. Mode 3 knowledge production in quadruple helix innovation systems: quintuple helix and social ecology. In: **Encyclopedia of creativity, invention, innovation and entrepreneurship**. Springer, New York, NY, 2017. p. 1-9.

FERNANDES, C. R.; ATHAYDE-FILHO, P. F.; CORNÉLIO, M. L. A gestão da inovação na Universidade Federal da Paraíba. In: ANDRADE, H. S.; TORKOMIAN, A. L. V.; CHAGAS-JUNIOR, M. F. **Boas práticas de gestão em núcleos de inovação tecnológica**: experiências inovadoras. Jundiaí: Edições Brasil, 2018. p. 55-74.

FIALHO, H. V. M. L. **Inovação na UFPB**: a ampliação dos depósitos de pedidos de patentes de invenção. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://www.profiap.ufrpe.br/pt-br/dissertacoes>. Acesso em: 12 de ago. 2025.

INPI. **Ranking dos depositantes residentes em 2016**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas-preliminares/arquivos/documentos/ranking_2016.pdf/view. Acesso em: 12 de ago. 2025.

INPI. **Universidade Federal da Paraíba mantém liderança em depósitos de patentes em 2019**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/universidade-federal-da-paraiba-mantem-lideranca-em-depositos-de-patentes-em-2019>. Acesso em: 12 ago. 2025.

INPI. **Ranking dos depositantes residentes em 2024**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/fotos/INPIRankingsdeDepositantes2024final.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

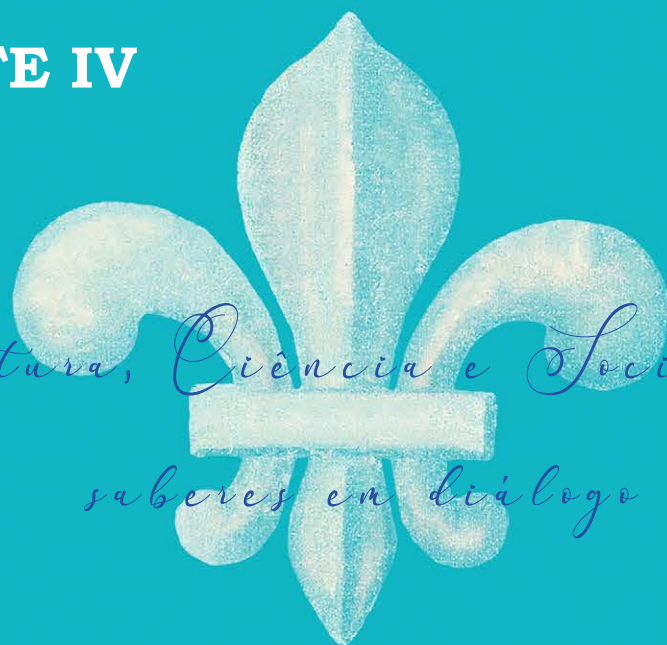
MEDEIROS, D. F. **O Laboratório de tecnologia farmacêutica da UFPB: suas origens e sua história**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002.

UFPB. **UFPB recebe menção honrosa em prêmio de inovação por ser a Universidade que mais cresce no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-recebe-mencao-honrosa-em-premio-de-inovacao-por-ser-a-universidade-que-mais-cresce-no-brasil>. Acesso em: 11 ago. 2025.

UFPB. **UFPB lança, no Campus de Areia, sua primeira marca de café**. 2024. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-lanca-no-campus-de-areia-sua-primeira-marca-de-cafe>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PARTE IV

*Cultura, Ciência e Sociedade:
saberes em diálogo*



Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos: ciência e biodiversidade

Ricardo Dias de Castro³⁸

Fabiana de Andrade Cavalcante Oliveira³⁹

38

Graduado em Odontologia (UFPB). Mestre em Odontologia (UFRN). Doutor em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (UFPB). Atualmente, é Vice-Coordenador do PPgPNSB/CCS/UFPB.

39

Graduada em Farmácia, Mestre e Doutora em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (UFPB). Atualmente, é Coordenadora do PPgPNSB/CCS/UFPB.

A pesquisa científica é um dos pilares de uma Universidade e representa um conjunto de atividades voltadas à produção de conhecimento, formação de recursos humanos qualificados, inovação e desenvolvimento tecnológico, preservação da cultura e biodiversidades, busca de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade, formação de uma rede de cidadania democrática global e incentivo ao exercício do pensamento crítico. Todos esses impactos relacionam-se com à soberania nacional e com a capacidade de seu povo em enfrentar seus desafios a partir de uma perspectiva autônoma e sustentável.

É a partir dessa premissa que a Universidade Federal da Paraíba ao longo dos seus 70 anos fortalece suas ações de pesquisa e, em especial, às atreladas aos Programas de Pós-Graduação, que moldam suas missões ao longo do tempo, sempre alinhadas às demandas da sociedade brasileira, com ênfase nas questões paraibanas e nordestinas de modo geral. É nesse contexto que se insere o Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos (PPgPNSB) da

UFPB, reconhecido como um Programa consolidado, de excelência e com forte compromisso com o desenvolvimento regional sustentável e valorização da biodiversidade local.

A excelência de um Programa de Pós-Graduação não é fruto do acaso, mas do entrelaçamento entre um sonho visionário, objetivos bem definidos e o compromisso contínuo de todos os envolvidos. No caso do PPgPNSB, a proposta ousada, ainda na década de 1970, de criar um curso inovador e interdisciplinar em uma área estratégica para o país foi decisiva. A consolidação do Programa baseou-se na convicção de que é possível fazer ciência de qualidade no Nordeste, com impacto local e nacional. Mais do que infraestrutura, a força do PPgPNSB reside em pessoas comprometidas, capazes de transformar desafios em oportunidades e de promover uma formação voltada à transformação econômica e social. Essa trajetória demonstra que a construção de um programa de excelência exige visão de futuro, esforço coletivo e a crença firme de que a ciência é um instrumento essencial para o desenvolvimento e a superação das desigualdades.

BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DO PPgPNSB



Prof. Delby Fernandes de Medeiros, docente que idealizou a criação do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF)

O Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos vincula-se à área de Farmácia no contexto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portanto, sua criação tem íntima relação com a proposição da Faculdade de Farmácia, criada no ano de 1956 pela Associação Farmacêutica da Paraíba, que tinha como seu primeiro diretor o Prof. José Régis de Albuquerque. Após sua criação, a Faculdade passou a funcionar sob a égide da Sociedade Civil Mantenedora da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Paraíba. A partir da Lei Estadual N° 1.907, de 17 de dezembro de 1958, o Governo do Estado passa a ser responsável pela Sociedade. No ano de 1960, a Faculdade de Farmácia, que estava sob ordenamento do Governo do estado da Paraíba, em decorrência da Lei Federal N° 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passa a pertencer a Universidade Federal da Paraíba (Medeiros, 2002).

Os anos seguintes são marcados pela movimentação de professores para proposição de uma estrutura física e didático-pedagógica que pudesse ofertar aos estudantes e à sociedade, de modo geral, serviços voltados à pesquisa, ao desenvolvimento e, sobretudo, à produção de insumos farmacêuticos. Esses serviços buscavam atender às ne-

cessidades concretas da população, especialmente na oferta de medicamentos essenciais para o Hospital Universitário da UFPB e, posteriormente, outras unidades hospitalares estaduais, que à época dependiam majoritariamente de empresas gerenciadas pelo capital estrangeiro. O objetivo era fortalecer a autonomia científica e tecnológica da região, criando soluções locais para demandas de saúde pública e reduzindo a vulnerabilidade do sistema de saúde frente à dependência externa. E, a partir de grandes esforços empreendidos pelo Prof. Delby Fernandes de Medeiros, responsável pela área de Química Industrial Farmacêutica, foi emitida Portaria da Comissão Central de Planejamento da Reitoria N° 3 (Portaria R/CCP N° 03), de 26 de junho de 1968, assinada pelo então Reitor Dr. Guilardo Martins Alves, que oficializou a criação do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF) (Medeiros, 2002).

Os anos seguintes são marcados pelo funcionamento do LTF, que prosperou e foi responsável pela implantação de inovações tecnológicas e circulação de pesquisadores reconhecidos no Brasil e no exterior, contribuindo para formação de recursos humanos qualificados e oferta de serviços de grande interesse para sociedade nordestina, uma vez que passou a fornecer medicamentos essenciais para Secretarias

de Saúde e Previdência Social dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Brasília. Em seu primeiro organograma, o setor de pesquisa já ganhava destaque com áreas que incluíam seção de botânica, de fitoquímica, de síntese química e de farmacologia experimental.

A partir de 1969, no âmbito do LTF, vários cursos (*latu sensu*), muitas vezes sob apoio da CAPES, foram ofertados por professores renomados (nacionais e estrangeiros) no intuito de promover desenvolvimento didático-científico. Dentre os cursos destacam-se o primeiro Curso Regional e Intensivo em Investigação de Produtos Naturais (UFPB, 1976), realizado em 1976, ministrado pela Professora Dra. Margarida Ferreira, da Universidade do Porto, para formação de docentes das universidades da Paraíba, Pernambuco, Amazonas e Maranhão; e o 1º Curso de Pesquisa e Tecnologia Farmacêutica, nível especialização, conduzido em 1977 (Medeiros, 2002). Esses cursos foram muito importantes para capacitar recursos humanos da região Nordeste para descoberta de novos produtos obtidos da biodiversidade da região, ao mesmo tempo em que reforçaram a ideia de criação do Mestrado em Produtos Naturais (Farmacologia e Química), em 1977, reconhecido como primeiro

curso interdisciplinar na área de produtos naturais (UFPB, 1977).

Durante o reitorado do Professor Dr. Lynaldo Cavalcanti (1967-1990), em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Brasileiro, foi aprovada a construção do Núcleo de Pesquisas em Produtos Naturais (NPPN) (1974). A inauguração do Núcleo ocorreu em 13 de dezembro de 1978 e serviu como alicerce em favor das atividades de pesquisa e pós-graduação.

A constituição institucional do Curso de Mestrado em Produtos Naturais (Farmacologia e Química) ocorreu em 1977 a partir da publicação da Resolução nº 201/77 de 30 de dezembro daquele ano (UFPB, 1977). A área de Farmácia representava um campo fértil para integração das áreas de química, farmacologia, botânica e tecnologias. Devido ausência de pesquisadores brasileiros interessados em integrar o corpo docente e de pesquisadores do curso de mestrado recém-criado, a reitoria autorizou a contratação de 28 pesquisadores com PhD, sendo pelo menos 24 vindos do exterior (Portugal, Índia, Argentina, Polônia, México, Alemanha, França, Inglaterra e Coréia do Sul). Ao mesmo tempo, 24 docentes da UFPB se afastaram para realizar cursos de mestrado e doutorado em centros de excelência pelo país ou no exterior

(Medeiros, 2002). A partir do ano de 1981, os primeiros trabalhos de conclusão de curso foram defendidos, sendo a primeira dissertação defendida intitulada “Ação inibitória de *Euphorbia tirucalli* no processo inflamatório” de autoria de Alba Regina Monteiro Souza Brito (data da defesa: 06/07/1981), sob orientação dos professores Jnanabrata Bhattacharyya (química) e Thomas George (farmacologia) (Brito, 1981). O curso de doutorado foi criado em 1998 e o Programa passou a ser denominado de Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos, com duas áreas de concentração: Farmacologia e Farmacoquímica.

CONSTRUÇÃO DE UM POLO DE EXCELÊNCIA

Na conjuntura atual do PPgPNSB, com Cursos de Mestrado e Doutorado em duas áreas de concentração: Farmacologia e Farmacoquímica, já foram defendidos 911 Trabalhos de Conclusão de Curso (até a data de 15 de julho de 2025), sendo 519 dissertações e 392 teses. O Programa recebeu nota 6 pelo processo de avaliação realizado pela CAPES nas últimas avaliações. Isso representa um reconhecimento de excelência nacional e internacional em virtude de forte inserção internacional, formação de recursos

humanos altamente qualificados, produção científica contínua e de alto impacto e desenvolvimento de projetos inovadores, interdisciplinares com alta capacidade de captação de recursos financeiros para investimento em atividades de pesquisa.

A missão atual do Programa é contribuir para formação e fixação de recursos humanos qualificados para atuação na área de pesquisa de produtos naturais e sintéticos bioativos para atender demandas regionais, especialmente para as regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste do país, com valorização da biodiversidade da região e promoção da inovação e transferência tecnológica para o setor produtivo.

A área de concentração em Farmacologia dedica-se ao estudo dos efeitos biológicos promovidos por produtos naturais ou compostos sintéticos, com destaque para investigação dos mecanismos de ação, modulação de sistemas biológicos e celulares, avaliação toxicológica e potencial terapêutico. As investigações adotam diferentes estratégias metodológicas experimentais que incluem estudos não clínicos (*in vitro* e *in vivo*, por exemplo) e clínicos (ensaios clínicos com seres humanos). Esses estudos estão vinculados às seguintes linhas de pesquisa: 1) Caracterização biológica de produtos naturais e sintéticos bioativos; b) Investigação de produ-

tos naturais biologicamente ativos, para obtenção de novas fontes de matérias primas; c) Avaliação toxicológica de produtos naturais e sintéticos bioativos.

A área de concentração em Farmacoquímica, por sua vez, concentra-se na descoberta, caracterização, síntese e controle de qualidade de compostos bioativos, explorando tanto os princípios ativos oriundos da biodiversidade como aqueles obtidos por rotas sintéticas ou semissintéticas. As linhas de pesquisa dessa área são: a) Pesquisa e desenvolvimento de produtos naturais para a obtenção de substâncias biologicamente ativas; b) Controle de qualidade físico-químico e biológico; c) Síntese parcial ou total de substâncias biologicamente ativas. As duas áreas se conectam para proposição de novos conhecimentos integrados e contribuem para a formação de profissionais com perfil interdisciplinar e competência para atuar em todas as etapas do desenvolvimento de novos fármacos.

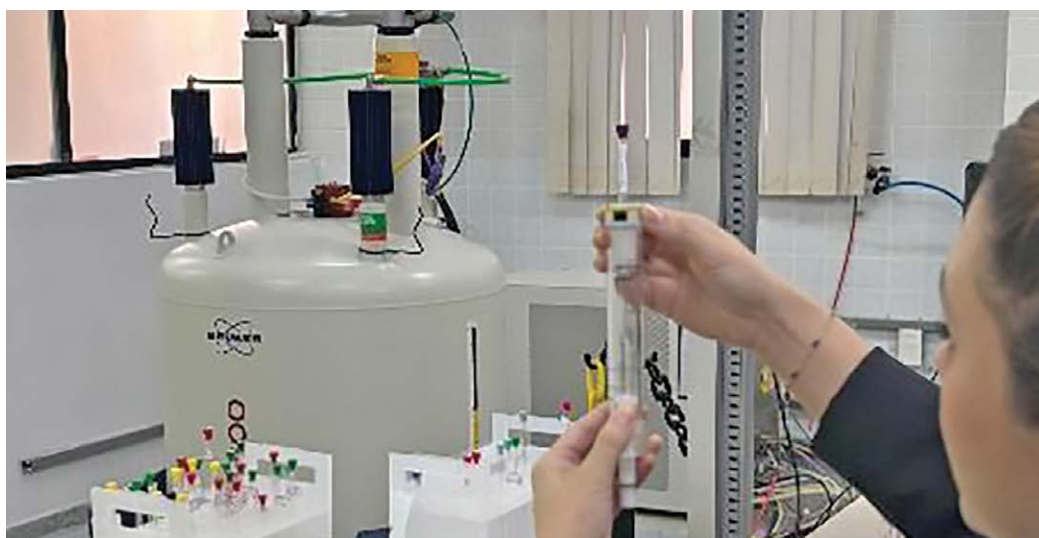
No que tange a formação de recursos humanos, o PPgPNSB desempenha um papel crucial na formação comprometida, com foco em um compromisso social e ético. Os indicadores acadêmicos mostram a solidez da formação. Uma pesquisa realizada na Plataforma Lattes, Portal da Transparência e

outros canais analisou as atividades de 253 egressos com doutorado do PPgPNSB nos últimos 15 anos e identificou alta empregabilidade (94,47%, $n = 239$). Desses, 53,35% ($n=135$) são docentes, sendo 60,0% ($n=81$) em IES públicas ($n=77$ em IES Federais; e $n=10$ em IES Estaduais) e 21,3% ($n=54$) em IES privadas. Esses dados representam efetividade do Programa com impacto direto na educação superior e pesquisa do país.

No campo de produção científica, o PPgPNSB se destaca na publicação de artigos científicos nos mais prestigiados periódicos científicos. No período de 2021 a 2024, foram contabilizados 364 artigos científicos com participação de docentes e discentes/egressos, sendo que 311 (85,2%) publicados em revistas indexadas na *Web of Science* e, portanto, com Fator de Impacto (*Journal Citation Reports*, JCR, Clarivate Analytics), com média de Fator de Impacto de 3.37 ± 1.49 (mediana = 3.4, mínimo = 0.2, máximo = 8.5). Nesse mesmo período, foram identificados 14 pedidos de patentes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a partir das pesquisas que envolvem discentes e/ou egressos, o que reflete forte impacto na inovação científica e tecnológica, reforçando a vocação do Programa para a pesquisa aplicada e a transferência de conhecimento.

Ao longo dos anos a infraestrutura foi se aprimorando a partir de todo parque tecnológico inicialmente ofertado pelo Laboratório de Tecnologia Farmacêutica, extinto no ano de 2011, e atual Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medi-

camentos (IPeFarM) da UFPB, criado em 2014 por meio da Resolução CONSUNI 15/2014 (UFPB, 2014). Os laboratórios são modernos, com equipamentos de última geração e que atendem a uma demanda de pesquisa qualificada e de impacto.



O Quadro 1 descreve alguns laboratórios que atendem ao PPgPNSB. Foram investidos nos últimos 15 anos mais de 25 milhões, principalmente de recursos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) oriundos da chamada CT-INFRA e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCT). Os laboratórios que atendem ao Programa se alinham ao **Marco**

Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) (Brasil, 2016), uma vez que contribui para inovação e compartilhamento de infraestrutura entre a UFPB e outras instituições de ensino e pesquisa, o que pode beneficiar pesquisas voltadas à biodiversidade, como o desenvolvimento de fármacos, biotecnologia e conservação ambiental.

Quadro 1 - Laboratórios que atendem às atividades do Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos da Universidade Federal da Paraíba.

Laboratório	Descrição
Laboratórios de Fitoquímica	Análises químicas de produtos naturais , com foco na extração, isolamento, purificação e caracterização de substâncias bioativas de origem vegetal.
Laboratório Multiusuário de Caracterização e Análise (LMCA)	Espaço multiusuário para análises de materiais e substâncias químicas que, contribui para o desenvolvimento de pesquisas do Programa. www.ufpb.br/lmca
Laboratório de Quimioinformática	Análise de padrões químicos e atividades biológicas de produtos naturais, com ênfase em estudos de relação estrutura-atividade, quimiotaxonomia, inteligência artificial, triagens virtuais, docking e dinâmica molecular para identificar compostos com potencial farmacológico.
Laboratório de Síntese Orgânica	Desenvolvimento e otimização de rotas sintéticas de compostos bioativos , com ênfase na obtenção de novos fármacos, análogos estruturais e intermediários com potencial terapêutico.
Laboratório de Farmacologia Cardiovascular	Especializado em pesquisas farmacológicas cardiovasculares , com foco em estudos in vivo e in vitro. Estudo de mecanismos de ação de drogas com potencial anti-hipertensivo, vasorrelaxante ou cardiotrópico.
Laboratório de Ensaios Toxicológicos	Ensaios toxicológicos in vitro e in vivo, análises hematológicas, preparação e processamento de amostras biológicas.

Laboratório	Descrição
Laboratório de Farmacologia Funcional Prof. George Thomas	Ensaios farmacológicos , em nível funcional e molecular, com foco na caracterização do efeito de produtos-teste em diversos músculos lisos de animais saudáveis e com distúrbios associados (asma, distúrbio da ereção, disfunção erétil, diarreia e obesidade).
Laboratório de Imunofarmacologia	Análises aplicadas à pesquisa imunológica, celular e bioquímica, com foco na quantificação de citocinas, anticorpos, hormônios, marcadores inflamatórios e na investigação de propriedades anti-inflamatórias e imunossupressoras de fármacos e produtos.
Laboratório de Micologia Clínica	Pesquisas voltadas à identificação, caracterização e avaliação da susceptibilidade de fungos, com ênfase em espécies emergentes e resistentes. Atua na investigação de novos agentes antifúngicos, especialmente derivados de produtos naturais, e na elucidação de mecanismos de ação.
Laboratório de Oncofarmacologia	Investigação de atividade antitumoral de compostos bioativos por meio de ensaios <i>in vitro</i> e <i>in vivo</i> , utilizando linhagens celulares tumorais humanas (glioblastoma, ovário, cólon, gástrico, melanoma e mama).
Laboratório de Psicofarmacologia	Realização de ensaios comportamentais e farmacológicos em modelos animais , especialmente voltados para a investigação dos efeitos centrais de substâncias bioativas para investigações de efeitos antinociceptivos, ansiolítico, antidepressivo, memória, aprendizado e efeito anticonvulsivante.
Laboratório de Farmacologia do Trato Gastrointestinal	Avaliação farmacológica de compostos em modelos experimentais de úlcera gástrica e duodenal, mucosite, colite e distúrbios da motilidade gastrointestinal, com análises histológicas, imunohistoquímicas e quantificação de citocinas inflamatórias.

IMPACTO SOCIAL E REGIONAL DO PPgPNSB

O PPgPNSB exerce um papel estratégico no fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico em escala microrregional, regional e nacional. Por meio da pesquisa e da formação qualificada,

o programa tem contribuído para impulsionar a inovação, a autonomia tecnológica e a competitividade. Esse impacto se reflete na atuação expressiva de seus egressos, que hoje ocupam posições relevantes em instituições de ensino e pesquisa, especialmente na Paraíba e em outros estados do Nordeste, tornando-

-se multiplicadores de conhecimento e transformação por meio de avanços produtivos, disseminação de técnicas e geração de informações. Vale ressaltar que o Programa está comprometido com a promoção da equidade e da diversidade no ambiente acadêmico, alinhando-se às diretrizes institucionais de inclusão social e políticas afirmativas fomentando a construção de um espaço mais inclusivo, representativo e socialmente responsável.

Muitos egressos têm se estabelecido no interior, impulsionados pela expansão das universidades e a criação de novos *campi*. Esses doutores contribuem de diversas formas para o desenvolvimento econômico, social e cultural dessas regiões, seja na produção científica, na formação de profissionais ou na inovação tecnológica. Isso também contribui para nucleação de Programas de Pós-Graduação, uma vez que vem dando uma forte contribuição à capacitação de professores de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Ao longo de sua trajetória, o PPgPNSB sempre esteve atento ao desenvolvimento científico nacional, incorporando estratégias de relevância para a saúde pública, valorização e preservação da biodiversidade. As investigações consideram projetos de pesquisa que objetivam a construção de soluções acessíveis e sustentáveis para os

principais desafios da saúde no país. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, o programa integrou iniciativas de pesquisa voltadas à triagem de compostos com potencial antiviral, colaborando em estudos sobre efeito de produtos naturais e sintéticos para tratamento da doença.

O compromisso social e a preocupação como desenvolvimento econômico regional são preocupações do PPgPNSB, que se expressam de forma concreta na busca por soluções que respondam às demandas da sociedade paraibana e nordestina. Isso ocorre por meio da valorização da biodiversidade regional e do diálogo e valorização dos saberes tradicionais, uma vez que, o programa tem contribuído para a pesquisa e o desenvolvimento de produtos naturais com potencial terapêutico, fortalecendo cadeias produtivas locais baseadas em plantas medicinais.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As perspectivas futuras do PPgPNSB se alinham diretamente às diretrizes do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (2024–2027) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB, consolidando o programa como um setor estratégico no

avanço científico, tecnológico e socioeconômico da região. Diante de um novo paradigma orientado pela sustentabilidade e pela valorização dos ecossistemas, o programa fortalece sua atuação na investigação de espécies do bioma nordestino com reconhecido potencial farmacológico. Além de contribuir para o uso racional da biodiversidade e a geração de produtos inovadores, o PPgPNSB promove a valorização do patrimônio natural regional e o desenvolvimento de tecnologias no campo da farmacologia que estimulam a economia local e os serviços ambientais. Internamente, o programa reafirma seu compromisso com a expansão da qualidade acadêmica, articulando formação avançada, pesquisa de excelência e internacionalização, em sinergia com as metas institucionais da UFPB para os próximos ciclos de desenvolvimento.

O PPgPNSB tem preocupação perene com a ampliação, manutenção e modernização de sua infraestrutura laboratorial, garantindo melhores condições para o desenvolvimento de pesquisas de alta complexidade. O programa também

busca incentivar seus docentes a submeterem projetos às agências de fomento nacionais e internacionais, fortalecendo sua base de financiamento e ampliando a colaboração científica. A internacionalização seguirá como uma prioridade estratégica, com estímulo à participação de docentes e discentes em atividades acadêmicas no exterior, bem como ao estabelecimento de parcerias institucionais. Além disso, ações voltadas ao credenciamento e à integração de jovens docentes serão mantidas, com o objetivo de renovar e fortalecer continuamente o corpo acadêmico.

Finalmente, destacamos que o PPgPNSB manterá sua postura de contribuir para transformar realidades, ampliando seu impacto social e promovendo o desenvolvimento científico como ferramenta de inclusão, justiça e melhoria da qualidade de vida. Para os próximos anos, o programa segue comprometido com a construção de uma pós-graduação que seja cada vez mais inovadora, conectada com a biodiversidade, com a sustentabilidade e alinhada às necessidades da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRITO, Alba Regina Monteiro Souza. **Ação Inibitória da *Euphorbia tirucalli* L. no processo inflamatório.** Orientadores: Thomas George e Jna-

nabrata Bhattacharyya. 1981. Dissertação (Mestrado em Produtos Naturais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1981.

BRITO, Alba Regina Monteiro Souza. **Ação inibitória da euphorbia tirucalli 1. no processo inflamatório.** 1981. Dissertação (Mestrado em Produtos Naturais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1981.

MEDEIROS, Delby Fernandes. **LTF:** O laboratório de tecnologia farmacêutica da UFPB: suas origens e sua história. João Pessoa: Editora UFPB, 2002.

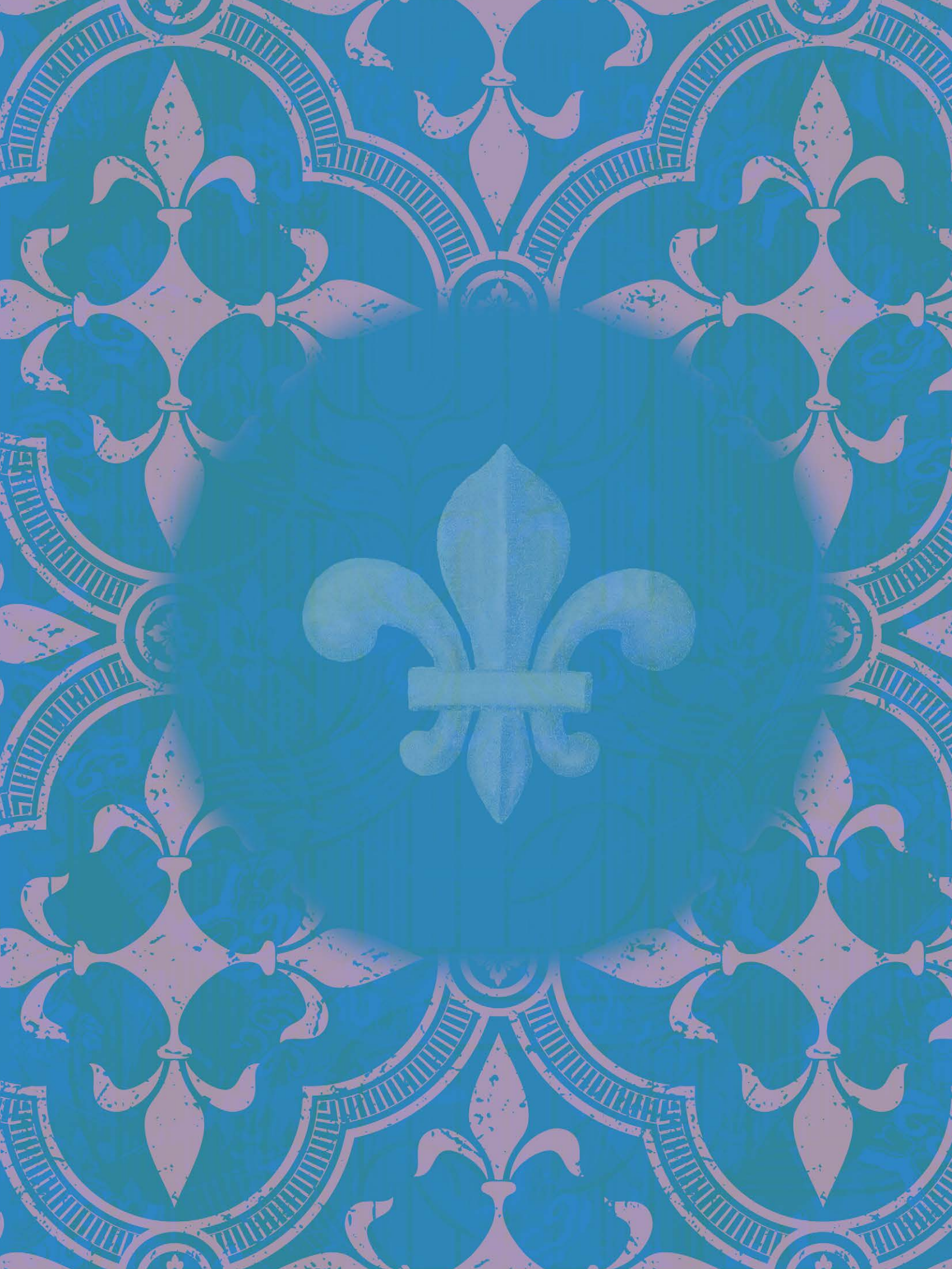
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE N° 52/74, de 18 de outubro de 1974.** Homologa a criação do Núcleo de Pesquisas de Produtos Naturais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE N° 56/76, de 08 de abril de 1976.** Autoriza a realização do Curso de Aperfeiçoamento em Investigação em Produtos Naturais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSUNI N° 15/2014, de 08 de abril de 1976.** Autoriza a realização do Curso de Aperfeiçoamento em Investigação em Produtos Naturais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSUNI N° 201/77, de 18 de junho de 2014.** Criação do Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos da Universidade Federal da Paraíba (IPeFarM).

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.



Programa de Pós- Graduação em Linguística: linguagem, sociedade e internacionalização

Jan Edson Rodrigues Leite⁴⁰

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante⁴¹

40

Professor Titular de Linguística e Português (DLPL/CCHLA). Doutor em Letras (UFPE)

41

Professora Titular de Linguística e Português (DLPL/CCHLA). Doutora em Linguística (UNICAMP)

Em 2005, atendendo a uma demanda recorrente da área de concentração “Linguística e Língua Portuguesa”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFPB, foi proposta a criação do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, em nível de mestrado e doutorado, voltado especificamente para a área de conhecimento em Linguística, como resultado de discussões e aspirações dos professores que viviam a uma Pós-Graduação com um perfil delineado em função da ascensão que a Linguística obteve nas últimas décadas no Brasil.

Em 28 de abril de 2005, por meio da Resolução nº 04/2005, o CONSUNI autorizou a criação do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), tendo sido criado efetivamente por meio das Resoluções nº 15 e nº 16 do CONSEPE/UFPB, em 24 de maio de 2005. O PROLING iniciou suas atividades acadêmicas em 2006.1, com duas áreas de Concentração: 1) Teoria e Análise Linguística e 2) Linguística e Ensino, respectivamente com as seguintes linhas de pesquisa: Diversidade Linguística e Variação; Linguagem, Sentido e Cognição; Aquisição da Linguagem; Ensino e Aprendizagem de Línguas; Práticas Institucionais e não Institucionais de Leitura e Escrita; e Oralidade e Escritura. Em 2008, a Resolu-

ção nº 61 do CONSEPE/ UFPB, de 04 de novembro de 2008, revogou a Resolução nº 16/95 do CONSEPE e aprovou a reestruturação das duas áreas de concentração, que passaram a ser denominadas: 1) Teoria e Análise Linguística (compreendendo as Linhas de Pesquisa Diversidade e Mudança Linguística; Linguagem, Sentido e Cognição e Aquisição da Linguagem e Processamento Linguístico) e 2) Linguagem e Práticas Sociais (abrangendo as Linhas de Pesquisa Linguística Aplicada; Discurso e Sociedade; Oral/Escrito: Práticas Institucionais e Não-institucionais. A linha de pesquisa “Oral/Escrito: Práticas Institucionais e Não-institucionais” foi encerrada após o final do quadriênio 2017-2020, em função do descredenciamento, por motivo de aposentadoria, de seus docentes permanentes. Em 2022, a linha de pesquisa “Linguagem, Sentido e Cognição” teve seu título alterado para “Semântica, Gramática e Cognição”, mantendo sua descrição, projetos, docentes e discentes vinculados. Assim, como produto das discussões desencadeadas nos Encontros Anuais das Linhas de Pesquisa, foi proposta uma nova alteração da estrutura acadêmica do Programa, aprovada pela Resolução 55/2024 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB, que deu a seguinte configuração ao

Programa: a Área de Concentração
1) Teoria e Análise Linguística tem como Linhas de Pesquisa vinculadas: 1.1.) Aquisição da Linguagem e Processamento Linguístico; 1.2.) Diversidade e Mudança Linguística; e 1.3.) Semântica, Gramática e Cognição. A Área de Concentração
2) Linguística e Práticas Sociais tem como Linhas de Pesquisa vinculadas: 2.1.) Discurso e Sociedade e 2.2.) Linguística Aplicada.

O PROLING, conforme resultado da avaliação promovida pela CAPES em 2007, relativa ao triênio 2004/2006, obteve seu reconhecimento, pelo MEC/CNE, com conceito 4, por meio da Portaria/MEC nº 524, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de abril de 2008. Em 2012, a Portaria nº 1.077, de 31 de agosto de 2012, ratifica o reconhecimento do PROLING, decorrente da

avaliação no triênio 2007-2009, com conceito 4. Na avaliação do triênio 2010-2012, o PROLING teve o seu reconhecimento homologado pela CAPES, com nota 5. Em 2014, foi aprovado pelo CONSEPE da UFPB o novo regulamento do PROLING, o qual entrou em vigor no ano de 2015. Na avaliação quadrienal 2013-2016, o conceito obtido foi 6, o que o colocou dentre os programas de excelência acadêmica nacionais, evidenciando assim o seu contínuo fortalecimento. A avaliação quadrienal relativa ao período 2017-2020, mais uma vez, atribuiu o conceito de excelência 6 (seis) ao Programa, o único na região nordeste a obter esse conceito na área de avaliação 41 (Linguística e Literatura) e um dos 4 programas da UFPB classificados nesta faixa.

Gestão do PROLING desde sua fundação

Biênio	Coordenador(a)	Vice-Coodenador(a)
2005-2007	Dermeval da Hora Oliveira	Ana Cristina de Sousa Aldrigue
2007-2009	Dermeval da Hora Oliveira	Regina Celi Mendes Pereira da Silva
2009-2011	Regina Celi Mendes Pereira da Silva	Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante
2011-2013	Regina Celi Mendes Pereira da Silva	Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante
2013-2015	Lucienne Claudete Espíndola	Pedro Farias Francelino
2015-2017	Lucienne Claudete Espíndola	Maria Ester Vieira de Sousa

2017-2019	José Ferrari Neto	Márcio Martins Leitão
2019-2021	José Ferrari Neto	Márcio Martins Leitão
2022-2024	Jan Edson Rodrigues Leite	Giorvan Anderson dos Santos Alves
2024-2026	Jan Edson Rodrigues Leite	Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante

MISSÃO E OBJETIVOS DO PROLING:

A Missão do Programa tem sido, desde a sua fundação, formar pessoas, com alto nível de competência na área da Linguística, para atuarem com destaque em funções profissionais e acadêmicas, de relevância e impacto regional e nacional, servindo assim de disseminadores de conhecimento acadêmico e agentes de desenvolvimento científico e tecnológico. Ao mesmo tempo em que se constitui como um programa de pós-graduação de liderança na região Nordeste, o PROLING busca alcançar metas de produção intelectual e de desempenho acadêmico que o levem a ser referência nacional e internacional em sua área de conhecimento. Para tanto, a proposta balizadora do programa tem sido, desde o início, atuar na diversidade teórica característica da Linguística, sublinhada nas linhas de pesquisa do Programa, ao mesmo tempo em que constrói uma identidade própria, como polo de excelência na pesquisa linguística, a partir de metas bem definidas de atuação

local e regional e de uma visão de futuro que implique na formação de linguistas capazes de destacarem-se no cenário científico nacional.

Assim, os objetivos do PROLING se voltam, principalmente, para a formação de excelência, nos níveis de Mestrado e Doutorado acadêmicos, de profissionais qualificados para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Linguística. O Programa tem por finalidade formar linguistas mestres e doutores que sejam especialistas em uma das áreas de concentração, com um repertório de conhecimentos e práticas que os qualifique para atuar na educação (do ensino básico ao superior), na pesquisa científica em linguística e suas interfaces (educação, saúde, sociedade, comunicação), na política linguística, entre outros campos de atuação do linguista. Por esta razão, o PROLING oferta conteúdos teórico-práticos de formação docente (Estágio Docência), além de incentivar os discentes a parti-

ciparem de atividades de extensão (Estudos Especiais, os quais consistem na oferta de atividades voltadas à comunidade, tais como oficinas, cursos livres, treinamentos, capacitações, palestras e seminários, produção de materiais, divulgação científica, etc.). A formação acadêmico-profissional é garantida por componentes curriculares regulares de fundamentação (Fundamentos), especialização (Seminários Avançados) e aprofundamento (Tópicos) nas teorias e métodos mais avançados, articulados aos projetos e linhas de pesquisa aos quais os discentes estão vinculados.

O objetivo do Mestrado Acadêmico é habilitar e instrumentalizar os alunos de cada uma das linhas de pesquisa do Programa, com as ferramentas necessárias para a realização da pesquisa científica, a atuação na docência de nível superior e em atividades acadêmicas e administrativas em instituições públicas e privadas de ensino, de pesquisa e de ação social. Em se tratando do Doutorado Acadêmico, o Programa oferece oportunidades para o aprofundamento do conhecimento científico e para a realização de pesquisa independente, avançada e original, voltada não apenas para as tendências teóricas atuais das diversas áreas da Linguística, mas também em áreas correlatas, tais como Psi-

cologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Neurociências, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, História, Ciências Políticas etc.

O Programa também inclui em seus objetivos e metas a inserção nacional e internacional. Nos dois últimos quadriênios, o PROLING tem desenvolvido ações mais efetivas de internacionalização, seja por meio de sua participação no Programa CAPES Print (descontinuado em 2024), seja por meio de outras iniciativas institucionais e individuais, que permitiram estabelecer parcerias com instituições e grupos de pesquisa do exterior; promover a mobilidade internacional de discentes e o intercâmbio entre docentes e redes de pesquisa; e fomentar a produção bibliográfica em periódicos e editoras internacionais. Tais ações visam a fortalecer o trabalho de inserção social e internacionalização, tendo como resultado um aumento expressivo do número de parcerias de pesquisa firmadas, publicações internacionais, participação em eventos mundiais, missões de trabalho no exterior e visitas de docentes estrangeiros.

Esses objetivos se coadunam perfeitamente com a proposta de inserção social do Programa, a qual estabelece que o PROLING deve atuar como um polo nucleador da área, na região, e ser capaz de atrair e qualificar profissionais com

reconhecida excelência na produção de conhecimento e de promover o desenvolvimento intelectual de seus discentes e o desenvolvimento econômico e social da região, visando ao equilíbrio e à redução das assimetrias nacionais. Por outro, o Programa busca estar inserido no universo mais amplo das redes de pesquisa nacionais e internacionais, com vistas ao fortalecimento e à disseminação do saber científico produzido na região nordeste e no Brasil. Desse modo, o PROLING tem se revelado fundamental na geração de saberes, técnicas e inovação científica, bem como na formação de profissionais altamente qualificados para atuação docente, em vários níveis de ensino, e para a atuação acadêmico-científica, em instituições de pesquisa situadas na Região Nordeste (como pode ser atestado no Perfil dos Egressos), mas também em instituições nacionais de outras regiões brasileiras, e até mesmo em instituições internacionais, em diferentes áreas de interface da Linguística.

IMPACTO DO PROLING NA SOCIEDADE E PRÁTICAS INOVADORAS

Muitos dos temas de pesquisa com os quais os docentes do PROLING trabalham têm potencial

de geração de produtos com impacto relevante, constituindo-se em iniciativas inovadoras na área dos estudos sobre a linguagem humana em suas múltiplas interfaces. Nesse aspecto, merece destaque o Projeto Olimpíada Brasileira de Linguística, do qual o Prof. Márcio Martins Leitão faz parte, como embaixador do Projeto na UFPB, conjuntamente com a Profa. Rosana Costa de Oliveira. Essa iniciativa tem levado a ideia de se estimular o gosto pela pesquisa sobre a linguagem nas escolas de ensino fundamental e médio, por meio da realização de competições entre alunos, envolvendo resolução de problemas e formulação de investigações.

Outra iniciativa de impacto inovador é o IREC (Integração da Rede de Ensino para a Cidadania) do Município de Pedras de Fogo-PB, sob coordenação da Profa. Evangelina Maria Brito de Faria, com a participação de vários docentes, discentes e egressos do Programa, articulados em torno da pesquisa sobre leitura e escrita e do desenvolvimento de intervenções que ajudem a melhorar o processo educacional no ensino básico. Já o projeto Escola sem Fake: Oficinas de Leitura, Produção Textual e Análise Linguística no Combate à Desinformação é outra iniciativa com amplo potencial inovador que visa a capacitar estudantes escolas públicas de ensino

médio de João Pessoa a identificar e desconstruir fake news por meio de oficinas de leitura, produção de textos e análise linguística, no framework teórico analítico da Linguística Cognitiva (análise de frames, espaços mentais, metáforas, metonímias, entre outras).

Outro projeto inovador, Efeitos da CST - Cognitive Stimulation Therapy no Processamento de Linguagem Metafórica de Sujeitos com Demência de Alzheimer em Fase Leve e Moderada tem levado estudantes de graduação e pós-graduação vinculado ao LACON - Laboratório de Compreensão Neurocognitiva da Linguagem, a fazer pesquisas sobre linguagem e envelhecimento em instituições de acolhimento de pessoas idosas e a desenvolver e aplicar protocolos de rastreio cognitivo e intervenção não invasiva nas práticas de linguagem de idosos com comprometimento cognitivo leve e moderado. Já o projeto Biomarcadores vocais e neurofisiológicos para predição, diagnóstico e monitoramento em saúde é uma iniciativa multidisciplinar e envolve diversos laboratório de vários Programas de Pós-Graduação da UFPB, inclusive o PROLING, e tem como objetivo identificar biomarcadores vocais e neurofisiológicos de diferentes transtornos neurocognitivos, transtornos do neurodesenvolvimento, transtornos da personalidade,

transtornos mentais comuns (ansiedade, depressão e estresse), fadiga cognitiva e de performance e transtornos neurológicos adquiridos,

IMPACTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DO PROGRAMA.

Os docentes do PROLING desenvolvem ações que levam à difusão de conhecimentos na área, principalmente por meio da ministração de cursos, oficinas, workshops e palestras, organização de periódicos, apresentação em mídias de grande alcance e por meio da organização de eventos. Essa difusão possibilita que a produção intelectual do Programa tenha impacto sobre diversos segmentos de nossa sociedade, em especial nas esferas econômica, cultural e social.

O PROLING tem um corpo docente fortemente comprometido com a discussão, defesa e divulgação das atividades de pesquisa, as quais são realizadas no âmbito de entidades científicas e /ou associações regionais, nacionais e mesmo internacionais. Os/as professores(as) são, em grande maioria, membros de entidades científicas ou de representação como a ABRALIN, ANPOLL, ALAB e SBF (Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia) que congregam pesquisadores de todas as áreas da Linguística e da

Linguística Aplicada em nível nacional, e da ALFAL, em nível internacional, muita vezes coordenando o GTs da ANPOLL e comissões na ABRALIN, a exemplos da Profa. Oriana de Nadai Fulaneti (coordenadora do GT de Semiótica da ANPOLL), Profa. Regina Celi Mendes Pereira da Silva (coordenadora do GT de Linguística Aplicada e membro do Fórum de Editores da ANPOLL), Profa. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante (coordenadora do GT Estudos em Aquisição da Linguagem), Prof. Jan Edson Rodrigues Leite (vice-coordenador do GT Linguística e Cognição), Prof. Dr. Leonardo Wanderley Lopes (Diretor Científico da SBF) e Prof. Márcio Leitão (coordenador do Projeto Psicolinguística na ALFAL e parte da diretoria da International Society of Applied Psycholinguistics - ISAPL, eleita em 2024). Os docentes também fazem parte de associações regionais, como o GELNE, que reúne pesquisadores da Linguística e da Linguística Aplicada da Região Nordeste. Destacamos igualmente a atuação da Prof. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante como membro titular do Comitê de Assessoramento de Letras e Linguística e do CNPQ.

Destacamos o impacto social e cultural do Programa na organização e promoção de eventos científicos realizados em João Pessoa, a

exemplo do II Colóquio de Semântica: Diálogos Contemporâneos; o XII Simpósio Internacional de Gêneros Textuais; as I e II Jornadas Internacionais: Línguas e Políticas Linguísticas; o 30º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia; Cartografias do Contemporâneo VI, entre outros.

Do ponto de vista do impacto econômico do PROLING, destacamos os dados do acompanhamento de egressos, feito pela instituição e divulgados nos portais SAEGO-POS sobre as taxas de ocupação de vagas no mercado de trabalho, a média salarial e empreendedorismo (<https://lema.ufpb.br/saego-pos/>). Na pesquisa de avaliação, desenvolvida pela Instituição, entre egressos de pós-graduação, entre os programas que tiveram mais de 100 participantes, o Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) se destacou com o maior impacto percebido no sucesso profissional dos egressos (média = 9,3) e o maior índice de recomendação do curso (Net Promoter Score = 84,7%)⁴².

42 <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/diretoria-reitoria/prpg-da-ufpb-desenvolve-pesquisa-com-egressos-para-aprimorar-pos-graduacao>

INTERNACIONALIZAÇÃO, INSERÇÃO E VISIBILIDADE DO PROGRAMA.

Diante dos desafios da internacionalização, uma exigência da CAPES para programas de excelência, o PROLING tem buscado parcerias com inúmeras instituições da Europa, da América Latina, da América do Norte e da África, visando a formação de redes de colaboração em pesquisa, a coautoria de publicações entre docentes brasileiros e estrangeiros e a mobilidade internacional de discentes.

No momento, o PROLING tem desenvolvido atividades de internacionalização em duas frentes de ação: (I) uma voltada para formação discente e docente, por meio de estágios de doutorado-sanduíche (discentes) e a realização de estágio de pós-doutoramento (professores); e (II) outra mais avançada, voltada para a plena inserção internacional, por meio de convênios firmados entre o PROLING e diversas instituições internacionais, os quais preveem: cooperação com instituições estrangeiras; participação em organização e/ou comitês científicos de eventos internacionais itinerantes realizados no Brasil; participação em diretoria e/ou conselho de associações científicas e organizações internacionais. No que se refere ao item (I), o Programa enviou ao exterior, por meio das cotas de bolsas

PDSE no quadriênio 7 (sete) alunos por para cursarem doutorado-sanduíche em universidades do Reino Unido, Canadá, França, Portugal e Espanha. Cinco (5) docentes realizaram estágio pós-doutoral no exterior desde 2017 e atualmente temos um professor em estágio na Austrália e outro em Portugal. No que tange a (II), uma série de convênios tem sido firmada, dentre os quais se destacam as parcerias de pesquisa envolvendo o PROLING e a Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Lisboa, por meio do CAPES/Print; a parceria acadêmica do PROLING/UFPB com a Universidade de Púnguê (MZ), por meio do convênio PRO-AFRI; o convênio entre o PROLING e Cátedra UNESCO para a América Latina; o convênio interinstitucional envolvendo a UFPB, Unicamp e a Universidade de Johannesburgo; parcerias acadêmicas entre o PROLING e a Universidade da Louisiana em Lafayette (EUA), Universidade de Harvard (EUA) e a Universidade de Massachusetts (EUA), entre outros.

Além dos projetos de pesquisa em andamento no quadriênio 2021-2024, o PROLING acolheu, nesse período, professores/pesquisadores de instituições estrangeiras para ministrar conferências, palestras e minicursos e para compartilhar disciplinas com professores do Programa, seja de forma presencial

ou remota. Esta ação permitiu que vários pesquisadores estrangeiros realizassem eventos no PROLING, como foi o caso de Michele Feist (University of Louisiana at Lafayette), Augusto Soares da Silva (Universidade Católica Portuguesa), Mariano Dagatti (CONICET), Alfredo M. Lescano (Université Toulouse - Jean Jaurès); Zoé Camus (Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales, Université de Toulouse 3), Mabel Giammatteo (Universidade de Buenos Aires e Universidad de El Salvador), Craig Brandist (Universidade de Sheffield), Alina Villalva, da (Universidade de Lisboa), Juliana Gomes Novo (Universidade do Minho), dentre outros.

Destaca-se, também, o fato de o PROLING estar atuando como um centro atrator de novos pesquisadores. Isso se constata quando da observação do número de doutores que buscam o Programa para complementarem sua formação em estágios de pós-doutorado. Esse número tem sido crescente. Tínhamos 4 pós-doutorandos em supervisão em 2021. Passamos para 5 em 2022, 4 em 2023 e finalizamos 2024 com 8 supervisões de pós-doc. Considerando o fluxo de entrada e saída no quadriênio, a média de pós-doutorandos no Programa é de 5,25 por ano. Ressalte-se que esses doutores nem sempre contam com bolsas de estudo, mas, ainda assim, prefe-

rem realizar estágio pós-doutoral no PROLING.

O Programa recebeu no último quadriênio 05 estudantes estrangeiros no curso de Mestrado. Deles, 01 foi selecionado por meio do programa PROAFRI - Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (Agostinho Muchombe, de Moçambique). Os outros quatro foram selecionados no fluxo regular de nosso processo seletivo: Marcelino Issa da Cunha (Guiné Bissau), Pedro Kiurma da Silva (Angola); Honório Lima Nanque (Guiné Bissau) e Luis Brion (Guiné Bissau). Em 2024, foi aprovado pelo Colegiado do Programa o projeto de pós-doutorado submetido por Rufino Alfredo, professor da Universidade de Pungué em Moçambique. No âmbito do programa Move la America, o PROLING aprovou a recepção de dois bolsistas de mestrado e um bolsista de doutorado, oriundos do México, Venezuela e Argentina, que fazem, no momento, estágio sanduíche sob co-orientação de nossos professores.

INSERÇÃO LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

O PROLING apresenta, em consonância com seu histórico, objetivos e missão, uma forte inserção regional e nacional. Daí que o

Programa sempre buscou meios e formas de estabelecer integração e cooperação com organizações e/ou instituições sediadas tanto na Região Nordeste quanto em outras partes do país. O intuito é possibilitar a realização de ações que levem à consolidação de políticas de transferência de conhecimento para a sociedade. Dessa forma, o PRO-LING, por meio de seu corpo docente e discente, fomenta a elaboração e a execução de projetos de pesquisa que envolvam pesquisadores de instituições nacionais, regionais e locais. Dentre esses projetos, pode ser citado a coordenação e participação da Profa. Amanda Batista Braga no Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências – GEDIR (UFPB, UFU, UFSCar, UFS, UNICEP), bem como sua ação como Membro do Laboratório de Estudos do Discurso – Labor (UFSCar, São Carlos, SP). Cita-se, também, a colaboração e consultoria feita pela Profa. Regina Celi Mendes Pereira da Silva ao Laboratório Integrado de Letramentos Acadêmico-Científicos (LILA), que integra pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Instituto Federal do Paraná. No que se refere à cooperação com instituições nacionais, regionais e locais, cita-se, à guisa de exemplo, a atuação do Prof. Már-

cio Martins Leitão como membro da Rede CPE (Ciência para a Educação), organização que visa estimular a interação entre descobertas científicas e incremento da qualidade da educação brasileira, assim como a atuação do docente Giorvan Anderson dos Santos Alves, em parceria com colaboradores da UFRN, docentes da UFPE e FOB-BAURU, da UFPE na área de transtorno do espectro do autismo. Por sua vez, o Prof. Fábio Alexandre Silva Bezerra faz parte do “Projeto Nacional de Letramentos: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia”, por meio do qual são estabelecidos encontros, pesquisas e publicações em conjunto com pesquisadores de diversas instituições do Brasil, de todas as 5 regiões, além de renomados/as pesquisadores/as do Canadá e dos Estados Unidos, como Bonny Norton, Brian Morgan, Bill Cope e Mary Kalantzis, sendo também estimuladas parcerias de pós-doutorado em estágios nesses países estrangeiros. Também cita-se a participação do Programa, por meio das Profas. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante e Evangelina Maria Brito de Faria no Projeto de Pesquisa Interinstitucional Rede Dialógica de Formação Continuada: Avaliação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), sob a coordenação da Profa. Dra. Elaine Constant Pereira de Souza, da Universidade Federal

do Rio de Janeiro, que também envolve 13 Universidades Públicas do País. Além disso, o PROLING possui ações voltadas para o desenvolvimento de projetos conjuntos com secretarias de educação, núcleos de educação e prefeituras para formação de recursos humanos, conforme já mencionado.

çada para a coleta e tratamento dos dados linguísticos, a exemplo de softwares de construção de experimentos comportamentais (FaceReader, Pyschopy, PsyScope), de equipamentos de coleta de dados neurofisiológicos (Eye-Tracker, Eletroencefalograma); de transcrição de dados (ELAN, PRAAT) e análise estatística.

DESTAQUES DA PESQUISA NO PROLING

O Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB goza de excelente reputação quanto ao corpo docente e ao histórico de pesquisas sobre os diversos fenômenos linguísticos, tanto da descrição de línguas naturais, quando na interface que faz com outras áreas do conhecimento que procuram explicar questões de linguagem. Neste sentido, através dos laboratórios de pesquisa vinculados, o Programa vem capitaneando recursos, desenvolvendo pesquisas e formando investigadores especializados no estudo contemporâneo destes temas. Os destaques têm por finalidade publicizar algumas pesquisas já consolidadas no PROLING, mas não fazem jus ao conjunto de projetos com enorme potencial mantidos pelo Programa.

Os quatro laboratórios mencionados, por ordem de sua fundação, utilizam tecnologia avan-

**VALPB - Projeto Variação Linguística
no Estado da Paraíba (VALPB) – Fundação 1993**
Coordenador: Dermeval da Hora - <https://projetovalpb.com.br>

Com metodologias inovadoras e produção acadêmica de qualidade, o VALPB – Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB) iniciado em 1993, se propõe a pesquisar a realidade linguística da comunidade de João Pessoa, bem como de outras comunidades de fala, a fim de (a) traçar o perfil linguístico, em nível fonético-fonológico e gramatical, dos falantes de português brasileiro, observando fatores estruturais, sociais e estilísticos; (b) desenvolver estudos, visando a subsidiar o ensino de Língua Portuguesa em todos os níveis; (c) estabelecer comparações, em nível regional e nacional e internacional com estudos realizados, salientando as divergências dialetais e as semelhanças. A metodologia utilizada na constituição do corpus é a utilizada nos trabalhos de Sociolinguística Variacionista, Interacional e Educacional e, também, Linguística Funcional Clássica (LFC). O projeto tem estabelecido intercâmbio com pesquisadores de outras universidades brasileiras, a exemplo da UFBA, UFRJ, UFPE, UFRN, UFF, UFC, PUC-RS, USP, Unicamp, e também de universidades internacionais, entre elas: Universidade Livre de Amsterdam, The City University of New York, Universidade de Tübingen-Alemanha e Universidade de Lisboa e o Inst. Politécnico de Lisboa.

LAFE - LABORATÓRIO DE AQUISIÇÃO DA FALA E DA ESCRITA – FUNDAÇÃO 2003
Coordenadora: Marianne Cavalcante

O LAFE - Laboratório de Aquisição da Fala e da Escrita realiza pesquisas inovadoras sobre o desenvolvimento da linguagem infantil. Suas instalações permitem que se realizem procedimentos de observação, coleta e análise de dados em um ambiente seguro e confortável para as crianças, pais/mães, alunos e professores. O objetivo das pesquisas conduzidas no LAFE é o de compreender o processo de desenvolvimento linguístico de crianças levando-se em conta aspectos biopsicossociais por meio da observação do processo interacional entre criança, adulto e ambiente, em condições padrão e não-padrão (patológicas). Parcerias nacionais e internacionais também têm sido fomentadas via atividades do laboratório, dentre as quais se destacam as firmadas com Universidade de Púnguê (MZ), Universidade Paris VII (FR), Universidade da Madeira (PT) e nacionais com UNESP/Araraquara; UNIFESP, UESB, UEPB, UFRN, UNICAP, dentre outras.

LAPROL - LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO LINGÜÍSTICO – FUNDAÇÃO 2008
Coordenador: Márcio Martins Leitão - <https://www.cchla.ufpb.br/laprol/>

O LAPROL - Laboratório de Processamento Linguístico tem colaboradores de outras instituições (UFRJ, UFJF, Universidade de Concórdia - Canadá, Universidade do Minho, Portugal, Universidade de Nice e University of Massachusetts) e mantém convênio com as Universidades do Minho, de Lisboa e do Porto, em Portugal. O LAPROL tem como objetivo pesquisar a linguagem humana na perspectiva da Psicolinguística Experimental, investigando os processos mentais relacionados à compreensão e à produção de linguagem. Além disso, pretende-se investigar fenômenos linguísticos relacionados ao processamento por sujeitos portadores de transtornos ou distúrbios de linguagem, como dislexia, TDAH etc., bem como por sujeitos bilíngues.

LACON - O Laboratório de Compreensão Neurocognitiva da Linguagem – Fundação 2009
Coordenador: Jan Edson Rodrigues Leite - <https://www.cchla.ufpb.br/lacon/>

O LACON - O Laboratório de Compreensão Neurocognitiva da Linguagem foi fundado em 2009 e reúne pesquisas de cunho teórico, experimental e aplicado que investigam os processos de compreensão e significação da linguagem humana à luz dos pressupostos teórico-metodológicos das Ciências Cognitivas, das Neurociências e da Linguística e que procuram explicar o funcionamento linguístico-cognitivo do processamento semântico por falantes com ou sem patologias de linguagem ou de memória. Atualmente mantém parcerias e colaboradores de diversas instituições nacionais (UFPE, UNICAP, UFMG, UNISC, IFTO, IFAP) e internacionais (University of Louisiana at Lafayette, Harvard University, Case Reserve University, Universidade Católica Portuguesa).

Bolsistas de Produtividade CNPq em atividade no PROLING

Bolsista	Categoria Docente	Nível da Bolsa PQ
Amanda Batista Braga	Permanente	C
Dermeval da Hora Oliveira	Visitante	1B
Francisco Eduardo Vieira	Permanente	C
Gustavo Lopez Estivalet	Permanente	2
Jan Edson Rodrigues Leite	Permanente	C
José Ferrari Neto	Permanente	C
Leonardo Wanderley Lopes	Colaborador	C
Márcio Martins Leitão	Permanente	1D
Marianne C. B. Cavalcante	Permanente	1C
Regina Celi Mendes Pereira	Permanente	1D

CONCLUSÃO

Desde a sua fundação, o PROLING tem sido reconhecido por sua excelência acadêmica. O programa recebeu conceito 4 na avaliação da CAPES em seu ingresso em 2006. Posteriormente, obteve conceito 5 para o triênio 2010-2012 e, nas avaliações quadrienais de 2013-2016 e 2017-2020, alcançou o conceito 6. Este último conceito o tornou o único programa na área de avaliação 41 (Linguística e Literatura) na região nordeste a atingir essa classificação de excelência.

O PROLING se consolidou como um polo de excelência na pesquisa linguística, com forte atuação na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento de projetos de pesquisa inovadores e na promoção da inserção social e internacionalização. O sucesso do programa é evidenciado pelas altas notas nas avaliações da CAPES e pela atuação de seu corpo docente e de seus egressos em posições de destaque no cenário científico nacional e internacional. Desde o início de suas atividades, o PROLING tem atraído um número expressivo

de profissionais de diversas áreas do conhecimento, exatamente em razão de sua formação de excelência na pesquisa de fenômenos da linguagem que são de interesse não apenas de linguistas, gramáticos, professores de línguas, mas também de cientistas sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, juristas, entre outros.



Música na UFPB: trajetória, tradição e inovação cultural

Luceni Caetano Silva⁴³

43

Professora do Departamento de Música (CCTA). É Bacharel em
Música - Flauta transversal (UFPB) e Doutora em Letras (PPGL/
CCHLA/UFPB).

A música tem acompanhado a trajetória da Universidade Federal da Paraíba como uma das marcas mais expressivas de sua identidade cultural e acadêmica. Não apenas como arte, mas também como campo de formação, pesquisa e criação, ela firmou raízes e expandiu horizontes, delineando ao longo das décadas uma tradição vigorosa e em constante movimento. Essa trajetória, que se entrelaça com os sonhos de professores, estudantes, artistas e gestores, se projeta para além dos muros da instituição, ecoando nos palcos, escolas, comunidades e centros culturais da Paraíba. Contar essa história é percorrer um caminho de sons, ideias e afetos que moldaram, ao mesmo tempo, a Universidade e a paisagem musical do estado.

Para compreender como essa história se desenvolveu, é necessário recorrer a uma contextualização histórica, resgatando o desenvolvimento da música na Paraíba a partir das primeiras décadas do século XX, período em que também foi criado o Departamento de Música da UFPB.

Falar sobre música e educação musical na Paraíba, desde o início do século XX, exige mencionar a figura central de Gazzi Galvão de Sá, que foi a pessoa que construiu o alicerce de todo o movimento musical hoje existente na Paraíba.

“Destacamos Gazzi de Sá, paraibano, nascido em 13 de dezembro de 1901, em João Pessoa, como um filho musicalmente ilustre da nossa terra, em razão de ele ter lutado pela música e pela educação musical na Paraíba.” (Silva, 2006, p. 14). Gazzi de Sá destacou-se como pianista, educador musical, regente coral e promotor cultural.

No início da década de 1920, após concluir o curso colegial, Gazzi de Sá foi enviado por seu pai a Salvador para cursar Medicina. No entanto, sua verdadeira vocação era a música, em especial o estudo do piano e da teoria musical. Diante desse impasse, abandonou o curso de Medicina e seguiu para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao estudo de piano e teoria musical com grandes mestres da época. De volta a João Pessoa em 1923, tornou-se, em pouco tempo, professor de piano e, em 1925, apresentou a primeira audição de seus alunos. Em 1929, criou uma escola de música em sua própria residência: o Curso de Piano Soares de Sá, nome esse que unia o sobrenome da sua esposa, Ambrosina Soares, também professora de piano, teoria musical, coral e dança, ao seu próprio sobrenome, Sá (Silva, 2019, p. 20).

A amizade com Anthenor Navarro, companheiro de infância e entusiasta das artes, principalmente da música, foi decisiva para a

institucionalização da escola. Após assumir o cargo de interventor da Paraíba, após a Revolução de 1930, Anthenor Navarro incentivou Gazzi de Sá a renomear sua escola como Escola de Música e cedeu-lhe uma casa de propriedade do estado da Paraíba para o seu funcionamento. No ano seguinte, Anthenor Navarro planejou a construção de uma sede própria, mas faleceu num acidente aéreo em viagem de trabalho em 1932. Em sua homenagem, a escola passou a chamar-se Escola de Música Anthenor Navarro (EMAN). A partir da EMAN, iniciaram-se diversas atividades que alicerçaram o movimento musical paraibano. Fundada por Gazzi de Sá e Ambrosina, ela permanece ativa até os dias atuais, com 94 anos de existência em 2025, sediada na Fundação Es-

paço Cultural da Paraíba, em João Pessoa, como referência no ensino musical (Silva, 2019, p. 21).

Desde a criação da Escola, Gazzi de Sá também se destacou como promotor cultural. Organizava festivais com seus alunos e eventos maiores por meio da Sociedade Musical, criada por ele em 1930 com apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Graças a essa iniciativa, músicos nacionais e internacionais passaram a se apresentar no Cine Teatro Rex. Ele trazia o que havia de melhor no Brasil e no mundo. Um marco notável foi a apresentação, em 1936, da soprano Bidu Sayão (1902-1999) nesse teatro, que ficou completamente lotado, um sinal do hábito musical que Gazzi de Sá havia cultivado na cidade (Silva, 2013, p. 142- 146; 2019, p. 21).

**Gazzi de Sá. Pianista, educador musical
e produtor musical da Paraíba**



Paralelamente, envolveu-se com o grande projeto do ensino do Canto Orfeônico nas escolas, idealizado por Heitor Villa-Lobos (1887-1959), cuja implantação ocorreu inicialmente no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1931, e institucionalizado em âmbito nacional, para escolas primárias e secundárias, a partir de 1934, por decretos do presidente Getúlio Vargas (1887-1959). Gazzi de Sá, que mantinha contato direto com Villa-Lobos, tornou-se o responsável por implantar o projeto na Paraíba, onde foi oficialmente instituído em 26 de abril de 1932. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, foi criado o Serviço de Música e Canto Orfeônico, que foi renomeado em 1933 como Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA). A SEMA era o órgão responsável pela supervisão, orientação e programação dadas aos professores em relação ao ensino de música nas escolas, tendo como superintendente Villa-Lobos (Silva, 2006, p. 69).

Em 1935, a Paraíba fundou sua própria Superintendência de Educação Artística (SEA), com as mesmas funções da SEMA, tendo Gazzi de Sá como superintendente, que, pessoalmente, fazia concentrações orfeônicas das escolas na Praça João Pessoa (Silva, 2006, p. 70-71).

Em 1936, Gazzi de Sá criou o Coral Villa-Lobos, de alto nível artístico, marcando a consolidação do canto coral na Paraíba (Silva, 2006, p. 102). O legado permanece vivo: o Festival Paraibano de Coros (FEPAC), coordenado pelo maestro Eduardo Nóbrega, regente do Coral Universitário Gazzi de Sá, da UFPB, tem sido realizado anualmente há 23 anos.

A criação da Orquestra Sinfônica da Paraíba, em 1945, inaugurou uma nova fase musical no estado. Em 1947, Gazzi de Sá transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro a convite de Villa-Lobos, para lecionar no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. No Rio, aperfeiçoou o seu método de musicalização, que foi amplamente reconhecido e adotado em outras regiões do país (Silva, 2013).

Com a partida de Gazzi de Sá para o Rio de Janeiro, a sua discípula Luzia Simões Bartolini (1911-1978) assumiu todas as atividades dele na Paraíba, entre as quais a regência das concentrações orfeônicas, a direção da EMAN, a direção da nova Sociedade Amigos da Música, que continuava a trazer músicos para apresentação na Paraíba, e a direção do Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba, criado em 1952 com apoio de Gazzi de Sá. Nesse mesmo ano, a EMAN, que, desde a sua criação, se

mantinha como uma escola particular, foi oficializada como escola estadual. Com isso, passou a se chamar Escola Estadual de Música Anthenor Navarro, adotando a nova sigla EEMAN. Nesse período, era o único conservatório orfeônico da Região Norte-Nordeste — outros existiam apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Regentes de corais e professores de instrumentos atuantes ainda hoje na Paraíba e em outras regiões carregam o legado de mestres que deixaram marcas profundas na formação musical do estado. Muitos foram discípulos de Luzia Simões, Pedro Santos e Gerardo Parente, antigos e conceituados professores do Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba. Outros seguiram os passos de Maurício Gurgel, Maria das Mercês Gambarra, Isabel Burity, Terezinha Avellar de Aquino e Irenita Bronzeado Cavalcante, entre tantos outros que, igualmente formados nesse Conservatório, deram continuidade à tradição pedagógica desses três grandes mestres. Curiosamente, de todos os nomes citados, apenas Luzia Simões e Maurício Gurgel não se tornaram professores da UFPB. Mas isso em nada apagou o vigor de suas raízes, pois ambos seguem presentes no tronco genealógico da nossa árvore genealógica musical.

DEPARTAMENTO CULTURAL DA UFPB – SETOR DE ARTES

Em 1963, o reitor Mário Moacyr Porto (1912-1997) criou, na UFPB, o Setor de Artes, com o objetivo de oferecer cursos livres de Música, Artes Plásticas e Teatro, além de promover espetáculos, concertos e exposições para a comunidade. Vinculado ao Departamento Cultural da UFPB, o Setor não tinha, à época, caráter curricular, eram cursos livres (Kaplan, 1999, p. 87).

Com o golpe militar de 1964, um dos primeiros a ser destituído foi o próprio reitor, Mário Moacyr Porto. Em seu lugar, assumiu o professor, médico e militar Guilardo Martins Alves (1919-2014), pertencente aos quadros do Exército Brasileiro. Para a função de diretor do Departamento Cultural, foi nomeado José Rafael de Menezes (1924-2009) e, para a de diretor do Setor de Artes, o professor Hildebrando Assis (1920-2003).

Na área de música, o violinista Rino Visani, então coordenador, foi aconselhado a retornar à Itália, seu país de origem, por razões políticas, em outubro de 1964. Ele acatou a sugestão e foi substituído pelo pianista e professor José Alberto Kaplan (1935-2009), que passou a supervisionar os cursos de música, os trabalhos do Quarteto de Cordas e as temporadas de concertos

e recitais patrocinados pela UFPB (Kaplan, 1999, p. 97).

Além de coordenador, Rino Visani era professor de instrumentos de cordas e atuava como primeiro-violino do Quarteto de Cordas da UFPB. Com sua saída, foi substituído por Cussy de Almeida (1936-2010), recém-chegado da Europa, resultado dos primeiros esforços de José Alberto Kaplan à frente da coordenação. O Quarteto era então composto por: Cussy de Almeida, primeiro-violino; Arlindo Teixeira, segundo-violino; Emílio Sobel (1913-1974), viola; e Piero Severi (1921-1969), violoncelo. As apresentações aconteciam inicialmente no Teatro Santa Rosa. Posteriormente, com a inauguração do novo prédio da reitoria da UFPB — localizado próximo à Lagoa Solon de Lucena e hoje ocupado por um setor do INSS —, os concertos passaram a ser realizados no auditório da nova sede (Kaplan, 1999, p. 83). O próprio Kaplan, no livro autobiográfico que publicou, relata as suas atividades como gestor:

Durante o exercício de minha função, que se prolongou até 1970, procurei fazer com que as temporadas patrocinadas pela UFPB, através do seu Setor de Música, fossem do mais alto gabarito e bem diversificadas. Conseguimos trazer, para se apresentar em João Pessoa, intérpretes que se destacavam no cenário

nacional e no estrangeiro, como Jacques Klein (piano), Nelson Freire (piano), Paulo Bosisio (violino), Linda Maria Bustani (piano), o checo Jiri Hubischka (piano), o argentino Aldo Antognazzi (piano), Tamba Trio (com Luizinho Eça), Eduardo Hazan (piano), Ivete Madaleno (piano), o duo formado por Antônio Menezes (violoncelo) e Hermano Assis (piano), Salomão Rabinovitz (violino), Fernando Lopes (piano), Moysés Mandel (violino) e Francisco Mignone. (Kaplan, 1999, p. 98).

Para essas apresentações, além desses grandes nomes, eram prestigiados os bons intérpretes de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e os músicos locais que integravam o corpo docente do Setor de Música da UFPB, como Germana Vidal, Gerardo Parente, Juarez Johnson, Wascyli Simões, Carmela Mattoso e o próprio Kaplan. Pode-se dizer que, com esses nomes, se delineava o embrião do futuro Departamento de Música, já que todos vieram a compor o quadro docente fundador da nova unidade acadêmica.

Com o sucesso dos cursos de piano e instrumentos de cordas, em 1965 foram contratados dois professores para as disciplinas de instrumentos de sopro: o oboísta Wascyli Simões, responsável pelas madeiras (Flauta, Oboé e Clarinete) e Mavíael Celestino, encarregado dos metais (Trompete, Trompa e Trombone). Ambos contribuíram significativa-

mente para o desenvolvimento musical na instituição por vários anos (Kaplan, 1999, p. 117).

O Coral Universitário também integrava o Setor de Artes. Criado em 1963, foi extinto no ano seguinte, em virtude das mudanças impostas pelo regime militar. No entanto, em 1966, foi reativado sob a regência de Arlindo Teixeira. Em pouco tempo, o Coral alcançou reconhecimento nacional, conquistando o primeiro lugar no Concurso Nacional de Coros Universitários, realizado no Rio de Janeiro. Apresentou-se em diversos estados brasileiros e, em 1973, representou o Brasil no Festival Internacional de Coros Universitários, nas cidades do Porto, de Coimbra e de Lisboa, em Portugal. No ano seguinte, participou do Festival - Internacional de Coros, realizado no *Lincoln Center*, em Nova Iorque. (*Ibidem*, p. 117-118).

DEPARTAMENTO DE MÚSICA DA UFPB

As atividades voltadas ao ensino de instrumentos e à realização de concertos musicais, iniciadas ainda nos primeiros esforços de Gazzi de Sá, mantiveram-se vivas em João Pessoa por meio de seus discípulos, jamais interrompidas. Parecia faltar apenas a criação de um curso superior de música em

âmbito federal — e assim aconteceu. Todo esse percurso culminou com a criação do Departamento de Música da UFPB e do Curso de Bacharelado em Música, por meio da Resolução n.º 261/78, do Conselho Universitário (CONSUNI), datada de 20 de novembro de 1978. A primeira turma teve início em 1979, após o resultado do vestibular ocorrido no final do ano anterior. O curso foi posteriormente reconhecido pela Portaria Ministerial n.º 188, de 30 de abril de 1984.

A primeira chefia do Departamento de Música (DEMUS) foi exercida pela professora e pianista Ana Lúcia Altino, enquanto a coordenação do Curso de Música coube ao pianista e professor José Alberto Kaplan.

A criação do Departamento foi viabilizada graças ao empenho do então reitor, professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1932-2011). Contou-se, inicialmente, com os professores que já atuavam no Setor de Música, nos cursos livres da UFPB, além de docentes oriundos da própria cidade, formados pelo Conservatório de Canto Orfeônico e pela Escola de Música Anthenor Navarro, instituições essas vinculadas ao Instituto Superior de Educação Musical. A esses somaram-se professores estrangeiros, com excelente nível técnico, majoritariamente chilenos e argentinos, além

de franceses, alemães e outros que aqui estiveram por períodos mais breves. Esses profissionais formaram naipes completos de orquestra — metais (trompete, trompa, trombone e tuba), madeiras (flauta, oboé, clarinete e fagote), cordas (violino, viola, violoncelo e contrabaixo), além de percussão —, garantindo, já em seu início, um quadro completo de instrumentos orquestrais, ao qual se acrescentaram piano e violão.

Concomitantemente, todos esses instrumentos passaram a ser ofertados também nos cursos de extensão, incluindo o canto, que inicialmente foi ministrado apenas nessa modalidade. Assim, o Bacharelado em Música teve início com foco exclusivo nas práticas interpretativas (Silva, 2019, p. 27-28).

O potencial do Departamento de Música logo foi reconhecido, fato esse que levou o então governador do estado, Tarcísio de Miranda Burity (1938-2003), a propor ao reitor Lynaldo Cavalcanti a celebração de um convênio entre a UFPB e a Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB). No início da década de 1980, a OSPB passava por um processo de reestruturação com a vinda de músicos experientes do exterior para formar uma orquestra de excelência. Com o acordo firmado, os professores do Departamento passaram a integrar os naipes da

Orquestra Sinfônica da Paraíba (Silva, 2019, p. 28).

Desde então, o Departamento consolidou-se como referência nacional no campo das práticas interpretativas. Jovens instrumentistas de todo o Brasil, e também do exterior, têm buscado a formação acadêmico-musical ofertada pelo DEMUS. A partir de 2009, novas habilitações foram incorporadas ao Curso de Música: Práticas Interpretativas (Instrumento/Canto), Regência e Composição. Ao longo do tempo, também foram acrescentados o Canto e, entre os instrumentos, o saxofone e a harpa (*Ibid.*, p. 29).

Em 2004, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM) da UFPB, com curso de mestrado nas áreas de *Performance*, Educação Musical, Musicologia, Etnomusicologia e Composição. A partir de 2013, o Programa passou a oferecer também o curso de doutorado, consolidando-se como uma pós-graduação de referência nacional e internacional. Entretanto, o fato de o Programa não contemplar todas as especialidades instrumentais no campo da *Performance* faz com que muitos dos egressos da graduação em Música, reconhecida por sua excelência, sejam aceitos para prosseguir sua formação em prestigiadas instituições do Brasil e do exterior, como, por exemplo,

dos Estados Unidos, do Canadá e da Alemanha (Silva, 2019, p. 32).

Como parte dessa formação, as práticas interpretativas se desenvolvem em diversos grupos camerísticos e orquestrais vinculados ao DEMUS. Durante muitos anos, estiveram em atividade até dezessete grupos distintos. Alguns permanecem em atuação, outros foram descontinuados, e novos surgiram com o tempo. Entre os mais antigos, destacam-se: a Banda Sinfônica José Siqueira, o Quinteto Brassil e a Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil

da UFPB — atualmente denominada Orquestra Sinfônica Jovem da UFPB. Mais recentemente, surgiram a Big Band Rubação Jazz, o Grupo de Metais Nordeste, o Iamaká (grupo dedicado à música renascentista e à música contemporânea), o EuTuPB (grupo de eufônios e tubas), entre outros, todos registrados como projetos de extensão. Desde a sua criação, o Departamento oferece cursos de extensão, os quais, a partir de 2019, passaram a integrar o Programa de Extensão do Departamento de Música.

Orquestra Sinfônica Jovem da UFPB, sob a regência do Maestro Geraldo Dias da Rocha, na Sala Radegundis Feitosa, em 2013



Em 2009, estando na chefia departamental o professor Carlos Anísio e na Coordenação de Curso o professor Geraldo Rocha, foram criados os cursos sequenciais em Música Popular e em Regência de

Bandas e Fanfarras, com duração de dois anos. Voltados para músicos atuantes como intérpretes populares ou regentes de bandas que nunca haviam estudado formalmente, esses cursos proporcionaram acesso

à teoria musical em contexto acadêmico. Embora tenham sido encerrados, encontram-se atualmente em processo de reformulação para se transformarem em um curso de Bacharelado em Música Brasileira Popular.

Com a implantação do curso de Música Popular, ampliou-se a oferta instrumental: passaram a ser incluídos guitarra elétrica, baixo elétrico, acordeom, violão popular, saxofone popular, teclado e canto popular. Tal diversidade torna o DEMUS, possivelmente, o departamento mais completo do país em número de instrumentos ofertados, abrangendo tanto os da tradição orquestral quanto os da música popular.

O DEMUS tem formado músicos altamente qualificados, muitos dos quais foram premiados em concursos de interpretação e também selecionados para integrarem orquestras do Brasil e do exterior, ou aprovados em concursos para docentes de instituições federais. Outros atuam nas bandas do Exército, da Marinha, da Polícia Militar da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O Curso de Bacharelado em Música da UFPB é um curso de excelência, com conceito máximo (nota 5) na avaliação do MEC, obtido ao final de 2024. Com sólida base artística, científica e tecnológica, alia tradição e inovação, preparando

profissionais para atuar com excelência nas áreas de Práticas Interpretativas, Composição e Regência. As tecnologias digitais e ferramentas de criação e análise musical integram o percurso formativo, capacitando os egressos a explorarem novas possibilidades sonoras e artísticas no cenário contemporâneo e atuar nos mais diversos contextos (CCTA, 2025).

Alunos da área de Práticas Interpretativas da UFPB têm sido laureados nos principais concursos do país. O DEMUS também mantém presença constante nos corpos docente e discente dos mais relevantes festivais e encontros nacionais e internacionais, como o Festival de Inverno de Campos do Jordão, o *Eastern Music Festival* (Carolina do Norte, EUA) e o *Tanglewood Music Festival* (Massachusetts, EUA), entre outros (UFPB, 2025d).

O reconhecimento das profícuas atividades do Departamento de Música da UFPB transcende fronteiras. A Sala de Concertos Radekundis Feitosa se consolidou como espaço permanente de apresentações musicais e de encontros nacionais e internacionais, com destaque para os Encontros de clarinete, trompete, trombone, tuba, eufônio e viola, além do Festival Internacional de Música de Câmara PPG-M-UFPB, que, neste ano de 2025, celebrou sua oitava edição. Esses

eventos contam com a presença de renomados instrumentistas locais, nacionais e internacionais, proporcionando à cidade de João Pessoa concertos gratuitos de alta qualidade e formando plateias cada vez mais numerosas e exigentes.

Músicos convidados estrangeiros frequentemente se surpreendem com o vigor do movimento musical paraibano e elogiam o alto nível artístico da UFPB. Desde a década de 1940, com o trabalho pioneiro de Gazzzi de Sá, a Paraíba tornou-se reconhecida como centro musical de excelência no Brasil, e continua a surpreender quem chega.

É justo, portanto, reconhecer a solidez e a continuidade do trabalho que tem sido desenvolvido e consolidado na Paraíba e, em especial, no Departamento de Música da UFPB, que há 46 anos cultiva, com excelência, uma tradição de formação musical que ecoa além-fronteiras.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MUSICAL

O Departamento de Educação Musical (DEM) foi criado pela Resolução n.º 12/2004, do CONSUNI, contemplando o Curso de Licenciatura em Música da UFPB, instituído em 2005, conforme a Resolução n.º 17/2005, do CONSEPE.

Seu Projeto Político-Pedagógico foi aprovado no mesmo ano pela Resolução n.º 35/2005. A primeira turma ingressou no primeiro período letivo de 2006.

Considerando o vasto campo da Educação Musical, que abrange desde os processos iniciais de musicalização até práticas complexas de domínio instrumental e composicional, pode-se afirmar que a formação do professor de música figura hoje como um dos nossos maiores desafios. Sob essa perspectiva, torna-se evidente que a capacitação do licenciado em música, ou seja, do profissional apto a exercer a docência na área, exige uma preparação ampla e integrada, na qual os conteúdos musicais se entrelacem com competências pedagógicas fundamentais para sua atuação.

O egresso do Curso de Licenciatura em Música da UFPB será, essencialmente, um professor de música, habilitado a atuar em escolas de educação básica, em instituições especializadas, em contextos de ensino não formal e em múltiplas outras frentes da prática pedagógica musical. Esse profissional terá formação intelectual e cultural sólida, pensamento crítico e competente em sua área de atuação, com capacidade criativa, reflexiva e transformadora nas ações culturais e musicais do mundo contemporâneo. Além da docência, o licenciado

em música poderá atuar como músico, pesquisador, agente cultural ou em outras funções específicas do campo musical.

O campo de atuação desse profissional abrange escolas públicas e privadas de educação básica, escolas especializadas no ensino de música, organizações não governamentais (ONGs), associações comunitárias, igrejas, produtoras culturais, emissoras de rádio e televisão, espaços não formais de ensino da música, bem como empresas e demais instituições que ofereçam projetos de Educação Musical e outras atividades musicais. Musicalização, ensino de instrumentos, formação de corais e de grupos instrumentais, e mesmo práticas interdisciplinares como a musicoterapia, compõem esse horizonte múltiplo. O curso proporciona ao seu egresso uma formação abrangente, que o prepara para contribuir, de forma efetiva e plural, com o fazer musical na sociedade.

São oferecidas, na área de Práticas Interpretativas, subáreas de Canto e de Instrumento (clarinete, contrabaixo, fagote, flauta transversal, harpa, oboé, percussão, piano, saxofone, trombone, trompa, trompete, tuba, viola, violino, violoncelo, flauta doce, cavaquinho, viola caipira, violão, cravo, entre outros que venham a ser incorporados) (UFPB, 2005a, 2025b, 2025e). No

âmbito da parceria estabelecida com o Departamento de Música, cabe a esta unidade acadêmica a responsabilidade de ministrar a maioria das disciplinas de práticas instrumentais, bem como a totalidade das disciplinas de teoria musical.

Em 2024, o Departamento de Educação Musical passou a ofertar uma nova habilitação dentro do Curso de Licenciatura, denominada Música Brasileira Popular, cuja primeira turma ingressou no segundo semestre desse ano.

NOVO PRÉDIO DE MÚSICA NO CAMPUS I DA UFPB

No dia 14 de outubro de 2024, foi entregue o novo prédio de Música no *campus* I da UFPB pelo reitor Valdiney Gouveia, no final de sua gestão. A cerimônia foi realizada nas dependências do próprio prédio, com a presença da vice-reitora, Liana Filgueira, do diretor do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), Ulisses Carvalho da Silva, da vice-diretora do CCTA, Fabiana Cardoso de Siqueira, da vice-chefe do DEMUS, Harue Tanaka, do chefe do DEM, Francisco de Assis Santana Mestrinel, e do professor Carlos Anísio (DEMUS), que fez um pronunciamento por ocasião da aposição da placa inaugural.

O novo espaço, destinado aos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Música, conta com mais de dois mil metros quadrados de área construída, incluindo o prédio novo de dois pavimentos (térreo e primeiro andar) e o prédio antigo, de pavimento térreo. Sua estrutura abriga um anfiteatro, um auditório moderno, estúdio de gravação, além de ambientes administrativos e acadêmicos destinados para secretaria e chefias departamentais (DEM e DEMUS), Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Música, Coordenação de Extensão, Atendimento ao Discente e Copa para os servidores técnico-administrativos.

O prédio inclui ainda quatro salas de ensaio, o Auditório Gerardo Parente, cabines para aulas de instrumento/canto e para estudo individual, laboratórios, salas de aula coletivas e individuais, biblioteca, sala de depósito de material de limpeza, espaços para os Centros Acadêmicos (representação estudantil), sala de percussão com três cabines de estudo nas laterais, sala de bateria, ambiente de convivência docente, sala de leitura, sala multimídia com *chip* de internet e sanitários em todos os pavimentos.

Embora o novo prédio ainda não esteja ocupado, pois aguarda a chegada completa dos móveis e equipamentos previstos para o seu adequado funcionamento, a edifi-

cação representa um marco na história da música da UFPA, suprimindo antigas carências e impulsionando significativamente o crescente desenvolvimento da música na Instituição e no estado da Paraíba.

LABORATÓRIO DE MÚSICA APLICADA

O Laboratório de Música Aplicada (LAMUSI), vinculado ao CCTA, foi inaugurado no final de 2012 e teve sua criação oficializada no ano seguinte, por meio da Portaria Interna N.º 001/CCTA/DC, de 31 de janeiro de 2013 (UFPA, 2025c).

Sua sede abriga a Sala de Concertos Radegundis Feitosa, onde se encontra também a Orquestra Sinfônica da Universidade Federal da Paraíba (OSUFPA), que é composta por um naipe fixo de cordas e dois sopros (um clarinete e uma trompa), totalizando 21 músicos contratados pela Universidade para integrarem o quadro permanente da Orquestra. Os demais naites (madeiras, metais e percussão) são completados com a colaboração de professores do Departamento de Música e de estudantes dos cursos de graduação em Música, proporcionando rica experiência prática de orquestra aos alunos de instrumento, assim como às áreas de regência e composição (Silva, 2019, p. 29).

O LAMUSI, entre outros laboratórios existentes nos Departamentos de Música e de Educação Musical, consolida-se como um dos principais centros de fomento cultural de João Pessoa, oferecendo à comunidade acadêmica e à sociedade uma intensa programação artística. Sua agenda é fruto da produ-

ção dos Departamentos de Música e de Educação Musical, do Programa de Pós-Graduação em Música, dos grupos e projetos de extensão e da produção a partir de formações instrumentais diversas, do erudito ao popular, consolidando-o como espaço vivo de experimentação, criação e difusão musical (UFPB, 2025c).

Novo Prédio de Música em 2025 (à direita) e Sala de Concertos Radegundis Feitosa (à esquerda)



OSUFPB - Concerto em 2013 sob regência do Maestro Arakaki, na Sala de Concertos Radegundis Feitosa



Quinteto de professores do Departamento de Musica - 1979



Quarteto de Cordas da UFPB - Setor de Artes - 1963



REFERÊNCIAS

KAPLAN, José Alberto. **Caso me esqueça(m)**: memórias musicais (1935-1982). João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura; Quebra-Quilo, 1999. (Coleção Páginas Paraibanas).

SILVA, Luceni Caetano da. **Gazzi de Sá compondo o prelúdio da educação musical da Paraíba**: uma história musical da Paraíba nas décadas de 30 a 50. 2006. 292 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SILVA, Luceni Caetano da. **Gazzi de Sá e o Prelúdio da Educação Musical na Paraíba** (1930-1950). 2. ed. rev. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

SILVA, Luceni Caetano da. **Gerardo Parente**: uma memória musical. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2019.

Gastronomia: desafios e consolidação de um curso de excelência

Ingrid Conceição Dantas Gonçalves⁴⁴

Estefânia Fernandes Garcia⁴⁵

Vanessa Pedro da Silva⁴⁶

Noádia Priscila Araújo Rodrigues⁴⁷

44 Professora do Departamento de Gastronomia (DGA/UFPB). Doutora em Nutrição (UFPE)

45 Professora do Departamento de Gastronomia (DGA/UFPB). Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFPB)

46 Técnica do Laboratório de Gastronomia (DGA/UFPB). Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFPB)

47 Professora do Departamento de Gastronomia (DGA/UFPB). Doutora em Ciências da Nutrição (UFPB)

A história do curso de Gastronomia está intrinsecamente relacionada ao processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do estabelecimento do Campus IV, localizado nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, no Litoral Norte do estado. Esse campus foi concebido como parte do projeto de expansão da UFPB, pautado pelo Decreto de Interiorização da Educação Superior (BRASIL, 2007).

Criado pela Resolução nº 63/2012 do CONSEPE, Gastronomia foi oficialmente criado para funcionar no Campus IV, mais precisamente na cidade de Mamanguape, onde já se encontrava em atividade o curso de Hotelaria. A proposta de criação do curso teve como base a demanda por profissionais qualificados para atuar no setor gastronômico, impulsionada pelo crescimento do turismo no estado.

A comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB, 2010) formulou uma proposta voltada à formação de profissionais capacitados a conhecerem e valorizarem a cultura gastronômica, bem como aptos a gerenciar, operacionalizar e aplicar técnicas culinárias com foco em inovação, pesquisa, extensão e segurança alimentar.

Apesar da aprovação formal, o curso enfrentou diversos desafios até a efetivação de seu funcionamento. A primeira turma foi selecionada por meio do último Processo Seletivo Seriado da UFPB, realizado em 2012, antes da adesão da universidade ao ENEM/SISU em 2013. A previsão inicial era de que as aulas tivessem início em outubro de 2013, condicionadas à autorização do Ministério da Educação (MEC), exigida a partir de 2006 para cursos fora da sede (BRASIL, 2006).

Devido à inexistência de laboratórios adequados e ao quantitativo limitado de estabelecimentos gastronômicos na cidade de Mamanguape, iniciou-se o processo de transferência do curso de Gastronomia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) em Mamanguape, para o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), em João Pessoa, onde já funcionava o curso de Tecnologia de Alimentos e havia possibilidade de compartilhamento de infraestrutura entre os cursos.

A transferência envolveu também o curso de Hotelaria, que tinha dificuldades de funcionamento semelhantes (pouca infraestrutura e limitados estabelecimentos hoteleiros para estágios) representou um desafio adicional, uma vez que este curso já possuía turmas em andamento, compostas por estudantes

do Litoral Norte. A solução encontrada foi manter as turmas antigas de Hotelaria em Mamanguape até a conclusão de seus cursos, enquanto as novas turmas passariam a funcionar em João Pessoa.

Em abril de 2013, o Conselho do CTDR aprovou o recebimento do curso de Gastronomia, e, em maio do mesmo ano, o Conselho Universitário autorizou a transferência do então Departamento de Hotelaria e Gastronomia (DHG) para João Pessoa. Esse foi um feito inédito no país. Na época, foram feitas consultas ao MEC para nortear a transferência e não havia registro de que já se tivesse feito transferência de cursos entre cidades no Brasil. A partir dessa transferência, iniciou-se o processo de desmembramento entre os cursos de Gastronomia e Hotelaria, culminando com a alocação do curso de Hotelaria no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) dada sua afinidade com o curso de Turismo e a permanência do curso de Gastronomia no CTDR, dada sua afinidade com o curso de Tecnologia de Alimentos.

A divisão do DHG resultou na redistribuição do corpo docente. Os professores vinculados às disciplinas de Alimentos e Bebidas optaram por permanecer no curso de Gastronomia, contribuindo para a formação de um novo departamento, enquanto os turismólogos e ho-

teleiros optaram por ficarem junto do curso de Hotelaria. Para resolver a questão, o recém-criado Departamento de Gastronomia (DGA) continuaria ofertando as disciplinas de Alimentos e Bebidas para o curso de Hotelaria.

O DGA iniciou suas atividades com sete docentes – quatro oriundos do curso de Hotelaria e três recém-contratados para o curso de Gastronomia – além de um servidor técnico-administrativo. Essa equipe foi responsável pela organização da documentação necessária e pelo recebimento da comissão do MEC para autorização do curso em julho de 2013.

O DESENVOLVIMENTO

Devido à ausência de uma infraestrutura adequada, já que não dispunha de nenhum Laboratório de prática profissional (cozinhas pedagógicas) o curso foi autorizado com conceito 3. Para suprir essa carência, no início das atividades, firmou-se uma parceria com o Departamento de Nutrição (DN) para utilização do Laboratório de Técnica Dietética.

As dificuldades de infraestrutura persistiram, agravadas pela crise econômica que culminou na paralisação das obras no país em 2015. Com a suspensão das obras

a autorização para outras construções também foram suspensas. Com o avançar das turmas e aumento do número de disciplinas práticas, o Laboratório do curso de Nutrição não conseguia atender a demanda do curso. A solução encontrada foi adaptar o Laboratório de Processamento de Carnes do Departamento de Tecnologia de Alimentos que passou a atender o curso de gastronomia, mas com limitações de estrutura, equipamentos e utensílios adequados.

Em 2016, o curso recebeu novamente uma comissão de avaliação do MEC para reconhecimento e, como não existiram melhorias na infraestrutura do curso, o reconhecimento foi feito com conceito 3. Nos anos que se seguiram conseguiu-se melhorias apenas na dimensão 5 “corpo docente”, que havia crescido de 7 para 12 professores, com prioridade à contratação de profissionais formados em Gastronomia, considerando a importância da experiência prática na área.

Com a persistência da ausência de infraestrutura, em 2018, foi adaptada uma sala de aula no CTDR para funcionar como cozinha pedagógica. Em 2019, o curso iniciou suas atividades no primeiro laboratório adaptado, o Laboratório Gastronômico, viabilizado com o apoio voluntário de discentes, técnicos, docentes e direção do CTDR.

A iminência de uma nova visita do MEC em 2020 e a impossibilidade de construir novos espaços motivaram o pleito da direção do CTDR e direção do Centro de Informática pela cessão definitiva do prédio do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LIEPE), anteriormente sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PRG). Os espaços seriam usados como salas de aula e seriam adequados para funcionamento dos Laboratórios do curso de Gastronomia. Com a concretização da cessão do LIEPE pela PRG, uma comissão foi criada para acompanhar as adequações dos novos espaços, que foram equipados com instalações elétricas, hidráulicas e de gás.

Mesmo com a pandemia de COVID-19, a comissão atuou ativamente, e os seguintes laboratórios foram implementados:

- Laboratório de Cozinha Quente I
- Laboratório de Cozinha Quente II
- Laboratório de Panificação, Confeitaria e Bebidas
- Laboratório de Restaurante e Bar
- Laboratório de Cozinha Experimental que passou a funcionar no espaço do Laboratório Gastronômico.

A inauguração oficial ocorreu em 22 de outubro de 2020, por meio de uma cerimônia virtual com a presença da reitora, docentes, técnicos e representantes discentes (Figura 1).

Figura 1. Inauguração dos Laboratórios do Curso de Gastronomia em outubro de 2020.



Fonte: Arquivo dos autores (2020).

De pé, da esquerda para a direita: Poliana (técnica de laboratório), Prof. Juliano Pereira, Rosane Liége (técnica de laboratório *in memoriam*) Prof^ª. Ingrid Dantas, Prof^ª. Renata Ângela, Vanessa Pedro (Técnica de laboratório) e Natália (representante discente). Abaixados (da esquerda para direita) Prof^ª. Karinne, Prof^ª. Estefânia e Prof. Vítor Hugo.

As atividades presenciais foram retomadas definitivamente apenas em 2022, após o período de distanciamento social. Em 2023, o curso de Gastronomia celebrou seus 10 anos de existência com uma cerimônia comemorativa (Figura 2) onde foi rememorada toda a trajetória do curso e feitas homenagens a figuras que participaram no início do curso, incluindo a antiga reitora da UFPB, Dra. Margareth Diniz.

Figura 2. Solenidade dos 10 anos de funcionamento do Curso de Gastronomia



Fonte: Dados do autor

CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE GASTRONOMIA DA UFPB

No ano de 2024, o curso de Gastronomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) recebeu, mais uma vez, uma comissão avaliadora do Ministério da Educação (MEC) com vistas à renovação de seu reconhecimento. Diferentemente de avaliações anteriores, nesta ocasião o curso apresentava-se devidamente estruturado. Os laboratórios foram demonstrados em pleno funcionamento e, em 2023, após uma década de existência do curso, foi possível, pela primeira vez, realizar compras governamentais por meio de pregão, o que facilitou significativamente a aquisição de gêneros alimentícios para as aulas práticas.

Observou-se também uma notável ampliação e qualificação do corpo técnico e docente. Desde o início das atividades, quando contava com apenas sete docentes, o curso passou a contar com dezesseis profissionais. Inicialmente, predominavam os docentes com titulação de especialista e mestre; atualmente, há apenas um docente com título de mestre, enquanto os demais já são doutores ou estão em processo de doutoramento. O número de colaboradores técnicos também apresentou crescimento, refletindo um fortalecimento institucional do curso.

Como resultado dessas melhorias estruturais e acadêmicas, a avaliação realizada pelo MEC em 2024 elevou o conceito do curso de

3 para 5, tornando-o o segundo curso de bacharelado em Gastronomia mais bem avaliado do país, ao lado do curso da Universidade Federal do Ceará.

A relevância social do curso de Gastronomia é inegável para a sociedade paraibana e brasileira como um todo. Em um contexto de crescimento do setor turístico e da proliferação de estabelecimentos gastronômicos, a UFPB tem fornecido ao mercado profissionais altamente qualificados. Os egressos do curso atuam como chefs e sous-chefs em renomados restaurantes de João Pessoa, em diversas regiões do Brasil e no exterior. Muitos também empreendem no setor de alimentação, fundando e gerenciando restaurantes, ou exercem funções de gerência na área de Alimentos e Bebidas em grandes redes hoteleiras. Durante a graduação, a partir do segundo período, os discentes já estão aptos a iniciar estágios, contribuindo inclusive como auxiliares de cozinha. Além disso, os egressos colaboram com políticas públicas de segurança alimentar, inclusive no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A contribuição do curso vai além da formação técnica. Destaca-se também a sua atuação na formação de gastrônomos voltados para o exercício da docência. Diversos egressos já possuem títulos de

especialistas, mestres e doutores, atuando como docentes em instituições de ensino superior e técnico.

O reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por docentes, técnicos e discentes é evidente em âmbito nacional. As ações de pesquisa e extensão do curso são voltadas à resolução de problemas sociais relevantes e têm sido agraciadas com diversas premiações, tanto no âmbito interno da UFPB, como em nível nacional.

Em 2018, o curso recebeu do Ministério do Meio Ambiente uma premiação nacional e o selo de Boas Práticas no Combate ao Desperdício de Alimentos, na categoria Processamento. No ano seguinte, em 2019, foi contemplado com o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, na categoria Menção Honrosa – Academia, pelo projeto de aproveitamento sustentável da polpa do coco verde. Já em 2020, em meio à pandemia de COVID-19, o curso foi agraciado com o Prêmio Criativos, concedido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, em reconhecimento às ações de apoio aos agricultores familiares.

A aproximação da academia com a sociedade também é feita por meio da Semana Acadêmica, que foi implementada em 2023 e semestralmente promove oficinas, palestras, workshops e mesas redondas com profissionais do mercado gastronômico. Tudo o que acontece no curso

pode ser acompanhado na página oficial do curso na rede social Instagram (@gastronomiaufpb).

CONCLUSÃO

A história do curso de Gastronomia da UFPB representa um caso emblemático de superação institucional, marcado por desafios estruturais, reorganizações administrativas e persistência da comunidade acadêmica em consolidar uma formação de excelência. Desde sua criação, vinculada ao processo de interiorização do ensino superior federal, o curso percorreu um caminho complexo, que envolveu a realocação geográfica, adaptação de espaços físicos, reestruturação departamental e enfrentamento de limitações orçamentárias e de infraestrutura.

Mesmo diante desses obstáculos, o curso foi gradualmente se fortalecendo por meio de estratégias colaborativas e da mobilização de docentes, técnicos e discentes. A qualificação do corpo docente, a implementação de laboratórios específicos, o engajamento em ações de extensão e pesquisa e a resposta às demandas do setor gastronômico contribuíram diretamente para a elevação do conceito atribuído pelo MEC em sua mais recente avaliação, culminando na nota máxima

e no reconhecimento nacional da qualidade da formação ofertada.

A importância social do curso transcende a formação técnica de profissionais da Gastronomia, revelando um compromisso com o desenvolvimento regional, a segurança alimentar, a sustentabilidade e a inovação. Além de preparar profissionais para atuarem com excelência no mercado, o curso fomenta a produção de conhecimento, a formação de novos docentes e a articulação entre saber acadêmico e práticas sociais.

Assim, o Curso de Gastronomia da UFPB consolida-se como referência nacional, contribuindo ativamente para a valorização da cultura alimentar brasileira, a qualificação do setor produtivo e o fortalecimento da universidade pública como agente de transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, no79, p.96, 25 de abril, 2007. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 89, p. 6, 10 maio 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 63/2012, de 17 de dezembro de 2012. Cria o Curso de Graduação em Gastronomia, Bacharelado, no Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, Campus IV. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: https://www.ccae.ufpb.br/bsctdr/contents/documentos/gas-rsep63_2012.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Departamento de Hotelaria e Gastronomia. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gastronomia: modalidade bacharelado*. João Pessoa: UFPB, set. 2010. 38 p.

PARTE V

Cuidado, Direito e Inclusão





Anunciação: a transformação da gestão de pessoas na UFPB

Clarissa Lima de Sá
Lucimeiry Batista da Silva Rabay
Mirella Rocha Ribeiro Pinto
Tatiana Aguiar Porfírio de Lima

Primейramente, pedimos licença para dizer que nosso texto trata da gestão de pessoas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e compreendemos que esta história se seguiu, e ainda segue, como uma anunciação, afinal de contas, é uma história dotada de esperança e renovação. Diante disso, nós, autoras, vimos pertinência em fazermos referência à música “Anunciação” do músico e compositor nordestino Alceu Valença. Inclusive, trechos da referida música se tornarão títulos das seções do nosso texto. Começemos nossa prosa.

A partir da criação de qualquer instituição, pública ou privada, gerenciar pessoas existe desde o primeiro momento, e na UFPB não foi diferente: esta atividade está presente ao longo dos 70 anos de sua história. Contudo, nem sempre a história está registrada oficialmente, os detalhes de sua formação muitas vezes estão guardados apenas nas memórias de quem vivenciou esse período. Assim, resgatamos e descrevemos essa linha histórica a partir dos relatos de servidores ativos e aposentados que laboraram na área de gestão de pessoas da UFPB e participaram da pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC 2022/2023 e intitulada Gestão de Pessoas na UFPB: Caminhos trilhados do DP à PROGEP.

Para além da história, queremos ressaltar nosso olhar para o futuro e ainda destacar o impacto social que nossa gestão de pessoas, mesmo que indiretamente, reflete não apenas na comunidade acadêmica, mas na sociedade paraibana, e esta é a nossa “Anunciação”.

**NA BRUMA LEVE DAS PAIXÕES
QUE VÊM DE DENTRO...
TU VENS CHEGANDO PRA
BRINCAR NO MEU QUINTAL:
A GÊNESIS DE TUDO**

No início, a gestão de pessoas se pautava apenas no recrutamento e pagamento de funcionários. A contratação de mão-de-obra se dava de maneira informal por convite de amigos ou familiares que já trabalhavam nas instituições existentes, antes da sua criação. O recrutamento e a seleção eram feitos a partir de uma conversa ou entrevista com o então denominado Departamento de Pessoal – DP, visto que ainda não era obrigatório o ingresso por meio de concursos públicos, estes começaram a ser exigidos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O Departamento de Pessoal (DP) na UFPB iniciou desde a fundação da Universidade da Paraíba, em 1955 e perdurou até o ano de 1991. Nesta fase da trajetória,

apenas duas divisões formavam a estrutura do setor, sendo elas: a Divisão de Direitos e Deveres (DDD) e a Divisão do Financeiro. As atividades eram realizadas manualmente, sem ferramentas computacionais ou elétricas, depois chegaram, para cada setor, duas máquinas de datilografia elétrica. Com essas inovações tecnológicas, surgiu a primeira necessidade de treinar os servidores para que fossem capazes de manusear corretamente os novos equipamentos. Contudo, não havia treinamentos específicos para compartilhar os conhecimentos, essa aprendizagem era transmitida a partir da vivência diária.

Não existia um plano de cargos, a ascensão dependia do chefe de cada setor, o que muitas vezes era visto como negativo para os servidores. Assim, pode-se entender que não havia nenhuma métrica de avaliação, nem acompanhamento de carreira, a evolução da atividade laboral dependia da vontade individual, pois não havia incentivo, além do aprendizado do dia a dia. E foi assim que nossa “anúnciação” aos poucos surgiu, pois as necessidades e exigências da própria comunidade acadêmica precisavam de transformação, havia uma ânsia de mudança.

NO TEU CAVALO, PEITO NU, CABELO AO VENTO...E O SOL QUARANDO NOSSAS ROUPAS NO VARAL: PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES

As mudanças na legislação exigiram que o Departamento de Pessoal desse lugar à Superintendência de Recursos Humanos (SRH). A SRH foi estabelecida em 27 de novembro de 1991, a partir da Resolução nº 50/91 e se estendeu até meados de 2010. Nessa janela de 1991 a 2010, estabelecia-se no Brasil um novo olhar para a Administração Pública e novas normas foram promulgadas sobretudo para a área de gestão de pessoas.

Nessa perspectiva, no ano de 2005, por meio da Lei 11.091, surge o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) que traz em seu bojo uma preocupação com o desenvolvimento de competências individuais para que estas pudessem ser refletidas nas competências institucionais. A gestão pública nacional começava a exigir de seus servidores atenção para o desenvolvimento de pessoas. E ainda no ano de 2006, surge a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), por meio do Decreto 5.707.

A PNDP trazia três pilares para a gestão de pessoas nas instituições públicas, incluindo nossa

UFPB: dimensionamento; avaliação de desempenho; capacitação e qualificação de pessoas. “E agora, como nós íamos atender aos anseios da administração pública e às exigências sociais?” Éramos apenas uma SRH com foco em executar a folha de pagamento de uma grande instituição. Mas olhamos para frente, sabíamos que podíamos e seguimos na construção, não em Recursos Humanos, mas em Gestão de Pessoas, era essa a nossa anunciação, nossa transformação e assim continuamos firmes.

A VOZ DO ANJO SUSSURROU NO MEU OUVIDO, EU NÃO DUVIDO, JÁ ESCUTO OS TEUS SINAIS: A PROGEP NASCEU!

Nos anos que se seguiram da publicação da PNDP e do PCCTAE houve um investimento em pessoas da própria SRH para que fosse possível a adequação às normas estabelecidas. Alguns servidores foram encaminhados para Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), pois esta estava realizando capacitações para as instituições que seguiam norteadas para consolidar a aprendizagem organizacional e implantar melhorias para seu quadro pessoal. E nossa UFPB estava respirando mudança, queria evoluir,

queria aprender, queria crescer e assim foi buscar conhecimento.

Desse modo, a partir do conhecimento adquirido, esses servidores voltaram para a UFPB e começaram a estudar a melhor maneira de planejar a preparação dos servidores da UFPB para essas novas dimensões que estavam envolvendo a administração pública. Além disso, era preciso arquitetar um planejamento de capacitação alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para cumprir o PCCTAE dos técnico-administrativos.

Seguiram-se os anos e alguns cursos foram realizados, mas nada era planejado em normas internas ou em planos de capacitação. No entanto, a SRH seguia firme em busca de um caminho que atendesse aos anseios sociais e administrativos. Assim, a partir de 2008, as estratégias caminharam para a implantação de programas de capacitação, qualificação e treinamento para os servidores. Além disso, começou a ser planejada, como objetivo do setor, a implantação de pesquisas de satisfação de usuários, uma forma de avaliação de desempenho.

Sá (2015) traz em seu estudo um pouco dessa história e nos faz viajar ao tempo quando lembra que entre 2007 e 2008 foi realizado primeiro levantamento de necessidades de capacitação (LNC) da UFPB,

que naquela época deu vazão a ser realizado um planejamento básico para o desenvolvimento de pessoas do ano de 2007. No entanto, a equipe da SRH, que tinha ido à ENAP e estava caminhando em prol do fortalecimento da aprendizagem na UFPB, fez um estudo aprofundado, e em 2008 nasceu o primeiro plano de capacitação do servidor técnico-administrativo da UFPB, chamado de Plano de Capacitação e Desenvolvimento Humano (PCDH).

Este primeiro plano de capacitação tinha como base seis linhas de desenvolvimento exigidas pelo PCCTAE, são elas: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre ambientes e específica (Sá, 2015). Foi um marco em nossa gestão e ao mesmo tempo trazia muitos desafios: falta de espaço para realização de eventos; escassez de instrutores; orçamento limitado. Mas nós nunca deixamos de acreditar em nosso potencial e seguimos acreditando e a cada dois anos um plano de capacitação foi disposto e aprovado pelos conselhos da instituição, e a cada dois anos crescia mais em orçamento, em instrutores e ainda em espaço, pois foi criado o Centro de Desenvolvimento do Servidor Público (CEDESP), espaço exclusivo para a realização de eventos de capacitação e qualificação de servidores. Importante destacar que

com a criação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)⁴⁸, o reitor destinou recursos suficientes e adequados para as necessidades de capacitação e treinamento dos servidores. Ressaltamos que hoje os planos de capacitação da UFPB seguem os ritos do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) instituído pela nova PNPD que foi promulgada pelo Decreto 9991/2019.

48

Criado pelo Decreto nº 6.096/2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O programa fazia parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tinha como objetivo principal ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Curso de Desenvolvimento de Pessoas



Fonte: PROGEP (2025)

A SRH já estava no caminho que as leis estabeleciam, mas crescer em capacitação não era tudo, embora foi um belo início. Nós tínhamos outro contratempo, a estrutura física da SRH que era muito precária, sem preocupação com a ergonomia, sem divisórias entre os setores e ainda os equipamentos eram inadequados. Assim, aumentou a necessidade de haver uma reforma na estrutura física, além da organizacional. O caminho para a mudança não foi apenas por vontade política da reitoria, a principal influência para transformação, na área de gestão de pessoas, sempre foi a legislação, que, no caso da reforma organizacional, impulsionou diretamente na transição.

A SRH entrou em um momento de reforma física e assim os ser-

vidores passaram a ser distribuídos, provisoriamente, pelas dependências da UFPB, enquanto uma grande obra era realizada para a implantação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). As fotos a seguir (3 e 4) retratam um pouco dessa vivência, tempo desafiador, marcado por muita esperança, e sempre nos perguntávamos “será que iríamos conseguir?”.

Foto 3: SRH antes da reforma



Fonte: PROGEP (2025)



Foto 4: SRH pronta rumo a se tornar PROGEP



Fonte: PROGEP (2025)



Inicialmente, a SRH trabalhou com a intenção de evoluir sua atuação como órgão responsável por gerir os servidores de todos os *Campi*. Entretanto, com a legislação vigente, ficou evidente a necessidade de ampliar o setor, adquirindo o *status* de uma Pró-Reitoria. Era isso, crescemos muito, compreendemos nosso papel como mola propulsora dentro da instituição e assim como já ocorria em outras universidades federais, sim precisávamos ser vistos e termos autoridade, e assim em julho de 2010 nasceu a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), e tudo se concretizou!

A mudança ocorre justamente quando não dava mais para pensar em gerir pessoas como algo mecânico, engessado, cheio de regras ou apenas ligado ao controle, tarefas e obediência. Era preciso equilibrar métodos antigos, que já não faziam sentido, com práticas mais modernas e inovadoras, valorizando a participação e o conhecimento (Rivelles, 2011). Desde os anos 1990, era senso comum denominar a área como “Gestão de Pessoas”, já que, pelo menos na teoria, as pessoas deveriam ser vistas como parceiras — mesmo que, na prática, isso nem sempre acontecia.

Assim, com o fim da reforma e a nova localização no primeiro andar do prédio da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, o setor de gerenciamento de pessoas da UFPB tem seu *status* alterado para Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Sendo diretamente subordinada à Reitoria, passou a ser o órgão responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas da universidade.

A missão da PROGEP é estabelecer políticas e ações permanentes de Gestão de Pessoas, visando ao desenvolvimento dos servidores; ao gerenciamento de processos, à qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho; e ao atendimento à comunidade universitária e à sociedade, com padrões de excelência que contribuam para o desenvolvimento de competências profissionais e institucionais. Atualmente tem como visão ser um centro de referência na Gestão de Pessoas, no âmbito do sistema federal de educação superior brasileiro (Rocha, 2017). Diante disso, em 2022 inaugurou mais um avanço: o Espaço Saúde do Servidor

O Espaço Saúde do Servidor desenvolve entre outras atividades a busca pela promoção da saúde do servidor por meio de eventos, capacitação e ações diversas que tenha como objetivo central promover a saúde do servidor no ambiente de trabalho. Além disso, é a unidade

da PROGEP responsável pelo SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal, instituído pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores.⁴⁹

QUE TU VIRIAS NUMA MANHÃ DE DOMINGO, EU TE ANUNCIO NOS SINOS DAS CATEDRAIS: SOMOS UMA PRÓ- REITORIA CONSOLIDADA

Assim, caros leitores, atualmente nós temos uma PROGEP que se divide em três coordenações: Coordenação de Processos de Gestão de Pessoas (CPGP); Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CDP); e Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança do Trabalho (CQVSST), as quais possuem divisões que se adequam aos serviços que devem ser prestados à comunidade acadêmica na área de gerenciamento de pessoas.

Nossa história está dividida em três fases: Departamento de Pessoal, Superintendência de Recursos Humanos e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Ao longo dos anos, ficou

49 Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/siass>. Acesso em: 10 ago. 2025.

evidente que diversos fatores impulsionaram as transformações do setor. Dentre esses, as atualizações na legislação destacaram-se como o principal fator para as mudanças de fase, que foram as passagens do DP para o SRH e, posteriormente, do SRH para a PROGEP. Assim, a força normativa obrigou o setor a se adaptar constantemente em múltiplos aspectos.

Com o tempo, verificou-se também um aprimoramento significativo na estrutura organizacional, marcado pela criação de novas divisões, que permitiram distribuir tarefas de maneira mais eficiente entre os servidores, favorecendo o melhor domínio e aprimoramento das demandas do setor.

Outro aspecto relevante refere-se à reforma da estrutura física, resultando em melhores condições de trabalho, conforto e bem-estar no ambiente. Além disso, destaca-se o avanço tecnológico, que contribuiu para um espaço mais organizado, com menos acúmulo de papéis e equipamentos mais compactos.

Crescemos, amadurecemos e continuamos a mudar, pois concordamos como pai da dialética o filósofo Heráclito “a única coisa que não muda é a mudança”, e desse modo, estamos em constante mudança, em busca contínua de melhorias e vencendo desafios ora postos pela legislação, ora postos pela

nossa rotina em cuidar das pessoas, ora postos pela própria sociedade que de forma cíclica exige cada vez mais de nós como serviço público. E assim seguimos em vencer nosso arcabouço de mudanças e transformações...

TU VENS, TU VENS, EU JÁ ESCUTO OS TEUS SINAIS: PERSPECTIVAS FUTURAS

Reconhecemos que em muito fomos vitoriosos e sempre comprometidos e responsáveis por aquilo que pretendemos entregar. Hoje, nosso desafio está não mais em gerir pessoas, aprendemos o caminho para fazer. O que precisamos agora é compreender a nossa gestão como algo para as pessoas e não mais de pessoas, isso mesmo, caro leitor, nossa visão precisa seguir firme para uma gestão para as pessoas.

Nossas perspectivas estão, ainda, em realizar um dimensionamento de pessoas que possa trazer efetividade aos serviços, mas com o olhar na saúde mental e física do servidor, diante disso, implementamos uma política de saúde do servidor chamada de “Programa Bem Viver”, além disso, caminhamos a cuidar de nossos servidores ativos e aposentados com projeto “Integra 60+: Longevidade, Acolhimento e Bem-Estar”. Outros projetos estão

sendo formulados e alinhados com o PDI da UFPB ao que concerne à saúde do servidor, pessoas são nosso foco.

Além disso, com a pandemia da COVID-19, a forma de olhar o trabalho, não apenas das pessoas, mas pelas instituições e pelo próprio governo trouxe velhos novos modelos de trabalho, falamos “velhos”, porque não são modos recentes, e falamos novos, porque para o serviço público federal do Poder Executivo é um formato novo: o trabalho controlado por entrega e não mais por ponto. Este modelo de trabalho tem chegado à UFPB por meio do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) que possui três formas: teletrabalho, presencial e híbrido.

Estamos novamente no nosso processo contínuo de (des)aprendizagem, mas com foco em inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Ressaltamos ainda, a busca pela integridade e conformidade àquilo que é ético e nos é cobrado pelos órgãos de controle. Sabemos que ainda estamos trilhando caminho na busca de uma melhor gestão de desempenho com na avaliação dos nossos serviços.

Enfim, esta é nossa história passada, nosso sonho realizado e nossa anunciação futura. A PROGEP respira inovação, respira saúde, respira transformação e respira cuidar das pessoas que servem com tanto afinho ao povo paraibano.

REFERÊNCIAS

RIVELLES, V. **Modernização da Administração Pública Municipal no Setor de Recursos Humanos**. Rio Negro: Projeto técnico; Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2011. 18 p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33911/VERANICE%20>

ROCHA, D. **A PROGEP**. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, 2017. Disponível em: [https://progep.ufpb.br/progep/contents/menu/Institucional/a-progep/](https://progep.ufpb.br/progep/contents/menu/Institucional/a-progep). Acesso em 04 de ago. de 2025.

SÁ, C. L. de **Entre o mundo da vida e o mundo sistêmico**: a gestão de formação continuada no cenário da Universidade Federal da Paraíba.. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

Sofrimento Psíquico na vida universitária: acolhimento e políticas de cuidado

Éllen Dias Nicácio da Cruz⁵⁰

Polyana Luz de Lucena⁵¹

Ubiratan Pereira de Oliveira⁵²

50

Psicóloga Clínica na Clínica Escola de Psicologia/ CCHLA/ UFPB. Mestre em Psicologia (UFPE). Doutora em Neurociência Cognitiva e Comportamento (UFPB).

51

Psicóloga Clínica na Clínica Escola de Psicologia/ CCHLA/ UFPB. Mestre em Saúde da Família (FACENE/FAMENE). Doutora em Psicologia Clínica (UNICAP)

52

Psicólogo Clínico na Clínica Escola de Psicologia/ CCHLA/ UFPB. Mestre em Psicologia Clínica (UNICAP). Doutorando em Psicologia Clínica (UNICAP).

O sofrimento entre os estudantes de graduação é evidente na contemporaneidade: jovens que vivenciam transformações que, muitas vezes, vêm marcadas pela necessidade de afastamento familiar por mudança geográfica, somada às exigências acadêmicas com rotina de estudos exaustiva, sobrecarga de atividades, dentre outras designações institucionais e sociais a que são submetidos. Diante desse contexto, torna-se urgente um olhar singularizado, voltado para a saúde mental dos discentes nas universidades.

Se considerarmos o que alguns teóricos denominam de “Geração Z” – aquela que, no ano de 2025, apresenta uma idade aproximada de 27 anos –, podemos ter um recorte que caracteriza o público atual da universidade, em sua maioria. Na geração Z, situam-se os jovens declarados como: críticos, contestadores, individualistas e consumistas, impacientes, velozes e tecnológicos, com dificuldade nas relações interpessoais; têm facilidade de aprendizagem e dificuldade de concentração, não aceitam hierarquias e questionam ao trabalhar em grupo; costumam socializar-se por meios eletrônicos e, dessa forma, ao ingressarem no mercado de trabalho, buscam empresas que valorizem a conectividade e a

globalidade (FACCO *et al.*, 2015; CAVALCANTE FILHO, 2020).

Indivíduos marcados pela necessidade de alta performance, desempenho e produção, tornam-se “empresários de si mesmos”, que, ao projetarem metas inalcançáveis, transformam-se em sujeitos depressivos e fracassados (LUCENA, 2024). O ser humano contemporâneo tem falhado em sua autenticidade e, no imperativo doentio de obedecer apenas a si mesmo, transforma-se em pessoa esgotada e frustrada (HAN, 2015).

Sob o prisma geracional, alguns autores têm considerado outro fenômeno cujas características, apesar de diferentes, dialogam por se relacionarem com sofrimento psíquico no ambiente universitário. Estamos falando do prolongamento da adolescência, descrito por Flanzer (2020) como uma fase da vida que se estende tardiamente e, muitas vezes, até de forma infundável. Esse fenômeno é caracterizado por uma relação de dependência dos pais que perdura no tempo, criando, na maioria dos casos, uma zona de conforto que inibe os jovens de maneira significativa, dificultando bastante sua emancipação. Em casos com essas características, a entrada e a permanência na universidade podem mobilizar questões que intensifi-

cam sentimentos de desamparo, ambiguidades e conflitos psíquicos.

Ao discorrer sobre a angústia e o desamparo expressados pelo sofrimento na era da técnica moderna, Barreto (2018) problematiza os riscos aos quais a existência humana está submetida cotidianamente, somados ao sentimento de desesperança no futuro e completo abandono. Uma geração que padece por falta de escolhas éticas e políticas é guiada pelo pensamento e fazer técnico e calculista, preterindo a humanidade inerente ao indivíduo. Vive-se, pois, as diferenças sociais, o desemprego crescente, a fragilidade das relações familiares, a entropia entre o público e o privado; o mundo virtual que cada vez mais segrega e isola, além do aumento da violência e drogadicção (LUCENA, 2024).

E, no primado do ter sobre o ser, nessa fugacidade característica de uma cultura tecnológica, prevalece o espírito individualista de competição, em que se precisa superar o outro a qualquer custo: rompem-se os laços, as perspectivas de solidariedade. O indivíduo é lançado ao isolamento, dessa forma, destroem-se quaisquer perspectivas de segurança, de compromisso e de futuro. Esse cenário é identificado em todas as esferas: afetiva, social, profissional, acadêmica e econômica (ROCHA, 2012).

Bauman (2008) pontua que essa juventude vive num ritmo frenético, que renuncia ao tempo livre – esse tempo é descartado e tomado por sensações, gostos ou consumo excessivo de imagens. Os jovens passam a ser dependentes de estímulos externos que chegam a todo o momento, sobretudo pela tela do celular; e o tempo ocioso, livre, passa a não mais ser visto como tempo de reflexão, de conversa consigo mesmo, e sim de tédio e isolamento. Assim, segundo Han (2015), em meio a essa aceleração desenfreada, é necessário que se criem pausas, entremeios, tempos sabáticos – momentos verdadeiramente cria-ativos, ou seja, tempos lúdicos e de paz.

Convém pontuarmos o termo cunhado pela psiquiatra e professora da Universidade de Stanford – EUA, Anna Lembke (2023), ao denominar essa geração de “nação dopamina” – que problematiza a procura incessante pelo prazer, dentre eles, o vício em eletrônicos e aplicativos de redes sociais, que geram mais sofrimento do que felicidade. A fuga do desconforto e do sofrimento por meio das mídias digitais representa a pouca tolerância ao mínimo de incômodo, prescindindo de experiências ricas de contato com suas emoções – o que tem contribuído para a manifestação de depressão e ansiedade. A evitação de si a todo instante leva

à exaustão e à perda da riqueza de, no contato consigo, viver novas experiências, pensamentos e sensações que favoreçam a conexão individual e com o mundo.

Segundo dados estatísticos, há uma alta prevalência de depressão entre estudantes universitários (30%), enquanto, na população em geral, o predomínio é de 9%; a ansiedade, por sua vez, manifesta-se numa variação de 63% a 92% entre os estudantes (FERNANDES *et al.* 2018). Diante da complexidade desse fenômeno, devem-se também considerar as dimensões que podem gerar evasão, tais como: comportamentos autodestrutivos, ideação suicida ou crises de perda da realidade (LEÃO *et al.*, 2019; RIOS *et al.*, 2019).

A experiência acadêmica torna-se um verdadeiro desafio para o estudante na medida em que compromete seus relacionamentos com o corpo docente, discente e comunidade acadêmica em geral, além das suas habilidades e capacidades de envolvimento com ações acadêmicas. Pode-se considerar outras dimensões, tais como a construção e escolha de espaços ajustados às suas características psíquicas, o aprimoramento de conhecimentos, a construção de objetivos profissionais e de vida, a sua emancipação e compreensão de modelos de avaliação e autoavaliação, além de

outros fatores que agregam novas experiências no enfrentamento das questões do cotidiano universitário.

Graner e Cerqueira (2019) apontam que, ademais, o sofrimento psíquico entre estudantes pode associar-se à percepção negativa do ambiente acadêmico e à queda na qualidade de vida. Nessa direção, embora o adjutório clínico possa constituir a tática inicial para lidar com o sofrimento, precisa também promover a autonomia, levando o indivíduo a enfrentar suas inquietações subjetivas ativamente (LEÃO *et al.*, 2019). Assim, toda a instituição deve ter um olhar voltado à promoção da saúde e da qualidade de vida desses estudantes, abrindo espaço para o protagonismo, num propósito coletivo, a fim de lidar com a complexidade dessas demandas emergentes (GRANER e CERQUEIRA, 2019).

No contexto das questões até aqui colocadas, convém comentarmos que a construção de um sistema educacional contemporâneo pautado pelo neoliberalismo traz ressonâncias significativas relacionadas ao adoecimento psíquico. Ao discutir essa premissa, Maia (2022) problematiza que o capitalismo, além de um modo de produção econômica, produz também subjetividades, e, em consequência, também produz inibições, sofrimento e adoecimento psíquico.

Safatle et al. (2020) afirmam que o neoliberalismo é uma teoria que se converte em uma forma de psicologia, moralidade, resolução dos conflitos humanos e, ainda, em uma reflexão sobre a religião, a arte e a vida. Interessa ao neoliberalismo gerir (produzir e administrar) o sofrimento. Para os autores, quando se sofre, se produz mais, e, nessa apropriação do capital do sofrimento para maior engajamento no trabalho, imputa-se ao próprio indivíduo a responsabilidade por sua formação. Essa agenda baseia-se em um conjunto de práticas de gerenciamento do mal-estar, por meio da culpabilização individual, da aversão ao fracasso e do aplauso à meritocracia (LUCENA, 2024).

O Brasil submeteu a universidade a uma gestão também neoliberal, a partir da expansão quantitativa, das exigências de produtividade, da precarização e das pressões fiscais. Essa forma de expansão desaguou no espaço acadêmico, agravando fatores que desencadearam problemas emocionais e psicológicos, responsáveis pelo adoecimento mental nesse ambiente (MAIA, 2022). Maia pontua, ainda, que, somado a esse cenário, o estudante universitário enfrenta a solidão e padece pela fugacidade das relações mediadas por uma racionalidade e utilidade; perde o senso de comunidade, de pertencimento

e solidariedade, o que gera, consequentemente, a fragilidade dos vínculos e o sentimento de desamparo.

No modelo racional em que os conteúdos acadêmicos são ofertados, não se dirige um olhar diferenciado aos aspectos emocionais desse processo. Negligencia-se, muitas vezes, a necessidade de se alinharem à garantia de ingresso, à permanência e ao desenvolvimento acadêmico, e não apenas às demandas legais, políticas e metodológicas. Negligenciam-se também as questões ponderadas, como questões sociais, relacionais e afetivas dos alunos, que determinam sentido a suas experiências.

Se, por um lado, observamos o impacto social do adoecimento mental relacionado ao contexto universitário – manifestado, entre outros fatores, pelo baixo rendimento acadêmico e pela evasão escolar –, observamos, por outro lado, um crescente interesse de órgãos nacionais e instituições acadêmicas no desenvolvimento de programas que assegurem as condições de permanência dos estudantes no ensino superior, reconhecendo a saúde mental como um dos pilares fundamentais para essa permanência. Como exemplo, há a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES – Lei n.º 14.914, de 3 de julho de 2024) – voltada para iniciativas de assistência psicossocial a estudantes

universitários –, que compreende, dentre outros, o Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS) (BRASIL, 2024).

Nesse contexto, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem desenvolvido diversas iniciativas voltadas à prevenção, promoção e intervenção em saúde mental, por meio de pesquisas, projetos de extensão e serviços oferecidos por núcleos da própria instituição. Tais ações são direcionadas tanto à comunidade acadêmica quanto à população externa, evidenciando o compromisso social da universidade.

OS DESAFIOS DE ACOLHER E FORMAR LAÇOS

Diante do cenário apresentado, é necessário refletirmos sobre o desenvolvimento de estratégias, dispositivos e serviços institucionais que possam de alguma forma acolher o estudante em sofrimento psíquico, valendo-nos de recursos assistenciais dentro do território da UFPB.

Destacaremos algumas ações e serviços e elencaremos desafios que se apresentam no cotidiano da nossa prática de lidar diretamente com a escuta desse mal-estar que se intensifica na universidade. Esse processo coloca como foco a questão da permanência do estudante no

âmbito da instituição, dos deslocamentos por vários cursos de graduação e muitas vezes da própria vida do estudante, que fica por um fio diante da intensificação do sofrimento psíquico.

- *Centro de Referência e Atenção à Saúde (CRAS)*: o serviço criado em 2014, disponibiliza assistência à saúde em várias dimensões, com uma equipe de psicólogas que realizam acompanhamento psicológico através de agenda-mento prévio, que pode ser feito no próprio *site* da instituição. O serviço é disponibilizado aos discentes regularmente matriculados, aos docentes e técnico-administrativos, desde que não recebam saúde suplementar;
- *Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)*: o Serviço de Psicologia disponibiliza algumas opções de acompanhamento psicológico: Escuta e Acolhimento Psicológico, para casos mais pontuais, com um primeiro atendimento e mais dois retornos, nas modalidades remota e presencial; Psicoterapia Breve, com duração média de quinze sessões e oficinas terapêuticas para grupos específicos. O acompanhamento é disponibilizado aos discentes que são assistidos pela PRAPE, nos campi I, II, III e IV;

- *Clínica-Escola de Psicologia/ CCHLA*: fundada em maio de 1979 e localizada no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), a Clínica-Escola tem desenvolvido seu papel como espaço de formação e ampliado sua atuação, enquanto serviço, voltada primordialmente para o ensino, pesquisa e extensão. Disponibiliza atendimento para a comunidade universitária e também para o público externo.

Funciona diariamente, das 7h às 19h, com atendimento gratuito individual e grupal direcionado a crianças, adolescentes, adultos e idosos. São realizados serviços de triagem, avaliação psicológica, avaliação psicopedagógica, psicodiagnóstico e psicoterapia, com desenvolvimento de vários projetos de extensão, inclusive de plantão psicológico. A Clínica-Escola dispõe de profissionais, estagiários e extensionistas que atuam em diferentes abordagens (Psicanálise, Abordagem Centrada na Pessoa, Terapia Cognitiva Comportamental, Psicologia Sócio-Histórica e Gestalt). As inscrições para as diversas modalidades de acompanhamento psicológico são publicizadas em períodos específicos, e o atendimento é realizado por estagiários, extensionistas e pela equipe de Psicologia da Clínica.

Figura 1: Fotografia da fachada da Clínica Escola de Psicologia (CCHLA/ UFPB)



Fonte: Imagem dos autores, 2025.

Figura 2: Fotografia de uma sala de atendimento da Clínica Escola de Psicologia (CCHLA/ UFPB).



Fonte: Imagem dos autores, 2025.

É importante destacar que a UFPB dispõe de diversas outras instituições, serviços e núcleos que fazem acolhimento à saúde mental de estudantes e também da comunidade universitária de forma geral. O “Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental da UFPB 2024-2025”, organizado pelo Projeto de Extensão Criativa, do curso de Terapia Ocupacional, apresenta várias iniciativas que dialogam com o cuidado e a

escuta do sofrimento no ambiente universitário, com amplas formas de atuação e de acolhimento. A diversidade apresentada nos mostra a dimensão do desafio de trabalhar com grupos específicos, muitos deles vulnerabilizados e em urgência subjetiva, em uma instituição de relevância histórica e magnitude como a UFPB.

Esse desafio se reflete nos fatores que intensificam o sofrimento psíquico na universidade, tais como: relação docente-discendente; estratégias de ensino e didática docente; projeto político-pedagógico dos cursos; fragmentação do saber; discrepância entre teoria e prática; competitividade do mercado pós-formação; entre outros determinantes. Nesse quadro, conforme enunciam Rozeira *et al.* (2018), as instituições de ensino necessitam do reconhecimento das características de seus alunos e de seus processos de formação, devendo criar formas para apoiá-los em suas dificuldades, promovendo a redução de seu sofrimento psíquico e ofertando-lhes melhor qualidade de vida.

Cabe-nos, portanto, uma reflexão sobre a conjuntura que nos cerca, cujas engrenagens movemos todos os dias. Para tanto, propomos o espaço do autocuidado através de intervenções por meio da Psicologia, a partir de psicoeducação e processos psicoterapêuticos, que favore-

çam construções e reconstruções, desvios de tudo o que normatiza, aprisiona e limita, para que, de forma emancipatória, proporcionem ao indivíduo práticas de liberdade.

A partir do trabalho que realizamos, enquanto equipe de Psicologia –diariamente recebendo estudantes universitários na Clínica-Escola –, seja nos atendimentos psicoterapêuticos, nos projetos de extensão ou nas pesquisas realizadas, constatamos alguns aspectos que compõem o adoecimento psíquico desses estudantes, além das questões já pontuadas (o neoliberalismo, que avança nas universidades; a cultura do individualismo e da empresa de si; a fragilidade das relações e os excessos experienciados pela geração atual; a demanda por produtividade e relação com a cultura digital), percebe-se fortemente o racismo; o estigma das pessoas LGBTQIA+ e a consequente reprodução de práticas homofóbicas. Também a relação professor-aluno; os resquícios deixados pela pandemia de COVID-19 compõem e ampliam os modos de afetação da subjetividade desses estudantes.

Além das questões já pontuadas apresentadas pelos estudantes em acolhimento na Clínica-Escola, há também referências sobre as sistêmicas de avaliação e o acúmulo de atividades e de avaliações no decorrer do semestre, que os impedem,

em muitos momentos, de participarem das atividades de acolhimento ofertadas pela instituição– que são de suma importância para sua trajetória de formação –, dado o excesso de cobranças e o tempo reduzido para concluí-las.

Apesar de a necessidade de acolhimento ser sempre presente enquanto demanda, muitas vezes, quando esta é ofertada, o estudante nem sempre consegue usufruí-la plenamente, devido ao acúmulo já citado. Nesse sentido, tornam-se urgentes intervenções efetivas na busca de mudança dessa conjuntura. Os planos de trabalho docente em sala de aula necessitam de revisões; as avaliações feitas pelos estudantes sobre os professores precisam ganhar a devida importância com consequências relevantes para que mudanças de fato ocorram.

Diante do aumento da demanda e da necessidade de refletir sobre outras possibilidades de acolhimento dos estudantes em suas questões, para além da psicoterapia tradicional, desenvolvemos propostas de trabalho com o objetivo de acompanhá-los durante a formação, oferecendo espaços de escuta, reflexão e estabelecimento de conexões objetivando novas formas de criação e potencial para transformações.

Foi, então, criado o Projeto “Conecta –Psi”: uma proposta de grupo para trabalhar queixas

emocionais e estratégias de enfrentamento dos desafios na formação, com práticas de autocuidado e autorreflexão por meio de exercícios de atenção plena e autocompaixão, que, além de proporcionar a formação de vínculos entre os estudantes e fortalecimento das conexões, favorecem o potencial emancipatório dos mesmos.

No âmbito da Clínica-Escola, compreende-se a necessidade de se estender a atuação desse serviço para outras áreas a partir de proposta multidisciplinar. Diante da diversidade de agentes envolvidos nas atividades cotidianas, vislumbra-se a possibilidade de fomentar projetos que envolvam o corpo docente, discente, técnico-administrativo em educação e a comunidade externa, para além da proposta formativa e dos serviços prestados à população, ampliando para o desenvolvimento de novas conexões e modos de atuação.

Para tal, encontra-se em fase de discussão uma nova proposta de intervenção, que contemple públicos diversos que disponham do espaço para atuação e/ou uso dos serviços oferecidos, como também de sua execução através de eixos de atuação, que se interconectem nos seus processos de operacionalização, propondo uma psicologia para além da universidade, uma psicologia “extramuros”, com vistas ao

acolhimento e conexões necessárias para a integralidade do cuidado.

Nessa perspectiva, uma maior articulação entre os serviços, dispositivos, projetos e iniciativas de acolhimento em saúde mental no âmbito da UFPB se coloca como urgente e necessária, não somente para ampliarmos as ações no nosso território, mas principalmente para pensarmos de forma coletiva as estratégias para lidar com o sofrimento psíquico e todas as

suas consequências no ambiente acadêmico.

Em contrapartida, a intensificação e o fortalecimento das conexões institucionais para além da universidade, são pontes necessárias para pavimentarmos políticas de atenção, acolhimento e ampliarmos as redes de cuidado, tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), como em relação às demais instituições educacionais e a outros dispositivos que podem fortalecer as estratégias traçadas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, C. L. B. T. Angústia e desamparo: o sofrimento humano na era da técnica moderna. In: BARRETO, C. L. B. T.; SIQUEIRA LEITE, D. F. C. C.; SILVA, E. F. G. (org.). **Clínica psicológica e sofrimento humano: uma perspectiva fenomenológica existencial**. Curitiba: CRV, v. 2, 2018.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024. **Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Diário Oficial da União, Edição: 127, Seção: 1, Página: 5, Brasília, DF, 4 de julho de 2024.

CAVALCANTE FILHO, P. P. **Tradição e inovação são passos de uma mesma dança?** O convívio multigeracional no ambiente corporativo. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2020. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1380>. Acesso em: 10 set. 2025.

CRIATIVA – TERAPIA OCUPACIONAL. **Mapa da Rede de Cuidado em Saúde Mental da UFPB**. Projetos de Extensão 2024-2025. Disponível em: https://www.ufpb.br/cia/wp-content/uploads/sites/79/sites/236/2024/11/mapa-de-rede-de-cuidado-2024_20240925_114037_0000_compressed.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

FACCO, A. L. R.; OBREGON, S. L.; OLIVEIRA, L. R., BELTRAME, G.; KRUGER, C. Compreendendo as aspirações de carreira de estudantes da geração z de escolas públicas. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 20., Cruz Alta. **Anais [...]**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2015. Disponível em <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/2443>. Acesso em: 10 set. 2025.

FERNANDES, M. A.; VIEIRA, F. E. R.; SILVA, J. S.; AVELINO, F. V. S. D.; SANTOS, J. D. M. Prevalência de sintomas ansiosos e depressivos em universitários de uma instituição pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, supl. 5, p. 2169-2175, 2018.

FLANZER, S. N. **Jovens em tempos digitais**. Rio de Janeiro: Consultor, 2020.

GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. de A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019. Disponível em Acesso em <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEÃO, T.; IANNI, A.; GOTO, C. Individualização e sofrimento psíquico na Universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Rev. Humanidades e Inovação**, v. 6, p. 131-143, 2019.

LEMBKE, A. **Nação dopamina**: porque o excesso de prazer está nos deixando infelizes e o que podemos fazer para mudar. São Paulo: Vestígio, 2023.

LUCENA, P. L. de. **Atravessamentos nas construções subjetivas dos/as estudantes de graduação em psicologia: potências e afecções**. 2024. 229 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1913/2/Ok_polyana_luz_lucena.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

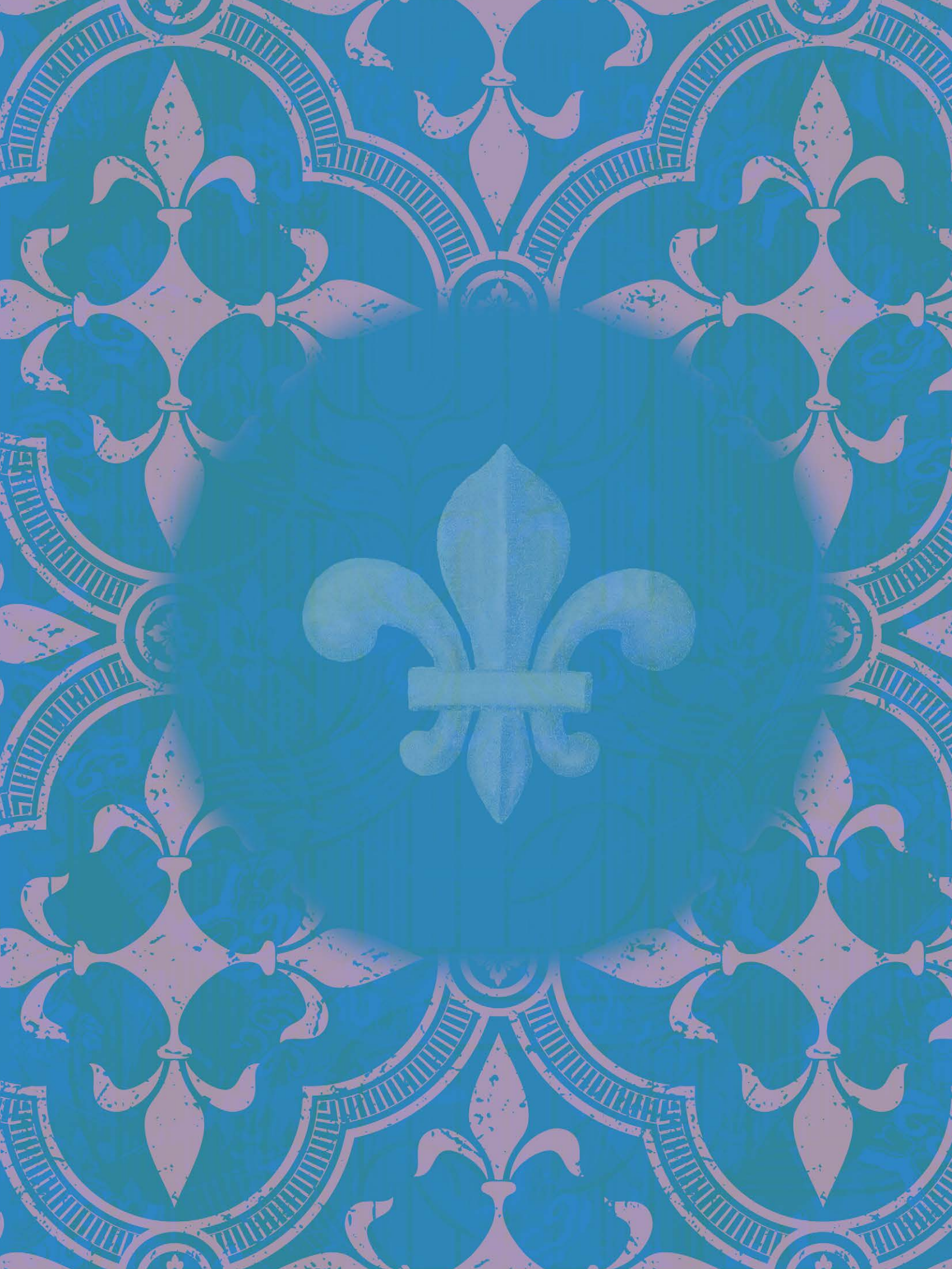
MAIA, H. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico**: o mal-estar nas universidades. Recife: Ruptura, 2022.

RIOS, M. das G.V.; MASCARENHA, L. V.R.; SOUZA, K. de S.; OLEBAR, D.T.C.R.; PAIVA, M. C. E.; SILVEIRA, A. de. O Adoecimento e sofrimento psíquico entre universitários: estado da arte. **Rev. Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 8, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1259>. Acesso em: 4 out. 2025.

ROCHA, Z. de J. B. Violência contemporânea, novas formas de subjetivação e de sofrimento psíquico: desafios clínicos. **ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos**, v. 30, n. 2, p. 55-66, 2012.

ROZEIRA, C. H. B.; CRUZ NETTO, A. L. da; FARIA, A. L.; COELHO, E. B.; VARGAS, A. de F. M. Vivências na graduação em Psicologia: discutindo a saúde mental dos universitários. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 4, p. 175-189, out./dez. 2018.

SAFATLE, V.; SANTIAGO JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2020.



Direitos Humanos na UFPB: trajetória de lutas e compromissos institucionais

Adelaide Alves Dias⁵³

Giuseppe Tosi⁵⁴

Maria de Nazaré Tavares Zenaide⁵⁵

53 Adelaide Alves Dias, primeira coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB.

54 Giuseppe Tosi fundou e coordenou o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (2007).

55 Maria de Nazaré Tavares Zenaide presidiu a Comissão de Direitos Humanos (1996), coordenou o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (2003) e presidiu o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (2000).

A UFPB, em 14 de abril de 1964, teve seu reitor eleito, prof. Mário Moacir Porto, destituído do cargo pelo comando das Forças Armadas que, em 1º de abril, instalou uma ditadura militar, sendo substituído pelo interventor, ex-oficial do exército, professor de medicina, Guilardo Martins Alves. Com a intervenção na gestão, o terror se implantou por meio do silenciamento e da repressão. O comando militar agiu para o afastamento do reitor e diretores de centros, a criação de órgãos de informação, a implantação da Comissão Especial de Investigação Sumária, sem direito à defesa e à justiça, a censura ideológica do currículo, a fiscalização e controle da informação pela infiltração de delatores, as mudanças nos mecanismos de organização e participação estudantil, assim como a repressão às lideranças estudantis como a perseguição aos 85 estudantes que participaram da manifestação antilacerdista da Faculdade de Direito anterior ao golpe de estado, e o expurgo de 35 docentes e 85 discentes (UFPB, 1999).

Nos anos setenta, a resistência civil mobilizou lutas pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que resultaram na criação do Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia. Na Paraíba, a organização da sessão do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) mobili-

izou, em 1979, professores do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFPB - Eleonora Menicucci, Lúcia Maria Borges de Oliveira e Vanderley Américo Amado; estudantes universitários – Washington Rocha e José Ricardo de Holanda Cavalcanti. Participaram ainda, do CBA-PB, representantes da sociedade civil, como o advogado Vanderley Caixe, coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba; o professor da rede estadual de ensino da Paraíba, Irlânio Ribeiro Pereira, além de familiares de presos políticos, religiosos dentre outros (Almeida, 2020; Nunes, 2017).

A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, promulgada pelo Governo Militar de João Figueiredo, anistiou todos aqueles que cometeram crimes políticos ou conexos, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, isentando os agentes que em nome da segurança interna cometeram graves violações dos direitos humanos - a tortura, o desaparecimento forçado, a execução sumária, as prisões arbitrárias e a violência sexual – contra aqueles que resistiram à ditadura. Com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, a concessão de anistia compete à União e ao Congresso Nacional que aprovou a Lei de Anistia (Tosi, et alii 2021; BRASIL, 1988). Apenas

com a Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, é que o Estado brasileiro passou a reconhecer a morte de opositores ao regime de 1964 como sua responsabilidade, instituindo a concessão de indenização a parentes de militantes políticos mortos ou desaparecidos de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Trinta anos após a reunião de 13 de março de 1969, do Conselho Universitário da UFPB, o reitor Jader Nunes de Oliveira, um dos universitários participantes do Congresso da UNE em Ibiúna, realizou, em **27 de agosto de 1999**, sessão solene desse órgão para **promover a Retratação Institucional** e revogar o Processo nº 31.260 de 14 de março de 1969. Para tanto, foi criada uma Comissão de Anistia que procedeu ao trabalho de pesquisa documental sobre as perseguições na UFPB no período da ditadura militar. Compuseram a Comissão de Anistia Neiliane Maia, historiadora e secretária da SODS como coordenadora; Geraldo Maciel de Araújo, engenheiro civil; e Maria Lígia Malta de Farias, advogada, todos professores da UFPB. O processo de Retratação Institucional simbolizou o reconhecimento da instituição de ter praticado violência institucional, perseguindo politicamente seus membros ao mesmo tempo em que, oficialmente, fez o “pedido de perdão aos ofendidos e humilhados”, uma

das dimensões da Justiça de Transição, suspendendo as Resoluções que instituíram a repressão.

O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3), instituído em maio de 2010, estabeleceu o direito à memória e à verdade como eixos da política de direitos humanos, e propôs a criação da **Comissão Nacional da Verdade** para examinar as graves violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O PNDH3, solicitou às instituições e os sítios de memória a realização de estudos e pesquisas bem como a criação de comissões para dar sustentação à luta pela verdade. A UFPB criou a Comissão da Verdade em maio de 2018, mas em 2019, com a nomeação de um Reitor pelo presidente da República, sem respeitar a vontade da comunidade universitária, os trabalhos da comissão foram interrompidos.

Em 2025, com a retomada da democracia interna, e os resultados eleitorais respeitados pela Presidência de República, a reitora eleita e empossada criou a **Comissão da Verdade da Universidade Federal da Paraíba**, por meio da Portaria Nº 56, de 21 de fevereiro de 2025, tendo como um dos objetivos “Concluir os trabalhos da referida comissão incluindo nas pesquisas as categorias docentes, discentes e técnicos-administrativos perseguidos pela Ditadura”.

A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA UFPB EM 1989

Mas, voltemos atrás no tempo, desde as origens. O processo constituinte de 1988 foi um momento de ruptura com a ordem autoritária e de construção da democracia. Os movimentos populares (Movimento Popular de Saúde - MOPS, o Movimento de Reforma Sanitária, o Movimento Nacional dos Meninos de Rua) e os movimentos de oposição sindical protagonizaram o direito à participação e conseguiram inserir importantes direitos sociais no novo texto constitucional. Cita Lyra (1999, p. 24) que “No Brasil, a nova sociabilidade política gerada pelos embates contra a ditadura produziu, como não podia deixar de ser, importantes repercussões na esfera jurídico-institucional, materializadas na Constituição de 1988”.

A Universidade Federal da Paraíba não ficou adormecida enquanto setores organizados da sociedade brasileira tomavam as bandeiras gritando nas ruas em defesa das liberdades e de uma constituinte soberana. A Constituinte também mobilizou a comunidade universitária para realização de Cursos de Extensão tais como “Poder Constituinte e Constituições Brasileiras” e “Cidadania” (Zenaide, 2010, p. 248). Em 1989/90 foi criada

a Comissão dos Direitos do Homem e do Cidadão (CDHC), posteriormente chamada de Comissão de Direitos Humanos (CDH). A CDH foi o primeiro órgão desse tipo a ser criado em uma Universidade brasileira.

A CDH foi vinculada ao Gabinete do Reitor e à Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários. Foram presidentes da CDH-UFPB os seguintes professores: Rubens Pinto Lyra (Ciência Política); Giuseppe Tosi (Filosofia); Lúcia Lemos Dias (Recursos Humanos da Reitoria); Paulo Vieira de Moura (Direito); Fábio Barbosa de Freitas (Ciências Sociais – Campina Grande); Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Serviço Social); Fátima Catão (Psicologia); José Antônio Novaes da Silva (Biologia); Wilma Martins de Mendonça (Letras).

A CDH é formada por 11 membros efetivos e colaboradores da comunidade universitária, cujos nomes, para serem efetivados, têm que passar pela confirmação do CONSUNI. A CDH possui uma diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, com mandato de dois anos, possui autonomia em suas deliberações. A Comissão foi criada com o objetivo de “conscientizar a comunidade universitária e a sociedade paraibana para a importância do respeito e da defesa dos Direitos Humanos, através de iniciativas que forne-

çam informações e formação sobre a questão dos direitos humanos”. A CDH/UFPB é um órgão interdisciplinar que desenvolve atividades de caráter educativo e de intercâmbio e cooperação com outras entidades que atuam nesta área.

Dentre os principais projetos e programas desenvolvidos pela CDH-UFPB desde a sua fundação destacam-se: Projeto “Universidade, Educação Popular e Direitos Humanos”, desenvolvido em escolas e bairros da cidade de João Pessoa; Projeto “Trabalho, Direitos Humanos e Qualidade de Vida”, realizado em penitenciárias, manicômios, comunidades e organizações de trabalho; Cursos de Extensão em Direitos Humanos em bairros populares, escolas públicas, academias de polícia, presídios e aldeias indígenas; Cursos de extensão “A Polícia como Protetora dos Direitos Humanos” nas cidades de João Pessoa, Sousa, Guarabira, Patos, Cajazeiras e Campina Grande em convênio com o GAJOP/PMPB/FUNAPE, com o apoio da Fundação Ford (1998/2002); Cursos de extensão “Gestão em Polícia Comunitária em parceria com a PRAC e o CEDDHC e a PMPB. Atualmente, a CDH encontra-se com a gestão e os trabalhos suspensos, faltando retomar sua composição e eleição.

A CDH também participou da criação do **Conselho Estadual**

de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC. Por meio da Emenda Constitucional N° 38, de 17 de dezembro de 2014, o processo constituinte inseriu de forma pioneira a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. O CEDDHC da Paraíba tem desempenhado um papel relevante na denúncia e defesa dos direitos humanos em tempos de transição para a democracia marcados por violações dos direitos humanos: crises no sistema prisional, massacre do Presídio do Roger, greve da polícia, visita do Relator da ONU Nigel Simon Rodley, conflitos agrários e com os povos indígenas da Paraíba. Participaram da gestão do CEDDHC os docentes Rubens Pinto Lyra, Luciano Mariz Maia e Maria de Nazaré Tavares Zenaide. A relação da CDH com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão tem contribuído para aproximação entre a Universidade e as entidades de direitos humanos, assim como, dos órgãos públicos, como Defensoria Pública, Ministério Público Federal e Estadual, Escola de Magistratura, Academias de Polícia Militar e Civil, Academia Penitenciária (Zenaide, 2001).

Devido à parceria entre o CDH e o CEDDHC foi possível, de forma pioneira, a introdução de disciplinas de “Direitos Humanos”

no currículo acadêmico das **Academias de Polícia** Militar e Civil e Academia Penitenciária (1993-2002). No âmbito da graduação na UFPB, foram criadas disciplinas de Direitos Humanos nos cursos de Direito do Centro de Ciências Jurídicas, no Centro de Humanidades de Campina Grande, nos Cursos de Serviço Social, Filosofia, Psicologia do CCHLA, no curso de Psicopedagogia do Centro de Educação, no Curso de Agroindústria do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, nos cursos de Jornalismo e Comunicação e no Curso de Relações Internacionais no Centro de Ciências Sociais e Aplicadas.

A CDH-UFPB atuou também em estrita colaboração com as atividades de extensão em direitos humanos promovidas pela **Pró-reitora de Assuntos Comunitários (PRAC)** em todos os campi, em particular pela Coordenação de Projetos Comunitários (COPAC), como também pelo SEAMPO (Setor de Assessoria aos Movimentos Populares) do CCHLA e outros órgãos da UFPB. A CDH manteve colaboração estreita com as seguintes entidades nacionais: Movimento Nacional de Direitos Humanos/Regional NE; Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos; Movimento Negro Unificado / MMU; Centros de Estudos e formação em Direitos Humanos: USP/PUC-SP/PUC-RIO/UNB.

Em relação às entidades internacionais foram estabelecidos os seguintes vínculos: JURA GENTIUM: *Center for Philosophy of International Law and Global Politics*, coordenado pelo prof. Danilo Zolo; e “*L’Altro diritto*”, centro de estudos sobre a filosofia da pena e a condição penitenciária, coordenado pelo prof. Emilio Santoro; Projeto ALFA: que inclui Universidades da Europa (Florença, Pisa, na Itália, Essex na Inglaterra e Braga em Portugal) e da América Latina (UFPB, Universidade de Palermo, Buenos Aires e Universidade Autônoma de Cidade do México), sob a coordenação da Universidade de Florença.

A ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL - O PIONEIRISMO DO CCHLA E DA CDH-UFPB

A CDH e o CCHLA souberam articular a extensão com o ensino, a pesquisa e a gestão em direitos humanos. Nesse sentido, foram pioneiros no Brasil na criação do **1º Curso de Especialização em Direitos Humanos**, com apoio da Capes, promovido pelo Departamento de Filosofia do CCHLA, tendo como coordenadores – Monique Cittadino, Marconi Pimentel (1995/1998). Outros dois cursos de Especialização em Direitos Humanos (2001/2002,

2003/2004) foram coordenados pelo prof. Giuseppe Tosi, e promovidos pelo Departamento de Filosofia da UFPB, contando com o apoio do Projeto UNI-CIDADANIA (Universidade e Cidadania), em convênio com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos/Regional Nordeste, tendo apoio financeiro do **Movimento Laici América Latina da Itália (MLAL)**. A prioridade, nesse momento, foi contribuir com a formação de quadros profissionais das ONGs de Direitos Humanos de vários Estados do Nordeste e de funcionários públicos.

Após a criação da CDH, surgiram outros setores da UFPB com atuação no campo dos direitos humanos - Núcleo de Saúde Coletiva, Núcleo de Educação Especial, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero, Núcleo de Estudos para a Terceira Idade, Ouvidoria Geral da UFPB, Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Direito da Mulher, dentre outros.

A CDH também colaborou com a **gestão** universitária nos processos de prevenção da violência, mediação de conflitos, greves estudantis e participação da UFPB em conferências de direitos humanos – municipais, estaduais e nacionais.

O NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (NCDH/CCHLA/UFPB)

Para que houvesse uma instância supra departamental multidisciplinar no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, foram dados passos institucionais entre a CDH e a reitoria da UFPB para criação de um Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão que avançasse para as demandas do ensino e da pesquisa. O **Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB (NCDH/CHLA/UFPB)**, inaugurado no dia 7 de julho de 2007, e regido pela Resolução N°28/2006, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa-CONSEPE, é fruto de um longo acúmulo de experiências anteriores. Nasce com o propósito de reunir professores, funcionários técnico-administrativos e técnico-científicos e alunos da UFPB que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão universitária em Direitos Humanos, para permitir uma melhor articulação e um melhor desempenho individual e coletivo. É aberto também à participação de docentes e alunos de outras universidades e de membros de entidades e movimentos sociais de promoção e defesa dos direitos humanos públicos e da sociedade civil.

O NCDH é uma instância interdisciplinar que se orienta pelo

princípio da **indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, pela relevância acadêmica e social do tema dos direitos humanos, no respeito da pluralidade de opiniões, e do debate livre e crítico entre os seus membros. O NCDH está vinculado institucionalmente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes- CCHLA, mas dele participam também professores, alunos e funcionários de outros Centros da UFPB. Mantém convênios com outras Universidades e instituições afins nacionais e internacionais.

O NCDH dispõe de uma biblioteca especializada em Direitos Humanos - **Biblioteca setorial “Enzo Melegari”** em homenagem ao presidente do Movimento Laici América Latina, da Itália (MLAL) que apoiou a criação do NCDH e sua biblioteca. No total, possui cerca de 3.000 títulos e 4.000 exemplares de livros, e 220 títulos de periódicos, obras de referências, classificados e inseridos no sistema de biblioteca da UFPB.

No âmbito da **Política Nacional de Educação em Direitos Humanos**, o NCDH tem promovido formação continuada com apoio do MEC-SECADI na realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em Educação em Direitos Humanos, articulando Secretarias de Educação, Escola dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba: - Curso Ética e

Cidadania nas Escolas - SEE-PB e MEC – 2003; - Projeto Paz nas Escolas e no Bairro com a SEDH-MJ – 2003; - Curso de Formação Educação em Direitos Humanos e Cidadania: Uma Escola sem Violência, Homofobia e Racismo com as 14 Regionais de Ensino – 2011 - coordenado pela Gerencia Operacional da GOIESC e Espep; - Curso de Especialização em Educação Integral e direitos Humanos, realizado na modalidade presencial, em parceria com SECAD/MEC em 2013-2015; - Curso de Extensão em Educação em Direitos Humanos e Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, ambos à distância promovido pelo NCDH-UFPB com as 14 Regionais de Ensino, apoio da SEE-PB e do MEC-SECADI em 2013; - Curso de Aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos em EAD – UFPB – João Pessoa, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, com 300 vagas para os profissionais da Socioeducação com apoio da SEE-PB e das Secretarias Municipais de Educação -2017.

No campo da **Segurança Pública**, com apoio da SENASP-MJ foi promovido um Curso de Especialização em Segurança Pública e Direitos Humanos para profissionais da segurança pública. O Núcleo está registrado no diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa-CNPQ.

No âmbito nacional, o NCDH contou com o apoio de vários órgãos federais, estaduais e municipais: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC; UNESCO; Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Secretarias de Estado da Educação, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” e Escola dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba; Comitê Nacional de Prevenção a Tortura; Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e Rede de universidades brasileiras (FORPROEX; UNICIDADANIA; REDHBRASIL).

No âmbito internacional, o NCDH trabalhou com o Consórcio Latino-americano de pós-graduação em DH; a Red Latinoamericana y Caribeña de Educación en Derechos Humanos; União Europeia - Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Minho Braga, a Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Camerino, o Departamento de Teoria e história do Direito da Universidade de Firenze e o JURA GENTIUM: Centro de Estudos de filosofia do Direito Internacional e da Política Global e Consórcio Latino-americano de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cátedra

UNESCO “Direitos Humanos e violência: governo e governança”.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS -PPGDH

O NCDH/CCHLA dá sustentação institucional ao **Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH)** aprovado pela CAPES na 132ª Reunião do CTC-ES (realizada de 12 a 16 de dezembro de 2011); pela Resolução nº 41/2011 do CONSEPE, regulamentado pela Resolução nº 42/2011 do CONSEPE, e autorizado pela Resolução nº 15/2011 do CONSUNI de 28 de julho de 2011. Recentemente, teve sua estrutura acadêmica atualizada e aprovada pela Resolução CONSEPE nº 30/2025, que alterou suas linhas de pesquisa e sua estrutura curricular.

O PPGDH promove o Mestrado em “Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH-UFPB” cujas atividades se iniciaram em 2012. Seu principal objetivo é a formação qualificada de docentes, pesquisadores, técnicos e lideranças de movimentos sociais com base nas investigações e nas análises das

práticas e das teorias políticas dos Direitos Humanos.

Seus objetivos convergem para a promoção de um núcleo coeso e consistente de pesquisas que abranja, de forma inovadora, investigações teóricas e intervenções sociais no âmbito das políticas públicas em Direitos Humanos na perspectiva da construção da cidadania, priorizando a articulação interdisciplinar entre diversas áreas de conhecimento: Direito, Educação, Psicologia, Geografia, Filosofia, Ciências Sociais, Antropologia, Letras e Literatura, Jornalismo.

Atualmente, o PPGDH se organiza da seguinte forma:

- Área de Concentração: “Políticas Públicas em Direitos Humanos”.

LINHAS DE PESQUISA:

Políticas de Segurança Pública e Garantia dos Direitos Humanos

1. Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos
2. Territórios, Direitos Humanos e Diversidade Socioculturais

Ao longo de seus 13 anos de existência, o PPGDH já formou quase duas centenas de mestres altamente qualificados, para exercer as funções de docentes de Instituições

de Ensino Superior, pesquisadores que atuam institucionalmente na promoção e defesa dos direitos humanos (de modo a assegurar que as políticas públicas sejam elaboradas a partir da ótica dos direitos humanos) e agentes sociais oriundos de entidades da sociedade civil e de organizações populares, que desenvolvem um papel na implementação, controle e fiscalização das políticas públicas em direitos humanos.

Assim sendo, o PPGDH, que hoje conta com mais de duas dezenas de grupos de pesquisa atuantes, oferece formação específica de alto nível para a pesquisa científica e a qualificação para o magistério superior, em diversos contextos em que se imponha o conhecimento especializado no campo dos Direitos Humanos, de forma interdisciplinar, e conectada com as necessidades de ampliação das políticas públicas e da cultura de direitos, com vistas a produzir conhecimentos socialmente válidos que visem à consolidação e ao fortalecimento dos processos de democracia e de cidadania plena.

São objetivos do mestrado:

- I. Formar pessoal em nível de Mestrado Acadêmico na área de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas para atuar no magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa interdisciplinar;

II. Fomentar atividades de pesquisa com finalidade didática e científica, tendo em vista a produção, aprofundamento e difusão de conhecimentos;

III. Promover o intercâmbio e a cooperação acadêmica e científica com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

A fim de atingir esses objetivos, o mestrado está estruturado segundo três pilares indissociáveis: o caráter interdisciplinar da formação, o compromisso ético de promover a cultura de Direitos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

OS SEMINÁRIOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

O NCDH e o PPGDH, desde 2002, vêm promovendo **Seminários Internacionais de Direitos Humanos**, em parceria com a Universidade de Florença (Itália) e Braga (Portugal) abordando as seguintes temáticas:

As transformações do direito numa sociedade global de risco (2002);

- Unilateralismo hegemônico e ordem jurídica internacional (2003);

- Direitos Humanos e Multiculturalismo – Perspectivas para a humanidade (2006);
- Norberto Bobbio: Democracia, Direitos Humanos e Relações Internacionais (2009);
- Direitos Humanos e Integração Latino-americana (2010);
- Globalização, Justiça e Segurança Pública (2012);
- Estado de Exceção e Resistência Democrática na América Latina (2014);
- Desafios e perspectivas da democracia na América Latina (2016);
- Direitos Humanos. Estado de Exceção e Lutas Democráticas na América Latina (2018);
- Direitos Humanos, Liberalismo Político e Econômico e Populismo Autoritário (2023).

Em 2008, o NCDH promoveu a Conferência Brasil-Alemanha sobre Direito Internacional da paz e dos Conflitos Armados, Justiça, Segurança Humana e Direito Internacional Humanitário.

As programações dos seminários, e os anais de alguns deles podem ser vistos no site: https://giuseppetosi.com.br/15_seminarios_internacionais_de_dhs_da_ufpb.

POR QUE DIREITOS HUMANOS?

Entende-se por “direitos humanos” um conjunto de princípios éticos, jurídicos e políticos que regem a convivência civil e o contrato social de um Estado Democrático e Social de Direito. Os direitos humanos constituem um “campo teórico ou hermenêutico” em sentido amplo, isto é, um conjunto de textos, interpretações, princípios, conceitos, linguagens, valores e questões suscitados pela reflexão coletiva, interdisciplinar, teórica e prática sobre o tema.

A existência de um pluralismo de interpretações sobre o que são os direitos humanos é indispensável e saudável para o debate acadêmico e para a formação dos profissionais e pesquisadores da área. Os limites deste pluralismo são dados pelo próprio pacto social que fundamenta o Estado de Direito e que encontra a sua expressão máxima na Constituição. Por isso, devem-se entender os direitos humanos como um campo de debate ideológico, social e político para a sua efetivação, em contínua transformação.

Os Direitos Humanos não são facultativos, fazem parte das obrigações éticas, jurídicas e políticas que todo cidadão brasileiro deve respeitar; são frutos de um longo processo histórico de lutas, revoluções, guerras, conflitos que con-

venceram a humanidade a adotá-los como padrão civilizatório. Eles reúnem o que há de melhor na história da humanidade: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

A liberdade civil e política é a herança do **liberalismo político** deixada pelas revoluções burguesas contra o absolutismo monárquico e o sistema econômico feudal; a igualdade social e econômica é a herança das **revoluções socialistas** contra a exploração capitalista; e a fraternidade é a herança do **cristianismo social**, que ensina que todo ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus e que em todos, inclusive no mais desprezível, há uma centelha divina, o que lhe confere uma dignidade própria.

Os Direitos Humanos são uma **secularização do cristianismo**, uma tradução, em termos laicos e racionalistas, dos princípios teológicos cristãos como também de outras religiões do mundo. Dizer-se cristão e ser contra os Direitos Humanos é algo incompatível, pregar o Evangelho e estimular o ódio e a violência é algo intolerável, pois que o Evangelho é uma doutrina de paz e de amor e não de ódio e de violência; o Evangelho prega o desarmamento dos corações e das mentes e o amor ao próximo (parábola do bom samaritano).

Nesses tempos em que os direitos humanos são violados massi-

vamente e há uma desqualificação não somente prática, mas também na justificativa teórica dos seus fundamentos, precisamos defender todos os espaços sociais e especialmente a universidade, que é o lugar onde é travado o debate das ideias, a razão da nossa existência como intelectuais que elaboram e divulgam uma visão de mundo alternativa.

No momento em que a **cidadela da universidade está sitiada** pelo fundamentalismo, pelo fanatismo, pelo obscurantismo, por ideologias retrógradas, pela linguagem do ódio que espalha mentiras nas redes sociais, pelas tentativas de golpe que ameaçam a frágil democracia brasileira e latino-americana, precisamos entrar no espaço público para defender a paz, os direi-

tos humanos, a democracia e lutar pela hegemonia cultural como dizia Gramsci: a força das ideias se torna uma força produtiva capaz de transformar o mundo quando é assumida pela elite intelectual e pela massa dos oprimidos: pelo bem e pelo mal!

Não podemos ficar neutros, precisamos estar engajados para não deixar que a violência, o conflito, a guerra prevaleçam nas relações sociais sobre a igualdade, a liberdade e a fraternidade, levando a humanidade para o abismo.

Por isso, é mais do que oportuna esta coletânea comemorando os 70 anos da UFPB para que a memória do passado motive as novas gerações a darem continuidade a este legado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marlene Costa et. al., *Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa*. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos 3*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

LYRA, Rubens Pinto. As vicissitudes da democracia participativa no Brasil. In *Revista de Informação Legislativa*. Brasília jan./mar. 1999, n. 141, p. 23-38.

LYRA, Rubens Pinto. *A Nova Esfera da Cidadania*. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

PARAIBA. *Emenda Constitucional Nº 38*, de 17 de dezembro de 2014. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA.

PARAÍBA. *Lei Estadual nº 5.551*, de 14 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. Diário Oficial (do Estado da Paraíba), p. 4- 5, 15 jan. 1992.

NUNES, Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] *Relatório final. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba*. João Pessoa: A União, 2017.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da Anistia no Brasil. Lições de tempos de luta e resistência*. (Homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

UFPB. *A retratação da UFPB*. Edição alusiva às comemorações dos 20 anos da Lei de Anistia. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. UFPB.

UFPB. Portaria 136/R/GR, de 10 de maio de 2018. *Criação da Comissão da Verdade da UFPB*.

UFPB. Portaria Nº 56 de 21 de fevereiro de 2025. *Criação da Comissão da Verdade da Universidade Federal da Paraíba*.

UFPB. Resolução Nº 28/2006. *Aprova o Regimento do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH*, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page_id=602

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Políticas de extensão universitária e a disputa pela cidadania: a questão dos direitos humanos na UFPB*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, 414 fl.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos. *Formação em direitos humanos na Universidade*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001

*As publicações do NCDH e do PPGDH podem ser vistas no site: <https://giuseppetosi.com.br/democracia-e-direitos-humanos>.

Licenciatura para os Movimentos Sociais do Campo: as experiências da História e Pedagogia

Regina Behar⁵⁶

Regina Célia Gonçalves⁵⁷

Maria do Socorro Xavier Batista⁵⁸

56

Graduada em História pela UFPB, mestre em História pela UNB e doutora e pós-doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP.

57

Graduada em História pela UFPB, mestre em Ciências Sociais pela UFPB, doutora em História Econômica pela USP.

58

Graduada em Pedagogia e mestre em Sociologia pela UFPB e doutora em Sociologia pela UFPE.

O acesso à educação pelas populações do campo, ao longo da história brasileira, sempre foi negligenciada, o que motivou os movimentos sociais do campo a empreender uma luta a partir da criação do Movimento Nacional de Educação do Campo por uma educação que atenda aos seus interesses, não apenas no que se refere ao direito, mas que reflita as especificidades, as diversidades culturais de processos de produção da vida, os interesses políticos e que estivesse ligada ao projeto de sociedade defendido pelos movimentos sociais do campo, calcado na agricultura familiar camponesa e na agroecologia.

A partir de 1997 e 1998 os movimentos sociais do campo promoveram seminários e conferências e provocaram diferentes mobilizações que resultaram em várias conquistas do ponto de vista legal, que definiram políticas de Educação do Campo, especialmente de programas voltados para os povos do campo, das águas e das florestas, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, o primeiro programa conquistado pelo movimento.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma iniciativa voltada à Educação do Campo, criado em 1998 a partir da luta dos

movimentos sociais, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O programa oferece cursos que vão desde a alfabetização até o Ensino Superior e a Pós-Graduação lato sensu. A implementação dos cursos ocorre por meio de parcerias entre universidades, o INCRA e os movimentos sociais do campo. Cabe a esses movimentos identificarem as demandas existentes em assentamentos e acampamentos, apresentar a proposta de criação dos cursos às instituições de ensino superior e colaborar com a coordenação e o acompanhamento dos projetos.

A UFPB participou, desde o início, entre 1999 e 2012, realizando dezesseis (16) cursos do PRONERA, envolvendo Educação de Jovens e Adultos (alfabetização e escolarização), Ensino Médio técnico e magistério, Ensino superior e especialização. O Centro de Educação e o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba tiveram um importante papel na execução de vários projetos, desde a alfabetização até o superior. No Campus I da UFPB, no Ensino Superior, foram realizadas três turmas de História, no CCHLA, e duas turmas do Curso de Pedagogia, no Centro de Educação.

Para possibilitar a efetivação desses cursos a UFPB assumiu um compromisso com os movimentos

sociais, criando o Programa Estudante Convênio Movimentos Sociais do Campo, através da Resolução do CONSEPE nº 25 de 2004, que estabelece normas para o ingresso de educadores, pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo, nos Cursos de Graduação, Habilitação Licenciatura, Programa Estudante Convênio – Movimentos Sociais do Campo (PEC-MSC) e dá outras providências. Nesta Resolução o Art. 2º definiu os destinatários do programa:

O PEC-MSC destinar-se-á ao ingresso de educandos que haja concluído o ensino médio, pertencentes aos Movimentos Sociais do Campo, vinculados aos Programas de Educação para a Reforma Agrária do INCRA, para realização de Cursos de Licenciatura, mediante celebração de convênios ou de termos aditivos aos convênios firmados entre a UFPB e os Programas para a Educação na Reforma Agrária do INCRA e similares (UFPB, 2024).

Ao completar seus 70 anos de existência, a UFPB pode comemorar com orgulho seu pioneirismo nas iniciativas que significaram avanço na democratização do ensino superior público no Brasil.

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA

A proposta de um Curso de Licenciatura em História para os Movimentos Sociais do Campo na Universidade Federal da Paraíba materializou um novo patamar nas relações entre a Universidade e a sociedade brasileira. Iniciado em 2004, este foi o primeiro curso superior na área de História em atendimento à demanda dos movimentos sociais do campo. A aprovação desse curso e as três turmas formadas a partir do Projeto Estudante Convênio-Movimentos Sociais do Campo PEC-MSC, estabeleceu relação de parceria e de diálogo qualificado no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, de reflexão teórica e na ampliação do acesso à universidade pública e de qualidade em nosso país.

Naquele ano de 2004, as poltronas do Auditório 411 do CCHLA foram ocupadas por um grupo de sessenta pessoas que, na condição de graduandos em História, representavam um segmento da sociedade brasileira, historicamente excluído de possibilidades reais de frequentar uma instituição pública federal de ensino superior, os trabalhadores rurais sem terra. Ali ocorreria a Aula Inaugural, proferida pela professora Rosa Maria Godoy Silveira, gravada como marco especial na

memória dos movimentos sociais do campo, da UFPB e da comunidade de historiadores brasileiros, especialmente dos que atuam no ensino superior.

As pessoas presentes dificilmente esquecerão a marcha protagonizada pelos estudantes, do prédio da reitoria até o CCHLA, com suas camisas, bonés e bandeiras vermelhas impactando visualmente e provocando o estranhamento de muitos que paravam para acompanhar a aquela marcha que trouxe para o Centro de Ciências Humanas e Letras um público que a comunidade universitária, em sua maioria, só o conhecia pela literatura, pelas imagens e discursos midiáticos ou, na melhor das hipóteses, como objeto de estudo de suas pesquisas acadêmicas.

A preocupação com a Educação do Campo, conforme já indicado nesse texto, levou à articulação, por meio do PRONERA, desse Projeto de Licenciatura em História, assim como também estavam em articulação os cursos de Pedagogia no Centro de Educação da UFPB. Os referenciais teóricos que criaram suas bases já vinham sendo desenvolvidos por pensadores e pedagogos envolvidos no esforço de elevar os patamares quantitativos e qualitativos da Educação contextualizada para os territórios da Reforma Agrária. Esses pensadores trouxe-

ram reflexões e propostas para uma Educação do Campo que, como Roseli Caldart (2012, p. 257) afirma, “nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. Entende-se por “trabalhadores do campo”, os camponeses, quilombolas, nações indígenas e os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. A proposta de uma educação no campo expressa a preocupação desses trabalhadores e suas organizações com a escolarização da população do campo.

Hoje, já decorridos mais de vinte anos dessas reflexões e experiências, é possível verificar o quanto se avançou nas concepções sobre educação contextualizada, não só no que se refere aos espaços de reforma agrária como nos territórios quilombolas e na educação indígena. Mas naquele momento, apesar dos referenciais em construção e das experiências com a Educação de Jovens e Adultos, ainda estávamos Tateando no que se refere à oferta de educação superior em contextos específicos.

Para o Departamento de História da UFPB, o curso significou a ampliação das reflexões sobre os processos sociais contemporâneos

e das lutas pela inclusão, em meio a realidades que historicamente sequestraram a Universidade Pública para suas classes mais abastadas. A experiência de remar na contramão estimulou a criatividade necessária para incorporar novos formatos curriculares, organização peculiar de conteúdos, novas práticas de ensino-aprendizagem e sistema de avaliação também dotado de especificidades tirando-nos de uma zona de conforto para enriquecer e ampliar nossos horizontes como docentes.

O curso trouxe para o nosso cotidiano, pessoas de todas as regiões do Brasil, trabalhadoras e trabalhadores do campo, de variada faixa etária e com experiências escolares e culturais diversas, representantes mais expressivos da luta pela terra. Esses estudantes colocavam para a Instituição problemáticas novas, como a da construção do conhecimento histórico na interlocução com segmentos sociais mais abrangentes, numa experiência efetivamente dialógica e radicalmente inclusiva. Para o Departamento de História, foi uma oportunidade que instigou importantes questões teóricas e metodológicas sobre a atuação dos historiadores em seu próprio tempo histórico.

Na perspectiva dos movimentos sociais do campo, por sua vez, o desafio inverso se colocava. Movimentos de forte dinâmica, de

ativismo constante e problematizador de uma das questões irresolutas do país – a Reforma Agrária –, o seu relacionamento direto com a Universidade possibilitava o aprofundamento e apropriação de novos conhecimentos, ampliando a qualidade de sua reflexão sobre as ações no cotidiano das lutas e a compreensão de sua historicidade. Além disso, a formação de recursos humanos mais qualificados e sensíveis para o enfrentamento da problemática agrária no país atendia às necessidades objetivas da educação do campo, principalmente a de profissionais para as escolas dos assentamentos da reforma agrária, numa conjuntura em que ainda não havíamos implementado as cotas sociais em nossa universidade.

Essa experiência questionava o sentido consagrado e arraigado de territórios e fronteiras do saber e a UFPB se abria aos distintos públicos que a complexificação da sociedade gestou e que a Universidade Pública Brasileira precisava (e precisa cada vez mais) incorporar e atender, cumprindo sua parte na democratização do ensino superior público.

Não foi sem luta que esse processo caminhou dentro da instituição e o DH as enfrentou, em todas as instâncias em que se discute a criação de novos cursos. Na verdade, mascarados por justificativas técnicas, os obstáculos eram mais

políticos e revelavam preconceitos que cercavam também os debates sobre as cotas nas universidades públicas. Alguns evocavam o princípio da meritocracia como critério consagrado pela ampla concorrência, outros chegavam a colocar dúvidas sobre a capacidade intelectual dos estudantes provenientes do universo camponês para acompanhar os critérios acadêmicos de qualidade de um curso superior, antevendo baixo rendimento dos educandos e perda de qualidade dos cursos oferecidos e assim buscavam sua rejeição.

Enfrentamos todos esses desafios, certos que estávamos de que o projeto provaria justamente o contrário, demonstrando que esses estudantes chegavam com acúmulo de conhecimentos e experiências que facilitava a aprendizagem; por sua inserção política nas lutas cotidianas e por participarem ativamente de seus contextos comunitários, repletos de enfrentamentos, potencializadores de sua capacidade de resposta a desafios; e pela tradição de estudo e de qualificação que faz dos movimentos sociais espaços não escolares de formação cidadã e de transmissão de conhecimentos. A partir dessas premissas, tínhamos convicção da sua capacidade para superar obstáculos de ordem acadêmica, o que se comprovou ao longo

do tempo no acompanhamento do desempenho das turmas.

Não podemos deixar de reconhecer que o processo de democratização da Universidade depende em grande medida de seus gestores e, naquele momento, vivíamos um período de consolidação democrática que favorecia o atendimento ao pleito dos movimentos sociais em reconhecimento às bases sólidas do projeto, e à existência de recursos materiais e humanos da universidade para levá-lo a bom termo. Nunca é demais reafirmar que a escolha dos Reitores pela comunidade acadêmica e o respeito aos resultados das consultas são fundamentais para o exercício da autonomia e a garantia do compromisso da Universidade Pública com a Sociedade e, nesse processo, contamos com o apoio do Professor Jader Nunes, reitor da UFPB, que se tornou um defensor do projeto e buscou agilizar os tramites de sua passagem pelos órgãos de decisão, contra as manobras tentadas para inviabilizá-lo.

A luta pela implantação do curso, assim como a intenção de enfrentar com consistência as argumentações dos que se opunham à sua criação, levaria um grupo de professores a elaborar um Projeto Prolicen para acompanhar o desenvolvimento da primeira turma do Curso de Licenciatura em História para os Movimentos Sociais do

Campo. Realizada a seleção, foram aprovados 60 estudantes oriundos de todas as regiões e da quase totalidade dos estados brasileiros, contemplando diversidade de gênero e faixas etárias. Os movimentos que reivindicaram vagas nessa primeira turma foram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

A permanência dos educandos no campus I da Universidade ocorria duas vezes por ano realizando seus semestres letivos de modo concentrado, com aulas em tempo integral. Por meio do Convênio com o Incra, eles obtinham alojamento, alimentação no Restaurante Universitário e transporte para a universidade, onde passavam todo o dia em aulas. Encerrado o período intensivo de aulas, o chamado “tempo-escola”, retornavam aos locais de origem onde continuavam a ser acompanhados por monitores regionais, profissionais licenciados em História, preparados para oferecer suporte presencial no desenvolvimento dos trabalhos do “tempo-comunidade” e, também, à distância, por professores das disciplinas em desenvolvimento.

O Projeto de acompanhamento dessa turma, realizou entrevistas, produziu um acervo fotográfico e um documentário sobre o cotidiano dos estudantes em seu tempo-escola. Buscava-se compreender

a dinâmica do grupo e sua auto-organização e nos revelou características que os tornavam turmas especialmente preparadas para superar limitações individuais por trabalharem coletivamente, desde sua forma de auto-organização em núcleos de base, que facilitava seu cotidiano, até os grupos de estudo que atuavam de forma solidária uns com os outros no desenvolvimento dos estudos, das leituras e de outras tarefas acadêmicas. Era exemplar sua disciplina e seu compromisso firme em busca do conhecimento e isso resultou num patamar de excelência cujos resultados referentes a desempenho foram um exemplo para outras turmas. O índice de desistência foi de apenas duas pessoas e a primeira turma formou 58 historiadores, professores de história com plena capacidade para atuar no ensino e na pesquisa.

A segunda turma do curso de História, contou com maior diversidade e com a representação de 7 movimentos: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), PJR (Pastoral da Juventude Rural), MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos) MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e Quilombolas (PE e PB).

Ainda que mantendo a mesma qualidade e os princípios or-

ganizativos da primeira turma, e ao final do processo havendo uma correspondência com o desempenho apresentado na primeira, a segunda turma teve um índice de desistência maior: ocorreram 11 (onze) desistências e o falecimento de uma aluna no último ano de sua realização (janeiro de 2011). Desta forma, a meta final foi reduzida para 48 (quarenta e oito) educandos. Entretanto, esse índice não extrapola aqueles encontrados em turmas de história dos cursos extensivos, assim denominados para diferenciar dos PEC-MSC, de caráter sequencial intensivo.

A terceira turma oferecida nessa modalidade, sofreu uma redução de demanda, e embora tenhamos tido representatividade no que diz respeito à diversidade de movimentos sociais e estados brasileiros, foram preenchidas 34 vagas, primeiramente em decorrência de 9 desistências ainda no período de seleção e, posteriormente, de 15 alunos já matriculados. Entre as justificativas encontradas para tal situação indicamos os atrasos de repasse de recursos pelo Incra, o que levou a adiamentos das etapas programadas, assim como as dificuldades dos movimentos sociais em arcar com os custos do transporte desses estudantes de seus estados para João Pessoa nos períodos de atividades do tempo-escola, num momento em que as dificuldades econômicas já

os atingiam fortemente. Também já vivíamos, em 2015, uma deterioração da conjuntura política, anunciando as dificuldades da gestão democrática do Estado brasileiro que impactavam as lutas sociais e que levaria ao golpe que derrubou o governo Dilma Rousseff em 2016. A partir daí, o desmonte de políticas sociais inclusivas levou ao fim da oferta do Curso de História para os Movimentos Sociais do Campo, encerrando, provisoriamente, uma etapa de enriquecimento coletivo em nossas práticas educacionais com a abertura a novos processos de inclusão.

Só temos boas memórias dos educandos e educandas dos cursos de História formados nesses anos de parceria e nos orgulhamos em fazer parte de suas trajetórias profissionais que hoje fazem a diferença em salas de aula de diversos níveis de ensino e nos cursos de formação de seus movimentos. Muitos deles continuaram os estudos em níveis de mestrado e de doutorado, são docentes, são pesquisadores comprometidos com as lutas de seu tempo, brasileiras e brasileiros que lutam cotidianamente para transformar o Brasil num país mais justo. Exercem seu ofício a partir desse compromisso e têm em seus currículos a marca da Universidade Federal da Paraíba como espaço de formação acadêmica que ousou abrir suas

portas para receber os povos do campo participando, desse modo, de sua luta contra a estrutura desigual que se estende da terra à cultura e à educação. Muitos desses egressos tornaram-se lideranças importantes em seus estados e nacionalmente, desempenhando funções de coordenação de setores de educação dos seus Movimentos, direções de escolas e outros encargos de gestão em setores de formação, tarefas importantes na qualificação de seus quadros e fortalecimento de seus movimentos em suas lutas por justiça social e reforma agrária.

O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Em consonância com a Resolução 25/2004 o curso de Pedagogia foi regido pela Resolução do CONSEPE nº 61 de 2007, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, do Centro de Educação, Campus I, desta Universidade, para educadores dos movimentos sociais do campo, vinculados aos Assentamentos da Reforma Agrária do INCRA, no Brasil (UFPB, 2007).

Foram realizadas duas turmas do Curso de Pedagogia, sendo a primeira no período de 2008 a 2012 e a segunda entre 2015 e 2020, e ambas resultaram de uma

demanda da Comissão Pastoral da Terra com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na primeira turma foram 44 estudantes concluintes, oriundos de vários municípios da Paraíba, e na segunda, foram 15 estudantes dos estados da Paraíba e Pernambuco.

O projeto foi elaborado por um grupo composto por uma representante da CPT, a educadora popular Hygia Margareth Sousa da Silva e pelas professoras Maria do Socorro Xavier Batista, Edineide Jezine e Ana Paula Romão, e recebeu contribuições da professora Norma Maria de Lima. Esse grupo apoiou, deu aulas e orientou trabalhos de conclusão dos estudantes.

O curso adotou um regime acadêmico da Pedagogia da Alternância, no qual são alternados Tempo Escola (Presencial) e Tempo Comunidade (Atividades orientadas nos assentamentos). Pedagogia da Alternância é uma metodologia do trabalho pedagógico adotada pelos cursos de Educação do Campo. Essa metodologia acompanha os cursos propostos pela Educação do Campo e especialmente pelo PRONERA, pois, conforme Correia e Batista (2012, p. 178).

A Pedagogia da Alternância propõe a formação integral do jovem camponês por meio de uma abordagem metodológica que prima pela autonomia dos sujeitos, enfatizando

especialmente o aspecto profissional e intelectual. Sugere um trabalho pedagógico fundamentado nas experiências concretas dos educandos, considerando a cultura camponesa como ponto de partida.

Essa pedagogia, além de proporcionar a união entre teoria e prática, garante aos estudantes trazer os saberes das suas experiências e de suas comunidades para reflexão nas aulas, desenvolve projetos na comunidade e propicia o protagonismo nas aulas e na produção de conhecimentos.

O Curso adotou componentes curriculares/Conteúdos de Aprofundamento diferenciados: Fundamentos Sócio Históricos da Educação do Campo, Educação Popular, Economia Popular Solidária e Práticas Associativas, Teorias e Práticas da Educação Popular, Educação Ambiental, Seminário II: Realidade Educacional Brasileira do Campo, Tópicos Especiais (TEPs) e Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. Os estágios curriculares obrigatórios foram realizados em escolas nas comunidades de origem dos estudantes.

Conforme previsto no Manual do PRONERA, o curso era gerido de forma compartilhada, envolvendo a Universidade, o INCRA e os movimentos sociais. As decisões relativas ao curso eram tomadas pelo colegiado e pelo Nú-

cleo Docente Estruturante, ambos compostos por representantes dos departamentos do centro universitário e por membros indicados pelos movimentos sociais. Em consonância com a proposta pedagógica do PRONERA e a experiência dos movimentos sociais, os estudantes desempenhavam um papel ativo, tanto nas atividades pedagógicas quanto na gestão do curso. Os estudantes dos dois cursos realizados no Centro de Educação eram integrantes de movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

REPERCUSSÕES DOS CURSOS DO PRONERA

Os cursos do PRONERA trazem a marca das lutas da classe trabalhadora que são os estudantes camponeses, assentados e acampados da Reforma Agrária que entram na universidade como um coletivo e trazem o campo em sua rica diversidade, seus saberes da experiência com a terra e com as lutas, os rituais dos movimentos nas místicas e o engajamento político, adentram a universidade como sujeitos de direitos e adotam formas de auto organização e participação ativa no curso, nos debates em sala de aula, produzem conhecimentos que refle-

tem suas histórias e memórias de lutas pela terra. Outra diferença são os formatos pedagógicos, tempos e espaços de formação diferenciados, não só em decorrência da pedagogia da alternância, mas em função dos trâmites burocráticos entre a universidade e o INCRA, que atrasavam os repasses de recursos dificultando e atrasando o funcionamento das etapas dos semestres letivos.

O ingresso de jovens assentados na universidade representa uma conquista significativa, pois rompe com as barreiras da centralização do conhecimento e da elitização do ensino superior. Trata-se de um avanço importante no que diz respeito ao acesso de sujeitos historicamente excluídos dessa etapa educacional, promovendo o direito à igualdade na diferença e o reconhecimento da diversidade — de sujeitos, saberes e práticas. Essa presença possibilita a troca de conhecimentos entre camponeses e acadêmicos, o diálogo entre diferentes culturas e valores, bem como a emergência da cultura popular no espaço universitário. Além disso, favorece a articulação entre saberes científicos e populares, promovendo a construção de um conhecimento socialmente relevante.

A auto-organização das/os estudantes em vários núcleos de base voltados para potencializar o funcionamento dos cursos propor-

cionam uma riqueza dos relacionamentos interpessoais. Além disso, os debates promovidos durante o Tempo Universidade proporcionam a formação política que levou a atuação política das/os egressas/os em lugares de destaque na organização política nos movimentos sociais. Vale salientar que a formação adquirida na universidade proporcionou o acesso ao trabalho, uma vez que muitas egressas e egressos passaram a trabalhar em escolas no campo, em seus territórios.

A formação superior gerou diversas repercussões para os egressos. Além de possibilitar o acesso a um conhecimento sistematizado e socialmente referenciado, contribuiu para seu envolvimento educacional, social e político nos assentamentos, onde passaram a exercer papéis de liderança e destaque. A profissionalização obtida foi alinhada à realidade e às necessidades do campo, permitindo a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, especialmente em escolas, organizações não governamentais, movimentos sociais e na Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

TENSÕES E LIMITES

Muitas vezes as estudantes e os estudantes tinham a sensação

de uma inclusão excludente, pois não tinham acesso aos programas da universidade, além disso, como os cursos não fazem parte da oferta regular da instituição havia problemas com salas de aula. Os estudantes vivenciaram certa indiferença, curiosidade e até rejeição por parte dos estudantes dos cursos regulares, pois para eles os camponeses eram o “estranho”, como se estes não tivessem o direito de realizar um curso superior em uma universidade, denotando posições políticas conservadoras.

Do ponto de vista político-burocrático, a oferta descontínua e irregular do curso exigia diversos trâmites administrativos a cada nova turma que se iniciava, uma vez que o processo de aprovação precisava passar por todas as instâncias decisórias, o que atrasava o início e o andamento das etapas formativas. Essa situação era agravada pelo constante atraso na liberação de recursos por parte do INCRA, comprometendo a regularidade dos semestres letivos. No que se refere à estrutura curricular e pedagógica, os calendários acadêmicos da UFPB dificultavam a aplicação da metodologia da alternância. Além disso, havia obstáculos para a contratação de professores, uma vez que muitos já possuíam carga horária definida pelos departamentos e, atuar no curso de Pedagogia do PRONERA,

representava uma sobrecarga de trabalho docente.

POTENCIALIDADES DOS CURSOS DO PRONERA PARA A UNIVERSIDADE

Ao atender às demandas dos movimentos sociais do campo, a Universidade Federal da Paraíba cumpriu com o seu papel social. A oferta dos cursos possibilitou a inserção da temática do campo no ambiente acadêmico, estimulando a criação de grupos de pesquisa sobre a temática Educação do Campo, a produção de monografias, dissertações e teses, o desenvolvimento de atividades de extensão, a realização de eventos científicos e a geração de conhecimento socialmente engajado.

Como desdobramento desse processo, foi criado o Curso de Pedagogia, Licenciatura com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, que já formou diversas turmas e tem promovido inúmeros projetos de extensão em escolas localizadas no campo. Iniciativas como o PIBID têm contribuído para a formação sólida de estudantes, ao aproximá-los de práticas pedagógicas contextualizadas e voltadas à realidade das comunidades do campo.

No momento em que se comemora sete décadas de existên-

cia, trazer à tona a importância dos Cursos de Licenciatura para os Movimentos Sociais do Campo, é colocar um foco nas realizações da UFPB que contribuíram para o fortalecimento de canais de verdadeiro compartilhamento de saberes entre universos sociais distintos, de modo a potencializar respostas tanto para a situação agrária quanto para a re-

flexão sobre a própria universidade no contexto das demandas da Sociedade Brasileira. A UFPB, naquele momento histórico, reafirmou seu compromisso com a democratização do ensino e com a inclusão dos que historicamente foram privados da oportunidade de acesso à Universidade Pública Brasileira e isso é um orgulho para todas e todos nós.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Deyse Morgana das Neves, BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Alternância no Ensino Superior: o campo e a Universidade como territórios de formação de educadores do campo. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel Et al. (Org.) **Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 173-197.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Resolução CONSEPE nº 25, de 2004**. João Pessoa: UFPB, 2004. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/dgp/contents/menu/assuntos/documentos>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Resolução do CONSEPE nº 61/2007**. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2016038223d1d-4284224c255d3539ef5/Rsep61_2007.htm. Acesso em: 10 de junho de 2025.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Rosely Salete; MOLINA, Mônica Castagna Molina (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Rosely Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB/Coordenação do Curso de História PEC/MSC. **Relatório Final/2008 e Relatório Final do Convênio n.07/2004**. Turma I. João Pessoa, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB/Coordenação do Curso de História PEC/PRONERA. **Relatório Final/2011 e Relatório Final do Termo de Cooperação UFPB – INCRA/PRONERA**. Curso de Licenciatura em História. Turma II. João Pessoa, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB/Coordenação do Curso de História PEC/PRONERA. **Relatório Final/2017**. Turma III. João Pessoa, 2017.

PARTE VI

Crises e Retomadas



Entre idas e vindas: autoritarismo e resistência democrática na UFPB

Monique Cittadino⁵⁹

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva⁶⁰

59 Graduada em História e Medicina e Mestra em Ciências Sociais pela UFPB. Doutora em História Econômica pela USP. Professora Titular e atual Chefe do Departamento de História (CCHLA)

60 Graduado em História (UFPB). Mestre em Ciência Política (UFPE). Doutor em Ciências Sociais (UnB), com estágio-sanduíche na Universidad de Chile. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e atual Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)

A criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1955, realizando a proposição feita pelo escritor areiense José Américo de Almeida quando era governador estadual, é um marco histórico importante para o nosso estado, representando uma contribuição duradoura e significativa para a construção do seu desenvolvimento. Entretanto, a trajetória da UFPB como instrumento de desenvolvimento regional e como ambiente de construção autônoma, democrática e crítica do conhecimento não é retilínea, tendo oscilado ao sabor do clima político nacional, como não poderia deixar de ocorrer.

Não à toa, a ideia e iniciativa de criação da então Universidade da Paraíba deu-se nos anos 1950. Naquela época, o país vivia um clima de otimismo, estimulado pela ordem constitucional e pelo ambiente social democráticos que se instalara no país após a 2ª Guerra Mundial e o fim do Estado Novo. Amplos setores da sociedade acreditavam que, sob democracia, o país seguiria firme no rumo do progresso. Com o governo de Juscelino Kubistchek, falava-se que o país cresceria “50 anos em 5”. O país acelerou sua industrialização e urbanização, foi construída Brasília e os automóveis passaram a ser um bem de produção nacional. No plano da cultura, surgiram a Bos-

sa Nova, que rapidamente atingiu sucesso internacional, o Cinema Novo e o teatro popular, estimulados e produzidos por estudantes e intelectuais progressistas e nacionalistas, ombreados com outros artistas e expressões próprias das classes populares. No horizonte desse otimismo, estava o propósito de desenvolver o país, e a instalação de uma universidade num estado subdesenvolvido como a Paraíba bem expressava tal propósito.

O primeiro reitor da UFPB, o professor Dumerval Trigueiro, em pronunciamento publicado no jornal “O Norte”, em 28 de outubro de 1956, no contexto da oficialização do decreto de reconhecimento universidade, afirmou:

Creio que a Universidade, com a perfeita articulação e desenvolvimento de todos os seus setores, será, daqui por diante, o centro cultural da Paraíba, refletindo a sua vida e enriquecendo-a. Formando as suas elites e preparando o seu futuro. E é por isso que não temo exagerar-lhe a importância, afirmando que ela representa o mais alto marco da nossa vida social e cultural nos últimos tempos.

Avaliando em perspectiva na ocasião em que completamos 70 anos, é possível afirmar que a UFPB cumpriu e vem cumprindo esta crença do seu primeiro reitor, publicizada no seu momento

fundacional. Um exemplo pioneiro ilustrou a edição do “Diário de Pernambuco” de 05 de janeiro de 1956. Trata-se da notícia da realização do “II Mês de Arte e Cultura”, promovido pela Universidade da Paraíba em conjunto com a Secretaria de Educação e Saúde da Paraíba. Como parte da programação do evento, foi realizado o curso de “Introdução ao Estudo da Civilização do Nordeste”, que teve entre seus conferencistas o sociólogo Gilberto Freyre e o historiador Câmara Cascudo, além de diversos intelectuais paraibanos. Provavelmente, esta tenha sido uma das primeiras iniciativas da UFPB na reflexão crítica sobre a região.

José Américo de Almeida, no seu discurso de posse como segundo reitor da Universidade da Paraíba, publicado no jornal O Norte de 01 de dezembro de 1956, afirmou:

A falta de organização universitária [na Paraíba] já causava um incômodo entre nosso desenvolvimento material e nosso nível espiritual. Urgia criar essa base como um móvel de outras organizações. (...) A cultura superior formará elites que ganharão a profundidade que irradia e adquire extensão. É um organismo que, pelo seu caráter seletivo, enriquecerá o meio com uma mentalidade mais lúcida e operante de sabedoria e espacialização.

Já o economista pombalense Celso Furtado, que estabeleceu a mais sólida interpretação sobre o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, em ensaio dos anos 1980 onde tratou do papel da cultura para o desenvolvimento, lembrou que, não à toa, o surgimento de um ambiente universitário dotado de atividade

...intelectual estimuladora da formação de uma consciência crítica na coletividade, ocorreu no Nordeste nos anos 50, no quadro do amplo movimento de renovação então ocorrido na região. Não creio que seja sem significação o fato de que, quase simultaneamente, na segunda metade desse decênio, surgiram novas universidades, as Ligas Camponesas, a Sudene, a obra pedagógica de Paulo Freire. (FURTADO, 1984, 59)

Constituir-se como um instrumento para o desenvolvimento paraibano, para o fomento da cultura local e para a formação de uma elite capaz de dirigir os destinos do estado foram os pontos que sobressaíram nos discursos desses três analistas que pensaram a UFPB. Mas, que universidade a UFPB estava vocacionada a se tornar ao longo de sua história? A universidade enraizada no ambiente de renovação regional de base nacional-popular anunciado por Celso Furtado, voltada à construção de uma “consciência crítica” sobre o desenvolvimento, ou a universidade que servia à

promoção do “desenvolvimento material” e do “nível espiritual” da sua gente assumindo um perfil “seletivo” na formação das elites regionais, que pontificou José Américo? Tal dilema - que persiste, e a citada “seletividade” do fazer universitário, talvez, só tenha sido enfrentado com firmeza com a Lei de Cotas para o Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012) -, marcou a UFPB já neste momento fundacional.

Entre o final da década de 1950 e o início da década seguinte, o movimento camponês emergiu como ator político relevante na Paraíba, através das Ligas Camponesas. A pauta da reforma agrária tomou conta do debate público no estado, envolvendo os movimentos sociais, as elites políticas e econômicas, a imprensa, os intelectuais e os artistas, chegando, como não podia deixar de ser, à UFPB. A primeira direção da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, criada em 25 de novembro de 1961, por exemplo, teve como presidente Francisco de Assis Lemos e como tesoureiro Leonardo Leal. Deputado estadual eleito em 1962, Assis Lemos era professor da UFPB, atuando na Faculdade de Ciências Econômicas, embrião do atual Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), e da Escola de Agronomia do Nordeste, atual Centro de Ciências Agrárias (CCA), em Areia. Já Leonardo Leal era artista plástico e dentista, sendo professor da Faculdade de Odon-

tologia da UFPB, e atendia gratuitamente camponeses, que vinham de Sapé, Mari e outras cidades, no seu consultório odontológico na Avenida Tabajaras. Por outro lado, também era professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB o deputado estadual e advogado Joacil de Brito Pereira, representante das tradicionais elites oligárquicas paraibanas e uma das principais lideranças civis do golpe de 1964 na Paraíba.

Já da Faculdade de Filosofia, a FAFI, cujo legado hoje faz parte do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), saiu boa parte do corpo docente que criou e conduziu os trabalhos da CEPLAR, Campanha de Educação Popular da Paraíba. Inspirada pelo método criado por Paulo Freire, a CEPLAR foi fundada em 1961 e foi extinta após o golpe de 1964, tratando-se de uma iniciativa do então governador do estado, Pedro Gondim, de criar um programa de educação popular, com foco na alfabetização. Era ligada ao CED, Conselho Estadual de Desenvolvimento, então presidido pelo economista Ronald Queiroz, também professor da Faculdade de Ciências Econômicas, e que tentava reproduzir no estado o programa implantado por Celso Furtado na SUDENE.

Seguindo no seu já citado ensaio, Celso Furtado questionou o

papel que caberia às universidades “em uma região pobre e duplamente dependente como é o nosso Nordeste?” (Idem, 55). Problematicando a questão, apresentou os três campos essenciais da “atividade universitária”, que sejam:

...a difusão de conhecimentos de nível superior, a elaboração de conhecimentos de tipo instrumental e a criação de conhecimentos capazes de ampliar o horizonte de aspirações dos membros da coletividade, mediante o enriquecimento de seu patrimônio cultural. Esta terceira função da atividade universitária alcança a sua plenitude nas sociedades democráticas. Nas sociedades não-democráticas (...) também pode existir uma *intelligentsia* e esta pode mesmo produzir figuras eminentes. Mas o horizonte da criatividade se circunscreve aos setores que reforçam as estruturas de poder e ao sistema de valores existente. Nessas sociedades os criadores intelectuais não encontram condições para organizar-se em comunidades com o grau de autonomia que é específico da vida universitária. Mas, como é nos meios intelectuais e na comunidade científica dessas sociedades que brota o espírito de dissidência e inconformismo, o germe da vida universitária também nelas está presente” (Idem, 57-58)

Criada em período de democracia, a UFPB sofreu intervenção

imediate quando do Golpe de 1964, tendo seu reitor Mário Moacir Porto sido afastado do cargo e substituído por um interventor, o médico e major do Exército Guilardo Martins, que permaneceu no cargo até 1971. Ato contínuo, professores envolvidos com o projeto de desenvolvimento nacional-popular que se construía no período democrático derrubado pelo golpismo de 1964 foram afastados da UFPB, como os citados Assis Lemos, Leonardo Leal e Ronald Queiroz. O que comprova a premissa de Celso Furtado, de que, em tempos de autoritarismo, o livre pensar crítico e criativo é obstaculizado nas universidades⁶¹.

61 Em entrevista concedida em 2007, Celso Furtado fez uma interessante observação, comentando como a UFPB contribuiu para o desenvolvimento intelectual e material de João Pessoa: “Quando estudei no Liceu Paraibano [na década de 1930], não havia sequer curso ginasial completo. Tive que ir a Recife para completá-lo. Hoje o mundo universitário se desenvolveu consideravelmente no Nordeste e houve um processo de industrialização significativo” (FURTADO, 2009, 271)

Cerimônia de entrega do título de Professor Honoris Causa ao Presidente General Humberto de Alencar Castelo Branco, concedido em 1966



Durante o reitorado de Guilardo Martins, a UFPB ingressou num período de intenso crescimento e dinamismo: o número de matrículas na instituição mais do que triplicou; foi criada a Cidade Universitária no local onde era a antiga “Granja de São Rafael”, agregando, em um só local, as diversas faculdades, então dispersos pela cidade; foram fundados, na Cidade Universitária, órgãos como a Biblioteca Central e o Hospital Universitário (ALVES, 1970). Ao mesmo tempo, nos anos da sua administração e da do seu sucessor, o médico Humberto

Nóbrega (1971-1975), a UFPB ficou marcada como uma das universidades federais onde a repressão política se fez mais intensa, com perseguição sistemática a servidores e estudantes (CITTADINO, 1993). Tal perseguição era amparada pela atuação da sua Assessoria de Segurança e Informação (ASI), sob a liderança do professor de Farmácia Ediláudio Luna de Carvalho, identificado com a “linha dura” do regime autoritário, considerada uma das mais eficientes do país, exemplar às suas congêneres (MOTTA, 2014; SILVA, 2020).

Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, acompanhado do Reitor da UFPB, Guilardo Martins, em evento na universidade.



O reitorado que se seguiu, de Lynaldo Cavalcanti (1976-1980), marcou novo e importante momento de expansão da estrutura física, acadêmica e administrativa da UFPB. Movido pela problemática da questão regional e pela percepção de que à Universidade repousava a função de garantir o desenvolvimento do estado, Lynaldo iniciou vigorosa campanha de interiorização da instituição, com a criação de três novos campi que levaram a UFPB até o sertão paraibano⁶². Paralelamente, demandava-se a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, que exigiam a ampliação do quadro de pessoal da instituição, com a contratação, sobretudo, de pessoal docente oriundo de outras regiões do país e mesmo do exterior, posto que o mercado local era incapaz de atender às necessidades impostas. Em consequência, ao longo do seu reitorado, o número total de docentes cresceu 173% (ALBUQUERQUE, 1980, p. 84).

A democratização de uma sociedade, ou a transição de uma ditadura para uma democracia, é um

processo político dinâmico e criativo que, uma vez inaugurado, segue entre disputas e conflitos, ampliando progressivamente os direitos da cidadania ao sabor da correlação de forças e da conjuntura políticas. Assim foi no caso do Brasil, que iniciou sua transição à democracia com a liberalização “lenta, gradual e segura” implantada no governo do presidente Ernesto Geisel, sob forte pressão da sociedade civil, e que se seguiu até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Da mesma forma ocorreu na UFPB, onde o processo de liberalização política iniciado no reitorado de Lynaldo Cavalcanti foi sempre tensionado pela comunidade universitária. Os anos da administração de Lynaldo foram marcados em âmbito nacional pelo processo de abertura política, com a retomada dos movimentos sociais e a vitalidade das lutas democráticas. O novo reitor permitiu que essa movimentação que atingia o país reverberasse na UFPB, o que conduziu à retomada do pensamento crítico e da atuação dos movimentos sociais no ambiente universitário de forma “gradual e segura”, mas num ritmo mais rápido do que ocorria no cenário político nacional.

Esse processo, contudo, não se daria de forma linear e enfrentaria as contradições provenientes das pressões exercidas pelas forças

62 Em 1976 a UFPB contava com os campi de João Pessoa, Campina Grande, Areia e Bananeiras.

Até 1980 foram implantados os de Cajazeiras, Souza e Patos a partir das faculdades já existentes nestes municípios (Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito e Escola de Veterinária, respectivamente). Cf. Albuquerque, 1980, pp. 46-47.

antagônicas do campo político. Assim, impossibilitado de extinguir a ASI, Lynaldo afastou seu dirigente, o prof. Ediláudio Luna de Carvalho, substituindo-o por Nogui Vilar de Aquino, um general do Exército que, seguindo as orientações do reitor e os rumos da abertura política que vivenciava o país, assumiu uma postura mais tolerante com relação à admissão de docentes com perfil opositor ao regime militar, mas detentores de uma formação profissional necessária para a modernização da universidade. Foi o que se deu quando da criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), em 1976. Para cumprir tal missão, Lynaldo convidou o hoje célebre sociólogo Renato Ortiz, que então residia na França, onde havia recém-concluído seu doutoramento, sob orientação do sociólogo brasilianista Roger Bastide. Ortiz permaneceu apenas um ano na UFPB, transferindo-se para a UFMG, sendo substituído na coordenação do NDIHR por Rosa Godoy, historiadora paulista que foi uma das principais responsáveis para a renovação dos estudos históricos na UFPB, nas três décadas que se seguiram.

Ambos, Renato Ortiz e Rosa Godoy, eram claramente opositores à ditadura militar, mas também eram nomes com perfis acadêmicos e intelectuais adequados para fazer

avançar na UFPB o “horizonte da criatividade” típico de uma vida universitária autônoma, retornando às reflexões de Celso Furtado. A chegada de docentes de outras regiões do país e até do exterior à UFPB, entretanto, não deixou de causar conflitos, impulsionados, sobretudo, por professores e intelectuais paraibanos (CITTADINO, 2024) que, no mais das vezes, encaravam a chegada desses novos colegas como uma ameaça às “estruturas de poder e ao sistema de valores existente” na universidade, ainda se atendo a Celso Furtado. Sobre sua passagem na UFPB, Ortiz afirmou:

Quando eu terminei meu doutorado, (...) eu decidi que queria voltar para o Brasil. Eu não queria mais ficar na França. E, por um acaso, e eu só fui entender depois esse acaso, recebi um convite. O convite vinha do reitor da universidade [a UFPB], recém-empossado, que se chamava Lynaldo Cavalcante. Isso foi em 1976. E eu aceitei o convite. (...) Foi assim que eu vim para a Paraíba. Eu fiquei aqui o ano de 1976. Na verdade, em 1976 ainda não havia pós-graduação. E também existia um centro de história, que me pediram para presidir, o NDIHR. O convite foi para isso. Mas nós éramos muito poucos os professores que vieram de fora ainda. Porque depois eu sei que houve uma leva de professores que veio (...). Quando eu cheguei, havia apenas mais três outros professores de fora. Era

uma coisa muito local ainda. Eu tenho a impressão que o reitor deve ter tido vários problemas para trazer pessoas de fora naquela época. E nós éramos os primeiros. Fiz viagem pelo interior, uma série de coisas. Mas a universidade ainda era (...) bastante fechada nessa época. Você não tinha muita liberdade intelectual. Porque é claro que nós vivíamos nessa época não só que existia a ditadura militar, mas existia também uma parte da elite de João Pessoa (...) [que] não tinha lá grandes interesses de ceder lugar em várias instituições. A universidade ainda era um lugar cotizado pelas elites. Então você tinha uma reprodução das elites na universidade.⁶³

Assim, a UFPB se veria oxigenada pelo ingresso multifacetado dos que ansiavam pelo retorno da democracia, como salienta o prof. Sílvio Frank Alem, professor do Departamento de História, fundador da ADUF e, ele próprio, militante de esquerda, com passagem pelo movimento estudantil:

Aquela época, os consensos eram mais amplos que quaisquer divergências. Comunistas, socialistas, social-democratas, católicos engajados, exis-

tencialistas ou libertários, feministas, ecologistas... quaisquer que fossem as autodefinições assumidas, tínhamos em comum a decisão de avançar na luta pela conquista do Estado de Direito, das liberdades democráticas. Exigíamos o direito, queríamos exercitar a cidadania (ADU-FPB-JP/SSind, 1999, 31-32).

Para a construção desse capítulo, realizamos entrevistas com três integrantes da comunidade da UFPB entre o início dos anos 1970 e o início dos anos 1980, o professor de Engenharia Produção Paulo Adissi e os então estudantes Walter Dantas e Regina Célia Gonçalves⁶⁴. Em comum, os três estiveram envolvidos com os movimentos sociais pela democracia que se expandiam pelo país naqueles anos, e tinham a UFPB como seu espaço primeiro de atuação política.

Paulo Adissi foi um dos jovens professores que veio trabalhar na UFPB a convite de Lynaldo Cavalcanti. Após concluir o mestrado de Engenharia de Produção na UFRJ, Adissi se transferiu para João Pessoa, onde foi um dos pioneiros da área de Engenharia de Produção na UFPB. Aqui chegando, ao lado de colegas como Sílvio Frank Alem, ingressou no movi-

63 Renato Ortiz, em depoimento prestado, em 14 de agosto de 2024, nas dependências do CCHLA, ao projeto “Entrelaços”, comemorativo aos 50 anos daquele centro. Disponível no canal do CCHLA no Youtube, no link https://www.youtube.com/watch?v=8_iTLpm0qyY

64 Regina Célia Gonçalves ingressou na UFPB como professora concursada do Departamento de História (CCHLA) em 1991. Quando se aposentou, em 2017, era Assessora de Extensão do CCHLA.

mento docente, envolvendo-se nas lutas sindicais e se tornou um dos fundadores da ADUF. Nos anos seguintes, continuou a militar pela democratização do país e da UFPB. Adissi lembra que as reivindicações pelo fim da ASI e pela realização de eleições diretas dos dirigentes universitários eram garantidas pelo clima de liberalização instalado na UFPB. Não sem sobressaltos, entretanto. Adissi também recordou quando, em 1980, se espalhou a notícia que uma bomba havia sido instalada na sede da ADUF. Tratava-se de uma notícia falsa, mas não despropositada. Naqueles tempos, a ultradireita brasileira, opositora da abertura política, estava plantando bombas em espaços onde se lutava pela democracia, sendo uma das mais célebres a que vitimou a secretária da OAB-RJ, Lyda Monteiro, em 1980.

A paulista Regina Célia Gonçalves ingressou no curso de História em 1979, ano de intensa mobilização política democratizante, marcado pela aprovação da Lei da Anistia e pelo congresso de reconstrução da UNE, como ela mesma recordou na sua entrevista. Na UFPB, Regina encontrou um espaço de crescimento intelectual, de militância política e de politização. Para isso, contribuiu o ambiente de abertura política vivenciado na universidade, à época. A chegada dos

novos professores, com o reitorado de Lynaldo, recorda Regina, possibilitou “um processo de mudança evidente” no curso de História, que foi gradualmente se afastando do perfil teórico mais conservador, herdado da antiga Faculdade de Filosofia (FAFI) posterior a 1964. Assim, o curso de História foi se constituindo, àquela época, como “um curso com um debate permanente, muita reunião”, o que foi se acentuando nas décadas que se seguiram. Já no seu primeiro período do curso de História, Regina se engajou no Projeto Rondon, uma política de extensão rural universitária, promovida pela ditadura militar, que na UFPB era dirigido pela Pró-Reitoria de Ação Comunitária (PRAC). Através do Projeto Rondon, a paulista Regina foi para São Bento, no alto sertão paraibano, onde conheceu a realidade de carência das escolas rurais, nas quais atuou como extensionista:

a gente viu a realidade das escolas, que não existiam escolas, unidades tais como existem hoje. (...) Como é que elas davam aula? Nas condições mais precárias possível. (...) Então, foi uma coisa que, para mim, nunca saiu do meu horizonte. Acho que foi ali que eu entendi o que era desigualdade social de uma forma muito intensa. (...) Então, já entrei na universidade no meio desse estado geral de mobilização.

Trata-se de uma situação que bem exemplifica as contradições e possibilidades democratizantes de um processo de liberalização política, tal como viviam o Brasil e a UFPB, à época. Da mesma forma, mesmo em período de ditadura, a tolerância da universidade com atuação no movimento estudantil era evidente, e apareceu nas lembranças de Regina sobre o período, que foi eleita, em 1980, a primeira presidenta do Centro Acadêmico de História da UFPB, após o início da ditadura:

A universidade era um espaço em que havia aberturas. Por exemplo, aqui na universidade, a gente fazia passeatas do DCE até reitoria. Com um monte de estudantes. Não havia repressão aberta dentro do campus, não. Havia alguma tolerância. (...) A gente sentia que podia fazer com cuidado. Algumas coisas não se faziam. A gente ia fazer pixação. Ia fazer uma panfletagem. Tomava mais segurança. Mais cuidado. Botava alguém pra tomar conta. E se faziam as coisas. Madrugada adentro. Se fazia tudo. A repressão a gente sentia mais fora do campus do que no campus. Mas, de qualquer forma, mesmo com a existência da ASI, o clima em geral era de permissão a essas atividades.

Mesmo assim, a vigilância existia. Regina lembra a presença de um “araponga” do Exército nas

passeatas e manifestações estudantis, um rapaz de nome “Vinícius”, que seria engajado no NPOR.

Já Walter Dantas, era estudante de Letras no final dos anos 1970, e igualmente envolvido com o movimento estudantil. Em 1977, participou da articulação que possibilitou a escolha da primeira diretoria do DCE após a ditadura militar que tinha uma posição de autonomia em relação à reitoria, e que fazia oposição ao governo. Foi então eleito presidente do DCE Severino Dutra, que posteriormente também veio a ser professor da UFPB. Dantas recordou que, pelas normativas da época impedirem que um estudante fichado pelos órgãos de segurança e informação da ditadura participasse do DCE, o vice-presidente eleito na chapa de Dutra, o estudante de medicina Erivaldo de Oliveira, foi impedido de tomar posse. Tal situação evidenciava os limites da abertura política vivida pela UFPB.

Mas Dantas recorda que, mesmo com a persistência da legislação restritiva da ditadura, o DCE de gestões como a de Severino Dutra e a que ele próprio presidiu conseguiram importantes iniciativas em prol da democracia. Como exemplo, Dantas recordou de um evento, promovido pelo DCE, que reuniu no auditório do Centro de Tecnologia, em 1977, nomes impor-

tantes da chamada “imprensa alternativa” nacional, de oposição à ditadura, como os célebres cartunistas Henfil e Jaguar, do jornal Pasquim e os jornalistas Marcos Faerman, do jornal Versus e Antônio Carlos (“Tônico”) Ferreira, do jornal Movimento. Assim, também no discurso de Dantas aparece a tese de que, apesar da persistência da ditadura e da vigilância, o clima de abertura política instalado no país e na UFPB em particular permitiu que nossa universidade se constituísse como um espaço importante de construção democrática, naquele momento transicional.

Durante os reitorados de Lynaldo Cavalcanti, Berilo Borba e Jackson Carneiro, a existência da ASI foi permanentemente contestada pela comunidade da UFPB. Afinal, a despeito da maior tolerância com os movimentos opositores, permaneciam o controle ideológico e os vetos a contratações de “subversivos” (SILVA, 2020). Em 1979, um encontro intitulado “Universidade e Controle Ideológico”, que contou com a presença dos professores Ronald Queiroz e padre Juarez Benício Xavier, demitidos em 1964 e então recém-reintegrados à UFPB, Pedro Gondim, ex-governador do estado, afastado da universidade quando teve seu mandato de deputado federal cassado, em 1969, e os militantes do sindicalismo docente

Rubens Pinto Lyra, Silvio Frank Alem, Wanderlei Amaro e Paulo Inácio, debateu a situação do controle ideológico existente na UFPB, buscando “...acabar com a Assessoria de Segurança da universidade e fazer voltar às instituições de ensino os professores cassados pelos atos institucionais” (O Norte, 23 de junho de 1979). Na ocasião, deliberou-se o encaminhamento ao reitor Lynaldo Cavalcanti de uma moção reivindicando a extinção da ASI (O Norte, 24 de junho de 1979, p. 05).

I II III IV V VI

A realização desse encontro, possibilitada pelo clima de liberalização que vigorava na universidade, não deixou de ser registrada pelos órgãos de informação da ditadura. A Informação Nº 033/8605/79/10/DSI/MEC/79⁶⁶, de 02 de julho de 1979, produzida pela Divisão de Segurança do MEC – o órgão ao qual a ASI/UFPB estava subordinada –, trazia um relato detalhado do evento, que finalizava com o seguinte comentário:

A moção aprovada no plenário e apresentada ao Reitor mostra o desassombro com que vem atuando a ADUFPB, em nome de uma minoria de docentes, constituída, na sua maior parte, de jovens professores com ideologia esquerdista e sem compostura para o cargo, recrutados em outros centros culturais, que estão dispostos a se contrapor à autoridade do Reitor e dos professores responsáveis que ocupam função de destaque na Universidade. A verdade é que a Reitoria, ante a agressividade com que age a entidade na perseguição de seus objetivos, e em face da conjuntura atual, sente-se temerosa de afastar seus principais líderes do quadro de docentes, por meio da rescisão de seus contratos de trabalho ou pela não renovação dos mesmos, uma vez que são regidos pela C.L.T.

66 Consta do documento AC_ACE_2614_79, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

Emerge nesse documento a disputa interna que então vivenciava o regime militar, dividido entre os favoráveis e contrários ao processo de abertura política. Claro fica com tal comentário o incômodo que causava aos órgãos de informação não apenas o ambiente de liberalização que vivenciava o país e a UFPB em particular, mas até a estrita aplicação das garantias do Estado de Direito, como as regras da CLT, aos opositores do regime.

O tema da extinção da ASI voltaria à cena no início do ano seguinte, já na gestão do reitor Milton Paiva, por ocasião da “calourada” daquele ano, quando a diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE), em entrevista ao jornal O Norte, apontou como um dos pontos de sua gestão a luta pela desativação do órgão de vigilância que “bloqueia a formação ideológica [dos estudantes], é uma espécie de SNI”. Enfatizando que o clima na UFPB já era de relativa segurança – “... até agora não encontramos nenhum empecilho por parte da reitoria” –, o desmantelamento do órgão, segundo os representantes estudantis, lhes traria maior tranquilidade (O Norte, 27 de março de 1980). Na sessão de abertura dessa calourada, que contou com a presença do prof. Milton Paiva e de diversos representantes do movimento docente, a ASI foi apontada como um instrumento de

repressão que deveria ser extinto, o que suscitou do Reitor a afirmação de desconhecer caso de professor punido no âmbito da UFPB e de não ter o poder de fechar o órgão. Um dos debatedores presentes contradisse o Reitor, ratificando a capacidade investigativa e censória do órgão ao lembrá-lo de que a ASI tinha a prerrogativa de impedir que qualquer aluno participasse de uma eleição para um cargo de representação estudantil ao negar-lhe o “atestado ideológico” (O Norte, 26 de março de 1980).

O processo de abertura democrática instaurado por Lynaldo na UFPB também sofreria limitações, levando-se em conta a modalidade de escolha dos dirigentes da instituição, que permaneceu inalterado. De acordo com a legislação vigente à época⁶⁷, os reitores eram nomeados pelo Presidente da República a partir de uma lista sêxtupla elaborada pelos Conselhos Superiores da instituição, sem qualquer participação da comunidade universitária. Ademais, ingerências das elites políticas locais vinculadas ao regime ditatorial marcavam a defi-

nição dos novos dirigentes. E tal se deu no momento da substituição do próprio Lynaldo Cavalcanti, quando tais elites acionaram os mecanismos para controlar o processo sucessório, o que resultou em atraso para a nomeação do novo reitor. Comentando a situação, o jornalista Severino Ramos afirmou que a designação ainda não ocorrera

..em virtude de um impasse existente
• entre grupos que patrocinam as diversas candidaturas, que estariam se digladiando em torno dos nomes dos professores Milton Paiva, apoiado pelo governador Tarcísio Burity, e Sebastião Vieira, célebre professor campinense, apoiado pelo ministro João Agripino e seus adeptos (O Norte, 20 jan.1980, p. 05).

Nomeado reitor, Milton Paiva, entretanto, não resistiu por muito tempo às pressões exercidas sobre o seu reitorado e, após breve período, em 11 de junho, renunciou ao cargo que passou às mãos do vice-Reitor, Prof. Serafim Martinez Rodrigues, nomeado “Reitor Pro-Tempore” a 17 de junho. Desta feita, a comunidade universitária não aceitou de forma pacífica a supressão daquilo que considerava um direito seu e deu início a um movimento de resistência pela alteração da forma de criação da lista sêxtupla, reivindicando a inclusão da consulta à comunidade universitária. Assim,

67 Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Foi revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualmente em vigor.

o DCE distribuiu uma carta aberta aos estudantes, denunciando a interferência de “forças estranhas à Universidade, [em busca] do retorno do investimento político” e demarcando posição a favor da democratização do processo de eleitoral:

A nossa posição é de lutar para que o novo reitor surja de amplas discussões democráticas, através de eleições diretas com a participação dos professores, alunos e funcionários transformando assim essa famigerada lista sêxtupla em uma pró-forma, onde a própria comunidade universitária garantirá que o candidato democraticamente eleito seja o Reitor da UFPB... (O Norte, 19 de junho de 1980).

Os docentes também se opuseram à formação da lista sêxtupla pelos Conselhos Superiores da Universidade e, reunidos em assembleia, aprovaram a realização de debate com a comunidade acadêmica para a definição da forma de escolha dos novos dirigentes (O Norte, 13 de junho de 1980). Para tanto, formaram uma comissão interdepartamental, composta por representantes de cada departamento da instituição, que teria a atribuição de encaminhar um processo de eleições amplas (O Norte, 19 de junho de 1980). O reitor em exercício, entretanto, ignorou as manifestações de protesto, como aponta o profes-

sor Berilo Ramos Borba, eleito na ocasião:

Como havia prometido, por ocasião de sua posse, o Reitor Pró-Tempore, prof. Serafim Martinez, firmou, como propósito, cumprir, rigorosamente, a legislação pertinente. Em face desse seu intento, sem dar guarida ao desejo de democratização da escolha do Reitor, através de eleição direta, convocou, para o dia 25 de julho de 1980, uma quarta-feira, os 66 membros integrantes dos Conselhos Superiores, a fim de preparar a lista dos reitoráveis (BORBA, 2019, p. 28).

Em resposta, os professores anunciaram a realização de uma concentração no prédio da Reitoria, um “Ato de Presença”, na data de votação da lista sêxtupla (O Norte, 22 jun. 1980). Tal manifestação, entretanto, não impediu que a eleição indireta se realizasse, resultando na escolha do novo reitor, o professor Berilo Borba (O Norte, 26 jun. 1980, p. 03).

Novo episódio indicativo dos limites do processo de abertura no país e de democratização na Universidade se daria em 1981, por ocasião da nomeação do diretor do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA). O Centro decidiu pela realização de eleições diretas para composição da lista sêxtupla, sendo vitoriosos os professores Francisco

Pereira da Nóbrega (diretor) e Pedro Pereira dos Santos (vice-diretor)⁶⁸. A chapa concorrente era constituída pelos profs. Aluísio José de Sousa e Vilson Muller. Em seguida, a lista sêxtupla do CCHLA, assim como a de outros Centros da UFPB, foi encaminhada ao Ministro da Educação, Rubem Ludwig, por Berilo Borba. O Ministro, entretanto, informou que vários nomes haviam sido rejeitados pelo SNI (Serviço Nacional de Informações) e orientou o Reitor a “...entrar em contato com o Comandante da Guarnição Federal sediada na Paraíba e solicitar dele que, a seu pedido, lhe fossem enviadas as fichas cujos nomes constassem daquelas listas sêxtuplas (BORBA, 2019, p. 75)”. No caso do CCHLA, três dos nomes que compunham a lista (Francisco Pereira da Nóbrega, Pedro Pereira dos Santos e Aluísio José Maria de Sousa) foram vetados pelo SNI⁶⁹, cabendo ao Reitor a no-

meação de um interventor, o prof. Arael Menezes da Costa, segundo decano do CCHLA, já que o mais antigo se negara a assumir o cargo nessas condições. Arael permaneceu à frente do Centro de maio de 1981 a 1983, quando se procedeu, por via indireta, à elaboração de nova lista sêxtupla com a nomeação da profa. Otília Idalina Maia de Vasconcelos. A posse do interventor não se deu sem a reação dos segmentos da comunidade acadêmica do CCHLA: realização de cortejo fúnebre e enterro simbólico do interventor, protestos que pediam a sua renúncia, além de paralização das atividades do Centro por alguns dias⁷⁰.

Na trilha aberta pela liberalização do ambiente político na UFPB, parte expressiva da sua comunidade envolveu-se na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, bandeira que unificava todas as forças de oposição à ditadura militar na segunda metade da década de 1970. Tal envolvimento apareceu nas memórias dos nossos três citados entrevistados, o professor Paulo Adissi e os então estudantes Regina Célia Gonçalves e Walter Dantas. Nas palavras de Regina, a defesa da “anistia, das eleições diretas e da abertura política” eram temas que

68 A direção do CCHLA, naquele momento, estava sendo exercida interinamente pelo vice-diretor, o prof. Aluísio José de Sousa, desde a ida de Milton Paiva, então o Diretor do CCHLA, para a Reitoria. A fim de disputar o processo eleitoral, o prof. Aluísio afastou-se do cargo, que passou, interinamente, às mãos da profa. Emília Augusta Lins Freire, chefe do Departamento de História e terceira decana do Centro. Findo o processo eleitoral, o prof. Aluísio reassumiu a direção (FREIRE, 2024, 127-128).

69 Acerca da ficha dos professores e das acusações que pesavam contra eles, vide PARAÍBA,

2017 e DIAS, 2021.

70 Cf. jornais paraibanos da 2ª quinzena do mês de maio de 1981.

unificavam “todas as tendências” dos movimentos sociais na UFPB do final dos anos 1970 e princípios dos anos 1980.

A partir de 1978, a luta pela anistia ganhou mais organicidade, com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). E, como está dito no relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, a “seção de João Pessoa do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundada no início de 1979, contando, principalmente, com a participação de estudantes, professores e funcionários da UFPB” (ALMEIDA ET AL, 2020, p. 164). Tal fato fica evidente observando-se sua primeira diretoria, integrada por três estudantes (Walter Aguiar, José Ricardo de Holanda Cavalcanti e Washington Alves da Rocha, o presidente da seção) e por três professores (Vanderley Américo Amado, Eleonora Soares de Oliveira⁷¹ e Lúcia Maria Borges de Oliveira) da UFPB, contando ainda com um integrante que era professor da rede estadual de ensino, Irlânio Ribeiro Pereira. Conforme aponta Nunes (2021), nos atos públicos promovidos pela seção local do CBA, a exemplo dos ocorridos nos dias 18

de abril, Dia Nacional da Luta pela Anistia, e 20 de junho de 1979, a maciça presença de estudantes da UFPB não passaria despercebida pelos órgãos de informação.

A Lei da Anistia aprovada pelo Congresso Nacional em 1979 e sancionada pelo então Presidente da República, o general João Figueiredo (Lei N° 6.683/1979) teve a grande importância histórica de permitir o retorno ao Brasil dos exilados políticos. Entretanto, não foi “ampla, geral e irrestrita”, além de ter sido interpretada pelo Estado brasileiro como uma lei de dupla via, que anistiou também os agentes do Estado perpetradores de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar⁷². Mais do que isso, constituiu-se como um “pacto de esquecimento”, tacitamente afeiçoado pelas elites políticas, militares e judiciais, apenas parcialmente rompido com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, pela presidenta Dilma Rousseff.

71 Nome de casada da socióloga Eleonora Menicucci de Oliveira, então professora do Departamento de Ciências Sociais (CCHLA) e futura Ministra das Mulheres, no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

72 A Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), em diversas ocasiões, como nos julgamentos do “Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil” (2010) e no julgamento do “Caso Herzog e outros vs. Brasil” (2018), pronunciou-se pela “‘manifesta incompatibilidade’ da Lei da Anistia brasileira ‘com a Convenção Americana’ [de Direitos Humanos], não podendo assim tal lei ser invocada para garantir a impunidade de autores de crime de lesa-humanidade durante a ditadura militar.” ALMEIDA ET AL, 2020, p. 104.

A UFPB, entretanto, seguindo a sua trilha de democratização, não afiançou este pacto. Se nos primórdios desse processo, em 1979, a entidade ainda estava eivada pelos entulhos autoritários e não podia, institucionalmente, envolver-se na questão da reparação aos perseguidos pela ditadura, vinte anos após, em 1999, por iniciativa do então reitor Jader Nunes, a UFPB instalou a sua Comissão da Anistia, debruçando-se sob seu passado autoritário. Presidida pela Professora Neiliane Maia e tendo como membros a Professora Maria Lígia Malta de Farias e o Professor Geraldo Maciel de Araújo (conhecido como “Barreto”) - que havia sido eleito vice-presidente do DCE da UFPB em 1978, na gestão que teve Walter Dantas como presidente -, a Comissão trabalhou com o processo interno da UFPB em que, em março de 1969, o CONSUNI homologava ato do Reitor, Guilardo Martins, punindo 85 alunos e ex-alunos, e com o ofício reservado do Serviço de Segurança e Informação da Reitoria, dirigido ao comandante da Guarnição Federal em João Pessoa, relatando as medidas tomadas contra 29 docentes.

Com isso, a Comissão de Anistia encaminhou ao Conselho Universitário (CONSUNI) o pedido de retratação institucional a todos os atingidos pelas medidas persecutórias. Em seu parecer, o relator,

prof. João Otávio de Barros Junior, não poupou as críticas ao posicionamento da instituição que “...não se limitou a conviver com o ambiente repressivo que tomou conta do país [e cujas] lideranças levaram a UFPB a tomar parte ativa, por sua própria conta e iniciativa, nos atos de arbítrio que se praticavam na época (UFPB, 1999, p. 33)”. Favourável ao pedido de perdão, o prof. João Otávio recomendou que a Universidade fizesse a autocritica, se retratasse dos seus atos e reafirmasse “...o compromisso irrevogável com a liberdade, a tolerância, o direito à crítica e à diferença... (idem, p. 34)”.

Este período de avanços e construções democráticas na UFPB, impulsionado pela sua comunidade e aprofundado no decorrer das décadas, foi maculado por uma lamentável regressão autoritária, a partir de 2020. Tal regressão também se deu ao sabor da conjuntura política nacional que, àquele momento, vivenciava um momento de desdemocratização. Em 2018, foi eleito como Presidente da República um político autoritário, reacionário e negacionista da História e da ciência. Confesso admirador da ditadura militar e de alguns dos seus mais notórios torturadores, assumindo a presidência, este político dedicou-se a fazer regredir muitas das conquistas democráticas e cidadãos que o Brasil havia construído desde a volta dos

civis ao poder, em 1985. Em uma reunião com personalidades de extrema-direita realizada em Miami, em março de 2020, este presidente autoritário afirmou: “Nós temos é que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa. Depois, podemos começar a fazer”⁷³.

Na UFPB, como em outras universidades federais do país, esta desconstrução se materializou no ataque à sua autonomia e à sua democracia interna. Em novembro de 2020, o presidente autoritário deixou de nomear as professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega, que haviam sido eleitas democraticamente pela comunidade universitária para os cargos de reitora e vice-reitora da UFPB. Em seu lugar, foi nomeado como reitor-interventor um professor que havia recebido apenas 5% dos votos na consulta eleitoral realizada junto à comunidade universitária, e nenhum voto na reunião dos Conselhos Superiores que organizou a lista tríplice apresentada ao MEC. Rompia-se, assim, a tradição democrática iniciada em 1984, quando o professor Jackson Carneiro foi escolhido reitor pelo voto direto da comunidade universitária. Em con-

trário, retomava-se na UFPB a prática de intervenção governamental na nomeação do seu reitorado.

O reitorado-interventor nomeado em 2020 reproduziu na UFPB muitas das políticas do governo do presidente autoritário. Um exemplo grave foi a indisposição desse reitorado em estabelecer um passaporte vacinal na UFPB à época da pandemia, fato que só foi garantido por decisão autônoma do CONSUNI. Tal decisão do CONSUNI é uma demonstração de que o processo de democratização é uma construção política difícil de ser suplantada. Durante o período desse reitorado-interventor, a comunidade da UFPB postou-se com altivez, não apenas produzindo ensino, pesquisa e extensão com qualidade e autonomia de crítica, como resistindo aos avanços autoritários que se tentava implantar na universidade e na sociedade brasileira. As próprias reitoras eleitas, Professora Terezinha Domiciano e Professora Mônica Nóbrega, engajaram-se na defesa da democracia no Brasil e na UFPB, não apenas atuando politicamente em articulação com outros(as) reitores(as) eleitos(as) em diversas universidades federais do país e que não foram nomeados pelo presidente autoritário, como também se incorporando ao CONSUNI, a partir de 2023, na condição de representan-

73 “A morte e a morte”. Texto de João Moreira Salles, publicado na revista piauí de julho de 2020. Disponível na internet no link <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/>

tes docentes dos seus centros – respectivamente, CCHSA e CCHLA.

Em 2022, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito para seu terceiro mandato como presidente da República, desta feita, tendo Geraldo Alckmin como vice-presidente. Identificados com a construção democrática nacional, da qual ambos foram protagonistas desde a década de 1970, quando faziam oposição à ditadura militar, Lula e Alckmin, desde que assumiram o governo federal em 2023, vêm se empenhando na reconstrução da ordem política expressa pela Constituição Federal de 1988. Nessa linha, retomaram a política de nomear como reitores das universidades federais os primeiros colocados das listas tríplexes apresentadas ao MEC. Em 2024, houve novo processo eleitoral para escolha do reitorado da UFPB, e as professoras Terezinha Domiciano e Mônica Nóbrega tornaram a ser eleitas pela comunidade da UFPB como reitora e vice-reitora, respectivamente. Desta feita, foram nomeadas pelo presidente Lula, e assumiram o reitorado em novembro de 2024.

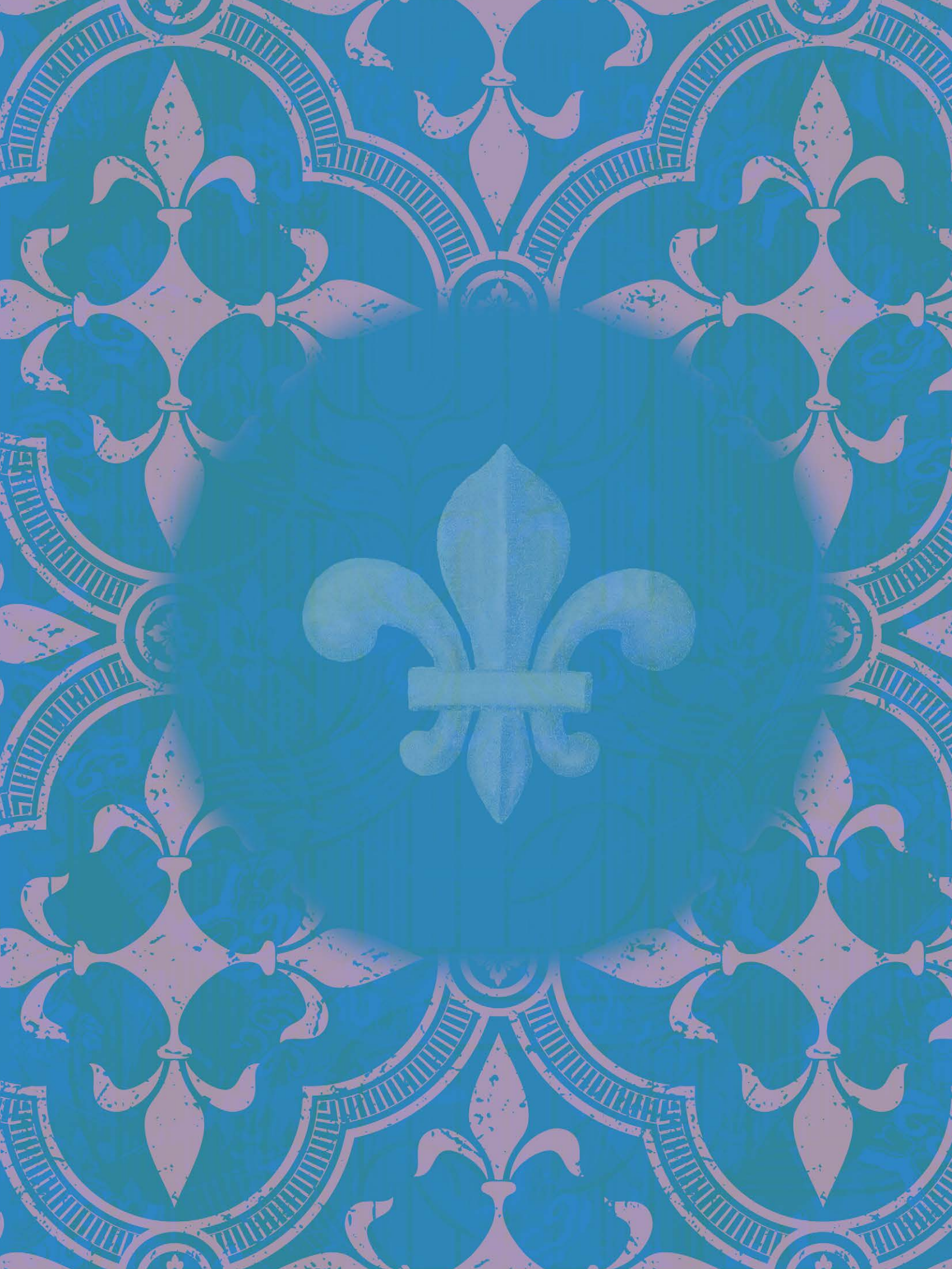
A construção da democracia no Brasil, como é sabido e foi apresentado no decorrer deste capítulo, nunca se deu de forma linear. Em contrário, a regra na História do Brasil é que os períodos autoritários são mais largos que os períodos democráticos. Ademais, sempre que

o Brasil avançou na construção da cidadania democrática, em benefício das classes populares, setores autoritários e reacionários civis e militares golpearam ou tentaram golpear a ordem constitucional. O que há de novo no atual momento político é que, pela primeira vez na História do Brasil, após uma tentativa frustrada de golpe de Estado contra uma ordem constitucional democrática, como a que culminou nos episódios do dia 08 de janeiro de 2023, civis e militares envolvidos na intentona golpista estão sendo processados pelo poder judiciário civil.

Mas a ameaça autoritária ainda é uma triste permanência no Brasil. Os democratas precisamos estar atentos para suplantá-la em definitivo. Que a UFPB siga se construindo, por muitos anos, como uma universidade autônoma, democrática, comprometida com o desenvolvimento regional, com os direitos humanos e com a construção e difusão do pensamento científico laico, livre e crítico, nos moldes anunciados por Celso Furtado.

REFERÊNCIAS:

- ADUFPB-JP/SSind. **Memória**. 1978-1998. 2 ed. João Pessoa: Edições ADUFPB-JP, 1999.
- ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. **Universidade e Nordeste**. Fundamentos da gestão Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.
- ALMEIDA, Marlene Costa [et al]. **Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.
- ALVES, Guilardo Martins. **Mensagem de esperança à Universidade Brasileira**. Relatório 1970. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1970.
- BORBA, Berilo Ramos. **A Universidade consolidada**. Crônicas de um reitorado. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.
- CITTADINO, Monique. **A UFPB e o golpe de 1964**. João Pessoa: ADUFPB, 1993.
- _____. “De provincianismo e opressão: a ‘Campanha da Xenofobia’ no CCHLA”. In CITTADINO, Monique et al. (Orgs.) **CCHLA. Há 50 anos construindo histórias**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024, pp. 71-93.
- DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle**: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964–1985). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021, 252p.
- FREIRE, Emília Augusta Lins. “Tentativa democrática para a nomeação da direção do CCHLA: Experiência vivida pela profa. Emília Freire”. In CITTADINO, Monique et al. (Orgs.) **CCHLA. Há 50 anos construindo histórias**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024, pp. 127-128.
- FURTADO, Celso. “O GTDN e as exigências da atualidade”. In FURTADO, Celso. **A saga da SUDENE (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final**. João Pessoa: A União, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NUNES, Paulo Giovani Antonino. A Vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a Campanha da Anistia na Paraíba (1978-1979). In FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TOSI, Giuseppe; ZENAIDE, Maria de Nazaré (Orgs.). **40 anos de Anistia no Brasil**: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. “Vigilância para o arbítrio: a atuação da Assessoria de Segurança e Informação da UFPB durante a ditadura militar”. In TOSI, Giuseppe et al. (Orgs.) **Direitos Humanos: Educação Memória e Democracia**. V. 1. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.



“REITORA ELEITA, REITORA EMPOSSADA”: memórias de uma intervenção e de persistências

Terezinha Domiciano Dantas Martins⁷⁴

Mônica Nóbrega⁷⁵

74 Graduada em Medicina Veterinária e Mestra em Zootecnia (UFPB). Doutora em Zootecnia (UFRPE). Professora Titular do Departamento de Ciência Animal (CCHSA). Reitora da UFPB.

75 Graduada em Letras (UFPB). Mestra em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC/SP). Doutora em Linguística e Letras (PUC/RS). Professora Associada do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL). Vice-Reitora da UFPB.

Neste livro, no capítulo escrito por Monique Cittadino e Rodrigo Freire, os/as leitores/as puderam refletir sobre as idas e vindas, ao longo dos setenta anos da UFPB, entre o autoritarismo e a resistência democrática. Os autores mostraram que “a trajetória da UFPB como instrumento de desenvolvimento regional e como ambiente de construção autônoma, democrática e crítica do conhecimento não é retilínea, tendo oscilado ao sabor do clima político nacional, como não poderia deixar de ocorrer”.

Neste capítulo, vamos falar sobre um desses momentos que precisa ficar marcado na memória das pessoas que fazem a UFPB, assim como de toda a sociedade, para que não deixemos de lutar até que não haja mais qualquer possibilidade de acontecer novamente. Trata-se da intervenção na UFPB que ocorreu em 2020, quando o Presidente da República da época nomeou para reitor desta Universidade um professor que ficou no terceiro lugar na consulta feita à comunidade universitária, obtendo apenas 5% dos votos, e que não teve nenhum voto na reunião dos colegiados superiores da UFPB.

No capítulo escrito por Monique Cittadino e Rodrigo Freire também vimos que o processo de nomeação do/a reitor/a das Universidades Federais do país sofreu

alterações. No início da década de 80, o processo começava com a formulação da lista sêxtupla que era feita de forma indireta, pelos Conselhos Superiores da Universidade, sem participação efetiva da comunidade universitária, por meio de eleições. Naquele momento, como mostra o capítulo citado, através de publicação do jornal O NORTE, de 19 de junho de 1980, com fala de um líder do DCE da época, a luta foi para que a comunidade universitária fosse ouvida, através de eleição, passando a lista sêxtupla a ser apenas uma formalidade.

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dava outras providências, foi revogada pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualmente em vigor. Na lei atual, continua a figura da lista, que passou a ser tríplex, ficando a cargo do/a Presidente/a da República a escolha de um dos nomes constantes dela. Durante os governos democráticos, no Brasil, sempre foi escolhido o primeiro lugar da lista.

Nas universidades, passou-se a fazer eleição, chamada pela lei de “consulta”, cujo resultado era sempre respeitado pelos Conselhos Superiores, nas suas reuniões para elaboração das listas, sêxtuplas ou tríplexes. Entretanto, em 2020,

essa conquista democrática foi quebrada não apenas na UFPB como em outras 26 universidades federais em todo o país, quando o presidente da época nomeou, como reitor/a, interventores/as que constavam, em geral, no terceiro lugar da lista tríplice.

Na UFPB, em 2020, como já dito no capítulo citado, “rompia-se (...) a tradição democrática que se iniciara em 1984, quando o professor Jackson Carneiro foi escolhido reitor pelo voto direto da comunidade universitária. Em contrário, retomava-se na UFPB a prática de intervenção governamental na nomeação do seu reitorado.”

A eleição na UFPB, em 2020, deu-se em plena pandemia de COVID. Foi preciso um investimento significativo para que pudéssemos utilizar o sistema SIG, de informática, no caso o módulo SIGEleições, na realização da escolha, pela comunidade universitária, do seu/a novo/a dirigente máximo/a.

Também houve todo um processo de adaptação das discussões que antecedem o momento do voto, na eleição, com participação dos/as candidatos/as em reuniões com os diversos setores da universidade de forma online. Assim, a discussão foi garantida de forma virtual, com reuniões e debates sendo transmitidos pela UFPB, através da TV universitária, por redes locais de TV,

assim como por outros canais, nos casos das reuniões com os diversos setores da universidade.

Passado todo o desafio de uma eleição realizada integralmente de forma online, desde os debates até a própria consulta, ganhamos o pleito, professoras Terezinha Domiciano Dantas Martins (Reitora) e Mônica Nóbrega (Vice-reitora), para exercermos o mandato durante 04 anos, a partir de 2020.

Conquistamos 9.005 votos de professores, estudantes e técnicos administrativos. A vitória foi evidente, não só pelos números absolutos de votos (tendo o segundo colocado ficado com 4.440 e o terceiro com 916), como também se observarmos a média ponderada que nos deu 964 pontos, tendo os outros concorrentes 920 e 106 pontos, respectivamente

Mas, outros desafios viriam. O fato da existência, na lei, da lista tríplice e a consciência de que o Presidente da República poderia escolher qualquer um dos três nomes da lista (o que já havia acontecido, naquele governo, em outras universidades federais no país), fez com que houvesse, antes de tudo, uma corrida para participação na lista tríplice. Em outras palavras, para alguns candidatos, em especial o candidato que ficou em último lugar e que terminou sendo nomeado, não era importante ganhar a eleição; im-

portante mesmo era estar na lista tríplice. Em consequência, vários e seguidos golpes em torno da participação na lista tríplice viriam a ser elaborados e executados.

Inicialmente, no âmbito dos Conselhos Superiores, instância de construção da lista, a tentativa de colocar nomes de pessoas que sequer participaram da consulta eleitoral feita à comunidade, fato consumado com uma decisão judicial que deixou claro que só participariam da eleição na reunião de tais Conselhos, as mesmas pessoas que participaram da consulta eleitoral.

Nos tempos democráticos, quando era certa a nomeação do primeiro lugar na lista, na reunião dos Conselhos Superiores da UFPB, quando da elaboração da lista tríplice, sequer havia eleição. Respeitando a consulta eleitoral, de forma democrática, e reconhecendo o papel da lista como apenas uma formalidade exigida pela lei, a pessoa mais votada na consulta feita à comunidade universitária indicava os nomes de outras pessoas, da sua confiança, para estarem com ela/e na lista sêxtupla ou, depois, tríplice.

Mas, mesmo em tempos democráticos, é bom lembrar que a existência de uma lista e da possibilidade de ela ser elaborada de forma diferente do que aconteceu na consulta feita à comunidade universitária, fez com que houvesse

tentativa de manipulação, a exemplo do que aconteceu na primeira eleição da reitora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. Em uma eleição muito disputada e feita, em segundo turno, com parte da comunidade universitária em greve, a professora Margareth foi eleita reitora da UFPB. Na construção da lista tríplice, não foi respeitada a consulta e ela não seguiu como primeira colocada. O processo foi judicializado e a presidenta da república na época, Dilma Rousseff, nomeou a primeira colocada na consulta feita à comunidade universitária.

Nesse mesmo caminho, por volta de 1991, é importante lembrar que quando o professor Neroaldo Pontes de Azevedo foi eleito reitor da UFPB foi preciso toda uma mobilização da comunidade universitária para que ele fosse nomeado pelo presidente da república da época. Ou seja, mesmo em tempos democráticos, a existência de uma lista tríplice mostra-se um elemento danoso para a universidade. Mas nada como o que aconteceu em 2020.

Voltemos às manobras na reunião dos Conselhos Universitários de 2020. De posse de liminar da justiça de que só poderiam participar da eleição nessa instância as mesmas pessoas que haviam participado da consulta à comunidade universitária, um grande movimento passou a ser feito para que o se-

gundo lugar na consulta ganhasse a eleição nos Conselhos e figurasse como primeiro da lista tríplice. A resistência foi construída por parte da nossa chapa que ganhara a eleição, procurando todos/as os/as conselheiros/as e argumentando pelo respeito à decisão da comunidade e, dessa forma, pelo voto na chapa vencedora. Ganhamos também a eleição no chamado “Conselhão”⁷⁶, o que nos garantiu a participação no primeiro lugar da lista. Obtivemos 47 (quarenta e sete) votos dos/as conselheiros/as, seguidas dos candidatos da Chapa 1, que obtiveram 45 votos, ficando a Chapa 3, do interventor posteriormente nomeado reitor, com ZERO VOTOS.

E as tentativas golpistas continuaram. Antes da reunião dos Conselhos e com o propósito, sempre, de uma modificação no resultado da consulta eleitoral feita à comunidade universitária, denúncias anônimas foram levadas à Comissão Eleitoral, instituída pelo CONSUNI, e responsável pela consulta à comunidade, para anulação da eleição. As denúncias pairavam em torno dos votantes. A Superintendência de Tecnologia da Informa-

ção (STI), responsável pela consulta que, como falamos, foi feita através do sistema SIGEleições, verificou todas as denúncias e se pronunciou explicando o processo passo a passo e a impossibilidade de qualquer fraude à eleição. Com base nesse pronunciamento, o parecerista no CONSUNI se pronunciou favoravelmente à aprovação do relatório da Comissão Eleitoral, apontando para a nossa vitória. Parecer que foi seguido pela quase totalidade dos membros do CONSUNI, tendo o mesmo sido aprovado pela própria Reitora da época (que tinha apoiado a chapa que ficou em segundo lugar tanto na consulta quanto na votação dos órgãos superiores) e demais integrantes de sua gestão, além de outros integrantes deste Conselho que apoiaram chapas que não se sagraram vencedoras no pleito, demonstrando, com isso, o caráter iminente técnico e jurídico da posição tomada pelo CONSUNI.

Em defesa da consulta prévia à comunidade universitária, destacamos algumas ações relevantes a exemplo do parecer técnico elaborado por vários dos mais importantes juristas da Paraíba, que atuam como docentes do Centro de Ciências Jurídica (CCJ), da UFPB, indicando a validação na íntegra da consulta realizada e o envio da lista tríplice segundo a votação obtida, assim como o documento da

76 “Conselhão” é a forma como é informalmente denominada a reunião conjunta do CONSUNI, CONSEPE e Conselho Curador para formar a Lista Tríplice a ser apresentada ao MEC para a nomeação do/a Reitor/a e Vice-Reitor/a.

Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e a posição unificada das entidades que representam as três categorias que compõem a UFPB, emitida para apontar a necessidade de defesa da homologação da consulta e o respeito ao resultado da votação na elaboração da lista tríplice, documento este assinado pela ADUFPB, SINTESPB e pelo DCE.

Após a votação na reunião dos Conselhos Superiores da UFPB, a lista tríplice foi formada e enviada para Brasília. A partir desse momento, nós passamos por um processo desgastante e humilhante de pedir a todos/as deputados/as estaduais, federais, senadores/as, próximo/as ao Presidente da República da época, para que interferissem a favor da nossa nomeação.

Mas, não fomos apenas nós, as eleitas, que entramos no processo de luta para nomeação. Na verdade, todos os outros dois candidatos(que ficaram em segundo e terceiro lugar na lista) e/ou os grupos que os apoiaram também partiram para a batalha em torno de sua nomeação.

Além disso, ao sabor da política que todos sabiam ser a do Presidente da República da ocasião, dossiês foram feitos sobre nós, as eleitas, no sentido de nos aproximar de partidos de esquerda, mostrando que não tínhamos perfil para sermos nomeadas por um governo

de perfil ideológico de ultradireita. Ou seja, para ser nomeado/a, não bastava ganhar a eleição na sua Universidade, era preciso se pautar pela mesma “cartilha” ideológica/política do Presidente da República. A existência dos dossiês forma uma história à parte, importante para entendermos tanto a conjuntura pela qual passava a UFPB, quanto o Brasil, à época.

Mesmo que tenhamos trabalhado intensamente em torno da nomeação, ela não aconteceu e, em 05 de novembro de 2020, foi nomeado, como dissemos anteriormente, o professor que obteve apenas cinco por cento dos votos da comunidade universitária e nenhum voto na reunião dos Conselhos Superiores, mas que constou em terceiro lugar na lista tríplice enviada.

Golpe sofrido, interventor nomeado, a comunidade da UFPB não se calou. A partir de então, todo um processo de resistência foi construído, liderado pelos sindicatos que formam a UFPB e por grupos políticos os mais diversos, pedindo que o interventor fosse destituído do seu cargo e nós, reitora e vice-reitora eleitas, fôssemos nomeadas, com o lema: **reitora eleita, reitora empossada**. Em especial, destacamos o trabalho do Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na UFPB, composto por entidades representativas, mo-

vimentos, coletivos e indivíduos da comunidade universitária.

Nacionalmente, foi formado um grupo com reitores/as e vice eleitos/as e não nomeados. Esse grupo produziu um livro⁷⁷ no qual constam narrativas dos processos de intervenção em cada uma das mais de 20 instituições de ensino superior no país, incluindo a da UFPB.

Além da produção do livro, o grupo permaneceu unido, em luta, durante todo o tempo em que perduraram as intervenções. Várias atividades foram realizadas, dentre as quais o nosso ingresso, como *amigos da corte*, no processo aberto pelo Partido Verde (PV), no Supremo Tribunal Federal, pela inconstitucionalidade da lei citada acima que institui a lista tríptica para a nomeação do/a reitor/a das Universidades Federais no Brasil, utilizando como principal argumento a quebra da autonomia das universidades, garantida pela Constituição Federal.

Na UFPB, no processo de resistência, foi elaborado pelo Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na UFPB um dossiê com a sistematização de fatos graves da gestão do reitor in-

tervenor. O dossiê foi entregue ao Ministério Público Federal na Paraíba e protocolado na secretaria dos Conselhos Superiores da UFPB em 2021 para as devidas medidas e encaminhamentos internos (administrativos).

Papel importante de resistência também foi exercido pelo CONSUNI, evitando, em suas decisões, dentre outros absurdos, a volta ao trabalho presencial, dos/as servidores/as técnicos/as administrativos/as, durante a pandemia de COVID, sem o estabelecimento de condições estruturais, aquisição de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e implantação de protocolos adequados.

Durante os anos da intervenção, a UFPB seguiu com uma gestão superior que não dialogava com os diversos setores da instituição ou mesmo, muitas vezes, com a comunidade externa à universidade; que adotou o uso de segurança para coibir qualquer manifestação contrária a ela; que abriu vários processos judiciais contra alunos/as, professores/as e técnicos/as administrativos que, durante as reuniões do CONSUNI, ousavam discordar dos seus posicionamentos; que impôs a censura à colocação de faixas pelas entidades sindicais na universidade; que impôs diversos vetos em relação às decisões do CONSUNI com as quais discordava.

77 PARENTONI, Marcel Fernando da Costa (Org.) *Intervenções nas Instituições Federais de Ensino: reitoras e reitores eleitos e não empossados. Nossa história, nossa luta.* Rio de Janeiro: Encontro-grafia Editora, 2022.

Intervenções nas Instituições Federais de Ensino

Reitoras e Reitores Eleitos e Não Empossados
Nossa Luta, Nossa História

Marcel Fernando da Costa Parentoni
coletivo de reitoras e reitores
(Org.)



Um dos exemplos do perfil censor dessa gestão refere-se ao dossiê elaborado pelo Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na UFPB, que provocou a abertura de processo de *impeachment* contra o reitor/interventor e a vice-reitora/interventora. Esse

processo ficou alguns anos sem ser discutido, com várias manipulações jurídicas e administrativas. A gestão, portanto, barrou o processo de discussão e impossibilitou que o processo fosse analisado pelos Conselhos Superiores como deveria acontecer.



Reitora da UFPB Profa. Terezinha Domiciano.

Foto: Angélica Gouveia

Diferente do momento final da ditadura militar quando, conforme depoimento da professora Regina Célia Gonçalves aos autores do capítulo anterior (Rodrigo Freire e Monique Cittadino), “a repressão a gente sentia mais fora do campus do que no campus. Mas, de qualquer forma,

mesmo com a existência da ASI, o clima em geral era de permissão a essas atividades”, durante os anos da recente intervenção na UFPB, a repressão foi vivida dentro da universidade, que passou a adotar ações semelhantes àsquelas tomadas pelo governo federal no Brasil.

Mesmo com toda a resistência construída tanto na UFPB como em tantas outras universidades do país submetidas ao arbítrio, os/as interventores/as passaram os quatro anos dos seus mandatos sem que fossem retirados do cargo.

Em 2022, quando Luiz Inácio Lula da Silva ganhou a eleição e assumiu a presidência do Brasil, ele garantiu que respeitaria as eleições feitas nas universidades e nomearia o/a primeiro/a da lista triplíce. Assim tem sido feito desde então.



Vice-reitora da UFPB Profa. Mônica Nóbrega

Foto: Angélica Gouveia

Na UFPB, nós (Terezinha e Mônica) nos candidatamos novamente, em abril de 2024, na consulta eleitoral feita à comunidade universitária, para a reitoria. Concorremos com duas outras chapas, dentre elas a do reitor/interventor.

Dessa feita, a eleição foi presencial, com discussões em reuniões de departamentos, Centros de ensino e realização de debates

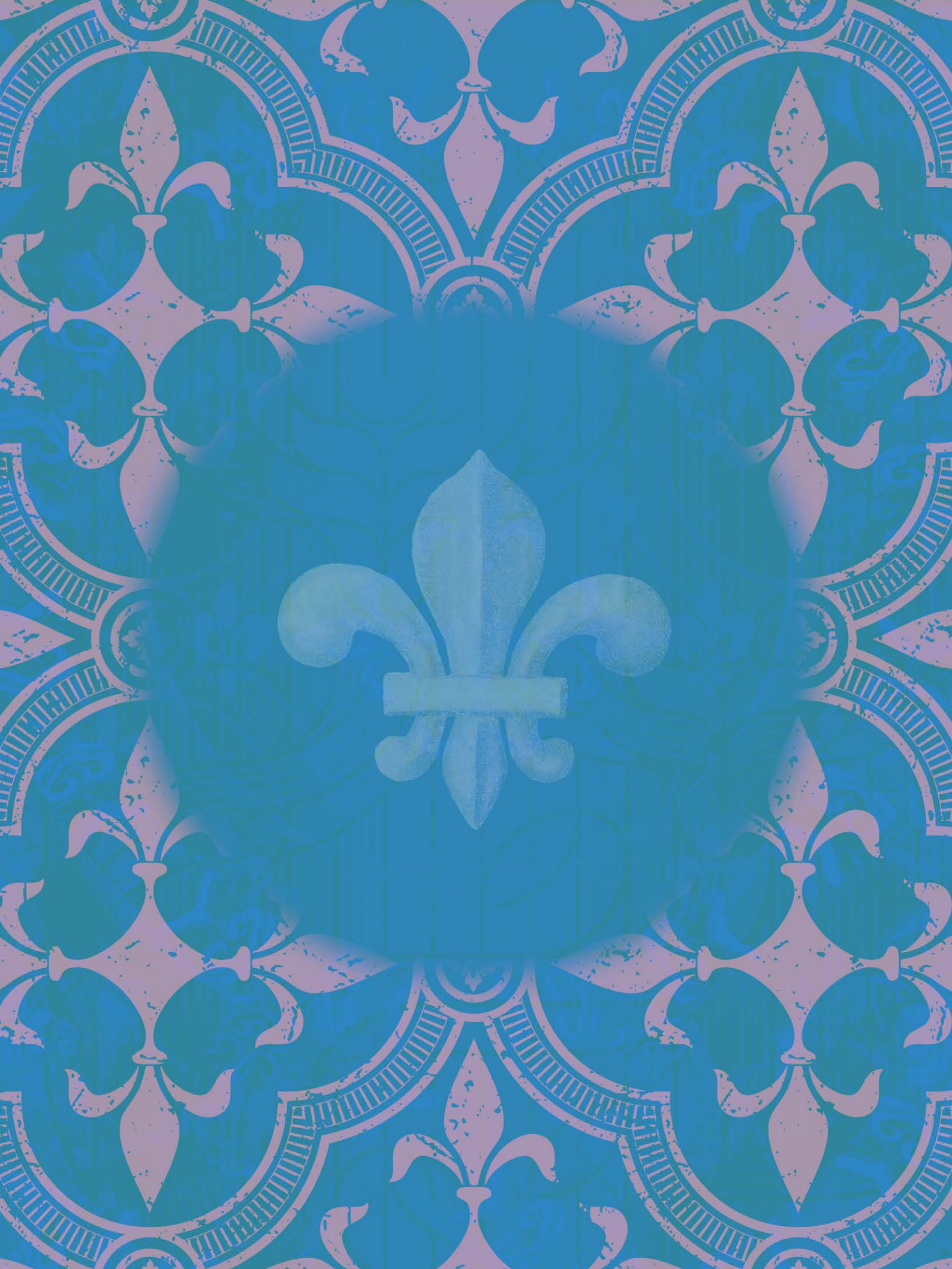
em todos os Campi que formam a UFPB. Ganhamos a eleição com 67,95% dos votos, com o reitor/interventor ficando na terceira posição com apenas 6,67% dos votos da comunidade da UFPB.

Com essa votação, a UFPB, além de reafirmar o apoio ao nosso projeto para a gestão superior da instituição, bradou, em alto e bom som, através do voto, sua in-

dignação por não ter tido as reitora e vice-reitora eleitas nomeadas na eleição de 2020. Foram votos que mostraram que a autonomia é um valor fundamental para a instituição. Sem autonomia, democracia, respeito aos direitos humanos e às diversidades, não é possível ter liberdade, necessária, para produzir ensino, pesquisa e extensão de qualidade, referenciada socialmente.

Ao mesmo tempo, durante os quatro anos da nomeação do professor que não foi eleito pela comunidade, a UFPB mostrou que seus setenta anos deram a todos/as que fazem parte dela maturidade para lutar, sempre que preciso, para que os valores acima citados sejam sempre respeitados dentro e fora da instituição.

Continua a luta pela mudança da lei da lista tríplice, para que não se repita período como o que a instituição passou nos anos de 2020 a 2024.





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil

CEP - 58059-900 Fone: +55 (083) 3216-7200

TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS

REITORA

MÔNICA NÓBREGA

VICE-REITORA

MARIA JOSÉ DE FIGUEIREDO

CHEFE DE GABINETE

MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA

COORD. DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

FABIANA DE CÁSSIA RAMOS DE MEDEIROS FERNANDES ALVES DE ANDRADE

CHEFE DA SECRETARIA GERAL DAS ASSESSORIAS DA REITORIA

MARCEL VIEIRA BARRETO SILVA

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

ROBERTO GERMANO COSTA

ASSESSOR ESPECIAL DA REITORIA

ZAQUEU ERNESTO DA SILVA

ASSESSOR ESPECIAL DA REITORIA

FELIPE LEONARDO ASSIS RAMELLI

OUVIDOR-GERAL

FLÁVIO PEREIRA GOMES

PROCURADOR-CHEFE

PRÓ-REITORIAS

PRA - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

GEORGE RODRIGO BELTRÃO DA CRUZ

PRÓ-REITOR

PRAPE - PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE

GEORGIA DANTAS MACEDO

PRÓ-REITORA

PROGEP - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

MIRELLA ROCHA RIBEIRO PINTO

PRÓ-REITORA

PROPLAN - PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

ANIELSON BARBOSA DA SILVA

PRÓ-REITOR

PRG - PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ANA CLAUDIA DA SILVA RODRIGUES

PRÓ-REITORA

PRPG - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

EVANDRO LEITE DE SOUZA

PRÓ-REITOR

PROPEQ - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

JOSÉ ROBERTO SOARES DO NASCIMENTO

PRÓ-REITOR

PROEX - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES DA REITORIA

GEYSA FLÁVIA CÂMARA DE LIMA

DIRETORA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA

JERUZALEM DE LIMA SILVA

DIRETOR DA BIBLIOTECA CENTRAL

WALMIR RUFINO DA SILVA

DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO UFPB DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA - IDEP

BAGNÓLIA ARAÚJO COSTA

DIRETORA PRESIDENTE DA AGÊNCIA UFPB DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - INOVA

MIRIAN GRACIELA DA SILVA STIEBBE SALVADORI

DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA EM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS - IPEFARM

DANIEL PERICLES SANTOS CANUTO

DIRETOR DO ARQUIVO CENTRAL

VALÉRIA MACHADO RUFINO

DIRETORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DA UFPB (COMU)

ALEXANDRE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY- HULW

GEORGE ALEXSANDRO DINIZ DE DANTAS MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/TV UFPB

QUEZIA ALVES DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

JOESEL GOMES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ANTONIO DA SILVA SOBRINHO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

EVANDRO SOARES COSTA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS

LUIZ EDUARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

ALEXANDRE SCAICO

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ÍRIS BRAZ DA SILVA ARAÚJO

SUPERINTENDENTE DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

HERMES PESSOA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI

ANA BERENICE PERES MARTORELLI

COORDENADORA DA AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

ÂNGELO BRITO PEREIRA DE MELO

COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENÇÃO À SAÚDE - CRAS

ANA ANDRÉA VIEIRA DE CASTRO

COORDENADORA DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL

CAMPUS I - João Pessoa

CBIOTEC - CENTRO DE BIOTECNOLOGIA

JAILSON JOSÉ GOMES DA ROCHA

DIRETOR

ULRICH VASCONCELOS DA ROCHA GOMES

VICE-DIRETOR

CCSA - CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ALDO LEONARDO CUNHA CALLADO

DIRETOR

MAGNO VAMBERTO BATISTA DA SILVA

VICE-DIRETOR

CE - CENTRO DE EDUCAÇÃO

ADRIANA VALÉRIA SANTOS DINIZ

DIRETORA

VALTER FERREIRA RODRIGUES

VICE-DIRETOR

**CCHLA - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
LETRAS E ARTES**

RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA

DIRETOR

THAÍS AUGUSTA CUNHA DE OLIVEIRA MÁXIMO

VICE-DIRETORA

**CCEN - CENTRO DE CIÊNCIAS
EXATAS E DA NATUREZA**

MÁRIO CESAR UGULINO DE ARAÚJO

DIRETOR

RICHARDE MARQUES DA SILVA

VICE-DIRETOR

**CCTA - CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E
ARTES**

ULISSES CARVALHO DA SILVA

DIRETOR

FABIANA CARDOSO DE SIQUEIRA

VICE-DIRETORA

**CEAR - CENTRO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS E
RENOVÁVEIS**

EULER CÁSSIO TAVARES DE MACEDO

DIRETOR

MARÇAL ROSAS F.LIMA FILHO

VICE-DIRETOR

CI - CENTRO DE INFORMÁTICA

TIAGO MARITAN UGULINO DE ARAÚJO

DIRETOR

ALISSON VASCONCELOS DE BRITO

VICE-DIRETOR

CT - CENTRO DE TECNOLOGIA

MARCEL DE GOIS PINTO

DIRETOR

ANA CLÁUDIA F. MEDEIROS BRAGA

VICE-DIRETORA

**CTDR - CENTRO DE TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

JOÃO ANDRADE DA SILVA

DIRETOR

JOSÉ MARCELINO OLIVEIRA CAVALHEIRO

VICE-DIRETOR

CCJ - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

ANNE AUGUSTA ALENCAR LEITE REINALDO

DIRETORA

DUÍNA MOTA DE FIGUEIREDO PORTO

VICE-DIRETORA

CCS - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

FABIANO GONZAGA RODRIGUES

DIRETOR

THAIS JOSY CASTRO DE ASSIS

VICE-DIRETORA

CCM - CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS

JOSÉ GIVALDO MELQUÍADES DE MEDEIROS

DIRETOR

EDUARDO SÉRGIO SOARES SOUSA

VICE-DIRETOR

**CPT/ETS - CENTRO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICO/ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE**

MARIA SORAYA PEREIRA FRANCO ADRIANO

DIRETORA

FABIA DANIELLE SALES CUNHA MEDEIROS E SILVA

VICE-DIRETORA

CAMPUS II – Areia

CCA - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

BRUNO DE OLIVEIRA DIAS

DIRETOR

FELIPE NAEL SEIXAS

VICE-DIRETOR

CAMPUS III – Bananeiras

**CCHSA - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS,
SOCIAIS E AGRÁRIAS**

FABRÍCIA SOUSA MONTENEGRO

DIRETORA

OTÁVIO DO CARMO DE OLIVEIRA NETO

VICE-DIRETOR

CAVN - COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS

RODRIGO RONELLI DUARTE DE ANDRADE

DIRETOR

ALEX DA SILVA BARBOSA

VICE-DIRETOR

CAMPUS IV – Mamanguape e Rio Tinto

**CCAE - CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E
EDUCAÇÃO**

JOSEILME FERNANDES GOUVEIA

DIRETOR

FERNANDA MARQUES DE ALMEIDA HOLANDA

VICE-DIRETORA

IMAGENS COM MODIFICAÇÃO: AMPLIADAS POR COMANDOS EM IA GENERATIVA POR GEMINI E FINALIZADAS EM PHOTOSHOP:

Do Patronato agrícola ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias nas raízes da expansão universitária

- FIGURA 01 - O Patronato agrícola Vidal de Negreiros em 1930 – a fotografia mostra o primeiro pavilhão dos discentes e a residência do Diretor.

FIGURA 02 - Refeitório dos internos em 1927 organizado para facilitar a disciplinarização mesmo no momento das refeições. Os internos faziam as refeições sob vigilância e, para isso, dispunham de pouco tempo (SANTOS, 2015).

- FIGURA 03 - Detalhe do dormitório (1930). Disposição das camas em fileiras e concepção de alojamento coletivo – disciplina e permanente ausência de privacidade nas atividades mais básicas.
- FIGURA 04 - Alunos fardados para o desenvolvimento do trabalho com máquinas e motores agrícolas em 1930. O uso das indumentárias evidencia limpeza e, ao mesmo tempo, uniformização de comportamento disciplinado para atividades realizadas na escola.
- Fonte: Fotografias extraídas de SANTOS (2019, p. 49, 53, 54 e 56, respectivamente).

Música na UFPB: trajetória, tradição e inovação cultural

- OSUFPB - Concerto em 2013 sob regência do Maestro Arakaki, na Sala de Concertos Radegundis Feitosa
- Quinteto de professores do Departamento de Música - 1979
- Quarteto de Cordas da UFPB - Setor de Artes - 1963

Da Escola de Agronomia do Estado da Parahyba à UFPB: trajetória do Centro de Ciências Agrárias Campus II da UFPB, na cidade de Areia

- Fonte: <https://www.cca.ufpb.br/cca/contents/noticias/parabens-ao-centro-de-ciencias-agrarias-pelo-seu-jubileu-de--girassol-85-anos>. Acesso em 20 jul. 2025.

A Graduação Na Ufpb: expansão, inclusão e diversidade

- Figura 1 - José Américo de Almeida. Fontes: auniao.pb.gov.br. Fotografia de capa de Castelo Branco (2005). Acesso em 20 jul. 2025.
- Figura 6 - Imagens dos prédios em que funcionavam a antiga escola de Serviço Social (1960), de Engenharia (1963) e de Enfermagem (1960). Fonte: Imagens disponíveis em: <http://plone.ufpb.br/memorialufpb/contents/menu/linha-do-tempo>. Acesso em 20 jul. 2025.

Da Semente Solar Ao Cear Cinco Décadas De Inovação Na UFPB

- Visita do Presidente do Brasil Ernesto Geisel ao Laboratório de Energia Solar (LES), para inauguração de um Forno Solar, em 1978.
- inauguração do Forno Solar do LES em outubro de 1974, vendo-se no primeiro plano, da esquerda para a direita os professores: Cle-antho Torres, Antônio MacDowell, o Reitor Humberto Nóbrega, João Chrisóstomo Paiva, Eurípedes Nóbrega e Júlio Goldfarb.

Anúnciação: a transformação da gestão de pessoas na UFPB

- Curso de Desenvolvimento de Pessoas. Fonte: PROGEP (2025)
- Foto 3: SRH antes da reforma. Fonte: PROGEP (2025)

Entre idas e vindas: autoritarismo e resistência democrática na UFPB

- Cerimônia de entrega do título de Professor Honoris Causa ao Presidente General Humberto de Alencar Castelo Branco, concedido em 1966
- Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, acompanhado do Reitor da UFPB, Guilardo Martins, em evento na universidade.

IMAGENS COM MODIFICAÇÃO: MELHORADAS E AMPLIADAS POR COMANDOS EM IA GENERATIVA E INCLUSÃO DE PESSOAS POR GEMINI E FINALIZADAS EM PHOTOSHOP:

O Centro de Ciências Aplicadas e Educação: interiorização e inclusão no Litoral Norte

- Figura 1 – Pátio central do CCAE - Mamanguape. Foto: Aline Lins. Fonte: <https://ce.ufpb.br/ufpb/contents/galeria-de-fotos/campus-iv>
- Figura 2 – Entrada do CCAE – Rio Tinto. Foto: Aline Lins. Fonte: <https://ce.ufpb.br/ufpb/contents/galeria-de-fotos/campus-iv>
- Figura 3 – Bloco administrativo do CCAE – Rio Tinto. Foto: Aline Lins. Fonte: <https://ce.ufpb.br/ufpb/contents/galeria-de-fotos/campus-iv>

Sofrimento Psíquico na vida universitária: acolhimento e políticas de cuidado

- Figura 1: Fotografia da fachada da Clínica Escola de Psicologia (CCHLA/ UFPB). Fonte: Imagem dos autores, 2025.

IMAGENS COM MODIFICAÇÃO: RESTAURADAS E AMPLIADAS E COMPLETADAS POR COMANDOS EM IA GENERATIVA E FINALIZADAS EM PHOTOSHOP:

Programa de Pós-Graduação em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos: ciência e biodiversidade

- Prof. Delby Fernandes de Medeiros, docente que idealizou a criação do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF)

Música na UFPB: trajetória, tradição e inovação cultural

- Gazzi de Sá. Pianista, educador musical e produtor musical da Paraíba

IMAGENS

Capa e Folha de guarda

Imagens com modificação de fotos áreas de Gustavo Ribeiro: Campus I de João Pessoa, Campus II de Areia, Campus III de Bananeiras e Campus IV de Rio Tinto.

1ª Edição – 2025

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Publicações Editora UFPB
Direitos autorais 2025 - Editora da UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

Catálogo na fonte: **Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

S495	70 anos da UFPB : História, Missão e Futuro / organização de Monique Cittadino e Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. – João Pessoa, PB : Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2025. E-book (308 p.) : il. Publicação digital (e-book) no formato PDF. ISBN: 978-65-5942-319-4 1. Universidade Federal da Paraíba - história. 2. Ensino pesquisa e extensão. 3. Sociedade e desenvolvimento. 4. Expansão universitária. I. Cittadino, Monique. II. Carvalho e Silva, Rodrigo Freire de. III. Título. UFPB/BC CDU 378.4(813.3)
------	---



Editora UFPB

Cidade Universitária, Campus I –
Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB CEP 58.051-970
Site: www.editora.ufpb.br
Instagram: @editoraufpb
E-mail: atendimento@editora.ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
Diretora Geral da Editora UFPB

Aline dos Santos Deiró
Vice-diretora da Editora UFPB

Rildo Coelho
Coordenador de Design Editorial

Equipe de Projeto Gráfico e Diagramação
Michele Holanda
Wellington Costa
Rildo Coelho

Edição de textos
Alex de Souza
Cassandra Campos

Revisão
Gregório Pereira de Vasconcelos



A Universidade Federal da Paraíba agradece à Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (FUNETEC/PB) pelo apoio institucional à impressão desta obra.



A Universidade Federal da Paraíba ostenta um Brasão d'Armas concebido como fator de identificação, elaborado a partir de elementos da história, geografia e tradições paraibanas.

Descrição Original do Brasão de Armas

Escudo: De azul, polvilhado de flocos de neve, de prata, uma banda ondulada, do mesmo, aguada com duas gólicas onduladas, do primeiro, e brocante sobre tudo uma flor de lis, de ouro.

Insignias: Três fachos, de ouro, acesos ao natural.

Lema: "Sapientia aedificat".

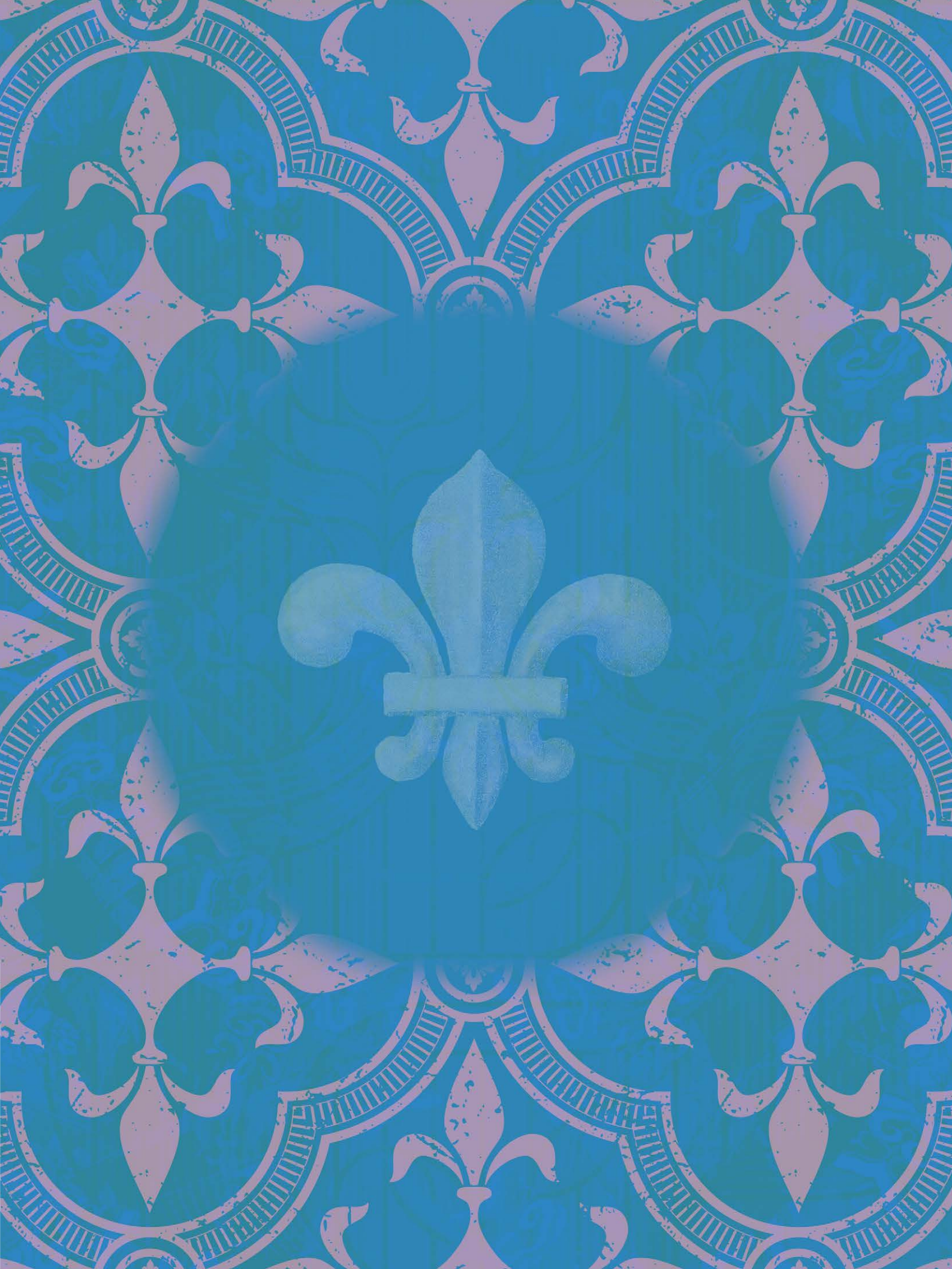
Comentário: A flor de lis, a neve e o rio ilustram a data magna da Paraíba, sua fundação, 5 de agosto de 1585, dia da invocação de Nossa Senhora das Neves, e regozijo de paz com a expulsão dos invasores. O sangue derramado dos bravos defensores de suas terras e o júbilo à Nossa Senhora "Sedes Sapientiae" foram o alicerce da povoação, e este sangue enobreci-

do ainda constrói o engrandecimento do Brasil, com o auxílio da Sabedoria, como se lê na inscrição no frontispício do prédio do curso regular de humanidades, 1746, e no lema da Universidade Federal da Paraíba. Ir. Paulo Lachenmayer, OSB.

Como descrito originalmente pelo autor do brasão e transcrito na ata da 11ª sessão ordinária do Conselho Universitário, realizado em 8 de outubro de 1965. Nessa mesma sessão, foi alterado o nome da instituição de "Universidade da Paraíba" para "Universidade Federal da Paraíba".

Autor do estudo e restauro do desenho digital do brasão: Gabriel Fleig Alves, aluno de Comunicação em Mídias Digitais.

Marca alusiva às comemorações dos 70 anos da Universidade Federal da Paraíba, criada por Rildo Coelho – Coordenador de Design Editorial da Editora UFPB.



EU

Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB, utilizando a fonte Bookman Old Style e Faradilla. Impresso em papel Couché fosco 150 g/m2, na Tavares & Thanape, em novembro de 2025, aos 440 anos da fundação de João Pessoa, 179 anos da fundação de Areia, 170 anos da fundação de Mamanguape, 146 anos da fundação de Bananeiras e 68 anos da fundação de Rio Tinto.





